



OS PROCESSOS DE RUPTURA E TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

Organizadoras:
Elisa de Campos Borges e
Angela Moreira Domingues da Silva

FINO TRAÇO
FT
EDITORA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.
© Elisa de Campos Borges e Angela Moreira Domingues da Silva

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P956

Os processos de ruptura e transições democráticas na América Latina [recurso eletrônico] / organização Elisa de Campos Borges, Angela Moreira Domingues da Silva. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG] : Fino Traço, 2024.

recurso digital ; 15000 MB

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

Inclui índice

ISBN 978-85-8054-693-4 (recurso eletrônico)

1. América Latina - Política e governo - Séc. XX. 2. Democracia - América Latina - Séc. XX. 3. Autoritarismo - América Latina - Séc. XX. 4. Livros eletrônicos. I. Borges, Elisa de Campos. II. Silva, Angela Moreira Domingues da.

25-95695

CDD: 321.8098

CDU: 321.7(8)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439 06/01/2025 07/01/2025

COLEÇÃO HISTÓRIA

COLEÇÃO HISTÓRIA

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Mansur Barata | UFJF

Andréa Lisly Gonçalves | UFOP

Gabriela Pellegrino | USP

Iris Kantor | USP

Junia Ferreira Furtado | UFMG

Marcelo Badaró Mattos | UFF

Paulo Miceli | UniCamp

Rosângela Patriota Ramos | UFU

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Amanda Paim do Carmo

REVISÃO: Cláudia Rajão

FORMATO: 15,5 x 22,5 cm | 406 p.

TIPOLOGIAS: Minion Pro e Myriad Pro.

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.
finotracoeditora.com.br



NEC

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA





Sumário

<i>Apresentação</i>	<i>6</i>
---------------------------	----------

Experiência brasileira

<i>Ditadura militar e Poder Judiciário no Brasil: uma revisão bibliográfica.....</i>	<i>8</i>
--	----------

Angela Moreira Domingues da Silva e Rana Carvalho Itaborahy

<i>Gênero, militância e repressão nas trajetórias de Iara Iavelberg e Jessie Jane Vieira de Souza durante a ditadura brasileira.....</i>	<i>24</i>
--	-----------

Izabel Pimentel da Silva e Juliana Marques do Nascimento

<i>Além de santos e resistentes: os silêncios da memória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre a ditadura civil-militar.....</i>	<i>51</i>
--	-----------

Mathews Nunes Mathias

<i>Por uma democracia plena e soberana no Brasil.....</i>	<i>71</i>
---	-----------

Marcília Gama da Silva

<i>Memórias fabricadas e esquecimentos intencionais: a Ditadura Militar e a manipulação da opinião pública no Brasil.....</i>	<i>96</i>
---	-----------

Raphael Oliveira

<i>O Drops de Chacal: poetas marginais e a editora Brasiliense durante a abertura (1979-1985).....</i>	<i>121</i>
--	------------

Júlia Souza Cabo

<i>Nova República, velha vigilância: o movimento estudantil dos anos de 1990 pela ótica dos serviços de inteligência.....</i>	<i>147</i>
---	------------

Leandro Machado e Angélica Müller

Experiências latino-americanas

A série Los 80: más que una moda e a representação da construção neoliberal no Chile..... 176

Elisa de Campos Borges e Beatriz de Souza Bravo

Os debates sobre o processo de transição política no Chile na revista de exílio Chile-América..... 206

Adriane Vidal Costa e Raphael Coelho Neto

Transição, reparação histórica no Chile e o Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas 237

Mateus Fávaro Reis

As ditaduras de segurança nacional (1964-1981) e o processo de reorganização do movimento indígena e camponês 258

Mariana Bruce e Rafael Araujo

Guatemala na Guerra Fria: intersecção entre projetos, conflitos, esperanças e derrotas..... 286

Maria Antonia Dias Martins

La crisis de la democracia o la democracia en crisis. Transiciones, rupturas y golpes en la Venezuela contemporánea 314

Miguel Ángel Contreras Natera

La transición democrática argentina: particularidades nacionales y contexto regional 339

Gabriela Águila

Cruzadas morales y pornografía durante la dictadura y la transición democrática uruguaya..... 363

Diego Sempol

A ficção sobre a ditadura na América Latina: narrar o horror e o trauma..... 382

Fabício Lucas Sampaio Moreira Almeida e Luiz Felipe Martos de Oliveira

Apresentação

A América Latina tem vivenciado processos de rupturas e de retomada dos regimes democráticos, que nos fazem repensar o seu passado autoritário. Trata-se de um desafio que estimula a construir e defender uma perspectiva de aprofundamento das democracias latino-americanas. Esta coletânea tem por finalidade apresentar reflexões de especialistas brasileiros e de outros países latino-americanos sobre as ditaduras e as transições democráticas na América Latina, no século XX.

Tendo como marco temporal inicial o golpe militar de 1954, na Guatemala, este livro aborda, a partir da História do Tempo Presente, os processos de construções políticas, sociais e culturais das ditaduras, assim como os períodos de transição e reconstrução das democracias em países como Brasil, Chile, Bolívia, Guatemala, Venezuela, Argentina, Uruguai. Estão reunidas nesta publicação diversas possibilidades interpretativas, sejam teóricas ou a partir de experiências específicas, em diálogo com o momento atual da região. Para contemplar a diversidade desses fenômenos, os capítulos apresentam reflexões sobre temas clássicos da agenda de pesquisa sobre os períodos autoritários, como golpes de Estado, por exemplo, e também investigações que têm auxiliado na renovação historiográfica em diversos países.

O livro apresenta dezesseis artigos de pesquisadores latino-americanos, dentre eles, docentes e pós-graduandos, que, a partir de suas pesquisas, possibilitam um relevante diálogo entre as diversas experiências de *Nuestra América*.

Boa leitura!



EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Ditadura militar e Poder Judiciário no Brasil: uma revisão bibliográfica

Angela Moreira Domingues da Silva¹

Rana Carvalho Itaborahy²

Em dezembro de 2024, completou-se dez anos da entrega do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O capítulo 17 do Relatório I tratou do “Judiciário na ditadura”, dividindo a análise em subtópicos sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), da justiça militar e da justiça comum, em níveis federal e estadual.

O texto chama atenção para o processo de hipertrofia do Poder Executivo, no que concerne à concentração de prerrogativas que pertenciam ao Poder Legislativo, editando normas como decretos-lei, atos institucionais e complementares. Tal movimento pôde ser visto, também, a partir do processo persecutório e punitivo que se deu, desde o imediato pós-golpe de 1964, ao largo do foro de julgamento político previsto, à época, na justiça comum.

Em geral, as pesquisas que se dedicam a compreender os meandros do funcionamento do sistema de justiça, durante a ditadura, debruçam-se sobre a atuação da justiça militar, ramo especial do Poder Judiciário, que atuou como foro político no período. Poucas são as obras que oferecem leitura e análise sobre como a justiça comum se comportou desde o golpe de 1964, se como espaço de repressão judicial, ou mesmo de freio e resistência frente

ao movimento persecutório iniciado nos primeiros dias do que viria a ser um longo regime autoritário. Das escassas análises sobre a justiça comum, destacam-se aquelas que iluminam a atuação do STF.

A importância de analisar a atuação do Judiciário, tanto em momentos de ruptura democrática, momentos de institucionalização e consolidação de ditaduras, como em conjunturas de transição reside no fato de que o sistema de justiça, a depender da natureza do regime autoritário em questão, é acionado, em todo ou em parte, como espaço de repressão judicial ou mesmo de apresentação de resistência política.

Diante desse quadro, passada a última década, vale o acompanhamento da produção bibliográfica sobre a atuação do Poder Judiciário durante a ditadura militar, assim como o questionamento acerca dos avanços investigativos, no campo acadêmico, sobre o tema, depois do trabalho da CNV. Tal capítulo pretende, portanto, apresentar uma espécie de revisão bibliográfica dos trabalhos que se voltaram a mapear e compreender de que forma o Poder Judiciário se comportou no período de 1964 a 1985.

Ainda que, para analisar a atuação de órgãos do Judiciário em determinadas conjunturas do período ditatorial, seja difícil separar o desempenho da justiça comum e da militar, para efeitos de sistematização bibliográfica organizaremos nossa revisão de literatura entre aquelas que se dedicam a um ou outro ramo do Judiciário.

A atuação da justiça comum

Uma das primeiras obras que se dedicou a pensar o que havia sido a atuação do Poder Judiciário durante a ditadura militar foi publicada no último ano de governo de um presidente militar, 1985. O presidente ainda era o marechal João Figueiredo quando o jurista Felipe Augusto de Miranda Rosa publicou a obra “Justiça e autoritarismo”, um livro curto e que tocava em questões fundamentais no que dizia respeito ao funcionamento do Judiciário durante a ditadura. Um dos pioneiros da Sociologia do Direito no Brasil³ dedicou-se a sistematizar informações sobre o processo persecutório desde a edição do Ato institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964. Para ele, tal dispositivo havia servido de “base para as primeiras ‘punições’ de uma longa série” (Rosa, 1985, p.10).

Na publicação, o autor registrou um fenômeno relativamente paradoxal, que caracterizou os anos iniciais do regime: a pressão oriunda de setores das Forças Armadas por punições políticas céleres e em quantidade significativa *versus* a atuação de membros dos tribunais que, apesar de se alinhar politicamente com a “causa revolucionária”, seguia os ritos previstos na legislação e limitava o avanço punitivo via Judiciário (Rosa, 1985, pp. 13 e 18).

Outro aspecto fundamental aos estudiosos da relação do Poder Judiciário, seja de repressão ou de resistência individual ou institucional, foi a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, e seu impacto. Entre inúmeras medidas com vistas a modificar o sistema jurídico brasileiro, construído ao longo do chamado intervalo democrático a partir da Constituição de 1946, o ato de força previa algumas modificações no sistema de justiça como, por exemplo, o aumento do número de ministros do STF de 11 para 16, o aumento do número de ministros do Superior Tribunal Militar (STM) de 11 para 15, além da transferência do julgamento dos crimes contra a segurança nacional, leia-se crimes políticos, da justiça comum para a esfera da justiça militar.

Rosa entendeu tal conjunto de mudanças como uma espécie de cessão do governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco às pressões realizadas de dentro da caserna, além de recurso para manter certo grau de legitimidade política, em uma conjuntura de institucionalização do regime político, entre 1964 e 1969 (Martins Filho, 1996).

A tese de Doutorado de Walter Cruz Swensson Jr. (2007) pode ser considerada trabalho pioneiro, na área de História Social, no que tange à atuação do STF, entre 1964 e 1979. Partindo do princípio de que o órgão agiu de modo inconstante e pouco uniforme, considerou de que modo fatores internos e externos ao tribunal ingeriram na sua dinâmica de atuação, produzindo momentos de maior independência política, em outros de maior coerção governamental para com o funcionamento e composição da corte, resultando em tensões e rupturas internas e com relação aos governos militares.

Analisando o mesmo período e o mesmo processo de institucionalização, Otávio Lucas Solano Valério (2010) se dedicou a compreender de que modo se deram as relações entre o STF e o Executivo militar, considerando três

aspectos fundamentais: (i) o papel desempenhado pela corte; (ii) o motivo e de que forma o tribunal foi “enquadrado no ‘espírito da Revolução’”; (iii) como o regime impactou e interviu no funcionamento da corte, no que dizia respeito à sua atuação como poder político e como protetor dos direitos e garantias individuais. A dissertação de Mestrado em Direito de Valério é uma referência incontornável para os estudiosos do STF durante a ditadura, pois detalha o impacto dos dois primeiros atos institucionais no funcionamento do tribunal mas, também, porque se dedica a analisar os acórdãos produzidos pela corte, a fim de compreender a influência da doutrina de segurança nacional no ordenamento jurídico brasileiro e de que modo o direito constitucional brasileiro foi sendo moldado, a partir das mudanças introduzidas após o golpe de 1964.

Com um escopo maior de investigação, partindo de uma perspectiva pouco usual de análise sobre o AI-2, Lenora Schwaitzer refletiu sobre como a reforma do Judiciário, empreendida pelo ato de força, impactou na reinstalação da primeira instância da Justiça Federal, que havia sido extinta em 1937, com o início da ditadura do Estado Novo (2017). Para a autora, o ressurgimento da Justiça Federal veio para atender a um aumento considerável das ações que diziam respeito ao processo intervencionista do Estado no domínio econômico. Lido a partir das transformações no sistema eleitoral – implementação do bipartidarismo – e da mudança na esfera julgadora dos crimes considerados políticos, já mencionada, o AI-2 é inserido, por Schwaitzer, em uma chave de leitura que amplia a perspectiva de análise considerando reforma do Judiciário, reforma administrativa, atuação das associações de classe dos advogados e intervenção estatal.

Considerando o texto relativo ao Judiciário, que integra o Relatório final da CNV, a presença da justiça comum aparece, sobretudo, ao narrar o acionamento do Judiciário por familiares de mortos e desaparecidos políticos, ainda durante a ditadura militar. Cita, por exemplo, ações de familiares de pessoas atingidas pela repressão que, ainda na década de 1970, ajuizaram ação contra a União, a fim de que a justiça produzisse uma decisão oficial e favorável a pedidos de “reparação integral dos danos morais e materiais suportados em decorrência do assassinato de seu esposo pelos órgãos de

repressão” (Brasil, 2014, p. 950). Tal diagnóstico dedica-se mais a mapear os movimentos da sociedade civil por reparação ou responsabilização do Estado pelos efeitos da repressão política, do que para compreender de que forma o sistema de justiça foi (re)modelado para produzir perseguição e repressão política em perspectiva judicial.

O que se pode observar desse processo é que existe uma lacuna acentuada de pesquisas que se debruçam sobre a estrutura, composição, competência e atuação da justiça comum, federal e estadual, durante a ditadura. Questões como, de que forma a justiça comum foi acionada no intervalo entre o golpe de 1964 e a edição do AI-2, para dirimir sobre supostos crimes políticos e enquadramento da lei de segurança nacional ainda estão por ser respondidas.

A atuação da justiça militar

A existência e a história da justiça militar brasileira são pouco conhecidas. Na verdade, a própria história do Poder Judiciário brasileiro e suas instituições não é muito explorada. Em geral, os historiadores pesquisam fontes judiciais para analisar determinados aspectos da nossa vida social e política, mas a atuação dos órgãos judiciais, em si, considerando sua estrutura, composição, regulamentos, competência, padrões decisórios, entre outros elementos que compõem sua arquitetura, são menos explorados pela nossa historiografia. Na conjuntura de rememoração crítica dos 60 anos do golpe de 1964, por exemplo, não observamos análises na chave “Poder Judiciário e ditadura”. Em geral, quando pensamos nesse subcampo de análises sobre a ditadura, o tema mais debatido pelos pesquisadores é a atuação da justiça militar, que atuou como foro político ao longo do período. De certa forma, estamos diante de um paradoxo: o órgão do Poder Judiciário mais estudado considerando sua atuação durante a ditadura é, justamente, aquele menos conhecido, atualmente, se considerarmos o organograma do Poder Judiciário brasileiro, incluindo as justiças especiais, Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar.

A história da justiça militar brasileira é longa. Criada em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a justiça militar brasileira

é um dos ramos mais antigos do Poder Judiciário. Passou por inúmeras modificações ao longo dos séculos XIX e XX, até chegar ao período da ditadura militar regida pela Constituição de 1946, com atribuição de julgar os crimes militares previstos no Código Penal Militar de 1944, editado ainda durante o Estado Novo.

Pouco sabemos sobre sua história desde a criação até o período ditatorial iniciado em 1964, mas alguns trabalhos nos dão informações sobre como o que é hoje um ramo especial do Judiciário foi sendo moldado desde a introdução de um órgão com caráter judicial voltado para lidar com os crimes militares. Historiadores como Adriana Barreto (2012, 2014, 2016a, 2016b, 2018) e Igor Andrade (2017) se debruçaram sobre documentação que nos permitiu entender como a justiça militar foi instituída e funcionou durante o período imperial. Já as pesquisas do historiador Renato Lemos (2007, 2012) e da cientista política Maria Celina D'Araujo (2006, 2010) voltaram-se para o período republicano, dando conta da Primeira República e da era Vargas, considerando o debate constituinte sobre a atribuição do foro militar e sua relação com o Tribunal de Segurança Nacional, respectivamente.

Partindo de abordagens teóricas distintas, tais obras sinalizam a linha tênue que separava o entendimento da época sobre a função da justiça militar, registrando o confuso debate sobre sua competência para o julgamento de crimes políticos e de civis. Vale ressaltar que esse debate chegaria com bastante força ao período da ditadura militar e produziria tensões, tanto entre o governo e os grupos militares intracaserna, mas também entre o STF e o STM, como veremos mais adiante (Silva, 2011).

O primeiro trabalho identificado que versa sobre a atuação do foro militar durante a ditadura foi o de Edmundo Moniz (1984). Buscando analisar o processo de aplicação da Lei de Segurança Nacional, legislação política da época, pela justiça militar, o jornalista já sinalizava criticamente o uso inadequado do foro militar para julgamento de crimes de natureza política, salientando, inclusive, como os militares acusados de crime político, também foram equivocadamente julgados pela justiça militar e não pela comum (1984, p. 15).

Ainda nos anos 1980, mais precisamente em 1985, foi publicado o livro *Brasil: nunca mais* (BNM), sucesso editorial resultante do trabalho desenvolvido desde 1979 por segmentos da sociedade civil, em busca de preservar a documentação judicial que havia tramitado na justiça militar, durante a ditadura militar (Arquidiocese, 1985).⁴ Com o intuito de sistematizar os dados colhidos nos processos judiciais, foram produzidas análises sobre a repressão ditatorial, a partir de documentação originada do próprio funcionamento da engrenagem repressiva. Dessa forma, os registros organizados e divulgados a partir do projeto BNM forneceu o pontapé inicial para os pesquisadores que se voltaram a analisar a atuação política da justiça militar durante a ditadura.

Decorre de consulta ao acervo do BNM, depositado no Arquivo Edgar Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as pesquisas dos historiadores Marco Aurélio Vannucchi de Mattos (2002) e Wilma Antunes Maciel (2003), que se dedicaram a compreender como o foro militar julgou os processos políticos movidos contra membros das organizações de esquerda armada, Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), respectivamente. Podemos afirmar que tais pesquisas inauguraram o interesse dos historiadores pela atuação da justiça militar durante a ditadura mas, também, a consulta aos arquivos que permitiriam conhecer de modo mais detido os meandros de funcionamento desse ramo do Judiciário em sua face mais autoritária.

Assim, consideramos que tais obras deram início as reflexões sobre justiça militar e ditadura, produzidas no século XXI, e que contariam com o reforço do historiador Renato Lemos, que passou a analisar a atuação do foro militar, a partir da trajetória e da documentação do general Peri Bevilacqua, ministro do STM, cassado em 1968, com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5) (Lemos, 2004).

Contando com uma série de artigos voltados para o entendimento do funcionamento do foro militar no período ditatorial, Lemos investiu em um conjunto de trabalhos com vistas a inserir a arquitetura judicial militar na formação do Estado ditatorial que se desenhou a partir de 1964 (2003, 2004b), tornando-se referência fundamental nos estudos sobre o tema. Na

mesma época, surgem as pesquisas do cientista político Anthony Pereira que, em perspectiva comparada, analisou os julgamentos políticos realizados durante as ditaduras argentina, brasileira e chilena (2004, 2010). No caso da brasileira, mais especificamente, o autor se debruçou sobre o arquivo do BNM, encarando o funcionamento da justiça militar como espaço repressivo judicial, na tentativa de compreender a dinâmica dos tribunais políticos dos três países, assim como a intensidade de construção do que chamou de um regime de “legalidade autoritária” em cada um deles.

No mesmo caminho, a agenda de pesquisa de Angela Moreira Domingues da Silva busca acompanhar diversos aspectos da história do foro militar, mais especificamente da sua segunda instância, o STM. Ao analisar o primeiro caso de condenação à morte por crime político, pela justiça militar, em 1971, do réu Theodomiro Romeiro dos Santos, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a historiadora buscou compreender de que modo havia sido construída tal decisão, assim como de que forma a repercussão externa e negativa à tal sentença influenciou na sua mudança para prisão perpétua (Silva, 2007).

Em pesquisa realizada no arquivo do tribunal, situado em Brasília (DF), a historiadora buscou compreender de que modo o tribunal procedia com relação aos julgamentos de réus civis e militares, acusados de crimes políticos e crimes militares. Em sua leitura, do que identificou como sendo a produção de um padrão decisório nos julgamentos, fez um detalhado levantamento dos tipos criminais e das penas aplicadas pelo tribunal, considerando os influxos da conjuntura política do momento, que acabavam por influenciar na construção da decisão (Silva, 2011).

Tradicionalmente, as pesquisas sobre a atuação da justiça militar durante a ditadura concentram-se em analisar o papel do STM. Em abordagem bastante inovadora em termos de objeto de estudo, a cientista política Erika Kubik Wanderley (2009) pretendeu compreender como se organizavam e atuavam as Auditorias Militares, primeira instância da justiça militar, pensadas como integrantes do aparato repressor, entre 1965 e 1968. Para tanto, a autora se utilizou da documentação do BNM e da sistematização que a equipe do projeto havia feito acerca da conformação dos Conselhos de Justiça, que funcionavam nas Auditorias Militares.

Nos anos 2010, a produção acadêmica sobre a atuação do STM, sobretudo durante a ditadura, estava caminhando para a consolidação e o reconhecimento da sua importância em uma agenda de pesquisas que consideravam matrizes teóricas distintas, mas também enfoques de investigação diferentes. A dissertação de Mestrado de Angélica Coitinho (2012), por exemplo, se dedicou a analisar a trajetória e a atuação específica do ministro Rodrigo Otávio Jordão Ramos, que apresentava linha de trabalho discrepante dos seus colegas de STM, ao reconhecer os casos de tortura que chegavam ao tribunal.

No caso de Angela Moreira, ao continuar desenvolvendo suas investigações, a autora mostrou o processo de alargamento de atribuições da justiça militar, a partir de 1965, passando a julgar os chamados crimes contra a economia popular, transformando padeiros, açougueiros e comerciantes, em geral, em réus por crimes contra a segurança nacional, por supostos crimes contra a economia do povo (Silva, 2014). Ainda buscando compreender a inserção da justiça militar no processo de institucionalização do regime autoritário, a historiadora Ayra Garrido (2019) passou a analisar o que chamou de transição jurídico-política da repressão, entre 1965 e 1969.

O historiador Carlos Fico, com o intuito de analisar a construção e a consolidação de uma moldura institucional durante a ditadura militar, buscou entender como a manutenção da Constituição de 1946 e a produção de uma legislação excepcional conviveram entre 1964 e 1967. A fim de analisar mais detidamente esse processo, acabou por inserir a justiça militar e, mais especificamente, o STM em suas considerações, justamente porque o foro militar passou a julgar civis acusados de crime político (Fico, 2021).

O movimento por acesso à documentação do arquivo do STM passou por processo de judicialização, quando o advogado Fernando Augusto Fernandes acionou o STF para ter o direito de consultar os áudios secretos das sessões do STM, durante a ditadura. O interesse pelo trabalho dos advogados de presos políticos, que atuaram no foro político durante o período autoritário, começou ainda nos anos de 1990. Ao tomar conhecimento da existência de fitas contendo a gravação dos áudios das sessões do tribunal, pôde examinar algumas delas, juntamente com o advogado Lino Machado Filho. Contudo, o material foi colocado em sigilo pelo STM, o que fez com

que os advogados recorressem ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela liberação do material em 2006.

Apesar da decisão da suprema corte, o STM disponibilizou, apenas, os áudios das sessões públicas, não das secretas, fazendo com que Fernandes apresentasse uma reclamação ao STF. Em 2017, a corte produziu decisão informando que o STM havia descumprindo sua ordem, ao estabelecer limitações para o contato com a documentação. Dessa forma, o STM foi obrigado a disponibilizar ao advogado o acesso a mais de dez mil horas de gravação de sessões realizadas entre 1975 e 1979. Vale ressaltar que tal fonte traz em seu conteúdo informações incontestáveis sobre casos de tortura realizadas por agentes repressivos, contra militantes políticos, e que chegavam ao conhecimento dos ministros do tribunal militar, durante os julgamentos.⁵

A liberação da documentação resultou na produção de pesquisas acadêmicas, que exploraram os áudios como fonte fundamental para entender a dinâmica das sessões e o processo de construção das decisões do tribunal militar de segunda instância. Entre eles, está a tese de Doutorado de Angélica Coitinho (2018), sobre a atuação do STM entre os governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, julgando crimes de assalto a banco e greves dos trabalhadores, por ocasião do surgimento do novo sindicalismo, no fim dos anos 1970. A tese de Leandro Lacerda (2022) busca questionar o motivo de, a partir de 1975, as sessões de julgamento do STM passarem a ser gravadas, mas também, analisa de que forma os conflitos na caserna impactavam na atuação do STM, além de como os ministros procederam nos julgamentos da oposição política.

Em pesquisa recente, a dissertação de João Vitor H. M. do Nascimento (2023) procura compreender, por meio dos áudios do julgamento do processo de Rosalice Fernandes, militante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ligada aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), como o tribunal atuou operando a lógica de princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), efetivando os interesses do capital multinacional e associado.

Nos últimos anos, dissertações de Mestrado como as de Rana Carvalho Itaborahy (2022) e de Flavia Pereira Martins (2024) abordaram a justiça militar como objeto de estudo, mas a partir de uma perspectiva de gênero. A primeira, em trabalho inovador, buscou compreender de que forma os julgamentos do STM, realizados contra mulheres militantes, foram influenciados por um arcabouço jurídico permeado por valores machistas e de enquadramento da mulher em papel social supostamente “apolítico”. A segunda buscou compreender como as mulheres militantes conformaram, em conjunto com seus advogados e advogadas, estratégias de defesa, frente a um sistema judicial repressor, arquitetado para um sistema valorativo masculino.

De modo geral, esse somatório de obras que se dedicou a entender a atuação da justiça militar durante a ditadura acabou por lidar com quatro conjuntos de questões que envolvia não somente o desempenho do foro, mas também os seguintes aspectos: (a) legislação acionada, a fim de regulamentar os crimes julgados, desde as Leis de Segurança Nacional, que definiam os crimes políticos, e o Código Penal Militar, documentos estes que foram sendo modificados ao longo do regime, à medida que havia maior ou menor recrudescimento político por parte dos governantes; (b) atuação com caráter mais político, voltado para os crimes contra a segurança nacional, ou corporativo, julgando os chamados crimes militares; (c) tipos de crimes, pois o foro militar ficou responsável pelo processo e julgamento de crimes de natureza variada, como os crimes militares, como deserção e insubordinação, os crimes contra a segurança nacional, os crimes políticos, corrupção e os crimes contra a economia popular; (d) réus dos mais variados, pois os julgamentos recaíram sobre um conjunto muito heterogêneo de réus que passou pelo foro judicial, como religiosos, estudantes, comunistas, padeiros, açougueiros, pessoas acusadas de sequestro de aeronaves e assaltos a banco, integrantes da luta armada, sindicalistas, entre outros; (e) tipos de penas, voltando à questão da legislação penal de que dispunha a justiça militar para julgar essa gama variada de crimes, os juízes e ministros tinham ao seu dispor e utilizaram com rigor um manancial punitivo que incluía penas como prisão perpétua, pena de morte, perda dos direitos políticos, condenações duplas que somavam 54 anos de reclusão, entre outras.

Considerações finais

Como pudemos observar a partir deste inventário de trabalhos que trata da atuação do Poder Judiciário durante a ditadura militar, o campo de pesquisas sobre a história da justiça militar desempenhando papel de foro político já se encontra consolidado. Há o que se pode chamar de uma superdimensão de produções, a partir de matrizes teóricas diversas, sobre sua competência, composição, organização, funcionamento, padrões decisórios, trajetórias individuais, entre outros aspectos que delineiam bastante sua existência entre 1965 e 1985.

Da mesma forma, o acesso à documentação, via arquivo do *Brasil: nunca mais*, arquivo institucional do próprio STM ou mesmo aos áudios das sessões do tribunal possibilitam leituras bastante profundas sobre o tribunal político da ditadura. Sua atuação como parte do aparato repressivo, em vertente judicial, também já foi reconhecida pela própria Comissão Nacional da Verdade, em seu Relatório final, como vimos.

Entretanto, quando consideramos a justiça comum, em toda a sua miríade e complexidade, atuando como foro político, entre 1964 e 1965, até a edição do AI-2, o que paira em termos de produção acadêmica é um completo desconhecimento. Salvo os trabalhos que analisam detidamente a atuação do STF, faz-se necessário preencher a lacuna mencionada, de modo a iluminar como se deram os primeiros movimentos persecutórios pós-golpe de 1964 e de que forma o Judiciário se comportou, se como espaço de repressão ou de resistência àqueles que se posicionaram contrários à destituição da ordem jurídica brasileira.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Igor Juliano Mendonça de. *Justiça inacabada*: a Seção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado e a justiça militar no Brasil (1842-1889). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório final*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

COITINHO, Angélica do Carmo. *Sob a toga e a farda: o ministro general de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)*. Dissertação de Mestrado em História, Unirio, Rio de Janeiro, 2012.

COITINHO, Angélica do Carmo. *O Superior Tribunal Militar durante a ditadura militar brasileira (1974-1985)*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais, FGV CPDOC, 2018.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção*. In: 30º. Encontro Anual da Anpocs, outubro de 2006, 2006, Caxambu. CD. Caxambu, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v. 9, n. 17, 2021.

GARRIDO, Ayra. *O General Pery Bevilaqua no Superior Tribunal Militar: a transição jurídico-política da repressão (1965-1969)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2019.

ITABORAHY, Rana Carvalho. *Justiça Militar e Julgamento de Mulheres nos “Anos de Chumbo” (1969-1974)*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, FGV CPDOC, 2022.

LACERDA, Leandro. *Legalidade Autoritária, Conflitos na Caserna e Repressão à Oposição: os Julgamentos Secretos no Superior Tribunal Militar durante o Governo Geisel*. Tese de Doutorado, Universidade Salgado de Oliveira, 2022.

LEMOS, Renato. Por inspiração de dona Tiburtina: o general Peri Bevilaqua no Superior Militar, 1965-1969. *Locus* (Juiz de Fora), v. 9, n.16, p. 113-124, 2003.

LEMOS, Renato. *Justiça Fardada – o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004a.

LEMOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004b.

LEMOS, Renato. A Justiça Militar na república. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOUZA, Adriana Barreto de; LEMOS, Renato. (Org.). *200 anos de Justiça Militar*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007, p. 74-106.

LEMOS, Renato. A Justiça Militar e a implantação da ordem republicana no Brasil (1889-1895). *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 13, p. 60-72, 2012.

MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. Dissertação de Mestrado em História, USP, São Paulo, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.

MARTINS, Flávia Pereira. *Entre silêncios e performances: as atuações femininas no Superior Tribunal Militar (1965-1978)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2024.

MATTOS, M. A. V. L. de. *Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Mestrado em História, USP, São Paulo, 2002.

MONIZ, Edmundo. *A Lei de Segurança Nacional e a Justiça Militar*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

NASCIMENTO, João Vitor H. M. do. *Jogando o empregado contra o patrão: a Hegemonia Esguiana e a Defesa do Capital Multinacional e Associado no Superior Tribunal Militar (1974-1979)*, Dissertação de Mestrado em História, UERJ, 2023.

PEREIRA, Anthony. "The dialectics of the brazilian military regime's political trials" in *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, 2004, pp.162-183.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Justiça e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SCHWAITZER, Lenora de Beaurepaire da Silva. *Desmistificando o AI-2: a recriação da Justiça Federal a partir da visão dos bacharéis em direito*. Tese de Doutorado, PPHPBC, FGV CPDOC, 2017.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura Militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2007.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos* (Maringá), v. 18, p. 51-73, 2014.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Justiça e autoritarismo no Brasil: crime contra a segurança nacional e pena de morte durante a ditadura militar. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 32, p. 111-127, 2014.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. O 'Poder desarmado': a atuação do Superior Tribunal Militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965). *Revista Perspectiva Histórica*, v. 2, p. 137-157, 2013.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Ditadura militar e segurança nacional: o restabelecimento da pena de morte em 1969. *Militares e política* (UFRJ), v. 6, p. 50-71, 2010.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Justicia militar y cuestiones de género: un estudio a ser desarrollado. In: RIAL, Juan. *La justicia militar: entre la reforma y la permanencia*. Buenos Aires: RESDAL, 2010.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais, FGV CPDOC, 2011.

SOUZA, Adriana Barreto de. Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860). *Acervo*, v. 25, p. 59-77, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. Conselho Supremo Militar e de Justiça e a interiorização de uma cultura jurídica de Antigo Regime no Rio de Janeiro (1808-1831). *Antíteses* (Londrina), v. 7, p. 301-323, 2014.

SOUZA, Adriana Barreto; SILVA, Angela Moreira Domingues da. *A organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, p. 361-380, 2016.

SOUZA, Adriana Barreto de; SILVA, Angela Moreira Domingues da. *A organização da justiça militar no Brasil: Império e República*. *Estudos Históricos*, v. 29, p. 361-380, 2016a.

SOUZA, Adriana Barreto de. A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820). *ALMANACK*, v. 1, p. 368-408, 2016b.

SOUZA, Adriana Barreto de. A Junta do Código Penal Militar de 1802: perspectivas, dilemas e resistências à reforma militar na corte de D. João. *ALMANACK*, v. 1, p. 56-96, 2018.

SWENSSON JR., Walter Cruz. *Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)*. Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, 2006.

VALÉRIO, Otávio Lucas Solano. *A toga e a farda: o Supremo Tribunal Federal e o regime militar (1964-1969)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *As Auditorias Militares no Aparato Repressor do Regime Ditatorial (1965-1968)*. Mestrado em Ciência Política, UFSCar. 2009.

Notas

1. Graduada em História (UFBA), mestre em História Social (UFRJ) e Doutora em História, Política e Bens Culturais (FGV CPDOC). Professora adjunta do Departamento de História da UFF.
2. Graduada em Ciências Sociais (FGV CPDOC) e mestre em História, Política e Bens Culturais (FGV CPDOC).
3. Para maiores informações sobre sua atuação e produção, ver: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/19406/felippe-augusto-miranda-rosa.pdf?v23>.
4. Para maiores informações sobre a constituição do acervo *Brasil: nunca mais*, ver: “Armazém memória”, disponível em <https://armazemmemoria.com.br/centros-bnm/>; “BNM Digit@l”, disponível em <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.
5. Para maiores informações, ver o portal criado pelo advogado, disponibilizando publicamente os áudios: <https://vozhumana.com.br/>.

Gênero, militância e repressão nas trajetórias de Iara Iavelberg e Jessie Jane Vieira de Souza durante a ditadura brasileira

Izabel Pimentel da Silva¹

Juliana Marques do Nascimento²

Introdução

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas na América Latina, em especial na região do Cone Sul, pela emergência de governos autoritários que possuíam uma característica em especial: a presença de militares no poder. Contando com o apoio de amplos setores civis, estes militares implantaram e sustentaram longas ditaduras. Reconhecer o apoio de parcelas significativas das sociedades a estes regimes na América do Sul não significa, no entanto, ofuscar os movimentos de resistência que, em suas múltiplas facetas, desafiaram as ditaduras. Neste contexto, as organizações revolucionárias, que optaram por formas mais radicais de luta política, exerceram um papel de destaque e marcaram de forma indelével a segunda metade do século XX no Cone Sul da América. Para além da resistência, esses grupos guerrilheiros sobressaíram-se também pela perspectiva ofensiva, pelo combate ao capitalismo e ao imperialismo, e pela elaboração de projetos revolucionários que visavam à construção de uma nova sociedade (Silva, 2018).

No Brasil, mais de 40 organizações clandestinas atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970. Essas organizações revolucionárias, embora almejassem, sobretudo, iniciar a guerrilha rural, ficaram notabilizadas por suas ações armadas nas cidades. Estes grupos armados também representaram a (e foram marcados pela) maior inserção das mulheres nas organizações comunistas surgidas no pós-1964. A partir dos dados computados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*³, e sintetizados por Marcelo Ridenti, podemos constatar que a maioria dos militantes das esquerdas era composta por homens: dos 4.124 processados pela Justiça Militar, 3.464 eram do sexo masculino, perfazendo um total de 84,0%. Nos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres ficou entre 15% a 20% (Ridenti, 1993: 197). Em sua maioria, estes militantes eram brancos.

No entanto, o percentual de mulheres que participou de organizações da esquerda armada não deve ser menosprezado, pois, embora pareça relativamente baixo, como destacou Ridenti, refletia uma importante ruptura com o papel submisso até então relegado a elas na sociedade brasileira, baseado, por exemplo, na ausência de participação no mundo da política. Além disso, o número de processadas por vinculação aos grupos armados foi superior ao de processadas por integração às esquerdas tradicionais. Por exemplo, nos processos relativos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), apenas 4,7% eram mulheres. O sociólogo ressalta ainda que “a participação relativa feminina nas organizações de esquerda armada era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil” (Ridenti, 1993: 198-199).

Vale salientar que esses números referem-se apenas às pessoas processadas e excluem as mulheres que foram presas e mortas à margem dos processos legais, além daquelas que não foram processadas e muitas vezes sequer eram consideradas militantes, mas arriscaram suas vidas “ao abrigarem reuniões, ao esconderem pessoas, ao guardarem consigo documentos e informações cruciais para os grupos da esquerda e da resistência” (Briggmann; Wolff, 2019: 303).

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória de duas revolucionárias que atuaram nas organizações das esquerdas armadas brasileiras ao longo das décadas de 1960 e 1970: *Iara Iavelberg*, militante da Vanguarda Popular

Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); e *Jessie Jane Vieira de Souza*, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Com trajetórias familiares, pessoais, profissionais e políticas bastante distintas, as duas personagens representam o universo de mulheres que ousaram combater a ditadura e contestar o papel tradicionalmente a elas destinado na sociedade brasileira. A partir das trajetórias destas duas revolucionárias, este texto tem por objetivo destacar a participação feminina⁴ nas esquerdas revolucionárias brasileiras e, sobretudo, discutir como as clivagens de gênero, por um lado, marcaram a repressão política da ditadura brasileira e, por outro, perpassaram a militância no interior de organizações revolucionárias, predominantemente masculinas.

1. Iara e Jessie: duas revolucionárias, distintas trajetórias

Iara Iavelberg nasceu em São Paulo, capital, em 1944. Filha primogênita de David e Eva Iavelberg, ambos judeus e imigrantes europeus, originários da Romênia (atual Moldávia) e da Hungria, respectivamente. A família residia no Ipiranga, um bairro operário à época, numa casa nos fundos de um pequeno comércio do qual era proprietária, e que tinha como público-alvo justamente os trabalhadores da região.

Jessie Jane Vieira de Souza nasceu em 1949, na cidade de Bom Jesus do Galho, no interior de Minas Gerais. Filha de Washington Alves da Silva e Leta de Souza Alves, Jessie Jane e seus irmãos cresceram em uma família comunista, com seu pai e mãe filiados ao PCB. Em 1962, a família de Jessie mudou-se para a Zona Leste de São Paulo, onde seu pai passou a trabalhar como operário e sua mãe como secretária em uma escola. Jessie, então com 13 anos, “passou não só a acompanhar sua mãe nas reuniões de base do partido na região da Penha, mas a presenciar o grande número de quadros do PCB que procurava sua casa para a realização de reuniões e para se esconder da polícia” (Ribeiro, 2018:114). A convivência com os “velhos comunistas” marcaria sua formação política. Inserida num ambiente familiar onde a política fazia parte do cotidiano, Jessie iniciou sua militância ainda muito jovem, embora não tenha tido atuação no movimento estudantil secundarista.

A família Iavelberg, por sua vez, não tinha qualquer relação com a política. Por outro lado, apesar de não serem religiosos, os pais faziam questão de que os filhos tivessem uma criação “judaica”, estimulando a frequência de espaços culturais e de lazer ligados à colônia paulistana, além da convivência com jovens judeus. Neste cenário, aos 13 anos, Iara engatou um namoro com um vizinho, judeu e estudante de Medicina, de 22. O relacionamento contou com o apoio incondicional, sobretudo da família Iavelberg, até mesmo quando, em 1960, alguns dias depois de completar 16 anos – a idade legal para tanto –, os dois se casaram, com cerimônias civil e religiosa.

Ainda que tenha interrompido os estudos por um ano, com o objetivo de ser dona de casa em período integral, as amigas afirmam que o fato de o marido passar muito tempo fora de casa, estudando e trabalhando, logo a levou a voltar ao colégio e, posteriormente, ingressar no ensino superior. Em 1963, Iara passou a cursar Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP), e tinha aulas majoritariamente na Faculdade de Filosofia, localizada na Rua Maria Antônia, epicentro político e sociocultural. Neste ambiente, ela entrou em contato com o movimento estudantil e alguns grupos de esquerda e, após o golpe civil-militar de 1964, ingressou formalmente em um deles: a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop). A escolha deste agrupamento se deu principalmente por sua oposição ao PCB, maior referência das esquerdas até então, que enfrentava grande desprestígio após sua postura diante das movimentações que culminaram no golpe.

Na Polop, Iara aprofundava sua formação teórica e política, ao mesmo tempo em que atuava em ações de panfletagem em meios operários, e disputava posições no movimento estudantil. Em 1966, foi eleita presidente do centro acadêmico do curso de Psicologia. Porém, no ano seguinte, influenciados pela leitura do livro *Revolução na revolução*, do francês Régis Debray, ela e outros militantes resolveram romper com a Polop e fundar uma organização que iniciasse imediatamente a luta armada com a ditadura. Em 1968, o grupo seria oficialmente batizado de VPR.

Paralelamente ao engajamento político, Iara trabalhava como professora universitária em instituições privadas e na própria USP, onde também havia

ingressado no Mestrado em Psicologia. No entanto, sua renda era destinada majoritariamente aos cofres da organização. Ademais, em 1965, ela e o marido se desquitaram por incompatibilidades políticas e afetivas.

Mesmo quando casada, ela manteve diversos relacionamentos efêmeros com outros homens, que seguiram ocorrendo, até o início de 1969, quando Iara conheceu Carlos Lamarca, militar das Forças Armadas que desertou para aderir à resistência contra a ditadura, especificamente na VPR. Embora ele fosse casado e tivesse dois filhos, que foram enviados juntamente com a esposa para Cuba após sua deserção, Iavelberg e Lamarca passaram a viver um relacionamento estável, que perdurou até a morte de ambos, em 1971.

Em 1968, após uma prisão ocasionada por envolvimento com o movimento estudantil, Iara entrou para a clandestinidade, passando a dedicar-se exclusivamente à militância. Viveu em diferentes “aparelhos” na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, e participou por cerca de quatro meses do treinamento de guerrilha realizado pela VPR no Vale do Ribeira, próximo à fronteira do estado de São Paulo com o Paraná. Contudo, um desejo que não conseguia realizar permeava seu cotidiano: ser mãe. De acordo com pessoas próximas, esse seria o único motivo pelo qual deixaria a militância clandestina e ela e seu companheiro estavam sempre tentando engravidar.

Também após 1964, o pai de Jessie Jane foi um entre os muitos militantes que romperam com o PCB e, reunidos em torno de Carlos Marighella, criaram o “Agrupamento Comunista de São Paulo” que, no final de 1968, assumiu a denominação de ALN. A casa de sua família serviu de abrigo e esconderijo para diversos militantes da ALN e de distintas organizações revolucionárias que atuavam no Brasil no pós-1964. E foi em um desses episódios de oferecer abrigo que Jessie conheceu, em meados de 1969, aquele que seria seu companheiro por toda a sua vida: Colombo Vieira de Souza Júnior.

Jessie e Colombo ingressaram na ALN e entraram para a clandestinidade no final de 1969, após o aumento das prisões de muitos militantes próximos. Durante este período, Jessie participou de algumas ações de expropriações de carros, que seriam utilizados em outras ações de expropriações de bancos.

Mas os militantes do grupo de ação a que estavam ligados foram presos. Isolados em *São Paulo*, *Jessie e Colombo partiram* para o Rio de Janeiro, visando retomar os contatos com a organização. Como não conseguiram estabelecer esses contatos, planejaram, junto com os irmãos Eiraldo Palha Freire e Fernando Palha Freire (que eram vizinhos de Colombo Vieira), uma ação armada ousada e arriscada: sequestrar um avião para partir para Cuba e trocar passageiros e tripulantes por presos políticos, entre eles o pai de Jessie, que fora preso em janeiro de 1970.⁵

No dia 1 de julho de 1970, os quatro jovens embarcaram no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro: Jessie disfarçada de grávida com duas armas na barriga e Eiraldo com uma pistola escondida no sapato, numa época em que a segurança nos aeroportos era fraca. Antes de chegar a São Paulo, os quatro militantes anunciaram o sequestro do avião e obrigaram o piloto a retornar com a aeronave para o Rio de Janeiro para reabastecê-la, visando partir para Cuba, com o objetivo de trocar tripulantes e passageiros por presos políticos. Ao retornar ao Galeão, o avião foi cercado na pista e invadido pelas forças de segurança. Jessie e seus companheiros foram presos. Ela tinha 20 anos quando foi presa em 1970.

Também em 1970, majoritariamente após o fim do treinamento de guerrilha e das ações de captura promovidas pela VPR – em alguns casos, em conjunto com outras organizações –, o cotidiano de Iara se tornou mais difícil. A polícia política parecia estar sempre muito próxima e as divergências com os companheiros de organização pareciam irreconciliáveis. Assim, no início de 1971, Iara e Lamarca se desligaram da VPR, ingressando no MR-8. O objetivo era iniciar imediatamente a luta armada no campo, onde o grupo afirmava ter estrutura pronta para isso

Assim, em julho de 1971, o casal foi transferido para a Bahia: Lamarca para o interior, para já participar das atividades políticas; Iara para a capital, em busca de tratamento para um problema de saúde. Entretanto, na manhã do dia 20 de agosto, o apartamento onde vivia foi alvo de uma operação policial, durante a qual ela foi assassinada com um tiro dado possivelmente pela janela, sem ter sido identificada previamente. A versão oficial dada pelas autoridades do Estado foi a de que ela teria se suicidado para evitar a

prisão, e seu laudo necroscópico jamais veio a público. Esse dado, no entanto, foi comprovadamente desmentido em 2005, após anos de questionamento da família Iavelberg, através de uma perícia realizada pelo médico-legista e professor da USP, Daniel Muñoz. Posteriormente, a Comissão Nacional da Verdade ratificou a decisão, promovendo o reconhecimento oficial do Estado brasileiro pelo assassinato de Iara Iavelberg, aos 27 anos.

Jessie Jane, por sua vez, ficou detida no presídio Talavera Bruce em Bangu (RJ) até 1979. Foi a militante política que ficou mais tempo presa durante a ditadura e a primeira no Rio de Janeiro a receber visitas íntimas. Ainda na prisão, casou-se com Colombo Vieira (que também estava preso), engravidou e deu à luz sua filha única. Após sua soltura, participou da luta pela anistia e pelas liberdades democráticas durante o processo de redemocratização no país. Continua ligada às lutas por memória, verdade e justiça no Brasil.

2. Militância e gênero nas esquerdas revolucionárias brasileiras

Che Guevara – líder da revolução cubana e um dos teóricos mais importantes para as esquerdas armadas brasileiras –, no clássico *A guerra de guerrilhas*, tratou da presença feminina na luta armada, afirmando que embora “mais fracas”, as mulheres poderiam pegar em armas e lutar ao lado dos homens. Ademais, apontou que, em função de suas condições físicas “inferiores” ao desejado para um guerrilheiro, elas poderiam atuar como mensageiras, transportar objetos ou dinheiro com mais segurança (Guevara, 1961:53). Régis Debray (1967:44), teórico francês cujos escritos objetivavam difundir a experiência em Cuba, foi mais enfático: “somente sob o risco de perder iniciativa, velocidade de movimento e capacidade de manobra, uma unidade de guerrilha pode levar consigo mulheres, crianças e pertences domésticos de uma aldeia para outra”. Isso não significa, no entanto, que não houvesse militantes mulheres nas organizações brasileiras: estima-se que a participação feminina em grupos de luta armada foi maior do que o engajamento nos partidos comunistas tradicionais nas décadas anteriores (Wolff, 2007:20).

Embora a atuação das mulheres nas esquerdas revolucionárias rompesse com os padrões associados à época ao comportamento ideal das mulheres, é importante destacar que naquele contexto dos anos 1960 e início dos anos 1970 as reivindicações das mulheres guerrilheiras não possuíam um caráter feminista. Jessie Jane, ex-militante da ALN, afirma que ao longo de sua militância “essa questão [feminista] não era absolutamente colocada, essa coisa de gênero, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês” (Souza *apud* Góis e Quadrato, 2008:23).

De fato, a participação feminina na esquerda armada brasileira não foi motivada pelos debates sobre gênero ou “pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira” (Bastos, 2007:45). Mas, ainda assim, se, por um lado, a militância política transformou a vida destas mulheres, por outro, “ellas perturbaron con su género las estructuras políticas y militares donde se insertaron” (Oberti, 2015:16).

No interior das organizações revolucionárias, prevalecia a tese de igualdade entre os sexos: homens e mulheres eram igualmente militantes da revolução. Contudo, as atividades consideradas de maior importância eram designadas, na maior parte das vezes, aos homens: “as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam” (Costa, 1980:113). Às mulheres eram delegadas, em sua maioria, as atividades que, “embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como o levantamento de informações, as observações de campo, o apoio logístico e as estratégias de emboscadas” (Kotchergerenko, 2011:293). Poucas mulheres conseguiram chegar aos cargos de direção das organizações revolucionárias.

Nesse sentido, Vera Sílvia Magalhães, militante da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro, destacou-se como uma das poucas mulheres a ocupar um cargo de direção dentro da hierarquia das organizações revolucionárias: “Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista” (Magalhães *apud* Carvalho, 1998:172).

Sobre as dificuldades das mulheres para ascender dentro da hierarquia das organizações, Jessie Jane tem uma visão distinta: “Eu não vivi dessa forma e acho que tem um pouco a tendência de uma coisa anacrônica (...). Quem é que escreve sobre o período? Os homens! (...) então tem certa ascendência, na questão da memória, das memórias masculinas ou escritas pelos homens. Mas naquele contexto, eu não sentia dessa forma” (Souza *apud* Góis e Quadrat, 2008:24).

Em entrevista mais recente, Jessie reafirma que ao longo de sua militância revolucionária não identificou desigualdades de gênero, pelo menos não nos espaços onde conviveu e militou:

Olha, eu acho essa discussão absolutamente fora do tempo e do espaço. (...) Essa questão do feminismo e desse protagonismo das mulheres que se pensa hoje não estava colocada nesse período. Então, é uma visão um pouco da retrospectiva de pessoas que depois se entenderam feministas e tal. Eu acho que é uma discussão fora do lugar. (...) Muitas mulheres tiveram protagonismo na luta armada, por exemplo. É óbvio que o machismo existia, a esquerda é machista. A de antes e a de hoje, você tem um mundo que tem esses valores machistas. Mas eu acho que discutir isso naquele momento, acho um pouco... Não sei se essa coisa estava colocada. Para mim nunca foi colocado isso.⁶

Para Jessie, o debate sobre as desigualdades de gênero no interior das organizações revolucionárias das décadas de 1960 e 1970 foi iniciado posteriormente pelas militantes exiladas que retornaram ao país, após contato com os feminismos que agitavam o cenário dos Estados Unidos e de países da Europa.⁷ Nesse sentido, as experiências e trajetórias das mulheres que vivenciaram o exílio são muito distintas das mulheres cujas vidas foram marcadas pela experiência da prisão, como é o caso de Jessie Jane.

Se a experiência da prisão prolongada certamente marca o olhar retrospectivo de Jessie, podemos inferir também que sua militância em uma organização menos hierarquizada, em que as mulheres não necessariamente precisavam da autorização ou do crivo dos militantes homens para realizarem ações armadas, também impacta suas narrativas. Além disso, as memórias sobre a sua militância revolucionária reforçam que ela não era uma jovem

universitária da classe média carioca, como muitas das militantes com que conviveu na prisão. Para Jessie, essa origem de classe atravessa as memórias dessas mulheres que depois se envolveram nos movimentos feministas – dos quais ela não se aproximou muito – e problematizaram a atuação das organizações revolucionárias a partir das clivagens de gênero. Em seu depoimento, Jessie destaca mais as questões de *classe* que as de gênero.⁸

Ainda que não tivesse total consciência disso, a trajetória de militância de Iara Iavelberg permite identificar com mais precisão exemplos concretos de preconceito de gênero dentro das esquerdas armadas. Como dito anteriormente, Iara iniciou seu engajamento político ainda em 1964, logo após o golpe civil-militar, na Polop. Nesse período, suas funções tinham relação sobretudo com o movimento estudantil universitário, com participação em reuniões e formação teórica de quadros; em assembleias, ações de agitação e panfletagem nos meios estudantis e operários; e discussões com entidades como a União Estadual dos Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) etc.

Apesar dessas atividades, ela não era bem-vista pelos companheiros – majoritariamente homens – e, mesmo tendo atuado no grupo por cerca de três anos, jamais alcançou uma posição de liderança. Eder Sader, um dos fundadores da Polop e mais importantes quadros no período, recordou em entrevista dos anos 1980: “talvez antes não fosse das que mais se destacava nas discussões, porque tinham um caráter excessivamente doutrinário. (...) A fraca participação dela também podia ser interpretada como fraqueza teórica”. Sua esposa e também militante, Regina Sader, rememorou outro aspecto da resistência do grupo para com Iavelberg: “era uma mulher liberada, numa época de muito preconceito, o que gerava comentários. (...) era separada, vivia só”.⁹

Outros quadros mais jovens e do sexo masculino não enfrentavam o mesmo problema, tendo ascendido rapidamente a cargos e funções ligadas à diretoria. Foi o caso de Jary Cardoso que, alguns meses após ingressar na organização, foi indicado para a direção da UNE e da própria Polop. Em entrevista concedida em 2021, ele atribuiu a diferença entre sua trajetória e a de Iara ao “machismo predominante em todos os meios”, mas também ao

fato de ela supostamente “não se destacar como intelectual teórica e analítica da conjuntura nacional e internacional”.¹⁰

No entanto, em meados de 1967, influenciados pelo livro *Revolução na revolução* (Debray, 1967), alguns militantes paulistas da Polop – entre os quais se incluía Iavelberg – promoveram um “racha”, do qual se formou uma nova organização, futuramente batizada de VPR. Wilson Fava, tido como um dos fundadores do novo grupo, não se recordou de qualquer atividade desempenhada por ela nesse período. De acordo com suas memórias, o envolvimento de Iara teria se concretizado somente após seus relacionamentos amorosos com integrantes da direção.¹¹

Contudo, outras evidências apontam para uma direção diferente. Embora não haja nenhum indicativo de que ela tenha participado de ações armadas de fato,¹² além de destinar parte de seu salário mensalmente aos cofres da organização desde suas origens, Iara preparava e ministrava aulas teóricas em cursinhos fornecidos aos novos militantes; encontrava residências para abrigar aqueles em situação de clandestinidade; e, inserida no Setor Urbano, auxiliava na produção do material de imprensa da organização.

Ainda assim, seu trabalho não era suficiente para que fosse vista e reconhecida. Celso Lungaretti, integrante do Comando Regional da VPR em São Paulo em 1969, declarou tê-la encontrado apenas uma vez: “lembro-me apenas da sua imagem (pareceu-me uma universitária típica, como as que eu via nas assembleias na Maria Antônia)”. Quando a ele foi apresentado um documento, de autoria de Iara, a respeito de uma reunião da Regional da qual ambos participaram, em conjunto com mais 13 militantes, ficou surpreso: “foi chocante para mim, ter constatado que a Iara estava naquela conferência. Durante meio século fiquei sem o saber”.¹³

Já no início de 1970, Iara e outros 18 quadros participaram por cerca de quatro meses de um treinamento de guerrilha, realizado na região do Vale do Ribeira. Além dela, havia apenas outras duas mulheres: Carmen Monteiro e Tercina Dias, a “Tia” – sendo a última apenas responsável pela “fachada legal” do local, habitando uma casa na entrada do sítio onde as atividades ocorriam.

De acordo com atas de reuniões realizadas nesse período, Iara, em 2 de abril, teria afirmado que o objetivo de sua ida ao treinamento teria relação direta com a “importância e responsabilidade da vinda das primeiras mulheres”, ressaltando ainda que considerava que “a [situação da] mulher na guerra de guerrilhas e na esquerda em geral” era um problema político importante, dado que elas estariam “sendo postas sempre em jogo”. Sua fala foi rebatida pelo militante de codinome André, que teria dito que a ocasião “não é para testar se a mulher dá ou não para ser guerrilheira. Aqui haveria repressão, e se houvesse, atrapalhariam, pois as companheiras não têm condição” (Nascimento, 2024:200-202).

Para além da crença de que as mulheres seriam mais fracas que os homens, certas características historicamente associadas ao “feminino” eram consideradas impróprias para o “verdadeiro guerrilheiro”: vaidade, delicadeza e sentimentalismo. Iara possuía esses traços, e fazia questão de mantê-los e ressaltá-los, mesmo na vida clandestina – o que incomodava os companheiros, que associavam a “feminilidade” à burguesia.

Ademais, sua formação teórica – considerada insuficiente na primeira organização – era, por vezes, vista como exacerbada e imprópria para a VPR. Em discussão no Vale do Ribeira, em 3 de abril de 1970, o militante de codinome Nicola apontou que, em sua concepção, “dois grupos se formaram prejudicando o treinamento. Grupo intelectual são os deuses da revolução. Grupo regionalista, o dos carneiros”. Entre os intelectuais, ele incluiu Iavelberg, que, segundo suas impressões, “se julgava superior por ter curso superior” (Nascimento, 2024:210).

Desde 1969, Iara vivia um relacionamento amoroso com Carlos Lamarca. Sem formação política e adepto da ação prática, passou a se dedicar mais às leituras teóricas após iniciar o namoro. Militantes igualmente de origem militar consideravam-na “má influência”, conforme demonstra informe do agente infiltrado Cabo Anselmo: “os da VPR em Cuba impunham a Lamarca que se separasse de Iara imediatamente; para que continuassem todos na organização e no Comando, essa era uma condição de que não abriam mão.”¹⁴

Evidencia-se, então, um fio que acompanhou Iara em diversos momentos de sua vida política: a *inadequação*. Ora com base em suas origens

socioeconômicas, ora tendo como justificativa seus comportamentos, ela foi considerada inadequada para certas funções. Suas habilidades teóricas em alguns momentos eram vistas como insuficientes; em outros, entravam no caminho de uma organização que se colocava como defensora da prática. Seus pedidos por participação em ações armadas eram negados, em função de sua suposta inabilidade física irremediável. Destaca-se, portanto, o caráter conservador e moralista das organizações: não obstante se coloquem como revolucionárias em *todos os sentidos*, sobretudo em relatos posteriores à ditadura,³⁵ as fontes apontaram indiscutivelmente para a influência direta dos papéis de gênero na distribuição de tarefas, internas e externas, e na própria definição da pessoa como militante ou não.

3. Repressão política e violência de gênero na ditadura

Ancorando-se no tripé *vigilância-censura-repressão*, a máquina repressiva da ditadura recaiu sobre toda a sociedade brasileira, construindo um “círculo do medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura” (Napolitano, 2015:128), ao mesmo tempo em que dizimou as esquerdas armadas brasileiras ainda na primeira metade da década de 1970. As organizações revolucionárias, a despeito do sucesso de suas primeiras ações armadas, caminharam para um crescente isolamento social. Sem apoio, afastados das bases sociais, os grupos isolaram-se e tornaram-se vulneráveis para a ditadura, que sofisticava e aperfeiçoava seus sistemas de informação e seus órgãos de repressão e elevava a tortura à política de Estado, ainda que nunca assumida (Silva, 2024).

Na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os seus militantes, em sua maioria, presos, exilados, mortos e/ou “desaparecidos”. Estes também foram os destinos de nossas duas personagens. Iara Iavelberg figura na lista de mortos e desaparecidos políticos da ditadura. Por sua vez, Jessie Jane Vieira de Souza ficou presa de 1970 a 1979. Além de vítimas da repressão política da ditadura, as trajetórias destas duas revolucionárias também foram marcadas pela *violência de gênero* que atravessava a repressão da ditadura.

Jessie Jane foi presa em 1 de julho de 1970, junto com seu companheiro Colombo Vieira e outros dois militantes da ALN, os irmãos Eiraldo Palha Freire e Fernando Palha Freire, durante a ação do sequestro do avião Caravelle, que decolou do Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro com destino a Buenos Aires e escala prevista em São Paulo. Como vimos, ao retornar ao Galeão, o avião foi cercado na pista pelas forças de segurança, que invadiram a aeronave. Os quatro militantes foram presos e Eiraldo de Palha Freire foi baleado pelos agentes da repressão durante a invasão, vindo a falecer dias depois (Brasil, 2014:461).

Após a prisão, Jessie foi levada para as dependências do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CISA), na Base Aérea do Galeão, e depois para o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que funcionava no bairro da Tijuca (RJ), espaços onde foi torturada. Ao lembrar esse período, Jessie destaca: “eles tinham uma gana enorme comigo, *porque eu era mulher*. Eu caí no meio deles. Foi chute, soco, eu reagi como pude (...) muita pancadaria e choque. Tinha um comandante da PA (Polícia da Aeronáutica), o coronel Correa, completamente tarado” (Souza, Jessie *apud* Carvalho, 1998:330. Grifos nossos).

A fala de Jessie Jane retrata como a repressão política da ditadura também foi marcada pela violência de gênero, que atingia as mulheres militantes, encaradas como duplamente desviantes: ousaram combater a ditadura e ousaram contestar o papel tradicionalmente destinado às mulheres na sociedade. Para a repressão, a mulher militante era sempre a “puta comunista”, ou seja, uma dupla “subversão” (Colling, 1997). A mulher militante não estava “associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia” (Joffily, 2005:127). Assim sendo, a tortura sistemática aplicada aos militantes das esquerdas tinha, no caso das mulheres, também a função de corrigir seus supostos desvios de gênero e colocá-las em seu “devido lugar”.

Após os dias de interrogatórios e torturas no DOI-CODI, Jessie Jane foi julgada no Tribunal Militar e condenada a 18 anos de prisão. Depois foi levada para a Penitenciária Talavera Bruce, no complexo de Gericinó em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, onde as presas políticas eram

mantidas separadas das chamadas presas comuns. As presas políticas do Talavera Bruce se organizaram em um coletivo e lutaram muito, inclusive com greves de fome, para conquistar, ao longo dos anos, alguns direitos, que não foram estendidos às presas comuns, como assistir televisão, ouvir rádio, ler jornal, receber visitas, manter as celas abertas no pavilhão durante o dia, entre outros. Estas mulheres transformaram o horror do cárcere em uma experiência de luta, resistência e também de solidariedade e afeto.

Além da relação com outras presas, Jessie também conseguiu manter e reforçar os laços afetivos com aquele que seria seu companheiro por toda a vida, Colombo Vieira. Namorados desde 1969, eles foram presos juntos em julho de 1970. Jessie foi levada para o presídio Talavera Bruce em Bangu (RJ) enquanto Colombo ficou preso no Instituto Penal Cândido Mendes na Ilha Grande em Angra dos Reis (RJ). Como a família de Jessie estava na clandestinidade ou no exílio, ela não recebia visitas na prisão. Por isso, ela e Colombo decidiram se casar para Jessie poder receber a visita da sogra. Após conseguirem autorização judicial e depois de muitos anos sem se ver, se encontraram, puderam se abraçar e, algemados, assinaram os documentos do casamento civil.

Ainda que separados pela prisão, Jessie e Colombo mantiveram contato através das muitas cartas trocadas entre 1970 e 1976, que, contudo, estiveram sujeitas à censura da ditadura. Em 1975, já durante o governo Geisel, Jessie Jane conseguiu a inédita autorização judicial para receber visitas íntimas do marido. Nenhuma mulher no Estado do Rio de Janeiro tinha esse direito no sistema penitenciário. Colombo – que tinha sido transferido junto com outros presos políticos da Ilha Grande para o Presídio Frei Caneca no Rio de Janeiro – passou a visitar Jessie de 15 em 15 dias.

Jessie engravidou na prisão. Enquanto gestante, não teve acesso ao pré-natal e atendimento médico no sistema carcerário. Os hospitais militares se recusaram a fazer o parto. Com a ajuda de militantes das organizações das esquerdas, foi transferida de camburão para uma clínica particular, onde ficou sob constante vigilância policial. Sua filha nasceu no dia 20 de setembro de 1976: Leta Vieira de Souza, nome em homenagem à sua mãe. Jessie ficou com a filha no Talavera Bruce até os seis meses, quando decidiu deixá-la com sua sogra para que a menina não crescesse no ambiente hostil da prisão.

Com a reforma da Lei de Segurança Nacional no final de 1978, Jessie e Colombo foram soltos no início de 1979: foram presos no mesmo dia e saíram da prisão também no mesmo dia. Em liberdade e, novamente com a filha nos braços, Jessie Jane e Colombo enfrentaram muitas dificuldades para reconstruir a vida e reinserir-se na sociedade.

A partir da década de 1980, Jessie ingressou no mundo acadêmico: fez graduação, mestrado e doutorado em História. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e professora de História da América na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se aposentou. Jessie Jane continua ligada às lutas por memória, verdade e justiça no Brasil. Colombo faleceu em 25 de abril de 2021, durante as gravações da série documental *Jessie & Colombo*, lançada em 2023 no *Globoplay*, que levou para as telas essa história de amor e revolução.

Já Iara Iavelberg foi fisicamente atingida pela repressão em duas ocasiões: em junho de 1968, quando foi presa junto com um grupo de estudantes durante a ocupação da Faculdade de Filosofia da USP; e em agosto de 1971, quando foi assassinada em um apartamento em Salvador, antes mesmo de ter sua identidade revelada aos policiais. Isso não impediu, no entanto, de que ela fosse vítima de violência de gênero perpetrada pelos órgãos de segurança, ao longo dos diversos anos de sua atividade política. Tais agressões foram feitas por meio de narrativas pejorativas, criadas pelas agências de segurança e repressão, e difundida pela imprensa.

Em 28 de junho de 1968 – dois dias depois da “Passeata dos Cem Mil” (RJ) e do ataque a bomba Quartel General do II Exército (SP), promovido pela VPR –, Iara foi presa em um apartamento em São Paulo, com sete estudantes homens de Economia da USP, por agentes da Delegacia Especializada de Ordem Política (Deops). Apesar de não residir no local, o frequentava para reuniões sociais e políticas.

Os agentes buscavam pistas sobre supostos “falsos estudantes” – aqueles envolvidos com o que se chamava de “subversão” e “ataques terroristas” – e, de fato, tanto o grupo de economistas quanto Iara estavam integrados à VPR. Grande parte dos presos se recorda de ter sido submetido a violências físicas na ocasião – mesmo antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5) –, como tapas e

pontapés, além de choques elétricos. Não se sabe, no entanto, se o mesmo ocorreu com Iavelberg, que teria contado às pessoas próximas à época que teria sofrido violência psicológica.

Depois de quatro dias, os presos foram liberados, com Iara sendo dispensada do processo que produziu, citada apenas como “testemunha informante”.¹⁶ Isso ocorreu porque, conforme permitem entrever os documentos, ela não foi considerada perigosa pelos agentes, sendo vista e se apresentando somente como namorada de um dos detidos. Tal fato pode ser explicado pelo conceito de “jogos de gênero” (Capdevila, 2021): em contextos autoritários, como as ditaduras, as mulheres podem encontrar brechas para ocultar seu engajamento político através da “instrumentalização” de seus papéis de gênero. Ao mobilizar preceitos “femininos” de família, cuidado, sentimentos, conseguem afastar-se acusações de que estariam praticando atos subversivos – no caso específico de Iavelberg, a imagem de “acompanhante” a tornou inimputável na ótica dos agentes de segurança.

Contudo, alguns anos depois, essa foi justamente a posição usada pela repressão para persegui-la. Embora tenha se iniciado em meados de 1969, os órgãos de segurança tomaram conhecimento do relacionamento de Iara e Lamarca apenas em abril de 1970, após a descoberta da área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira. No dia 20 daquele mês, um informe do Centro de Inteligência do Exército (CIE) lista os possíveis participantes do curso de guerrilha, entre os quais, Iavelberg: “YARA IAVELBERG (atual amante do LAMARCA)”.¹⁷ Este é o primeiro documento encontrado que se refere a ela como “amante” do ex-capitão. A partir desse momento, ela passou a ser considerada peça-chave para alcançá-lo e contribuir para sua desmoralização, também promovida pelo regime.

Cerca de um mês depois, a imprensa passou a publicar informações sobre Iara. O *Globo*, em 17 de junho, publicou uma nota intitulada *Iara, amante de Lamarca*, acompanhada de sua fotografia. No dia anterior, o mesmo ocorreu n’*A Tribuna*, que publicou com o título “Procura-se uma morena bonita” a informação de que “Yara Iadelberg”, ligada à VPR, seria amante de Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército e líder da organização clandestina.¹⁸

Em 10 de agosto, a 1ª Auditoria da 2ª Região Militar, em São Paulo, incluiu Iara entre os acusados de um processo que visava militantes que haviam atuado na VAR-Palmares, descrevendo-a da seguinte forma: “Yara Yavelberg (...) é a figura relevante de mulher dentro da VAR-Palmares. (...) Dilma Vânia colocou Yara entre as figuras que se sobressaíam. (...) Não há dúvida sobre a sua criminoso atuação”.¹⁹

Já em maio de 1971, diversos jornais publicaram uma “ficha” sobre ela, distribuída pelos órgãos de segurança:

Amante de Lamarca, era casada em São Paulo com um médico, que desquitou-se dela ao surpreendê-la, 6 meses após o casamento, em uma “festinha” com estudantes (...). Conheceu Lamarca nos quadros do terrorismo (...) e, após algum tempo, passou a viver com ele, maritalmente. Tem participado de atividades terroristas, havendo estado em Registro, abandonando área por haver contraído doença grave em órgão genital (...).²⁰

Na narrativa da nota reproduzida pelo jornal, pode-se inferir que a “festinha com estudantes” possivelmente se refere à ocasião em que ela foi presa, em 1968. Ademais, condiciona o desquite a esta ocorrência – o que, como visto anteriormente, não procede. A ideia de “festinha” também pode ser interpretada como um eufemismo para orgias, sobretudo por, logo em seguida, ser acrescentada a informação de que ela teria “doença grave em órgão genital” – insinuação de que Iara era uma mulher de muitos parceiros sexuais.

Além de, no imaginário anticomunista, o socialismo ser frequentemente associado à promiscuidade e à imoralidade sexual (Motta, 2020), observa-se o enquadramento de Iavelberg, por parte dos órgãos de segurança e repressão, no arquétipo da “puta comunista”: suposta “degeneração” de uma mulher que opta por atuar politicamente contra a ordem instituída. A militância feminina tende a ser vista como “apolítica”, mas ainda assim desviante: a explicação encontrada para uma mulher que não queria *ser* um homem e estava engajada era a de que ela queria *ter* homens (Colling, 1997).

Em 20 de agosto de 1971, o “aparelho” no qual Iara residia, em Salvador (BA), foi alvo de uma operação encabeçada pela Polícia Federal,

com o apoio de outras agências de repressão, civis e militares. Apesar de ter conseguido fugir para o apartamento vizinho, um dos moradores do local a avistou e optou por chamar novamente os agentes, horas depois de desmontado o cerco.

Ao se aproximarem do cômodo no qual Iara estava presa – graças a uma fechadura quebrada, que só permitia abrir a porta por fora –, os policiais teriam jogado três bombas de gás lacrimogêneo através de uma janela basculante. Tendo provavelmente desmaiado em decorrência dos efeitos do gás, foi disparado um tiro contra a militante, após esta supostamente não atender ordens de rendição. Neste momento, então, os agentes federais teriam destrancado a porta do banheiro, deparando-se com ela agonizando com um ferimento de bala no peito. Toda a estrutura da operação havia sido desmontada, portanto, não havia ambulância.²¹ Foi solicitado a um morador do edifício que prestasse socorro com seu veículo próprio, mas Iara Iavelberg não resistiu, e faleceu a caminho do hospital.²²

Ressalta-se que todo este processo ocorreu sem que a militante tivesse sido identificada pelos policiais – o que se comprova pela intensa troca de mensagens com outras agências de repressão ao longo dos próximos dias tentando identificá-la²³, apesar de as autoridades do governo da Bahia já estarem em posse de seu cadáver.

Depois de identificada, as observações do médico-legista responsável pela autópsia foram questionadas, majoritariamente no que tange a seu hímen. No rascunho do laudo, Chales Pittex anotou que a vítima possuía “hímen circular com [ilegível] complacente, rotura afetando grande parte do quadrante inferior direito”. Chama a atenção, porém, tal dado estar rasurado com um grande X, com um apontamento: *anular*.²⁴ Uma década depois, *O Estado de S. Paulo* publicou uma entrevista concedida pelo coronel Nilton Cerqueira – que em 1971 era chefe do Centro de Operações e Defesa Interna 6 (Codi-6) – a respeito do episódio:

Após a necrópsia, verificamos a sua identidade: Iara Iavelberg, participante de organizações terroristas e conhecida como amante do ex-capitão Carlos Lamarca. Essa identificação inclusive trouxe contestação local, porque, na época, o médico-legista da Bahia declarou

ao nosso comandante, general Argus Lima, que o cadáver era de uma virgem e, portanto, não poderia ser a amante de um terrorista. É bom esclarecer que, depois, o médico-legista disse que a mulher era possuidora de hímen complacente.²⁵

Aqui, perpetuaram-se duas noções: a de que o hímen de fato seria indicador da vida sexual de uma mulher e a associação direta entre comunismo e sexo, através da ideia de que uma mulher comunista não poderia ser virgem. Há uma dualidade a qual foram e são submetidas muitas mulheres: ao mesmo tempo que são esquecidas e destituídas de voz, os corpos femininos são onipresentes “no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas cidades”. Contudo, “esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade” (Perrot, 2003:13). Enquanto seu corpo era colocado sob escrutínio médico e moral, Iara já não mais podia intervir. Demonstra-se, então, que a violência de gênero perpetrada pela ditadura alcançava também suas vítimas fatais, no pós-morte.

Considerações finais

A análise das trajetórias de Iara Iavelberg e Jessie Jane permite dar rosto às estatísticas apresentadas no início deste texto: mulheres reais e com histórias múltiplas integraram as organizações revolucionárias e tiveram suas vidas profundamente afetadas pela ditadura civil-militar. Esse estudo permite ratificar as colocações do historiador Marco Aurélio Garcia de que

Os militantes são pessoas (...) portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada. (Garcia, 1997:322)

Nesse sentido, é interessante observar as convergências e divergências em ambas as histórias de vida. Duas mulheres brancas²⁶, cisgênero, heterossexuais, oriundas das camadas médias, embora Jessie fosse filha de trabalhadores e Iara de pequenos comerciantes. Distintos aspectos sociais foram cruciais para o início dos engajamentos de nossas duas personagens: Jessie Jane cresceu em uma família envolvida com política, especificamente com o PCB, grande referência de esquerda no período pré-golpe e mais tarde considerado como social e politicamente “conservador” pelas esquerdas revolucionárias. Iara Iavelberg, por sua vez, não tinha familiares engajados, e só foi entrar em contato com as esquerdas na década de 1960, ao ingressar na universidade. Sua criação, guiada pela tradição judaica, a impelia a objetivar ser uma dona de casa tradicional, casada, com filhos e sem trabalhar.

Contudo, a USP ampliou seus horizontes socioculturais e políticos. Iara se tornou uma intelectual de esquerda, o que a permitiu tomar conhecimento e contribuir com discussões sobre o aborto, o papel da mulher na sociedade, além, claro, do marxismo. Isso proporcionou um bom trânsito com outros acadêmicos, oriundos das elites paulistanas, o que, por vezes, a fez ser confundida com uma “burguesa”. Jessie Jane ingressou no ensino superior apenas na década de 1980, tomando contato com tais debates apenas após a prisão – o que pode explicar sua total recusa em reconhecer que as organizações revolucionárias, tal como o restante da sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970, era influenciada pelos papéis sociais de gênero.

Outro fator que pode ter influenciado neste ponto é o de que Jessie ao longo de sua trajetória esteve rodeada por duas figuras masculinas significativas: seu pai e Colombo Vieira, seu companheiro. Esse relacionamento estável que atravessou toda sua vida, passando pela militância, clandestinidade e prisão, pode ter contribuído para que fosse mais respeitada e admirada por outros militantes, sobretudo os homens. O caso de Iara é o completo oposto: além de ser desquitada, ela se relacionou com diversos companheiros até encontrar seu parceiro fixo, Lamarca que, ainda assim, era inadequado, uma vez que era casado – dado conhecido pelas esquerdas e pela ditadura, o que conferia à Iara a pecha de amante.

Jessie Jane participou diretamente de diversas ações armadas, como expropriações de carros e bancos, além da ação mais ousada do sequestro do avião modelo Caravelle, quase sempre ao lado de seu companheiro Colombo. Enquanto muitas mulheres tiveram dificuldades dentro das organizações revolucionárias para ser designadas para ações armadas, Jessie não enfrentou essas resistências, possivelmente por ser respeitada pelos outros militantes (seu relacionamento estável provavelmente contribuía para isso) e pela própria estrutura organizacional mais horizontal da ALN, que não exigia permissão das lideranças masculinas para as ações armadas. Lara Iavelberg, por outro lado, além de estar vinculada a uma organização mais androcêntrica e centralizadora, era malvista pelos outros quadros, o que impunha dificuldades e barreiras para que ela pudesse participar de ações de maior importância. Dessa forma, não há registros de que ela tenha atuado em nenhuma ofensiva armada, com exceção do treinamento de guerrilha realizado no interior paulista – embora tenha precisado insistir muito com o comando para ter concedido tal direito.

Ainda assim, ambas as trajetórias foram marcadas pela maternidade. Da parte de Lara, o desejo muito presente de ser mãe, mesmo que nas duras condições impostas pela clandestinidade. Ter um filho com Carlos Lamarca, especificamente, pareceria representar a concretização do homem novo que ambos acreditavam e buscavam se tornar. Jessie conseguiu concretizar esse sonho, não obstante a hostilidade do cárcere da ditadura.

Nessa perspectiva, o principal ponto de convergência dos dois casos é que tanto Lara quanto Jessie, inegavelmente, foram vítimas da violência política e de gênero da ditadura, que já se manifestava com a necessidade que ambas encontraram de entrar para a vida clandestina: para seguir com a militância política da maneira mais segura possível, as duas se viram obrigadas a deixar suas casas e seus trabalhos, evitar ou interromper contatos com amigos e familiares, abandonar suas identidades, adotando codinomes e histórias fictícias para sobreviver. O ápice, no caso de Jessie, se deu nas torturas sofridas, com viés de gênero, e no longo período em que foi mantida presa; já para Lara, custou sua própria vida.

Conhecer essas trajetórias permite compreender as relações indivíduo e sociedade que constroem a história, uma vez que “o indivíduo é, ao mesmo

tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda. Até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja” (Elias, 1994:34).

Referências bibliográficas

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas*: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil: anos 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Volume III. Brasília: CNV, 2014.

BRIGGMANN; Luísa D.; WOLFF, Cristina S. “Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira”. In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Zair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

CAPDEVILA, Luc. “Resistência civil e jogos de gênero: França, Alemanha, Bolívia, Argentina (Segunda Guerra Mundial - anos 1970-1980)”, *Bilros 9* (19), 2021.

CARVALHO, Luiz M. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de O. et al. (org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Sem dados editoriais, 1967.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. “O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política”, *Cadernos Pagu* 8/9, 1997.

GÓIS, João B. H.; QUADRAT, Samantha V. “Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa”, *Gênero, Revista transdisciplinar de estudos de gênero* 8 (2), 1º semestre 2008.

GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

JOFFILY, Olívia R. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

KOTCHERGENKO, Andrei. “As mulheres na luta armada no Cone Sul”. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S.; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: EdUFF, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

NASCIMENTO, Juliana M. “‘Um trabalho pioneiro’: atas de reuniões realizadas durante o treinamento de guerrilha da VPR no Vale do Ribeira (1970)”, *Revista de Fontes* 11 (20), 2024.

OBERTI, Alejandra. *Las revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RIBEIRO, Maria Cláudia B. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Nós, que amávamos tanto a revolução” esquerdas revolucionárias brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. In: QUADRAT, Samantha (org.). *60 anos do golpe: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2024.

SILVA, Izabel Pimentel da. “*Por Ti, América*”: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória das esquerdas sul-americanas. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

WOLFF, Cristina S. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”, *Revista Brasileira de História* 27 (54), 2007.

Notas

1. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora Adjunta de História do Brasil República no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Faculdade de Formação de Professores (PPGHS/UERJ-FFP). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE-UERJ), ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF), ao Núcleo de História Oral e Memória da UFRJ e ao TEMPO - Núcleo de Estudos sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder (UERJ-FFP).
2. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisadora de pós-doutorado na mesma instituição, com financiamento do Programa Pós-Doutorado Nota 10, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). É vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF).
3. Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil durante a ditadura civil-militar, elegendo como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas da ditadura, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de Segurança Nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.
4. Ressaltamos que o termo “feminina” envolve diversos debates dentro dos estudos de gênero, pois não deve ser associado exclusivamente às mulheres. Neste trabalho, no entanto, utilizaremos o termo para nos referir às mulheres cisgênero e heterossexuais que militaram nas organizações revolucionárias durante a ditadura brasileira.
5. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista concedida a Izabel Pimentel da Silva. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2024. Acervo pessoal.

6. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista concedida a Izabel Pimentel da Silva. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2024. Acervo pessoal.
7. Idem.
8. Idem.
9. SADER, Eder; SADER, Regina. Entrevista concedida a Judith Patarra. Rio de Janeiro, [198?]. Acervo do AEL/Unicamp.
10. CADOSO, Jary. Entrevista concedida remotamente a Juliana Marques do Nascimento. 2021. Acervo pessoal.
11. FAVA, Wilson. Entrevista concedida remotamente a Juliana Marques do Nascimento. 2022. Acervo pessoal.
12. Neste período, apenas duas mulheres participavam das ações armadas: Renata Ferraz e Dulce Maia.
13. LUNGARETTI, Celso. Entrevista concedida remotamente a Juliana Marques do Nascimento. 2020. Acervo pessoal.
14. APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 209)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001140.
15. SEIXAS, Ivan. Entrevista concedida remotamente a Juliana Marques do Nascimento. 2020. Acervo pessoal.
16. ARQUIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969.
17. ARQUIVO NACIONAL (AN). *Informação nº 981/S-102-M1-CIE*: área de treinamento de guerrilheiros no sul do estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 29 abr. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70002774.
18. *A Tribuna*, São Paulo, 16 jun. 1970, p. 7.
19. STM. *Apelação 39.093*, São Paulo, v. 1, 1975, fl. 19, p. 47.
20. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 14; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4.
21. STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.
22. REZENDE, Paulo. Entrevista concedida a Judith Patarra. Rio de Janeiro, [198?]. Acervo do AEL/Unicamp.

23. AN. *Informação nº 149/SNI/ASV/71*. Salvador, 16 set. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71038777.
24. AN. *Dossiê - Iara Iavelberg*. São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB ATo.o.o.313.
25. BAFFA, Ayrton. Começa o grande cerco ao guerrilheiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1981, p. 16.
26. Iara Iavelberg é judia, o que, no Brasil, é socialmente lido como branca, conforme apontam estudos.

Além de santos e resistentes: os silêncios da memória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre a ditadura civil-militar¹

Mathews Nunes Mathias²

Em 2024, quando o golpe civil-militar de 1964 completou 60 anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) parecia não ter nada a dizer sobre a efeméride. O presidente da instituição, dom Jaime Spengler, não emitiu nenhum comunicado oficial sobre a data.³ Em linha com a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de evitar promover atos oficiais em memória do golpe, a CNBB optou pelo silêncio. Talvez, assim como Lula, a maioria dos bispos tenha preferido “não remoer o passado” (Machado, 2024). No entanto, a posição adotada pela CNBB causou certo estranhamento. Afinal, por muito tempo, a instituição se orgulhou de ser uma das maiores adversárias do regime militar e exaltou figuras como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns como referências da defesa da democracia e dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, ao longo do governo de Jair Bolsonaro – tão saudosista da ditadura –, dom Walmor de Oliveira, que presidiu a CNBB entre 2019 e 2023, buscou reafirmar a “tradição” da entidade na “defesa da democracia e de suas instituições” (Tavares, 2020), condenando as investidas feitas pelo Poder Executivo em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), assim como as manifestações de apoiadores de Bolsonaro pelo fechamento da Corte e pela volta da ditadura (Camurça, 2023:221).

Além disso, o silêncio em 2024 contrastou com as declarações emitidas pela cúpula católica em outras efemérides da ditadura civil-militar. Em abril de 2014, a CNBB divulgou uma declaração na qual reconhecia o seu apoio ao golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. Em nota intitulada “Por tempos novos, com liberdade e democracia”, o Conselho Episcopal Pastoral (Consep) e o então presidente da CNBB – o arcebispo de Aparecida dom Raymundo Damasceno Assis – afirmavam que o apoio da entidade à intervenção havia sido um “erro histórico” do qual “alguns setores da Igreja Católica fizeram parte”. Ao mesmo tempo, os bispos ressaltavam que a instituição não se omitiu diante da repressão imposta pelo regime militar e alertavam as “gerações pós-ditadura para que se mantenham atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito”, reafirmando “o compromisso da Igreja com a defesa de uma democracia participativa e com justiça social para todos” (CNBB, 2014).

A manifestação da CNBB se deu no contexto da efeméride dos cinquenta anos do golpe, quando os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012, amplificavam intensamente as discussões sobre violações de direitos humanos na ditadura, revelando os meandros da engrenagem da repressão contra opositores políticos – incluindo membros do clero católico –, que se tornou política de Estado entre 1964 e 1985. Não à toa, a nota da entidade católica saudava as investigações promovidas pela CNV, que teria por objetivo pagar a dívida histórica com as vítimas do regime militar, trazendo “à luz o que insiste em ficar escondido nos porões da ditadura”. Porém, em sintonia com certo espírito de reconciliação que vigorava nos editoriais da grande imprensa à época – e da própria presidente Dilma Rousseff (Cf. Perlatto, 2019) –, a CNBB também ressaltava que a intenção da Comissão da Verdade não era – nem jamais deveria ser – a vingança nem o revanchismo.

Nesse sentido, além de reforçar os valores que ensejaram a Lei da Anistia de 1979, a nota da CNBB se valeu dos trabalhos da CNV para reafirmar um aspecto muito importante da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, que diz respeito à resistência da instituição ao regime que se seguiu à derrubada de João Goulart. A rigor, desde os anos 1970, a CNBB é reconhecida como uma das maiores adversárias

do regime militar. No panteão dos grandes heróis da resistência contra a ditadura, figuras como dom Hélder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns e dom Luciano Mendes são lembradas como exemplos de coragem por terem denunciado a tortura e acolhido presos políticos em suas dioceses. Não por acaso, vários grupos católicos reivindicam a beatificação de dom Hélder e dom Luciano.⁴ Na verdade, de acordo com determinada memória defendida por segmentos eclesiais, eles já são quase santos. Entretanto, a celebração de figuras como dom Hélder e dom Arns eclipsou a postura assumida pela CNBB em 1964.

Em 2014, o reconhecimento – tardio – da CNBB sobre o seu apoio ao golpe civil-militar, em certa medida, rompeu o silêncio da instituição sobre o seu papel durante a ditadura para além da conhecida resistência de parte dos seus membros. Porém, o texto “Por tempos novos, com liberdade e democracia” não ajudou a desanuviar muitas complexidades e ambivalências da atuação da hierarquia católica ao longo do regime, deixando de reconhecer a sua responsabilidade institucional diante do golpe e atribuindo o apoio ao movimento civil-militar que derrubou Jango a apenas uma parcela da Igreja. Além disso, ao afirmar que, “no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada ‘revolução’ com vistas a combater o comunismo”, a CNBB adota uma narrativa segundo a qual a Igreja Católica teria se afastado do regime na medida em que ele se militarizou, ou seja, “tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos” (CNBB, 2014). De qualquer maneira, se em 2014 – ainda que de forma problemática – a CNBB se manifestou sobre o aniversário do golpe, em 2024, a instituição se calou. Ou seja, em certa medida, a posição assumida no aniversário de 50 anos do golpe de 1964 ainda prevalece.

Progressistas desde sempre?

A nota da CNBB em 2014 apresenta alguns aspectos importantes para a reflexão sobre a memória construída pela instituição em relação à ditadura. Em primeiro lugar, é interessante observar que, ao associar o apoio ao golpe a apenas uma parcela da instituição, a CNBB investe, implicitamente, na

rígida oposição entre bispos conservadores e bispos progressistas, que por muito tempo dominou as análises sobre a Igreja Católica durante a ditadura. Segundo essa perspectiva, o apoio entusiasmado do clero católico ao golpe teria se restringido a poucos bispos ultraconservadores, como dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e dom Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. Bispos *progressistas*, como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns, teriam sido contrários à derrubada de Goulart desde as primeiras movimentações golpistas.

De fato, a posição da CNBB sobre o golpe civil-militar não foi unânime. Muitos embates envolveram os membros da entidade que, em maio de 1964, se reuniram para elaborar uma declaração sobre a “revolução”. Segundo dom Waldyr Calheiros, então bispo de Volta Redonda, o clima da reunião foi tenso, em função de uma divisão entre os bispos, “de um lado aqueles que salientavam o ‘bem da revolução’, destacando-se a figura de dom Sigaud, que defendia a tese de que os militares haviam salvado o país comunismo; de outro, a posição de alguns arcebispos que reclamavam da repressão sofrida por membros leigos da Igreja” (Costa, Pandolfi & Serbin, 2001:77-78). No rascunho da declaração dos bispos progressistas, encontrada pelo historiador Kenneth Serbin na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral, os prelados pressionavam pela condenação do “martírio” de católicos marcados pela repressão (Serbin, 2001:102-103). No entanto, a maioria dos arcebispos assinou a versão do texto em que o clero agradecia profusamente às Forças Armadas por salvarem o Brasil do comunismo e pelo “êxito incruento de uma revolução armada” (Cf. Prandini, Petrucci & Dale, 1986). Foi precisamente essa declaração que motivou o *mea-culpa* da CNBB cinquenta anos depois, como se a manifestação de maio de 1964 tivesse sido a única vez em que os bispos haviam se aproximado dos militares durante a ditadura.

Ademais, é interessante registrar que, ao contrário de uma determinada memória defendida pela CNBB, mesmo os bispos que passaram à história como progressistas, caso de dom Hélder e de dom Arns, estiveram de acordo com o golpe ou evitaram se posicionar contra ele em razão do temor comunista. No caso de dom Arns, inúmeros textos sobre a sua trajetória costumam contornar as ambivalências da sua atuação religiosa. Na biografia intitulada *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*, de

Evanize Sydow e Marilda Ferri, publicada em 1999, as autoras produzem uma espécie de hagiografia, na qual dom Arns teria sido um progressista desde a pia batismal. Sem temer qualquer “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2005:74-82), Sydow e Ferri apresentam os posicionamentos de dom Arns a favor da justiça social e dos direitos humanos como se eles já estivessem traçados desde os seus primeiros anos de vida. Nem uma palavra sobre o fato de dom Paulo ter se deslocado de Petrópolis, onde morava, a Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro, em 1964, por exemplo.⁵

Da mesma forma, pouco se fala sobre a proximidade entre dom Hélder e alguns militares, inclusive o marechal Humberto Castello Branco e o general Antônio Carlos Muricy, antes do golpe. Em 1964, dias depois da queda de Jango, ao tomar posse como arcebispo de Recife, dom Hélder reforçou seus laços com os setores marginalizados da sociedade, saudou as diretrizes do Concílio Vaticano II e reafirmou seu espírito de abertura ao dizer que ninguém deveria se espantar se o visse “com criaturas tidas como perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, antirrevolucionárias ou revolucionárias” (Comblin, Pinheiro & Putrick, 1983:118). Porém, o arcebispo evitou comentar o golpe desfechado dez dias antes do seu discurso.⁶ A cordialidade deu o tom da relação entre dom Hélder e Castello Branco e, ao menos no início do governo, o arcebispo se absteve de criticar publicamente o novo regime. Como revelado por Elio Gaspari, “após ser empossado como presidente da República, o marechal Castelo Branco encontrou-se com dom Helder em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher tinha o hábito de ouvir suas pregações” (Gaspari, 2002:246). “Não é preciso mais ter medo”, disse o arcebispo ao presidente, “agora temos que nos unir e partir para um desenvolvimento com justiça, nesse nosso imenso país” (Serbin, 2001:104).

Durante o primeiro ano de Castello Branco no poder, houve um clima de diálogo entre a arquidiocese de Recife, sob dom Hélder, e o IV Exército, sob o comando de Antônio Carlos Muricy. Segundo Nelson Pileti e Walter Praxedes (1997:404), a relação do arcebispo com Muricy era quase de “lua de mel” e dom Hélder chegou a escrever em maio de 1964 que “o general Muricy está agindo como quem tem, regionalmente, a autoridade máxima

e atuando como amigo de verdade. Graças a sua interferência decisiva, contornamos graves dificuldades”. Naquele momento, o arcebispo de Recife acreditava que os próprios militares poderiam converter a ‘revolução’ em uma democracia. No entanto, ainda no primeiro ano de aniversário do golpe, as relações de dom Hélder com o regime começaram a mudar. Em 1965, o então arcebispo de Recife se recusou a celebrar a missa em ação de graças pela *revolução*. Esse ato foi visto como um protesto moral de dom Hélder contra as arbitrariedades do regime e encerrou uma amizade de trinta anos do arcebispo com Muricy, que morreu em 2000, sem se reconciliar com o bispo (Serbin, 2001:155-156).

É bem verdade que tanto dom Hélder quanto dom Arns logo mudaram de posição em relação ao regime instaurado em 1964. O primeiro realizou uma verdadeira odisseia por vários países estrangeiros denunciando a tortura a presos políticos no Brasil e desempenhou papel importante na defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como na luta do movimento estudantil. O segundo teve a sua passagem pela arquidiocese de São Paulo (1970-1998) marcada pela intervenção a favor dos presos políticos do Brasil e de outros países da América Latina. Dom Paulo Arns fez visitas inesperadas aos presídios; denunciou abusos do regime nas missas e, quando possível, na imprensa; contactou autoridades nacionais e estrangeiras para solicitar ajuda para as vítimas dos arbítrios da repressão. Tudo isso está amplamente documentado e mereceu as atenções de vários pesquisadores, bem como as homenagens de diferentes entidades civis e da própria Igreja Católica. Porém, o foco na oposição representada por estes e por outros bispos *progressistas* acabou obscurecendo suas tentativas de diálogo com os militares. Mais que isso, não raro, suas ações de resistência são tomadas como uma síntese da posição de todo o episcopado católico em relação ao regime militar.

Virada serbiniana

Sob esse aspecto, o lançamento do livro *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, do historiador estadunidense Kenneth Serbin, em 2001, marcou uma virada nas análises sobre as oposições entre o episcopado católico brasileiro e a cúpula das Forças Armadas. Ao

se debruçar sobre a Comissão Bipartite, um fórum secreto que reuniu representantes da Igreja e do Estado entre 1970 e 1974, o autor descortinou as intensas tentativas de diálogo entre bispos e militares, que recorreram à Comissão para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil. Com base em fontes sigilosas produzidas pelo regime, Serbin foi capaz de demonstrar como a Bipartite serviu como uma espécie de “conciliação de elites” com vistas à preservação da “concordata moral” que unia as Forças Armadas e a Igreja. A novidade do trabalho de Serbin não foi apontar a existência de canais de diálogo entre os bispos e o Estado. Afinal, essa prática sempre caracterizou a história da Igreja Católica no Brasil. O mérito do autor consistiu, sobretudo, em questionar uma determinada memória que sustentava ter havido um rompimento das relações entre a Igreja e a ditadura na década de 1970. A análise aprofundada da Bipartite refutou a noção – superficial – de que as autoridades católicas que se opunham publicamente ao regime militar não assumiram posições conciliatórias ou buscaram entendimentos com os generais na esfera privada (Serbin, 2001:421).

O trabalho de Kenneth Serbin logo se tornou uma referência inescapável para as pesquisas sobre as relações entre Igreja Católica e ditadura no Brasil. Sua premissa de que a atuação política dos bispos sob os militares foi mais complexa do que a divisão rígida entre *progressistas* e *conservadores* passou a inspirar novas pesquisas sobre o episcopado brasileiro, das quais o livro *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem* (2014) se destaca. Baseado na dissertação de mestrado do autor, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010, o livro chama a atenção para a complexidade da atuação da Igreja e dos bispos, com foco na análise da produção da comunidade de informações sobre o episcopado católico *progressista*, sobretudo a partir de meados dos anos 1970. Além de questionar o “estereótipo de bispo-herói” que se consagrou numa determinada memória da CNBB sobre a ditadura, Paulo Gomes aponta um aspecto que, em geral, é pouco explorado nas análises sobre os bispos *progressistas*: suas divergências quase inexistentes em temas de cunho ético-moral, como o aborto e o

divórcio. Ao mesmo tempo, o autor detalha os esforços da comunidade de informações em depreciar a imagem dos bispos *progressistas* e enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional (Gomes, 2014:196-197).

Nesse sentido, como os trabalhos de Serbin e Paulo Gomes demonstraram, a atuação política da Igreja Católica nos anos em que o Brasil esteve sob ditadura não se deu de maneira homogênea. Não houve uma adesão unânime de toda a hierarquia católica às propostas de mudança do Vaticano II nem às críticas da CNBB ao regime militar. No entanto, às vezes, a ênfase constante nas oposições entre a Igreja e a ditadura tende a ofuscar a complexidade das relações entre os bispos e os militares. Esse aspecto está presente na nota da CNBB de 2014, mas também ganhou espaço na literatura sobre o tema que, até a década de 1980, ficou marcada por sua simpatia pela “Igreja dos pobres” e pelo oposicionismo de alguns de seus membros (Cf. Salem, 1980; Castro, 1984; Bernal, 1989). É possível identificar essa tendência até hoje. Uma rápida mirada nas teses e dissertações sobre a Igreja na ditadura, produzidas após a publicação de *Diálogos na Sombra* em 2001, aponta a prevalência de estudos sobre as narrativas heroicas dos homens e mulheres da Igreja que resistiram ao regime. Dom Hélder e dom Arns, por exemplo, são um dos personagens mais estudados. Os bispos das regiões Norte e Nordeste também são os mais lembrados por terem se engajado nas críticas à desigualdade social e ao plano de desenvolvimento econômico dos militares, bem como na defesa dos direitos dos povos indígenas, da democracia e dos direitos humanos. Nos últimos anos, o interesse pelos bispos anticomunistas, como dom Geraldo Sigaud e dom Antônio de Castro Meyer, cresceu e rendeu reflexões importantes sobre a força do pensamento conservador entre parte do episcopado (Cf. Caldeira, 2011; Mérida, 2016). Porém, para compreender melhor a atuação da Igreja durante a ditadura, é preciso ir além das análises sobre os bispos ditos progressistas e conservadores. Não são poucos os membros do episcopado brasileiro que foram nem contra nem a favor do regime – muito pelo contrário. Ao longo de todo o período ditatorial, muitos tiveram idas e vindas nas suas relações com os militares; outros preferiram não se pronunciar sobre o regime ou foram indiferentes a ele. Tais comportamentos escapam ao binômio progressista x conservador e merecem estudos mais aprofundados, com

vistas à melhor compreensão das zonas cinzentas⁷ ocupadas por vários membros do clero católico ao longo da ditadura.

Outro aspecto que merece a atenção daqueles que se interessam pelos estudos da Igreja na ditadura diz respeito à periodização da atuação da instituição desde o golpe até a redemocratização. É consenso entre os pesquisadores que, durante os primeiros anos do regime (1964-1968), a maior parte da hierarquia católica manteve-se reticente diante dos militares, evitando criticar o governo diretamente e confrontando os generais-presidentes apenas quando os membros do clero eram atingidos. O período em que a CNBB esteve sob a liderança de dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo (1964-1970) com perfil conservador, é tomado como representativo de um momento em que a Igreja Católica buscou se afastar de debates políticos e desencorajar as organizações laicas da juventude católica. Essa perspectiva aponta o ano de 1968 como um momento de virada da Igreja em relação ao regime em razão da decretação do Ato Institucional nº5, que mereceu as críticas de bispos católicos que se posicionaram contra “arbitrariedades e violações da integridade física e moral daqueles que divergiam dos militares” (Gomes, 2014:52). De fato, em documento divulgado em fevereiro de 1969, o episcopado defendeu o direito de expressão e o direito à informação, e atribuiu aos militares a responsabilidade pelo aumento da radicalização política (Mainwaring, 2004:130). Desde então, a Igreja passaria a fazer críticas cada vez mais duras ao regime e teria se firmado como um dos poucos espaços que permitiam o exercício de uma resistência democrática. Essa perspectiva não está equivocada, mas não se deve ignorar outros comportamentos dos membros do episcopado que não passaram pela resistência justamente no período de maior repressão da ditadura. Nesse sentido, seria interessante se houvesse mais pesquisas que aprofundassem as análises sobre manifestações de valores comuns entre os militares e a hierarquia católica, como no caso da atuação do clero do Santuário Nacional de Aparecida nas comemorações do Jubileu de 250 anos da Padroeira, em 1967, e do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972 (Cf. Mathias, 2023).

A memória da CNBB depois de 1979

A prevalência de pesquisas sobre a resistência católica contra a ditadura encontra respaldo, entre outros aspectos, na persistente dificuldade de parte da sociedade e da própria Igreja Católica em lidar com a memória do período autoritário sem as lentes que certo mito resistencialista impõe. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de 1979, ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais, teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos (Cf. Reis, 2014a) – inclusive da Igreja. Varreu-se para debaixo de grosso tapete o apoio de vários segmentos sociais ao regime. Em um primeiro momento, esse processo beneficiou as esquerdas que puderam recuperar a sua honra após a derrota melancólica de 1964. Porém, como efeito adverso, notórias lideranças civis de direita, que ajudaram a construir e sustentaram longamente a ditadura, também foram beneficiadas pela imposição de uma divisão clara entre sociedade e regime (Reis, 2014b:8). Assim, no processo de transição democrática iniciada em 1979, a sociedade se apresentou como vítima do autoritarismo dos militares e, ao mesmo tempo, resistente, desde o golpe, à ditadura.

Da mesma forma, podemos dizer que 1979 foi um ano muito importante para a construção da memória da CNBB sobre a ditadura. Com o avanço do processo de abertura, a partir de 1979, as relações entre a Igreja Católica e os militares começaram gradativamente a melhorar. O declínio das prisões políticas e da tortura, a anistia e a reforma partidária levaram os bispos a aumentarem seu apoio a algumas iniciativas do governo durante a longa transição democrática. Porém, no início dos anos 1980, era cada vez mais evidente que a Igreja Católica não era mais o elo que unia as esquerdas brasileiras, sobretudo após os esforços da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na defesa das liberdades civis e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 (Gomes, 2014:77). Entretanto, as críticas, ainda que menos vigorosas, continuaram sendo feitas, principalmente no que se referiu à consolidação do regime democrático. A CNBB, presidida por dom José Ivo Lorscheiter, procurou

manter a sua linha de atuação, mas sofreu com as iniciativas da Santa Sé no sentido de enquadrar os bispos mais progressistas.

Era o início de um longo recesso que a Teologia da Libertação passaria a viver, sobretudo, após a queda do muro de Berlim e a derrocada do sistema socialista na Europa Central em 1989 (Libânio, 2013:1333). Sob esse aspecto, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida no início de 1979, em Puebla, no México, é bastante emblemática. Na reunião, embora tenha sido aprovado um texto que reforçava o apelo dos bispos pelo estado de direito no Brasil, começou a haver também o refreamento dos ânimos combativos dos religiosos mais exaltados. Esse movimento foi impulsionado pela ascensão de João Paulo II, um declarado anticomunista, que, junto ao então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger (futuro papa Bento XVI), restringiu o espaço de liberdade e criatividade teológica. Sob Karol Wojtyła e Ratzinger, os principais formuladores da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, sofreram reprimendas severas da Santa Sé e publicações mais progressistas foram censuradas.

Foi justamente nesse momento que parte da CNBB, enquadrada pelo Vaticano e pressionada por partidos e movimentos sociais, inventou a “sua honra e seu futuro” (Rollemberg, 2006:86), ao galvanizar na memória da Igreja Católica um espírito de oposição engrossada por novos grupos que se afastavam de uma ditadura cada vez mais impopular. Assim, a CNBB, aliando-se a outros segmentos sociais, sobretudo profissionais liberais, trabalhadores assalariados e setores intelectualizados, abençoou a ideia de que a sociedade brasileira teria sido a vítima coletiva da ditadura. Ao mesmo tempo, a entidade ajudou a conformar a perspectiva da “resistência democrática” como uma vocação partilhada por grupos política e ideologicamente distintos (Napolitano, 2017:359). Assim, embora derrotada no campo institucional, a Igreja da Libertação pôde ressurgir vitoriosa nas batalhas de memória sobre a ditadura no Brasil. Afinal, a memória institucional vencedora é a de que a Igreja Católica brasileira, como um todo, foi contra o regime militar, defensora dos direitos humanos e o único espaço de atuação das oposições ao regime.

Infelizmente, a existência de uma forte influência da historiografia confessional na abordagem dos principais temas da história da Igreja Católica no Brasil e do catolicismo contemporâneo demorou a compreender melhor esse processo. Não faltam biografias, teses e dissertações muito simpáticas à Teologia da Libertação, que buscam resgatar narrativas e memórias de certas figuras eclesiais, bastante emblemáticas do período ditatorial, contribuindo – às vezes sem intenção – para a construção de uma memória institucional, em vez de uma perspectiva crítica sobre o passado da hierarquia católica (Touris, 2015:99). De acordo com Jessie Jane Vieira de Sousa (2011:205), não são poucos os trabalhos que “partem da premissa de que as memórias dos ícones do catolicismo têm poder para revelar uma suposta verdade na qual, a despeito do que chamam de ‘descaminho’ imposto pelo papa João Paulo II, a Igreja da Teologia da Libertação teve papel profético na luta contra a ditadura”. Assim, é muito comum observar determinadas análises que tendem a reforçar a memória da CNBB sobre a ditadura, ao se mostrarem mais preocupadas em defender a legitimidade e a atualidade de um cristianismo progressista do que em propor uma reflexão sobre as complexas relações que a Igreja Católica manteve com a ditadura civil-militar – e ainda mantém com governos autoritários no tempo presente.

CNBB, memória e tempo presente

Nos últimos anos, a CNBB, de fato, assumiu uma posição bastante crítica às desigualdades sociais e não se omitiu diante da crise que resultou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e das reformas impopulares levadas a cabo por Michel Temer.⁸ A eleição de Jair Bolsonaro, defensor da ditadura e de seus torturadores, deu novo impulso à luta dos bispos contra o autoritarismo e isso se refletiu na memória da CNBB sobre o regime militar. Além disso, a eleição do papa Francisco, em 2013, impulsionou a abertura de vários bispos ao debate sobre temas até então considerados tabus pela cúpula católica, como os direitos da população LGBTQIA+, e confirmou a posição dos religiosos mais progressistas em relação à justiça social e à defesa do meio ambiente. Porém, o pontificado de Francisco também serviu à reafirmação de uma determinada memória da Igreja Católica latino-

americana que privilegia a resistência da hierarquia eclesiástica às ditaduras que dominaram o continente ao longo do século XX.⁹

Sob esse aspecto, uma matéria jornalística divulgada em junho de 2018 é bastante sintomática. A reportagem feita por Gerson Camarotti – e reproduzida pelo Portal G1 por Tereza Carneiro – trouxe a notícia de que telegramas do Departamento de Estado Americano e relatórios da CIA (Agência de Inteligência dos Estados Unidos) revelaram que o governo norte-americano acompanhou durante quase duas décadas a tensa relação entre a ditadura civil-militar brasileira e a cúpula da Igreja Católica no país (Camarotti; Carneiro, 2018). Os documentos a que a GloboNews teve acesso não eram inéditos e não revelavam nenhum fato novo. Porém, reforçavam uma perspectiva já consagrada pela memória da CNBB e por parte da historiografia segundo a qual a Igreja Católica tinha sido uma das principais adversárias do regime militar. A matéria também retomava a trajetória de alguns cardeais, como dom Helder, dom Arns e dom Aluísio Lorscheider, que haviam denunciado torturas e violações dos direitos humanos durante a ditadura e celebrava a resistência democrática encampada pela Igreja Católica.

Segundo o então secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, ouvido por Camarotti, a revelação dos documentos servia como reflexão para que a história não se repita. Para dom Steiner, lembrar a história da Igreja resistente servia para que as novas gerações que não conhecem a história da ditadura não se deixassem enganar pelos pedidos de volta dos militares ao poder. Nesse sentido, a CNBB parece compartilhar da ideia de que estudar história é aprender com as lições do passado no sentido de não cometer os mesmos erros já praticados.¹⁰ A CNBB estaria assumindo a perspectiva da história como mestra da vida; propondo uma leitura da história da Igreja como uma grande *Legenda Aurea* a qual todos deveriam seguir, espelhando-se no exemplo dos grandes homens que combateram a ditadura no passado e inspiram a luta contra o autoritarismo no presente. Mas será mesmo que o apoio de tantos segmentos sociais, inclusive de católicos, ao autoritarismo no presente se deve à ausência de *bons exemplos* e grandes santos?

Conforme aponta Caroline Silveira Bauer (2019), a memória da ditadura se constitui em objeto de constante disputa, uma vez que a memória sofre mudanças dependendo do presente que está articulada, interagindo com os interesses políticos e preocupações do momento de sua enunciação. Estamos passando, sem dúvida, por um ciclo memorial em que aquela memória de centro-esquerda que valorizava o mito da sociedade resistente – tão questionada por Daniel Aarão Reis e outros historiadores e historiadoras no início dos anos 2000 – não é mais predominante. A propósito, é possível dizer que a memória de uma Igreja resistente não é mais predominante nem mesmo entre os bispos. Nas eleições de 2018 e de 2022, muitos prelados embarcaram na candidatura de Bolsonaro e vocalizaram críticas internas em relação à gestão do cardeal Sérgio da Rocha, que dirigiu a CNBB entre 2015 e 2019 e era considerado um bispo progressista (Cf. Camurça, 2023).

O atual ciclo de memória sobre o passado ditatorial, marcado pela ascensão de governantes de extrema direita como Jair Bolsonaro, não deveria colocar instituições como a CNBB apenas na defensiva. É preciso ir além e reconhecer a complexidade da relação estabelecida entre sociedade e ditadura, bem como os silêncios e esquecimentos da Igreja Católica em relação a esse passado. Em 2014, apesar do reconhecimento tímido das complacências, venceu a memória da resistência. Aquela que soube incensar a imagem de algumas figuras, como dom Helder e dom Arns, como se eles sintetizassem a luta de toda a Igreja Católica pela dignidade humana desde o início da ditadura. O problema é que, entre estes valentes defensores dos direitos humanos, puderam comparecer, confortavelmente, outras lideranças eclesiais, que apoiaram o golpe ou foram indiferentes à ditadura – como é o caso do cardeal dom Eugênio Salles (Cf. Sousa, 2011; Campagnolo, 2019) e de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (Cf. Mathias, 2023:64-86). Daí a importância de resgatar as complexas relações que a Igreja manteve com a ditadura civil-militar, como um necessário contraponto a uma memória cristalizada e, por vezes, mitificada, que setores católicos, sobretudo ligados à Teologia da Libertação, consagram (Sousa, 2011:206).

Em outras palavras, o que se propõe aqui é que, ao saudar as lutas políticas do presente, não se deve deixar de olhar o passado a partir de

uma perspectiva crítica. É preciso considerar a complexidade do social para tentarmos entender não só os meandros da construção da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, mas também as posições adotadas pelo clero católico no presente. Não se nega a importância política fundamental dos homens e mulheres, leigos e clérigos, que lutaram contra a ditadura e defenderam uma Igreja com opção preferencial pelos pobres. Também não se espera que hoje, bispos e padres vistam panos de saco e, com cinzas na cabeça, saiam pelas ruas a pedir perdão pelos seus pecados. No entanto, também não se pode deixar que a memória permaneça entronizada em altares adornados por rasas simplificações ou que o silêncio, como aquele que imperou em 2024, sirva apenas à canonização de *santos* do passado e do presente.

Referências bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales* 28 (57), 2019, p. 37-51.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. “O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea”, *Varia Historia* 32 (60), 2016, p. 807-835.

BERNAL, Sérgio. *CNBB – da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2011.

CASTRO, Marcos de. 64: Conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMAROTTI, Gerson; CARNEIRO, Tereza. Relatórios citam tensão entre militares e a Igreja durante a ditadura no Brasil. G1, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2018/06/08/governo-dos-eua-acompanhou-relacao-entre-militares-e-a-igreja-durante-a-ditadura-no-brasil.ghhtml> Acesso em: 31 out. 2024.

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. *Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro*. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CAMURÇA, Marcelo. A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoio dos setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, 2023.

CARVALHO, Ricardo. *O Cardeal da resistência: As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

CNBB. CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. 2 abr. 2014. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 31 out. 2024.

COMBLIN, José; PINHEIRO, José; PUTRICK, Maria Bernarda. *Dom Helder: pastor e profeta*. São Paulo: Paulinas, 1983.

COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves, SERBIN, Keneth. *O bispo de Volta Redonda: memória de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?” In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 25-42.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 31-44.

LIBANIO, João Batista. “Teologia em revisão crítica”. *Horizonte 11* (32), 2013, p.13281356.

MACHADO, Renato. Lula diz que golpe de 64 é história e que não quer remoer passado. Folha de S. Paulo, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remoer-o-passado.shtml> Acesso em: 31 out. 2024

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATHIAS, Mathews Nunes. *Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)*. 2023. 206p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. *O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos: Resistência e Cisma*. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida, Vitória-ES.

NAPOLITANO, Marcos. “A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)”, *Estudos Ibero-Americanos* 43 (2), 2017, p. 346-366.

PASTORAL CARCERÁRIA. 60 anos do golpe militar no Brasil: a tortura não é uma história do passado. Pastoral Carcerária, 01 abr. 2024. Disponível em: <https://carceraria.org.br/noticias/60-anos-do-golpe-militar-no-brasil-a-tortura-nao-e-uma-historia-do-passado> Acesso em: 06 ago. 2024.

PILETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. Ática: São Paulo, 1997.

PERLATTO, Fernando. “Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia”, *Tempo e Argumento* 11 (27), 2019, p. 78-100.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (Orgs.). *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1986.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. “Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil”. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). *À sombra das ditaduras - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *O golpe de 1864 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006. p. 81-91.

SALEM, Helena (Coord.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil”, *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* (3) 2, 2011, p. 203-216.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, Joelmir. “Líderes católicos não podem escolher caminhos fáceis e sedutores, diz presidente da CNBB”. *Folha de São Paulo*, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/lideres-catolicos-nao-podem-escolher-caminhos-faceis-e-sedu-tores-diz-presidente-da-cnbb.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2024.

TOURIS, Claudia F. Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. *Archives de sciences sociales des religions*, 170, 2015, p. 97-115.

Notas

1. Este artigo, com algumas alterações, foi publicado anteriormente no Boletim do Tempo Presente.
2. Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) e ao EUROPA – Núcleo de Estudos em História Moderna e Contemporânea. É bolsista do CNPq.
3. A exceção ficou por conta da Pastoral Carcerária (PCr), pastoral social ligada à CNBB e coordenada pela Irmã Petra Silvia Pfaller, que publicou uma nota intitulada “60 anos do golpe militar no Brasil: a tortura não é

uma história do passado”. No texto, a PCr lembra que a ditadura foi um “regime sombrio [...] que resultou em anos de repressão, mortes, violência e violações dos direitos humanos” e ressaltou a necessidade de união da sociedade brasileira contra à prática da tortura e na garantia do “respeito à dignidade e aos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua situação.” (Pastoral Carcerária, 2024).

4. O processo de beatificação e canonização de dom Helder foi aberto pela Igreja pernambucana em 2014 e a fase arquidiocesana foi concluída em 2018. Em 2022, no encerramento do 18º Congresso Eucarístico Nacional, a Santa Sé anunciou a validação jurídica de todo o material enviado a Roma. Em julho de 2023, o Dicastério das Causas dos Santos comunicou que nomeou o monsenhor espanhol Melchor José Sanchez de Toca y Alameda como relator da Positio do processo de dom Helder Câmara. O processo de dom Luciano foi aberto em 2014 e sua fase arquidiocesana foi encerrada em 2018. Atualmente, o material que possui mais de 6 mil páginas está em Roma e se encontra na fase de tradução para o italiano.

5. O mesmo traço laudatório está presente na mais recente biografia de dom Paulo Evaristo Arns lançada em 2013. Cf. Carvalho (2013).

6. Para uma análise mais aprofundada do discurso de posse de dom Helder Câmara na arquidiocese de Recife, ver Silva (2018:52-59).

7. Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Pierre Laborie (2010) sugeriu a análise de zonas cinzentas nas quais a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. No Brasil, tal perspectiva auxiliou as reflexões de historiadoras, como Denise Rollemberg (2010), Samantha Viz Quadrat (2010) e Janaina Martins Cordeiro (2015) em pesquisas sobre as complexas relações entre a ditadura civil-militar e a sociedade brasileira.

8. Em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo da CNBB, divulgou uma nota com críticas às motivações do Congresso. Ver: CBJP. CBJP divulga nota sobre a decisão de acolhida do pedido de

impeachment contra a presidente Dilma. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cbjp-divulga-nota-sobre-sobre-a-decisao-de-acolhida-de-pedido-de-impeachment-contra-a-presidente-dilma/> Acesso em: 14 dez. 2023. Em 2017, a CNBB assinou uma Nota Pública criticando o projeto de Reforma Trabalhista encampada pelo governo Temer. Ver: CNBB. Reforma Trabalhista: CNBB assina nota com outras entidades criticando o projeto. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/reforma-trabalhista-cnbb-assina-nota-com-outras-entidades-criticando-o-projeto/> Acesso em: 14 dez. 2023.

9. Sobre o impacto do pontificado de Francisco nos debates sobre a memória da ditadura na América Latina, ver Touris (2015).

10. Sobre os usos públicos do passado e sobre o esvaziamento de sentido da história como mestra da vida na cultura histórica contemporânea, ver Gumbrecht (2011) e Bauer (2016).

Por uma democracia plena e soberana no Brasil

Marcília Gama da Silva¹

Introdução

Buscamos mostrar o serviço de *inteligência* em operação fora do país, com base na ideologia do que nomeavam como “Segurança Nacional”. Enfatizando a estrutura de funcionamento específica que tem na *informação* a base de sustentação de todo um aparato de controle social interno e externo, tendo para isso, o apoio de outros serviços de inteligência de países parceiros, a partir das Embaixadas. Sendo fundamental ao funcionamento da “*rede*” que estende seus tentáculos e amplia o raio de ação para os países fronteiriços.

Escrever sobre o papel dos “adidos” ou adidos culturais, “Adido militar” ou simplesmente “Adidos” que exerceram uma função fundamental no âmbito do aparato repressivo durante a ditadura civil-militar, tendo as fronteiras como campo de atuação, mostra-nos a extensão do estado criminoso, montado como política de governo no período militar, que estreitava relações com embaixadas e órgãos governamentais de outros países vizinhos a fim de estenderem os tentáculos da repressão, tortura e/ou morte para aqueles que a “ordem” estabelecida de órgãos de informação e segurança da ditadura brasileira estendeu seus tentáculos, prova de uma geopolítica calculada³ em ação em fronteiras estrangeiras.

Utilizando-se do apoio de embaixadas e consulados, esses agentes especiais brasileiros monitoravam os passos dos que conseguiram sair do Brasil e que se refugiaram em outros países. A prerrogativa diplomática dava a esses agentes liberdade para “caçar” os chamados “elementos” que conseguiram fugir do país, chegando a inviabilizar a permanência dos mesmos em terras latinas, ao monitorar com apoio de outros agentes nos países vizinhos, os movimentos de ir e vir dos exilados criando um cerco institucional de órgãos com o auxílio das embaixadas fora do território nacional.

No cenário das violações múltiplas, o poder soberano se exerce. Agentes especializados incluindo de Pernambuco transitam pelos órgãos da rede ao nível nacional e internacional, para emprestar suas “habilidades” a outras delegacias, sobretudo que fazem fronteira com outros países do Cone Sul, no intuito de localizar, interrogar, aprisionar, levando a cabo a estratégia de vigilância, controle e repressão para além dos limites das fronteiras entre os estados e países, com um fim único: garantir a Segurança Nacional. (Silva, 2014: p.334).

Embasado na ideia de segurança e defesa continental difundida pelos Estados Unidos, surge no país o Plano de Segurança Nacional, posto em prática pela Escola Superior de Guerra -ESG, com o estabelecimento posterior de cursos, estudos e manuais inspirados nos do Nacional War College dos EUA (Leite, 1984).

Inicialmente a ESG tem propósitos exclusivamente militares, mas passará a agregar civis e ampliar seus objetivos, desempenhando um papel fundamental na cooptação, no controle e na disseminação da ideologia de segurança nacional junto à sociedade. Enfatizando a importância do binômio *segurança e desenvolvimento*, a ‘doutrina’ dará respaldo teórico à mobilização econômica para acumulação capitalista.

A Defesa Nacional⁴ contra o “inimigo interno” se deu em todas as esferas do Exército, já tão bem estudado⁵, da Marinha e da Aeronáutica. O “perigo vermelho” estava em “todos os lugares”. Os “agentes” infiltrados nessas esferas enviaram boletins de observação.

Muitos *serviços de inteligência* de Estado usam a palavra “espionagem” no seu nome ou para descrever sua atividade de coleta de informações ou inteligência, embora todos declarem fazer contraespionagem. Muitas nações espionam rotineiramente seus inimigos, mas também seus aliados, embora sempre o neguem. A duplicidade que envolve a utilização do termo espionagem deve-se ao fato de essa atividade ser frequentemente ditada por objetivos secretos e interesses inconfessáveis publicamente, enquanto que nos rivais ou inimigos ela é sempre denunciada e condenada⁶.

1. A REDE

É no acervo da polícia política de Pernambuco, que se observa como se deu o *Modus Operandi* desses agentes especializados na investigação, monitoramento e controle de perseguidos políticos no território nacional ou exilados no exterior, expandindo sua linha de atuação ao chamado Cone Sul, Cuba, Europa e nos Estados Unidos.

Têm-se nesse repositório, o mapeamento, a identificação e análise das múltiplas práticas repressivas de vigilância e controle social utilizadas internamente e nas conexões com outros países num cenário de desconfiança e inquietude da “Guerra Fria”.

A Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latino-americanos. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido “exportada” para o Brasil, através da Escola Superior de Guerra (ESG...)⁷.

É no conjunto documental do DOPS-PE de relevância para a historiografia local/nacional, por se constituir em múltiplos e diferenciados registros sobre vários temas que ao serem coletadas/armazenadas pela polícia, como elemento de prova dos “*feitos subversivos*” entram para a história como importante conteúdo sobre a República, considerado de grande contributo historiográfico.

Um dos focos de nosso estudo é a lógica de funcionamento do DOPS-PE. Identificando os mecanismos de poder que lhe atribuem significado, procuraremos acompanhar como as ações da “rede” especializada irá lentamente adquirindo sentidos reveladores do período histórico estudado. Tratamos a informação como um enunciado (unidade elementar do discurso na perspectiva foucaultiana) que vai sendo gerado, reforçado, repetido e repassado por diversas instituições, órgãos oficiais de segurança e informação e canais não oficiais, (os colaboradores anônimos), que se ramifica no tecido social, adquirindo materialidade e constituindo-se no poder-saber policial, na medida em que este para exercer as funções de vigilância no social irá rastrear os possíveis nichos de subversão, as atuações escusas e ou suspeitas, no território nacional ou nos países vizinhos, acompanhar os *corpus* que se movimentam e se constituem num risco à ordem imposta pelos dirigentes militares do país. Transformando-se dessa forma, a informação coletada ou adquirida, num importante elemento de sustentação do aparato repressivo durante a ditadura militar de 1964-1985 no Brasil, com reflexos no exterior.

A construção dessa complexa engrenagem de vigilância permite dar novos significados ao conceito de informação que no regime civil-militar imposto ao país, passará a moldar o labirinto de táticas e estratégias de coleta, manipulação e análise de conteúdos diversificados de dados, pistas e informes, que passaram a embasar as práticas e técnicas de vigilância e monitoramento desenvolvidas como mecanismo de controle policial direcionado à sociedade. A integração de órgãos de informação de diferentes hierarquias, atuando estrategicamente no controle social, no combate às ideias consideradas uma ameaça ao que é definido como ordem social e política, mostra-nos o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apoia-se nos indivíduos, formando uma teia de relações sempre em movimento, em permanente tensão.

[...] realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens, não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade. (FOUCAULT, 1993, p. 29).

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes da rede, bem como, no âmbito da própria sociedade, no momento que a sociedade civil, passa de observadora à atuante, participe daquilo que se autoneia de *rede a serviço da repressão*. “A informação [policial] penal, escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado.” (FOUCAULT, 1993, p. 37). Nesse raciocínio, a informação constitui-se na força motriz das operações preventivas, ostensivas e repressivas dos órgãos de segurança, sendo a incorporação e a materialização de toda a instrumentalidade do poder/saber repressivo, atuando em condições favoráveis para produzir a ideologia da ordem, manifesta através de corpos colaboradores, omissos, disciplinados, em prol da neutralização e silenciamento daqueles que resistem, questionam, se opõem e rebelam.

Os parâmetros de coleta, produção e repasse da informação balizam de forma esclarecedora o sistema informacional em permanente construção, para atender aos objetivos específicos de uma *rede* que almeja preservar a ordem numa perspectiva preventiva de crimes contra o que chamam de “ameaça à Segurança Nacional”.

A rede de informações estabelecida na ditadura Vargas transforma-se durante o regime civil-militar de 1964. Ela é reestruturada e reordenada para atender novas demandas. O jogo de interesses que envolve a esfera de poder instalada no país com o golpe civil-militar é muito grande e nada poderá pôr em risco a efetivação do que entendem ser o mais bem sucedido plano de desenvolvimento para o Brasil. Existe na matriz desses interesses todo um corpo que opera, inclusive com uma carga psíquica de pretensões diferenciadas muito forte, que passa pela crença de estarem fazendo o correto para a nação, implantando o diferencial, “salvando os interesses legítimos da nação, inserindo o país numa nova realidade em que a segurança é o pilar de sustentação da nova ordem, cujos propósitos não poderão ser contrariados. A crença nesse projeto dará forma ao modelo de estado criminoso e militarizado, monitorado pelos militares e simpatizantes, de cunho extremamente burocratizado, que editará um

estilo, uma prática de poder que a tudo controla, com uma carga invasiva, autoritária e centralizadora, que servirá como justificativa para o emprego de métodos polêmicos que passam por níveis diferenciados de manipulação de informações e práticas nada corretas de extração da informação que se materializa nas salas de interrogatórios, que na maioria dos casos deságuam em práticas multifacetadas de violação gravíssima aos direitos humanos.

Passaremos a compreensão de como essa estrutura de “rede” nacional é concebida pela Escola Superior de Guerra e posta em prática por órgãos como a AMAN-RJ, observando a ação e o discurso de um importante segmento militar que se institui no epicentro de comandos militares que disseminam pelo Brasil afora diretrizes, seja na linha ideológica, na capacitação da “força militar” seja nos treinamentos impostos aos seus cadetes, como condição de excelência na preparação dos efetivos para atuarem nas operações especiais e/ou no aparato golpista do Brasil, nesse contexto, referimos a influência da Academia Militar das Agulhas Negras em Realengo no Rio de Janeiro -AMAN-RJ.

2. O papel da Academia Militar das Agulhas Negras na “REDE”

Pouco se tem estudado sobre o papel da Academia Militar das Agulhas Negras -AMAN e menos ainda, trabalhos de pesquisas que referendem a atividade da corporação mediante a questão da informação e dos agentes que por ali passaram.

A Aman é a única escola formadora de Oficiais de carreira das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência do Exército e serviu de espaço de formação, igualmente à ESG e comungando da ideologia da Segurança Nacional e o combate ao inimigo interno promoveu cursos de formação imbuído na preparação de cadetes para ocupar altos postos de comando militar, como também postos em posições estratégicas em órgãos e repartições da sociedade civil, auxiliando na disseminação ideológica entre os civis. Ao visitarmos o *site* da AMAM, nos deparamos com as informações a seguir, que são ostentadas como grande mérito pela corporação.

Desde que a AMAN chegou a Resende - RJ, formou diversos militares importantes como:

“O 38º Presidente da República: Jair Bolsonaro, turma de 1977;
O 25º Vice-Presidente da República: Hamilton Mourão, turma de 1975;
O 64º Governador do Estado de São Paulo: Tarcísio Freitas, turma de 1996; Os Ministros e Comandantes do Exército: Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, turma de 1948; Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, turma de 1950; Gleuber Vieira, turma de 1954; Francisco Roberto de Albuquerque, turma de 1958; Enzo Martins Peri, turma de 1962; Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, turma de 1973; Edson Leal Pujol, turma de 1977 e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, turma de 1980; os Ministros da Defesa: Joaquim Silva e Luna, turma de 1972; Fernando Azevedo e Silva, turma de 1976 e Walter Braga Netto, turma de 1978; os Ministros do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: Rubens Bayma Denys, turma de 1949; Jorge Armando Felix, turma de 1959; Alberto Mendes Cardoso, turma de 1962; José Elito Carvalho Siqueira, turma de 1969; Augusto Heleno Ribeiro Pereira, turma de 1969; Sérgio Westphalen Etchegoyen, turma de 1974 e Marcos Antônio Amaro dos Santos, turma de 1980; os presidentes do Superior Tribunal Militar: Antonio Joaquim Soares Moreira, turma de 1948, e Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, turma de 1967”⁸.

Se nos debruçarmos numa leitura mais apurada da página inicial do *site* oficial da AMAN é possível identificar a lista dos alunos que se formaram na Academia. E se nos ocuparmos a identificar o perfil de cada um dos ex-alunos da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, iremos observar um traço em comum entre eles, o conservadorismo e o peculiar apego às origens e ordenações militares como quase sinônimo de pertencimento a uma irmandade. E se adentrarmos na investigação veremos um elo entre eles que se traduz na maneira com que enxergam a corporação e a sociedade identificado na confiança do preparo que a Academia oferece aos alunos que dela participaram e a partir daí, imbuídos na ideologia que se propaga internamente de que estão preparados para tudo, inclusive, para mudar a realidade a sua volta, se portam com uma altivez de quem sabe os melhores desígnios para a nação e como “fiéis defensores da ordem” que nasce no,

Séc. XVIII em Portugal, quando a rainha D. Maria I instituiu em Lisboa a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e que dois anos mais tarde seria feita a implantação na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Estado do Brasil, da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho. Diante da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a instituição foi sucedida pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro, criada pelo Príncipe-Regente em 1810. Seu primeiro comandante foi o Tenente-General Carlos Napion, atual patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro⁹.

Observem que a Instituição tem um histórico considerável que acompanha a trajetória de luta e de desenvolvimento do país. E o que chama atenção é que eles percorrem o passado de defesa da ordem Monárquica à Republicana, talvez por isso, se valham da ideia de serem os guardiões da ordem. Por outro lado, imprimem uma lógica de preservação das estruturas sempre voltadas para a defesa de pautas como da propriedade; do capital; da elite e dos interesses que a representam, alinhados com o que conhecemos como os interesses da nobiliarquia, das classes abastadas e da preservação do que define a herança brasileira que é a questão da terra.

O leitor há de se perguntar o que a AMAN tem de ligação com o aparato da Segurança Nacional montado durante o regime militar? Tudo. Para que se tome conhecimento a AMAN é a Escola preparatória do efetivo militar que almeja chegar ao topo da carreira e como tal, necessitam de preparo, treinamento e capacitação, a fim de adquirir habilidades diferenciadas utilizadas em diferentes “missões”. E para que se tenha a noção do alcance e efeitos desses militares basta observar algumas curiosidades:

1. Os DOI¹⁰ eram comandados por majores de infantaria do Exército que eram formados na AMAN. Além de militares das três Forças Armadas, que se reuniam com integrantes das polícias militares estaduais e das polícias civis;
2. Os chefes de interrogatórios eram oficiais das forças armadas posto de capitão, de preferência com curso de aperfeiçoamento e diploma de administração ou economia. Nos anos de 1970, tornou-se obrigatório o uso de codinome, mesmo assim alguns oficiais foram identificados e em sua maioria pertenciam aos quadros das forças armadas;¹¹

A sustentação do regime autoritário, que durou 21 anos no Brasil, passa por estruturas e permanências que se perpetuam na história da República, como embasa a ideologia de Segurança Nacional, e na forma como as forças armadas têm sob tutela a democracia, aspecto pouco tratado na historiografia, juntamente sobre o importante papel da Academia Militar das Agulhas Negras nesse processo.

O desafio da escrita se inicia ao adentrarmos na pesquisa do extinto acervo DOPS-PE onde há poucos fragmentos sobre a ação desses “agentes especiais” a serviço da repressão. Sobretudo por envolver a diplomacia, o assunto circulava em nível da alta administração da esfera federal e logo, era da competência do Ministério das Relações Exteriores ou ainda cabia ao alto escalão dos órgãos militares integrantes da “Rede”, o que preconizava outra esfera de circulação de documentos. Contudo, é importante colocar que como alguns assuntos eram de interesse dos órgãos nos estados em que a necessidade de controle era maior, esses assuntos circularam no âmbito de Pernambuco, seja por sua localização próxima aos países da América Latina, Europa, Cuba e África, seja por se tratar de pessoas que eram alvos da investigação policial, pela posição que exerciam e o grau de influência que tinham no cenário político local/nacional e internacional, como por exemplo, o ex-governador deposto - Miguel Arraes de Alencar e o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

Como o acervo policial do DOPS é rico em informações, sobre qualquer temática, constituindo-se o mais completo repositório documental sobre o período republicano, ainda que tenha sido parcialmente subtraído por agentes, importantes e sigilosas parcelas do acervo que cobre o período de 1926 até 1993, (três anos após a sua extinção pelo Decreto 14.276 de 22 de março de 1990), aguardam investigações.

É significativo que encontremos fragmentos documentais sobre o assunto e observemos o que tem a nos oferecer no âmbito da memória social e coletiva sobre o regime militar. O que esse passado tem a nos revelar? Que conhecimento/aprendizado seria possível descortinar no acervo da repressão cujos vestígios insistem em não querer silenciar. A Defesa Nacional¹² contra o “inimigo interno” se deu em todas as esferas do Exército, já tão bem

estudado¹³, da Marinha e da Aeronáutica. O “perigo vermelho” estava em “todos os lugares” e por isso os “agentes” infiltrados nessas esferas enviavam frequentemente boletins de observação.

Interessa descrever em primeiro lugar, o perfil desses agentes, identificando suas ações, buscando no acervo o papel desempenhado por esses indivíduos no exterior, suas táticas ao longo dos anos de chumbo e qual o respaldo junto a importantes representantes das três forças e ao Itamaraty na “rede”. Iniciamos mostrando uma lista retirada do acervo Dops-PE, onde foi possível localizar informações, sobre consulados e embaixadas, adidos, registros da ação governamental estratégica ou Política de Estado. Fomos impactados com as possibilidades de pesquisa que o repositório do “extinto órgão” oferece.

É interessante perceber o que encontramos quando nos debruçamos nos conjuntos documentais da (*parcialmente extinta*) polícia política pernambucana. Enquanto órgão especializado na investigação, censura e repressão aos crimes políticos foi um braço importante da *inteligência*¹⁴ - que segundo o ex-agente da Abin, André Soares (2015), se respaldou na “Tríade da Inteligência constituída nos seus pilares fundamentais: *Sigilo, Legalidade e Ética*”. Ética essa, literalmente criticada por diferentes segmentos que a experimentaram na pele, através de uma vigilância permanente ao monitorar os comportamentos, influências e atividades de brasileiros internamente e no exterior com suas possíveis conexões. Assim, interessada em verificar o que contém os prontuários funcionais referentes às atividades de agentes brasileiros no exterior, fizemos um levantamento inicial do que está posto na coleção documental do (DOPS-PE) e o resultado inicial do levantamento junto ao acervo são mais de 125 páginas só de prontuários que tratam do assunto.

É uma lista bastante significativa e ampla, que cobre o período que vai da Segunda Guerra Mundial até o auge da Guerra Fria - um tempo em que o mundo se apresentava dividido por duas correntes ideológicas que disputavam a hegemonia da geopolítica mundial. O acervo espelha o contexto de uma época em que a polarização entre o socialismo e o capitalismo, bem como o alinhamento estratégico a essas correntes ideológicas, determinavam as diretrizes para aliados e o controle hegemônico, criando um novo cenário

das Relações Internacionais. Isso nos levou à necessidade de uma pesquisa aprofundada sobre o tema, que não é o objeto deste artigo.

Destacamos o nível de importância e a atualidade do tema, centrado nas motivações que levaram os Estados Unidos a voltarem seu interesse para a América do Sul, patrocinando golpes que modificariam a face da geopolítica dos países latinos. E especialmente no Brasil, ao colaborar com o golpe¹⁵ que levou a instalação da maior e mais longa ditadura política, (vinte e um anos) num modelo tão bem alicerçado ideologicamente no imaginário nacional, que vai instar desejos de retorno às práticas repressivo-autoritárias, em pleno século XXI.

A Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latino-americanos. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido “exportada” para o Brasil, através da Escola Superior de Guerra (ESG...) ¹⁶.

A Listagem dá uma noção do que o acervo DOPS guarda a respeito de temas que envolvem espionagem, embaixadas, consulados, diplomacia, Ministério das Relações Exteriores, o SNI e os adidos. Isso nos mostra que essa é uma Política de Estado bastante usada pelo regime de exceção no Brasil e na América Latina, que expõe os tentáculos da repressão direcionados para todos os lados, sobretudo para os que se enquadravam no conceito de “perigo à Segurança Nacional”. Sobre isso é interessante o que o historiador Paulo César Gomes (2019) pontua:

O SNI começou a se ramificar, inserindo-se em todas as áreas da administração pública. Foi assim que em 1966 foi criado por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo Secretário Geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa. O CIEX. Tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada e esse órgão, que supostamente estava subordinado ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, tampouco constava no organograma oficial do ministério ¹⁷.

Nesse ponto temos a dimensão do aparato de vigilância e controle desenvolvido durante o regime e que atravessou a estrutura administrativa interna e se expandiu para o exterior, para onde estavam ou tentavam se refugiar os exilados. Mostrar as semelhanças nas práticas de monitoramento usadas na “Operação Condor”¹⁸, no Destacamento de Operações e Informações¹⁹ e da ‘Operação Bandeirante’²⁰, permitirá que o leitor enxergue a amplitude da rede que se criou no Brasil. Sobre o Ciex, mais um tentáculo da rede no exterior, vejamos o que Paulo acrescenta:

O Ciex cuja função especializada era produzir informações sobre assuntos estrangeiros e cujos funcionários eram diplomatas de vários escalões, deveria “existir dentro do mais absoluto grau de sigilo, além disso a ‘clandestinidade’ é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático brasileiro e de forma geral, o governo brasileiro”²¹.

Conhecer a estrutura de informação da burocracia repressiva permite que compreendamos os enlaces burocráticos que convergiram para o êxito da operação, fosse interna ou externa. O expediente mudava ao longo de cada governo e como toda área estratégica era preciso monitorar, mesmo nos países estrangeiros, a atuação de brasileiros, em especial dos exilados políticos. Essa era uma das atividades dos *adidos*, que serviam de suporte, um braço do aparato de controle e vigilância no exterior, ao lado, ou a serviço do Ciex.

E como os *adidos* atuavam? Agiam através da influência que exerciam nas embaixadas e consulados, eram bem relacionados e tinham uma ótima circularidade em diferentes ambientes. Seguiam o mesmo rito das atividades internas realizadas no Brasil, mas viviam à procura de informações que eram trocadas pelos agentes da “rede” no estrangeiro.

Estratégias que norteiam as normas de formação das forças armadas, quanto a comunicação: *A arma de transmissões ou de comunicações costuma ser definida como “a arma que une as armas”*.²² No que tange ‘armas de comunicação do exército’ ...

No Exército Brasileiro, existe a *Arma de Comunicações* - também conhecida como a “*Arma do Comando*” - responsável por proporcionar as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações. Além disso, atua no controle do espectro eletromagnético, por meio das atividades de guerra eletrônica, para impedir ou dificultar as comunicações do inimigo, facilitar as próprias comunicações e obter informações²³.

Essas “armas” próprias do *front* de guerra ou destinadas às ações de combate ao inimigo externo foram utilizadas para monitorar civis. Nessa esfera atuam os agentes internos e os adidos militares no exterior, interceptando informações, coletando e compilando dados, construindo relatórios que fundamentam decisões, criando situações que manipulam a realidade, difamando, corrompendo, dificultando e movendo-se no acompanhamento contínuo do outro no sentido de inviabilizar o “alvo”. Essas táticas foram normatizadas em todo o regime e fez parte do *serviço de inteligência*. Um serviço de inteligência ou serviço de informações é geralmente um departamento governamental, cuja função é a coleta de informações relacionadas com possíveis ameaças à Segurança do Estado²⁴.

A Defesa Nacional²⁵ contra o “inimigo interno” se deu em todas as esferas do Exército, já tão bem estudado²⁶, da Marinha e da Aeronáutica. O “perigo vermelho” estava em “todos os lugares”. Os “agentes” infiltrados nessas esferas enviaram boletins de observação.

Os meandros das atividades de espionagem praticadas durante o regime de exceção ainda guardam o sigilo dos seus documentos, pela natureza escusa de ações de silenciamento utilizadas pelas forças armadas sobre essas atividades secretas, cujos arquivos nunca foram abertos em sua totalidade para sociedade civil no Brasil, denunciando certa fragilidade do Estado democrático de direito, por nunca ter tido a robustez e coragem de cobrar a transparência de informações referentes aos atos praticados pelas forças armadas. Fato que acaba legitimando as permanências dessas práticas, que ao coexistir com o Estado democrático de direito, abre brechas para a impunidade e a fragilidade da democracia.

O sentimento de pertença e a razão de ser dos arquivos se consubstanciam nessa relação dialética da ação ao registro do acontecido (primeira escrita). A função do historiador é analisar essas encruzilhadas, e trazer esse labirinto à tona, que irá se manifestar na historiografia (*a segunda escrita – o modo literário da escrituralidade*), segundo Ricoeur, (2007). Dialogando com Foucault, o que seria informação?

Informação é o fio condutor que de forma dispersiva, sustenta todo aparato institucional, penetrando através de caracteres enunciativos bastantes distintos, toda organização e o tecido social, de maneira que nada nem ninguém se torne imune à sua influência. Elas cortam, modelam, inscrevem, pervertem e se estabelecem na sua permanente produção de efeitos de verdade, alimentando toda uma rede (de informações) ao mesmo tempo em que é alimentado por ela²⁷. (Foucault, 2000, p. 229.)

Estabelecemos esse alinhamento do documento com as práticas dos órgãos produtores para ilustrarmos a característica principal da função do investigador/agente que se ocupará de construir, compilar, manipular e disseminar os registros que refletirão as atividades que os distinguem de outras entidades produtoras de documentos, no que tange a atividade de espionagem, coleta e manipulação de informações necessárias para instruir os processos que associarão o “elemento investigado” ao crime político. Segundo o coronel Allison Hind²⁸, os serviços secretos são:

...toda uma organização: coletores de informações (incluindo espões), pesquisadores, compiladores, avaliadores, relatores, analisadores, redatores, divulgadores e uma quantidade de outros, juntamente com todos os seus instrumentos, sistemas de comunicação, bibliotecas, laboratórios, arquivos e escritórios de trabalho. (Hind, 1967, p. 15)

A função de tais agências, de maneira resumida, localiza-se na ideia de conseguir *informações* sobre as demais nações ou mesmo grupos opositores internos, de maneira sigilosa e o mais previamente possível. Para isso, utilizaram uma vasta equipe de operação a serviço dos órgãos de controle que integravam a rede de segurança nacional, como *os adidos*, que trabalhavam na inteligência e espionagem.

Embora o autor seja um coronel americano, seus ensinamentos não diferem do que foi propagado pela rede de órgãos de informação e segurança nos idos do regime civil-militar que se instalou por vinte e um anos no Brasil, marcado pelo terrorismo de Estado²⁹ e a prática do desaparecimento. Os agentes americanos foram os que mais treinaram agentes no Brasil e na América do Sul, tanto pela ESG – Escola Superior de Guerra, como pela Academia Militar das Agulhas Negras³⁰. Tivemos como efeitos dessa espionagem as práticas de coleta, manipulação e disseminação de informações e desinformações, difamação, delação, técnicas de interrogatórios, tortura e desaparecimento, com casos fartamente relatados em diferentes pesquisas em unidades paramilitares como a *Casa da Morte de Petrópolis*, assim como as práticas dos DOI-CODI (s) em nível nacional, Operação Condor e Oban.

A Oban foi criada pelos militares com o nome de Operação Bandeirante em 1969. Era uma organização com o objetivo de integrar as forças de repressão atuando entre São Paulo e Rio de Janeiro e operando com crueldade durante as torturas como forma de obter informações.

A partir de 1971 a OBAN passou a ser articulada com o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI) que era coordenado por outro major do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Torturador altamente nocivo, perigoso e virulento, mas extremamente útil ao Estado. O Destacamento de Operações de Informações (DOI) ganhou esse nome em setembro de 1970. Ele centralizou o combate aos grupos de esquerda que se opunham ao governo militar instalado em 1964. Com uma estratégia militar e com táticas policiais, o destacamento uniu militares das Forças Armadas e integrantes das Polícias Civil, Militar e Federal, para pôr em prática a carnificina oficializada em que se transformou o modelo estatal assassino, implantado na fase mais dura do regime.

Nas embaixadas os adidos agiam de forma sutil ou explícita, através de uma cadeia de influência que iam dos limites territoriais do Brasil até o exterior, monitorando, esquadrinhando e interferindo nos trâmites burocráticos junto às esferas administrativas, dentro e fora das embaixadas e consulados, dificultando, por exemplo, vistos de entrada, fixação de pessoas exiladas que entravam nos países na condição de perseguidos políticos.

Vemos claramente o poder do estado autoritário interferindo na vida das pessoas no âmbito interno, mas também no exterior. Dessa forma, é intrigante pensar que em 136 anos de história republicana no Brasil, continuamos a ser surpreendidos com realização de golpes de estado num total de sete (07) concretizados e algumas tentativas de golpes como em 1961 com a tentativa de impedimento de Jango ascender à Presidência da República ou mais recente, a que ocorreu em 08 de janeiro de 2023. E causa-nos perplexidade que parcelas da sociedade inflamadas com a ideia de “ordem”, tenham ido às ruas pedir o retorno dos militares ao poder e do AI-5, que institui uma ditadura com requintes de violência como a implantada no Brasil com o golpe civil-militar de 1964-1985.

Os adidos lidavam com espionagem, informações, vigilância, interceptação de mensagens e disfarces, que os escondiam em um manto de invisibilidade, cuja identidade era rigorosamente escondida, o que dificulta a identificação desses agentes especiais, impondo um sigilo que só fragiliza o estado democrático de direito.

Considerações

Pensar no alcance e interferência de “agentes especiais” nos assuntos diplomáticos, de forma explícita ou camuflada, deflagra os efeitos de suas ações sigilosas e mostra o papel que desempenharam na sustentação do regime autoritário especialmente no exterior. A materialidade de suas práticas, se dá ao nível da escrituralidade, seja na manipulação e disseminação de informações, seja na interceptação de correspondências oficiais, difusão de documentos ou fornecimento de informes sigilosos, que foram vitais ao controle do estado autoritário, com o fim, por exemplo, de perseguir, dificultar e/ou impedir asilos políticos, como fizeram com governador deposto de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, ou interferência à indicação de Dom Helder Câmara - Arcebispo de Olinda e Recife ao Nobel da paz. Porém, para além das alteridades nas histórias de vidas pessoais, temos o horror que praticaram a serviço da governabilidade repressiva, que levou a desestabilização dos regimes democráticos na América Latina, por meio de assassinato de lideranças políticas como Salvador Guillermo Allende

Gossens do Chile em 1973, possibilitando o alinhamento desses países aos ditames do capital internacional, perfilado a política geoestratégia dos EUA, em sua corrida imperialista num cenário de Guerra Fria. Na prática significou a submissão dos países latino americanos à política externa de segurança americana, cujos efeitos se traduzem na maior onda de golpes em sequência que o continente latino americano já vivenciou, cujos efeitos de atraso, empobrecimento e dependência se propagam no tempo presente.

Percebe-se que a fragilidade da democracia está nas mãos e no empenho de atores que se prendem a ideologia ultrapassada, mas extremamente atual de combate ao comunismo e à defesa de uma “ordem” que tão somente é do capital. Que se traduz na salvaguarda dos interesses estadunidense e nos poderosos grupos e empresas multinacionais, que temendo perder a liderança hegemônica no mundo em transformação, apontam novas diretrizes para o futuro do planeta, ameaçando-o. Nesse sentido, temos um grande desafio e um caminho turbulento a percorrer, sobretudo com a ascensão de novos paradigmas de comércio envolvendo os países que compõem o BRICs e nesse contexto, o Brasil figura como protagonista e como liderança em 2025, entrando em rota de colisão com os interesses americanos manifesto antes mesmo da posse do presidente dos EUA eleito em 2024, Donald Trump, que já distila ameaça ao Brasil e países membros do novo bloco econômico e de comércio.

Teremos uma nova onda de terror, na América Latina? É possível... se nos basearmos no papel de experiências passadas em que assassinatos de líderes políticos, deposição de presidentes eleitos, perseguição e uma onda de golpes sem precedentes no continente sul americano, em boa medida, reflexo das ações da alta espionagem, teremos tempos sombrios à frente.

Escamotear assassinatos, golpes e derrubada de governos legitimamente eleitos, fez parte do cardápio criminoso desses adidos, com a prerrogativa que tinham que agir na surdina, nos bastidores, para garantir o sigilo de sua identidade e dos seus atos.

Certamente a extensão dos tentáculos da política de estado criminosa da ditadura militar brasileira foi além do território nacional. Com toda a carga de violações já conhecidas, esses fatos nos remetem aos limites da capacidade humana de fazer mal ao outro. Por maior que sejam os

argumentos e justificativas, nada irá apagar os crimes praticados. Uma manobra política levou-nos a uma equivocada anistia, perdendo os crimes cometidos pelos algozes da ditadura civil-militar, omitindo a identificação dos envolvidos e trazendo a nação para um lugar de impunidade e de fragilidade da democracia. Todos esses atos hediondos entraram para o esgoto imundo da história política do Brasil.

Um país que em cento e trinta e seis anos de história republicana, infelizmente, apresenta um currículo espúrio de sucessivos golpes de estado, em flagrante desrespeito às regras constitucionais e o compromisso com o Estado Democrático de Direito, abrindo precedentes para que a sua população não consiga diferenciar uma ditadura de um regime democrático e o mais grave, subtraindo os referenciais democráticos enquanto nação.

O artigo busca trazer esses aspectos com o objetivo de mostrar quão frágil é nossa democracia que vive sob a tutela e ameaça militar, de arapongas disfarçados, espiões camuflados ou simplesmente adidos atuando em diferentes frentes à serviço da repressão. O efeito de suas ações na história das relações políticas brasileiras no exterior ainda se pauta no sigilo. A falta de esclarecimento, o compromisso da burocracia brasileira em perpetuar o silenciamento, ainda pesa nas práticas e alianças comprometidas com a ditadura, o que é um perigo para a defesa da democracia. Sobre isso, causamos perplexidade, o fato de que a Lei de Acesso à Informação só tenha sido criada vinte e seis anos após o fim do regime ditatorial. Tempo suficiente para que os algozes do regime viessem à óbito ou desenvolvessem algum tipo de demência e não pudessem ser responsabilizados pelos seus atos criminosos de perseguição, repressão, tortura, banimento, desaparecimento e morte. Crimes imprescritíveis de lesa humanidade. Na cadeia de órgãos de Operação, Informações e Segurança, os adidos agiram a fim de viabilizar a continuidade de um estado de exceção, em que tudo era permitido em nome de uma pretensa “ordem e progresso” promovendo a maior limpeza político-social e étnico-racial da história brasileira, alinhando o país aos projetos dos grandes grupos ligados ao capital internacional, à concentração de riquezas nas mãos de uma elite que não tem outro compromisso que não seja a manutenção do *status quo*, da alta concentração de renda e da perpetuação da desigualdade social.

Por uma democracia plena e soberana no Brasil e na América Latina, urge a ressignificação de valores, postura e sobretudo, o cumprimento da lei, na construção efetiva de um país mais justo, inclusivo e igual.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. In: *As Ilusões Armadas* (vol. 2). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

GOMES, Paulo César. *Liberdade Viglada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia*. 1ª ed. – Rio de Janeiro, Record, 2019

MENESES, Ulpiano Bezerra de. in, *Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas*/organizadora Zélia Lopes da Silva – São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. Vários autores.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo. Ed. Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder *et al.* *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 95-116.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In *Projeto História 10*. História & Cultura. São Paulo. Editora da Puc-SP. 1993.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3. Memória.

REZNIK, L. *Democracia e Segurança Nacional*. A Polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 188p

REZNIK, L. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul, *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SOARES, André. *Ex-Agente Abre a Caixa-Preta da ABIN* (Agência Brasileira de Inteligência) Escrituras, São Paulo, 2015.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p. 161 <http://www.seer.ufrgs/aedos>

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Marcília Gama. *Informação Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. 1964-1985*. Editora – UFPE, Recife, 2014.

SILVA, Marcília Gama. *Pernambuco na Mira do Golpe 1964 -1985*. Editora Fi Porto Alegre 2021 Coletânea 03 volumes.

Notas

1. Doutora em História e Especialista em Arquivologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do DEHIST - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenou a Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região de 2009-2020. É Membro do Grupo de Trabalho do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas - Instituído pela Portaria MGI 3.072, de 08 de maio de 2024, do Arquivo Nacional / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da CAAP – Comissão de Avaliação de Arquivos Privados – Conarq - Arquivo Nacional. Autora de projetos, livros e artigos; Organização/Autoria da Coletânea premiada no Salão de Literatura do RJ - Prêmio Clarice Lispector, 2021. “Pernambuco na Mira do Golpe. 1964-1985.” Editora Fi, Porto Alegre, (2021). End. de acesso ao CV: <http://lattes.cnpq.br/0090863442089957>.

2. A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. (...) Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Após a queda da ditadura

do Estado Novo em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional (...) [ganhou] importância com [n]a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. Acesso: 01/05/2009: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_lsn.htm

3. “O saber Geopolítico compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, de sua população e da sua posição geográfica, integradas em ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização de aspirações da classe dirigente.” Geopolítica do Brasil, Campinas - SP: Papyrus, 2001:7.

4. Já na constituição de 1934 estava prevista a criação do Conselho de Defesa Nacional destinada à defesa do país contra possíveis riscos e ameaças da integridade territorial, soberania e ordem constitucional, relacionada à segurança nacional, à defesa, à vigilância, à organização das atividades econômicas, sociais, e fronteiras do país. Em 1920, da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. A essa Seção competia ‘velar pela existência política e segurança interna da República(...)’ (REZNIK, 2004:106).

5. Um dos muitos estudos que podem servir de análise: Elisabete Basílio Tomas, intitulado A tortura e o discurso do poder: um Estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968 a 1978.

6. https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_intelig%C3%A2ncia
Acesso: 22/02/2024.

7. SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p.161 <http://www.seer.ufrgs/aedos>

8. https://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulas_Negras

9. https://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulas_Negras#Ver_tamb%C3%A9m Acesso: 18/04/2024

10. Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu

ao golpe militar de 1964. Foi criado pelo então comandante do I Exército, general Siseno Ramos Sarmento, para combater “inimigos internos” que, supostamente, ameaçariam a segurança nacional. Sua atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria no National War College estadunidense e aprofundada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG).

11. SILVA, Carlos Teixeira da (org.). *Dicionário crítico do pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000. p. 136-137.

12. Já na constituição de 1934 estava prevista a criação do Conselho de Defesa Nacional destinada à defesa do país contra possíveis riscos e ameaças da integridade territorial, soberania e ordem constitucional, relacionada à segurança nacional, à defesa, à vigilância, à organização das atividades econômicas, sociais, e fronteiras do país. Em 1920, da Seção de ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. A essa Seção competia ‘velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solícitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos’. Como se pode notar, os anarquistas eram então considerados as maiores ameaças à segurança interna. (Reznik, 2004:106). Na década de 1930 as preocupações giravam em torno das atividades exercidas por estrangeiros nos sindicatos e associações, cujas atividades eram consideradas extremistas. Como medida preventiva surgiram Decretos-lei, que limitava a abertura de firmas, qualquer atuação política, de associação, clubes e quaisquer organizações, regulamentação da expulsão de estrangeiros, da entrada e permanência de estrangeiros, conforme Decreto-lei n. 341, de 17-03-1934; 383, de 18-4-1938; 392, de 27-4-1938; 406, de 4-5-1938.

13. Um dos muitos estudos que podem servir de análise: Elisabete Basílio Tomas, intitulado A tortura e o discurso do poder: um Estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968 a 1978.

14. SOARES, André. *Ex-Agente Abre a Caixa-Preta da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência)*. Escrituras, São Paulo, 2015.

15. A operação Brother Sam foi a utilização da Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos em apoio ao golpe de Estado no Brasil em 1964. https://pt.wikipedia.org/wiki/Operação_Brother_Sam. Acesso: 22/02/2024
16. SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor*: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p.161 <http://www.seer.ufrgs/aedos>
17. GOMES, Paulo César, *Liberdade Viglada*: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à Anistia. 1ª ed. – Rio de Janeiro, Record, 2019, p. 96.
18. Constituída na década de 1970, a ‘Operação Condor’ possibilitou a repressão aos opositores políticos hostis aos governos militares das ditaduras chilena, argentina, paraguaia, uruguaia, boliviana e brasileira, além das fronteiras nacionais, realizada sob completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos asilados em países estrangeiros. SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor*: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p. 160 <http://www.seer.ufrgs/aedos>
19. Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964. Foi criado pelo então comandante do I Exército, general Siseno Ramos Sarmiento,^[1] para combater «inimigos internos» que, supostamente, ameaçariam a segurança nacional. Sua atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria no National War College estadunidense e aprofundada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG). <https://pt.wikipedia.org/wiki/DOI-CODI> . Acesso: 01/03/2023.
20. A Operação Bandeirante (Oban) foi um centro de informações e investigações criado pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, e composto por membros da Aeronáutica, Marinha, do Departamento de Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações e também por órgãos do governo do Estado de São Paulo (Secretaria de

Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Força Pública do Estado de São Paulo e Guarda Civil). https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Bandeirante Acesso: 01/03/2023.

21. Idem.p. 96

22. https://pt.wikipedia.org/wiki/Transmiss%C3%B5es#Transmiss%C3%B5es_nos_ex%C3%A9rcitos_de_v%C3%A1rios_pa%C3%ADses. Acesso em 10/04/2024.

23. Idem. Acesso em 10/04/2024.

24. https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_intelig%C3%A2ncia Acesso: 22/02/2024

25. Já na constituição de 1934 estava prevista a criação do Conselho de Defesa Nacional destinada à defesa do país contra possíveis riscos e ameaças da integridade territorial, soberania e ordem constitucional, relacionada à segurança nacional, a defesa, a vigilância, a organização das atividades econômicas, sociais, e fronteiras do país. Em 1920, da Seção de ordem Social e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. A essa Seção competia ‘velar pela *existência política e segurança interna da República*(...)’ (Reznik, 2004:106).

26. Um dos muitos estudos que podem servir de análise: Elisabete Basílio Tomas, intitulado A tortura e o discurso do poder: um Estudo dos registros da repressão e suas formas de representação – 1968 a 1978.

27. FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

28. Allisson Hind, foi coronel do exército norte-americano, atuando toda sua carreira em setores de inteligência e contrainteligências e criou adeptos pelo mundo. Posteriormente, atuou como conselheiro para assuntos de guerra junto ao Pentágono.

29. O Terrorismo de Estado “em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa

de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 64. *Apud* SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.p. 175.

30. A Academia Militar das Agulhas Negras é uma escola de ensino superior do Exército Brasileiro, situada na cidade fluminense de Resende. https://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulhas_Negras

Memórias fabricadas e esquecimentos intencionais: a Ditadura Militar e a manipulação da opinião pública no Brasil

Raphael Oliveira¹

Em 2017, Silvio de Abreu, então diretor de teledramaturgia da *TV Globo*, fez um comentário que revela o impacto profundo da desinformação histórica na sociedade brasileira. Ao discutir a novela *Os Dias Eram Assim*, mencionou que grande parte do público desconhecia os eventos da Ditadura Militar de 1964.² A novela, que inicialmente enfrentava baixos índices de audiência, precisou adotar uma abordagem mais didática para contextualizar os acontecimentos históricos. Esse episódio reflete uma questão maior sobre como a Ditadura é compreendida e representada, não apenas na teledramaturgia, mas também na memória coletiva dos brasileiros.

Essa questão não é isolada. Pesquisas de opinião ao longo das décadas mostram que uma parcela significativa da população desconhece ou tem uma compreensão distorcida de eventos cruciais, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais autoritário decreto da Ditadura.³ O desconhecimento se estende a outros aspectos do regime, reforçando uma visão positiva de um período marcado por censura, repressão e violência.

Este artigo propõe investigar os mecanismos pelos quais a Ditadura Militar brasileira construiu e perpetuou uma narrativa benéfica sobre o regime. Faremos isso analisando dois aspectos fundamentais: a propaganda

e a censura. Além disso, discutiremos a complexidade da relação entre adesão, resistência e acomodação na sociedade brasileira durante o período autoritário.

Carlos Fico (1997), em suas pesquisas sobre o regime, aponta que a propaganda foi tão eficaz que até as críticas ao regime militar foram suprimidas ou minimizadas. A censura atuou em conjunto com a propaganda para garantir que apenas uma visão favorável do regime chegasse ao público. A mídia, especialmente a TV Globo, desempenhou um papel crucial nesse processo, difundindo uma visão otimista e patriótica do governo militar.

A censura também contribuiu para a manutenção dessa narrativa. A TV Globo, que beneficiou-se de concessões e apoio do governo, cooperou com os militares ao não apenas omitir informações críticas, mas também ao promover programas que reforçavam a imagem positiva do regime. Ainda assim, a própria emissora também teve conteúdos censurados pelos militares.

Por esses motivos, a relação entre a sociedade e o regime militar não pode ser compreendida apenas por uma dicotomia entre adesão e resistência. Rodrigo Patto Sá Motta (2014) propõe que, além dessas duas categorias, é necessário considerar a acomodação. Muitos brasileiros, embora não apoiassem abertamente o regime, encontraram maneiras de coexistir com ele, seja por medo de repressão ou por acreditarem que a resistência era inútil.

Ainda assim, é importante frisar que muitas dessas acomodações são provenientes de percepções oriundas da propaganda e, neste ponto, o papel da TV Globo é fundamental. A emissora foi um dos principais veículos de propaganda do regime militar. Com seu vasto alcance, a Globo ajudou a difundir a narrativa oficial de que o Brasil estava no caminho certo, ignorando ou minimizando as críticas ao governo. Programas como *Amaral Netto*, o *Repórter* exaltavam as grandes obras do regime e promoviam uma visão otimista do país, que contrastava com a realidade de repressão e censura (Krause, 2015).

A relação simbiótica entre a TV Globo e o regime militar é um exemplo claro de como os meios de comunicação foram instrumentalizados para controlar a opinião pública. Roberto Marinho, fundador da emissora, sempre apoiou abertamente o regime, e sua empresa beneficiou-se enormemente das concessões e incentivos oferecidos pelos militares. Ao

mesmo tempo, a censura garantiu que qualquer crítica ao governo fosse minimizada ou suprimida.

Para aprofundar mais esses pontos de propaganda e censura, e como eles se entrelaçam com as práticas da TV Globo, é necessário destrinchar os conceitos, suas definições perante os atores sociais da época e identificar episódios que podem indicar os efeitos na recepção da sociedade brasileira durante a Ditadura.

A propaganda em cores

Mudanças de perspectivas e narrativas sobre certos temas são comuns com o passar do tempo, especialmente à medida que nos distanciamos dos acontecimentos analisados. Toledo Camargo, um militar atuante na AERP durante o governo Médici e seu líder principal no mandato de Geisel, quando a AERP era chamada de ARP – Assessoria Relações Públicas, sempre negou em entrevistas que o grupo fazia propaganda. Essa afirmação refletia um esforço de se diferenciar do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) varguista, temido pelos militares por sua capacidade de manipulação de mentes e promoção da aceitação da Ditadura do Estado Novo.

Os militares desejavam evitar qualquer comparação com Vargas, visto como uma figura negativa. O regime instaurado em 1964 se esforçava para não ser rotulado como uma ditadura, ao mesmo tempo que evitava o uso de mecanismos associados à permanência de Vargas no poder, como o DIP. No entanto, Toledo Camargo posteriormente admitiu que o regime de fato fez uso de propaganda, empregando inclusive algumas técnicas similares às do DIP.

Essa negação por parte de agentes do regime quanto ao uso de propaganda estendeu-se para outras áreas do poder. A manutenção de instituições como o Legislativo e o Judiciário, ainda que limitadas, e a realização de eleições para cargos políticos, apesar das cassações e restrições, tinham como objetivo preservar uma aparência democrática, negando o autoritarismo. Mesmo com a adoção do bipartidarismo pelo AI-2, o regime não hesitou em impor medidas autoritárias quando a oposição consentida ganhava mais força.

Dessa forma, para manter sua legitimidade e sustentação política, o regime utilizou a propaganda como um instrumento fundamental, conforme a historiografia reconhece. Carlos Fico (1997, p. 76), historiador de renome, afirma que a propaganda foi um dos pilares da repressão.

Este artigo busca também entender um aspecto central da propaganda na Ditadura Militar: a atuação da AERP. O objetivo é analisar tanto as técnicas empregadas pela assessoria quanto os conteúdos divulgados. Dois exemplos ilustram essa distinção entre forma e conteúdo: Carlos Rabaça, em entrevista para minha tese de doutorado, recorda que colegas da Escola de Comunicação da UFRJ elogiavam a técnica dos filmetes da AERP, mas criticavam o tom ufanista; Octávio Costa relembra um diretor de televisão que admirava a inovação técnica, mas questionava o “produto” promovido (Oliveira, 2022).

Para entender este fenômeno, é necessário revisitar debates já presentes na historiografia e trazer novas evidências para a discussão sobre a propaganda e a opinião pública nos anos 1970, com foco na AERP. A intenção é entender como a propaganda foi usada não apenas para disseminar narrativas, mas também para moldar as relações sociais de adesão, resistência e acomodação. Isso servirá de base para compreender como a TV Globo se tornou um canal para a difusão das mensagens do governo, tanto no aspecto técnico quanto no conteúdo, e abrirá portas para novos estudos sobre a permanência dessas narrativas após o fim da Ditadura.

Contudo, um olhar mais atento revela que a AERP reproduziu temas já explorados pelo DIP, como a união nacional, valorização do trabalho e esperança no futuro. Esses temas apareceram com novas roupagens, mas mantinham uma essência semelhante ao velho discurso propagandístico. O medo de ser associado ao DIP se manifestava nas declarações dos líderes da AERP, que insistiam que suas ações não envolviam culto a presidentes ou promoção dos governantes. No entanto, as produções demonstravam o oposto. Embora a exaltação direta de presidentes fosse evitada, a mensagem geral promovia um governo forte e eficiente, e o uso de *slogans* otimistas como “Ninguém segura este país” e “Este é um país que vai para frente” reforçava a ideia de um Brasil próspero sob a tutela militar.

A AERP foi oficialmente estabelecida com o objetivo de motivar o esforço nacional para o desenvolvimento, uma meta abstrata que ganhou forma mais clara no Plano Global de Comunicação Social de 1971. As diretrizes do plano incluíam mobilizar a juventude, fortalecer o caráter nacional, estimular o patriotismo, promover a coesão familiar e reforçar a vocação democrática do povo brasileiro. Esses conceitos, embora amplos, forneciam uma base para campanhas voltadas principalmente para a classe média, considerada um segmento-chave para a aceitação do regime (Fico, 1997, p. 85).

O conceito de “construção coletiva” era central para a propaganda da AERP. A narrativa de que o Brasil precisava de uma reconstrução financeira e cívica após um período de decadência era repetida constantemente. Sob essa ótica, a presença militar no poder era apresentada como uma “pedagogia esclarecedora”, ensinando a juventude sobre os erros do passado e apontando o caminho para um futuro próspero. Esse discurso otimista foi desenhado para criar uma distinção entre os “bons cidadãos”, que apoiavam o regime, e os “elementos desajustados”, que não conseguiam compreender os benefícios desse novo Brasil.

A coletividade era enfatizada, e o tom das mensagens era sempre positivo, criando a imagem de um país em harmonia. Ao mesmo tempo, a figura do “inimigo” era pintada como alguém que promovia a desordem e não fazia parte do grupo comprometido com a construção de um futuro melhor. Em contraste com a repressão, essa estratégia de propaganda apresentava uma face mais branda, apelando para a ideia de um Brasil unido e próspero (Ferreira; Delgado, 2003, p. 167-205).

Um dos aspectos mais inovadores da AERP foi a decisão de não assinar as peças produzidas. Essa escolha fazia parecer que as campanhas surgiam espontaneamente da sociedade, uma estratégia que se revelou eficaz na criação de um sentimento de congraçamento entre o povo e o governo. A partir disso, o “inimigo” não era uma figura política com propostas alternativas, mas sim um desajustado que não compreendia os benefícios de viver nesse corpo social bem-sucedido.

Os *slogans* otimistas do regime não apenas sustentavam a permanência dos militares no poder, como também se baseavam em símbolos históricos já enraizados no imaginário popular.⁴ A AERP, com sua produção visual moderna e mensagens simplificadas, conseguiu reciclar esses elementos históricos de maneira eficaz. Para os gestores da AERP, como Octávio Costa, a arte de comunicar não era sobre vender uma imagem idealizada do governo, mas sim apresentá-la como verdadeira e inquestionável.

Em pronunciamentos, como o do presidente Médici, que afirmou “Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro”, o tom otimista reforçava a narrativa de que o Brasil, finalmente, estava no caminho certo.⁵ Mesmo assim, os gestores da AERP faziam questão de distanciar suas produções do personalismo do DIP, embora, em algumas situações, o culto ao líder não estivesse completamente ausente. Em documentos analisados no acervo pessoal de Médici, utilizado pela primeira vez na pesquisa que originou a minha tese de Doutorado e encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por exemplo, fica clara a insatisfação do ex-presidente com a falta de reconhecimento pessoal em certas peças da AERP, sugerindo que as disputas internas no regime influenciavam a maneira como os presidentes eram retratados na propaganda.⁶

A AERP trouxe inovações significativas para a propaganda brasileira, utilizando produtoras independentes e explorando técnicas audiovisuais modernas que privilegiavam a imagem sobre o texto. Esse pioneirismo foi uma ruptura com as práticas tradicionais de propaganda, que ainda confiavam em longos textos explicativos para convencer o público. Ao contrário do DIP, a AERP utilizou filmes curtos, coloridos e altamente visuais para transmitir suas mensagens, apelando diretamente aos sentidos e emoções dos espectadores.

Produtoras como Filмотec, Cinesul e Jodaf foram responsáveis pela maior parte dos filmes da AERP, especialmente durante o governo Médici.⁷ A Jodaf, por exemplo, ficou conhecida pelos filmes animados que promoviam noções de higiene e civismo, como a famosa série do personagem Sujismundo, que representava os males do comportamento antissocial, como jogar lixo nas ruas (Oliveira, 2022, p. 87).

Figura 1 – “Povo desenvolvido é povo limpo”



Fonte: RABAÇA, Carlos. Documentos Fundamentais – Planejamento Desenvolvido (1969-1974). Brasília: Presidência da República, 1968. Material cedido pelo próprio para esta pesquisa no dia 12 de dezembro de 2018, durante entrevista sobre “O papel da AERP na publicidade do Governo Médici (1969-1974)”, no dia 12 de dezembro de 2018. Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

As mensagens dos filmes da AERP eram simples, mas poderosas. A ênfase no visual e o uso de técnicas modernas de animação e filmagem ajudaram a transmitir valores como o patriotismo, a importância do trabalho e a participação no desenvolvimento nacional de maneira mais eficiente do que as antigas campanhas baseadas em textos longos e explicativos. Os filmes promoviam a ideia de que cada cidadão tinha um papel a desempenhar na construção do Brasil, e que a participação individual no esforço coletivo era fundamental para o sucesso do país.

Ao analisar a produção da AERP, fica evidente que os temas predominantes eram o amor à pátria, a dedicação ao trabalho e a mobilização da juventude. O nacionalismo promovido pela AERP, no entanto, diferia do nacionalismo dos governos anteriores, como o de Vargas. Embora os militares utilizassem uma retórica nacionalista, muitos estudiosos, como José Pedro Kunhavalik, argumentam que o projeto dos militares era mais voltado para um “patriotismo” que servia aos interesses do regime, e não para um verdadeiro nacionalismo (Kunhavalik, 2009, p. 230).

A propaganda da AERP exaltava o trabalho como uma forma de contribuir para o crescimento do Brasil. Peças sobre profissões como

pedreiros, garis e carpinteiros traziam mensagens que glorificavam o esforço individual em prol do progresso nacional. Essa ênfase na coletividade através do trabalho ajudava a anular as individualidades e reforçava a ideia de que todos deveriam se submeter aos padrões estabelecidos pelo regime. Isso torna as pessoas em somente os seus ofícios, e como elas ajudam no projeto nacional (Liebel, 2017, p. 77).

Além disso, a juventude era um público-alvo importante para a AERP. A propaganda focava na educação cívica e na preparação dos jovens para assumirem seus papéis na sociedade. Filmes mostravam jovens sendo questionados sobre como estavam contribuindo para o desenvolvimento do país, reforçando a ideia de que o futuro do Brasil dependia do seu compromisso com os valores do regime.

Em uma das peças, intituladas “O papel dos jovens”, a figura de um rapaz é apresentada por 10 segundos, usando a técnica do *zoom* enquanto o locutor pergunta: “E você que é jovem, já pensou em seu papel na sociedade?”. As respostas poderiam ser várias, mas o próprio governo, em filmes seguintes, já trazia qual seria a opção vista pelos dirigentes da AERP como correta. A AERP criou um modelo de propaganda que, embora evitasse a exaltação direta de líderes, adotou técnicas modernas para difundir uma versão otimista do governo militar. Utilizando recursos visuais e temas já presentes no imaginário popular, a assessoria conseguiu construir uma narrativa de progresso e harmonia que encontrou ressonância em grande parte da população. Ao mesmo tempo, marginalizou aqueles que discordavam do regime, pintando-os como desajustados ou inimigos da coletividade.

Essa propaganda sutil e eficaz ajudou a consolidar a imagem do Brasil como uma nação em ascensão, ocultando os aspectos repressivos do regime e silenciando a resistência. A análise das produções da AERP revela como a propaganda militar conseguiu, ao mesmo tempo, preservar elementos de um discurso antigo e adaptá-los às novas técnicas e sensibilidades da comunicação de massa.

A censura em preto e branco

Médici, em declaração para a *Veja* em 1985, anos após ele ter deixado a Presidência, afirmou que a censura foi uma contingência. Durante a entrevista, Médici foi questionado sobre o uso da censura em seu governo, e o diálogo ocorreu da seguinte forma:

Médici: Sempre que me reconhecem nas ruas, sou cumprimentado. Geralmente são mulheres que me reconhecem e cumprimentam. Apenas uma vez, no Rio de Janeiro, uma senhora me reconheceu e criticou meu governo. Tentei dizer-lhe que estava equivocada, que estava indo na conversa da propaganda esquerdista, mas ela não quis discutir. Aí desisti e fui embora.

Veja: Essa propaganda esquerdista incomoda?

Médici: O problema é que a propaganda é feita em defesa dos terroristas que queriam arrasar o país. Aquilo foi uma guerra... Lutamos contra o terrorismo nas ruas, no país inteiro, até na Amazônia. Enfrentamos sequestros, assaltos, assassinatos, todo o tipo de crime. Aquilo não podia continuar.

Veja: Foi por isso que o senhor adotou, durante o seu governo, a censura à imprensa?

Médici: Foi uma contingência. Aquela guerrilha de Xambioás acabou antes que a população tomasse conhecimento de sua existência. Era preciso esconder as operações contra os guerrilheiros para que elas tivessem sucesso.

Embora essa entrevista nunca tenha sido publicada — e não se sabe o motivo —, seu conteúdo está disponível no acervo pessoal de Médici, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde consta uma transcrição enviada pela editora da revista.⁸ O fato de o ex-presidente ter preservado o documento demonstra a importância que atribuía ao relato, no contexto sobre o que é guardado e o que é descartado. Médici fez várias anotações no texto, mas, curiosamente, na parte que trata da censura, não há nenhuma observação adicional. Nessa passagem, fica claro como o ex-presidente relaciona o que chama de “propaganda esquerdista” ao uso da censura pelos militares.

O depoimento de Médici sugere a importância da propaganda na mobilização social, inclusive reconhecendo o poder da “propaganda esquerdista” em influenciar as opiniões. O ex-presidente se orgulha de ter recebido críticas apenas uma vez, e ao ser provocado a conectar isso à censura, ele confirma que essa foi uma ferramenta usada para impedir que certas informações chegassem ao público, dificultando que houvesse uma contraposição às narrativas militares.

É necessário examinar como a «contingência» mencionada por Médici foi um instrumento para silenciar discursos opositores ao regime militar. Para isso, é crucial entender a estrutura da censura durante o período, os diferentes mecanismos de controle de informações e a importância de quando um conteúdo conseguia atravessar a barreira da censura. Novas fontes foram utilizadas durante a pesquisa para mostrar que a censura, além de ter adesão da sociedade como uma forma de combate à imoralidade, foi usada de maneira política e com desdobramentos econômicos contra opositores. Também é possível perceber como o cerceamento de informações impactou diretamente a percepção pública do governo.

Para seguir nessa análise, é necessário estabelecer o conceito de censura e como ele será abordado neste estudo. Peter Burke (2003, p. 131), por exemplo, lembra que logo após a invenção da imprensa, a censura começou a se manifestar, principalmente por ordens religiosas, como a Igreja Católica, que criou mecanismos para controlar a disseminação de ideias. Um exemplo famoso é o Índice, criado no século XVI, durante a Contrarreforma. Burke ressalta a associação entre moral — geralmente religiosa — e interesses governamentais na promoção da censura.

Desde então, regimes democráticos e autoritários têm recorrido à censura em diferentes épocas e sociedades. Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 230) afirma que a censura é, essencialmente, um instrumento de poder, utilizado para impedir a divulgação de informações inconvenientes. No Brasil, a censura remonta a República Oligárquica, quando o Decreto nº 4.743, de 1923, permitia a censura de jornais que ofendessem a “moral e os bons costumes”.⁹ Na Era Vargas, o DIP não apenas produzia peças enaltecendo o “grande líder”, como também restringia materiais considerados prejudiciais. A Ditadura Militar seguiu esse modelo de controle da informação.

No regime militar, a AERP não era responsável pelos critérios de censura, que eram definidos pelo Decreto Secreto nº 165 B/71, conforme apontado pela historiadora Beatriz Kushnir (2004, p. 19). Esse decreto listava 10 temas proibidos de serem abordados pela imprensa, que incluíam:

- a. campanha pela revogação dos Atos Institucionais, notadamente o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;
- b. manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculos públicos, livros, periódicos e em exteriorizações pelo rádio e televisão, realizadas com base no Decreto-lei 1.077/70, de 26 de janeiro de 1970;
- c. apreciação que envolvam contestações ao regime vigente;
- d. divulgação de notícias sensacionalistas que possam prejudicar a imagem do Brasil no exterior;
- e. divulgação de notícias com o objetivo de agitar os meios sindicais e estudantis;
- f. divulgação de notícias a respeito da existência da censura, salvo a de diversões públicas, bem como de prisões de natureza política;
- g. divulgação de notícias tendenciosas a respeito de assaltos a estabelecimentos de crédito, nomeadamente a descrição minuciosa de quaisquer crimes ou atos antissociais;
- h. divulgação de quaisquer notícias que venham a criar tensões de natureza religiosa;
- i. divulgação de notícias que venham a colocar em perigo a política econômica do Governo;
- j. divulgação alarmista de movimentos subversivos em países estrangeiros, bem como a divulgação de qualquer notícia que venha a indispor o Brasil com nações amigas.

Essas diretrizes revelam a natureza política da censura militar, que procurava silenciar qualquer oposição ao regime. Interessante notar que o decreto proibia a própria menção da censura à imprensa, criando uma aura de invisibilidade em torno dessa prática. A censura no regime militar estava dividida entre duas esferas principais: a imprensa e as diversões públicas. Enquanto a censura à imprensa era mais focada em questões políticas, a

censura das diversões públicas, como peças de teatro e filmes, muitas vezes tinha uma justificativa moral. Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 233) mostra que, entre 1973 e 1975, a Polícia Federal censurou 151 reportagens sobre censura, enquanto 34 matérias sobre censura em diversões públicas também foram vetadas. Essa diferença demonstra que a censura à imprensa era mais sensível e politicamente carregada do que a censura das artes. Como observou Miliandre Garcia (2009, p. 21), ao longo dos 21 anos de regime militar, a censura foi aplicada de forma sistemática, abrangendo uma ampla gama de meios de comunicação, entretenimento e manifestações culturais. Medidas como a revisão de roteiros de filmes, peças e programas de TV e a formação de grupos de análise para discutir questões polêmicas foram implementadas para garantir um controle rígido sobre a produção cultural e jornalística do país.

Essa centralização da censura teve um impacto profundo na sociedade. Conforme já discutido, a censura não apenas silenciou a oposição política, como também moldou o comportamento social, reforçando valores que o regime considerava adequados. Na prática, a censura atuou como uma ferramenta para criar uma narrativa unificada e evitar que vozes dissidentes conseguissem romper essa hegemonia. Isso foi especialmente evidente nos meios culturais, onde a censura moral foi amplamente aplicada, mas também teve implicações políticas significativas.

Dessa forma, o uso da censura, como defendido por Médici em sua entrevista, foi fundamental para a manutenção do regime militar e para silenciar as críticas ao governo. O controle da informação permitiu que o governo moldasse a percepção pública, marginalizando resistências e criando um ambiente de adesão e acomodação social até por coerção econômica.

Em 23 de outubro de 1968, poucos meses antes da promulgação do AI-5, o coronel Carlos Pinto, chefe do serviço secreto do I Exército, visitou a sede do jornal *Tribuna da Imprensa*, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, para informar que o jornal estaria sujeito à censura prévia. O *Tribuna*, vendido pelo jornalista Carlos Lacerda a Hélio Fernandes em 1962, iniciou um processo de decadência após essa visita (Skidmore, 2009).

O declínio do jornal foi abordado em uma ação judicial movida por Fernandes contra o presidente Médici, em março de 1983. Esse processo, que se encontra nos arquivos pessoais de Médici e é pouco trabalhado em estudos acadêmicos, acusa o ex-presidente de ser responsável pela deterioração da qualidade do jornal por meio de um conceito inovador: a censura com efeitos econômicos. Fernandes alegou que, embora o AI-5 previsse a censura com base em questões políticas, na prática, notícias censuradas na *Tribuna* eram publicadas em outros veículos. Isso teria causado perda de leitores e anunciantes, fortalecendo a concorrência e prejudicando economicamente o jornal.¹⁰

Em entrevista concedida para a pesquisa, Hélio Fernandes, poucos meses antes de sua morte em 2021, aos 100 anos, confirmou o processo e explicou os detalhes mencionados. Ele relatou que, uma semana após a visita do coronel, dois capitães do Exército passaram a frequentar a redação como censores, mas sem fornecer qualquer documentação oficial sobre a determinação. Não era a primeira vez que o governo agia contra Fernandes; em 1966, seus direitos políticos haviam sido cassados por 10 anos pelo governo de Castello Branco (Oliveira, 2022).

A ordem inicial em 1968 era censurar qualquer notícia sobre prisões ou tortura de presos políticos. Contudo, o processo movido por Fernandes descreve uma mudança no perfil da censura:

Findo esse prazo de restrições limitadas apenas à divulgação das matérias referidas, a TRIBUNA DA IMPRENSA passou a sofrer a censura mais indiscriminada, ampla e abrangente, censura de qualidade, destinada a evitar que o jornal não publicasse “nada que pudesse agradar o leitor, qualquer texto que contribuísse para tornar o jornal mais inteligente ou interessante”.

Essa mudança, de acordo com o processo, implicava na criação de uma “censura de qualidade”, cujo objetivo era prejudicar o interesse do público no jornal. Essa acusação é corroborada por uma carta anexada ao processo, escrita pelo jornalista Oliveira Bastos, na qual ele afirma:

Pouco a pouco, fui me dando conta de que o jogo era outro. Ao lado da censura ideológica, política, havia uma outra, a mais sutil e mais cretina – a censura de qualidade. Existia, e disso tive muitas provas, o propósito de manter o jornal pela industrialização da falta de interesse. Como? Os censores devem ter sido instruídos para não deixar passar nada que pudesse agradar ao leitor, qualquer texto que contribuísse para tornar o jornal mais inteligente ou interessante. Pensa no meu caso. Eu não era um contestador. Longe disso. De 1961 a 1964, servi ao governo Carlos Lacerda, como assessor de Flexa Ribeiro, na secretaria de Educação. Estava, portanto, imunizado contra qualquer vírus janguista, comunista ou peleguista. De 1964 a 1967 fui um dos mais solicitados e íntimos assessores de Roberto Campos a convite de Hélio Beltrão, continuei no Ministério do Planejamento até 1969. Foi nessa ocasião e nessa condição que comecei a escrever para a TRIBUNA DA IMPRENSA. Está bem que depois da briga com Delfim e o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, o meu nome despertasse maiores cuidados à censura. [...] Fui, no entanto, sistematicamente atingido pelo lado da qualidade do meu texto e não por motivos políticos e ideológicos. Cortavam, para meu desespero, o que tinha graça, o que era bem colocado, a frase de efeito, o melhor do texto, enfim. Tive que parar, na convicção de que, se persistisse, o leitor guardaria de mim a ideia de um imbecil, incapaz de formular qualquer coisa que não fosse mera tautologia.

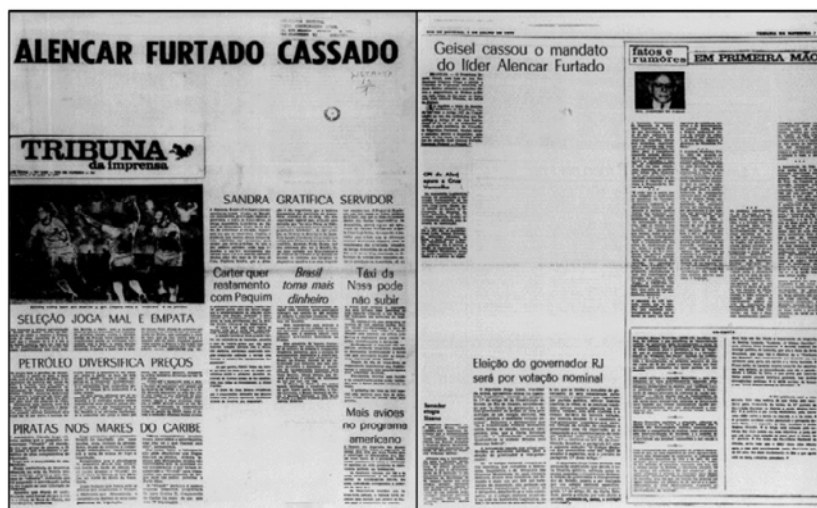
Bastos também argumenta que essa censura sistemática foi responsável pela perda de leitores e anunciantes do jornal, culminando em sua precarização. Ele afirma que, ao deixar o *Tribuna*, voltou a ser aceito pelo regime, com seus textos circulando livremente em outros veículos de comunicação.

Aqui está a meu ver a raiz: a perda de substância, de circulação, de publicidade da “Tribuna da Imprensa” foi produzido, com rigor científico, pela censura, ou melhor, pelos que estavam atrás dela e, não querendo assumir a responsabilidade direta pelo fechamento do jornal, esperavam que ele morresse de inanição. O mesmo processo foi usado contra o “Opinião”, contra o “Politika”[...]. Bastou que eu deixasse

o jornal para voltar a ser *persona grata* ao regime e meus textos terem curso livre e, não raro, até forçado, em outros veículos.

A prática da censura de qualidade e seus efeitos econômicos podem ser verificados em episódios específicos analisados nas edições do *Tribuna da Imprensa*. Um exemplo ocorreu em 1º de julho de 1977, quando a capa do jornal e sua terceira página apresentavam grandes espaços em branco, resultado da censura de uma reportagem sobre a cassação do deputado Alencar Furtado, líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime. A decisão de deixar os espaços em branco foi aprovada pelos censores após pedidos dos jornalistas, que alegaram não haver mais condições de editar o jornal diante de tantas restrições.

Figura 2 – Capa e terceira página do Tribuna da Imprensa no dia 1º de julho de 1977



Fonte: Tribuna da Imprensa. Edição Matutina. Rio de Janeiro, 1977. p. 1-3.

A censura econômica afetava o *Tribuna da Imprensa* de maneira desigual em relação a outros veículos, como *O Globo* e *Jornal do Brasil*. O caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, exemplifica essa disparidade. Enquanto *O Globo* e *Jornal do Brasil* publicaram notas oficiais sobre o caso, o *Tribuna* não pôde fazer menção ao assassinato de

Herzog em suas páginas. Situações semelhantes ocorreram com a morte do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, outro caso emblemático da repressão militar. Enquanto os demais jornais noticiaram o ocorrido, o *Tribuna* permaneceu em silêncio, sob a censura.

Jornalistas que trabalharam no *Tribuna* durante esse período relataram que, além da censura de qualidade, a burocracia e o descaso dos censores também prejudicavam o funcionamento do jornal. Em carta anexada ao processo, o jornalista Paulo Francis descreveu sua frustração com os cortes que sofria e explicou que foi obrigado a deixar o jornal em 1976, após repetidos episódios em que temas de grande relevância internacional, como o bombardeio do Vietnã e a derrubada de Salvador Allende, foram censurados.

(Permitiram que) censores ignorantes e atrabiliários mutilassem constantemente minha coluna que, em geral, versava sobre temas completamente desconhecidos do tipo de indivíduo que exerce essa profissão no Brasil. Esse foi um dos motivos para que em 1976 resolvesse procurar emprego em publicação menos visada que a *Tribuna da Imprensa*.

Sentia-me injuriado, profissional e moralmente. Explico: a censura me cortou completamente colunas sobre dois acontecimentos (entre muitos) de singular importância: o bombardeio americano do Vietnã do Norte, em 1972, e a derrubada de Salvador Allende, em 1973. Esses dois acontecimentos renderam manchetes mundiais nas respectivas ocasiões e continuam até hoje fonte de controvérsia.

E o que dizer do comentarista internacional, Paulo Francis, com uma coluna diária, que não os menciona sequer e não pode avisar ao leitor que foi censurado, razão do “silêncio”?

Sebastião Nery, outro jornalista da equipe, escreveu que a censura afetava o cronograma de impressão do jornal, o que resultava em edições que chegavam atrasadas às bancas, muitas vezes com conteúdo desorganizado ou incompleto.

Em determinado instante ficou impraticável escrever no Jornal. Os censores chegavam no fim da noite, ficavam bebendo cerveja

no botequim da esquina, para mais ainda prejudicarem o trabalho da oficina.

E, pior do que tudo, como a censura era incansável, crescente, a gente encontrava os leitores na rua e eles cada dia entendiam menos o que estava acontecendo e se queixavam que o Jornal estava sendo feito sem cuidado e empenho. Conclusão: era preciso optar entre o enfarte e o trabalho censurado. Por isso fui obrigado a parar com a coluna, depois de tantos anos de batente.

Além das pressões da censura, o *Tribuna da Imprensa* também enfrentou repressão física. Segundo documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), entre 1967 e 1980, Hélio Fernandes foi detido três vezes e chamado para prestar esclarecimentos 114 vezes.¹¹ Em março de 1981, uma bomba explodiu na sede do jornal, como parte de uma onda de atentados promovidos por grupos de extrema-direita (Jorge, 2008, p. 94). No processo judicial, os advogados de Fernandes argumentaram que o objetivo da censura imposta ao *Tribuna* não era proteger os ideais da Revolução de 1964, mas sim, enfraquecer o jornal financeiramente, ao privá-lo de leitores, anunciantes e assinantes.

A indenização solicitada por Fernandes foi de CR\$ 1.000.000,00, o que, corrigido pela inflação, corresponde a aproximadamente R\$ 127.460,60. Inicialmente, Médici foi representado pelo advogado Alfredo Buzaid, mas, quando o processo chegou às instâncias superiores, Buzaid foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e teve que deixar o caso. O processo continuou até 2009, quando o ministro Celso de Mello deferiu uma indenização para o *Tribuna da Imprensa*. No entanto, os valores não foram revelados, e uma disputa judicial continua entre os antigos funcionários do jornal e a família Fernandes sobre o destino da indenização.

O caso do *Tribuna da Imprensa* revela um novo aspecto da censura durante a Ditadura Militar: a censura com efeitos econômicos, utilizada como estratégia para enfraquecer economicamente veículos de comunicação opositores ao regime. Essa forma de censura não apenas silenciava as críticas políticas, como também prejudicava financeiramente os jornais, levando à perda de assinantes e anunciantes.

Esse tipo de censura se torna mais evidente quando se considera a dependência econômica dos meios de comunicação em relação ao governo. Hérica Lene (2009), doutora em Comunicação, aponta que aproximadamente 30% da receita dos jornais brasileiros na época vinham de clientes oficiais, tornando a submissão à censura uma condição necessária para a sobrevivência financeira.

Vários jornais alternativos surgiram durante a Ditadura, mas a maioria não sobreviveu à repressão. Estima-se que mais de 150 desses veículos, que abrangiam temas satíricos, políticos, ecológicos e feministas, foram perseguidos pela censura. O *Tribuna da Imprensa*, que tinha uma circulação significativa nas grandes cidades, foi um dos poucos que resistiram por mais tempo.

A modernização da imprensa, que começou na década de 1950, também influenciou o declínio de alguns jornais. A adoção de técnicas jornalísticas mais objetivas e o avanço da publicidade foram fatores que contribuíram para a profissionalização do jornalismo no Brasil. No entanto, esses avanços ocorreram paralelamente ao endurecimento da censura, criando uma dinâmica em que os jornais precisavam se adaptar tanto às novas exigências de mercado quanto às restrições impostas pelo regime (Ribeiro, 2007).

Assim, a censura durante a Ditadura Militar não apenas silenciou as vozes dissidentes, como também moldou o mercado midiático, favorecendo aqueles que se acomodaram ou aderiram ao discurso oficial. A utilização da censura para prejudicar economicamente os opositores é um aspecto pouco explorado, mas essencial para entender o impacto total da repressão sobre a imprensa brasileira.

Ao impedir que críticas ao governo fossem publicadas, os militares conseguiram consolidar um discurso positivo sobre o regime. E, com a chegada da televisão como principal meio de comunicação na década de 1970, esse discurso se disseminou de maneira ainda mais ampla e eficaz, reforçando os valores do regime militar em todo o país.

A hegemonia do discurso

Quando o *Globo Repórter* exhibe uma série de programas, em que cidades diferentes assistem ao mesmo momento, e esses programas possuem proximidade com a mensagem da AERP, é possível entender que existe uma confluência de esforços para a construção de uma opinião pública. A ausência de informação propicia o silenciamento de discursos e narrativas diversas e diferentes da AERP, ratificando sua mensagem e induzindo análises.

O esforço de construção do que o regime considerava como opinião pública, não foi obra de um único grupo ou feita por indivíduos isoladamente, mas como a própria propaganda da AERP pregava: era uma criação coletiva, porém, nessa pluralidade, existiam acomodações e tensões que evidenciavam as relações de poder e disputas que não podem ser naturalizadas. Foi na programação da *TV Globo*, por exemplo, que se construiu uma imagem do Brasil, entre tensões e acomodações, para ajudar que a opinião pública – desejada e pensada por militares no poder – pudesse ser alcançada, seja pelas cores da propaganda, seja pelo preto e pelo branco da censura (Munhoz, 2008).

Os profissionais da AERP operavam na estrutura do governo, frequentemente à margem, devido às resistências internas, mas estabeleceram diálogos com grupos que os viam como representantes do regime. A boa recepção de suas produções por diferentes setores da sociedade, incluindo os gestores da *TV Globo*, foi um fator essencial. Assim, diante de negativas e desafios, a AERP formulou estratégias para realizar seu trabalho, construindo redes de relação com diversos atores sociais, embora a alta hierarquia militar muitas vezes não confiasse plenamente nesse grupo.

Entretanto, não se pode afirmar que a AERP não fazia parte do governo, tampouco que suas ações eram completamente controladas pelos interesses da elite militar. A AERP ocupava uma posição intermediária, nem totalmente subordinada ao governo, nem completamente autônoma. A análise mais detalhada revela que seus membros desempenhavam um papel fundamental ao pregarem a adesão e, quando não conseguiam, promoviam acomodações, conforme a classificação de Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

Para a AERP, embora algumas opiniões fossem inalcançáveis, era essencial atingir o maior número possível de brasileiros, fascinando-os com a mensagem transmitida. Embora estudiosos contemporâneos possam discordar, para a AERP, essa recepção positiva refletia a opinião pública da época. A *TV Globo*, com sua modernização e o suporte da Embratel – ligada ao governo, desempenhou um papel crucial na difusão dessas mensagens (Munhoz, 2008).

Grande parte do sucesso da propaganda da AERP decorreu do apelo visual, com mensagens simplificadas que serviam como instruções sobre como os brasileiros deveriam agir diante do progresso promovido pelo regime. No estudo de caso com a *TV Globo*, verificou-se que os membros da AERP dialogavam diretamente com diretores e proprietários de emissoras, garantindo espaços importantes na programação para a exibição de suas peças. Apesar disso, a assessoria era vista com desconfiança tanto por setores do governo quanto por dirigentes da televisão, que tratavam essas influências mais como uma forma de evitar a censura do que como uma colaboração ideológica.

Essa relação era crucial para construir o que o regime considerava como opinião pública, mostrando que a difusão de mensagens ufanistas dependia tanto de relações institucionais quanto pessoais. O sucesso das ações da AERP, como indicado pelas sondagens, legitimava a permanência do grupo dentro do governo e justificava os recursos alocados para suas atividades. Essas relações permitiram que a mensagem da AERP ganhasse adesões, tanto na *TV Globo* quanto em outros veículos, evidenciando as estratégias de acomodação utilizadas pela emissora para evitar censura. A censura, como destaca Boaventura de Souza Santos (2005), é um ato de poder e, no Brasil, ela se intensificou durante a Ditadura, passando de uma prática descentralizada para uma mais centralizada, que usava argumentos morais para encobrir motivações políticas (Jorge, 2008, p. 89).

A censura moral, voltada às diversões públicas, era amplamente aceita pela sociedade, que via as restrições como necessárias. Essa aceitação moral facilitou a ampliação das restrições políticas, ainda que a censura de temas políticos não tivesse a mesma adesão popular. A censura também teve

consequências econômicas, como no caso do *Tribuna da Imprensa*, em que Hélio Fernandes alegou que a censura desigual imposta a seu jornal resultou em perdas financeiras, com o esvaziamento de leitores e anunciantes.

O declínio de vários jornais durante a Ditadura não foi apenas resultado da censura, mas também de um processo de modernização da imprensa, que muitos veículos não conseguiram acompanhar. Essa modernização, combinada com a censura, facilitou o controle da imprensa e a construção de uma opinião pública favorável ao regime. A relação entre os censores e a *TV Globo*, por exemplo, levou a emissora a adotar estratégias internas para evitar censuras e garantir a continuidade de sua programação.

Nos anos 1970, a *TV Globo* se modernizou, tanto tecnicamente quanto em seu conteúdo, tornando-se parte do esforço de controle do território nacional e de expansão de mercados. Utilizando a rede de micro-ondas da Embratel e recursos públicos, a emissora conseguiu levar suas mensagens a um público mais amplo. A parceria com a consultoria americana Time-Life, que garantiu equipamentos modernos para a emissora, também reforçou essa modernização e a inseriu no projeto de desenvolvimento do regime (Herz, 1991).

Quando o *Globo Repórter* exibia programas com temáticas alinhadas à AERP, utilizando uma infraestrutura técnica avançada, fica claro que houve uma confluência de esforços para a construção de uma opinião pública favorável ao regime. Ao mesmo tempo, as tensões geradas pela censura levaram à adoção de novas estratégias, como críticas indiretas e o uso de relações pessoais para tentar amenizar as restrições.

O esforço para construir o que os militares consideravam como opinião pública não foi realizado por um grupo isolado, mas por uma rede de atores que, por meio de acomodações e tensões, moldaram essa construção. Na programação da *TV Globo*, a imagem do Brasil idealizado pelo regime militar era formada, entre cores vibrantes da propaganda e o preto e branco da censura, ajudando a moldar a opinião pública desejada pelos militares.

Referências Bibliográficas:

ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS. *Documentos Fundamentais – Planejamento Desenvolvido (1969-1974)*. Brasília: Presidência da República, 1968.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In: Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

BRASIL. *Decreto nº 4.698, de 28 de fevereiro de 1923*. Inclui um dispositivo na lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, que orça a receita geral da República para o exercício corrente. Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4698-1923.htm. Acesso em: 13 fev. 2019.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento – de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO, Toledo. *Em entrevista para essa pesquisa sobre “A oposição entre o DIP e a AERP”*. Concedida no dia 15 de outubro de 2014.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). O Brasil republicano*. Livro 4: O tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GARCIA, Miliandre. *A censura de costumes no Brasil*: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988. Trabalho apresentado à Coordenação-Geral de Pesquisa e Editoração-CGPE como parte dos requisitos necessários à conclusão da bolsa-pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2009.

HERZ, Daniel. *A história secreta da TV Globo*. São Paulo: Editora Ortiz, 1991.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os Militares e o Conceito de Nacionalismo*: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Florianópolis, 2009.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur um question. In: GUILLON, Jean Marie; LABORIE, Pierre (Dirs.). *Mémoire et histoire: la Résistance*. Toulouse: Privat, 1995.

LENE, Hérica. *Jornais Centenários do Brasil*. Coleção: LivrosLabCom, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1. 429p.

MUNHOZ, Eliane Regina. *A Rede Globo de Televisão no território brasileiro*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Raphael. *Otimismo em tempos de repressão: A apropriação da propaganda pela publicidade no Governo Médici (1969-1974)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

RABAÇA, Carlos. *Documentos Fundamentais – Planejamento Desenvolvido (1969-1974)*. Brasília: Presidência da República, 1968.

RIBEIRO, Renato Alves. Os meios de comunicação e o processo de modernização: as influências nos jornais paulistas. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudo Interdisciplinares da Comunicação. *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0951-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, 2005. p. 230. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222005000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 12 out. 2020.

SKIDMORE, Thomas. Brasil. *Tribuna da Imprensa*. VÍTOR, OLIVEIRA. Cinco. Portal Imprensa, 2009.

Notas

1. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.
2. ABREU, Silvio. Globoplay, 2017.
3. Em 2008, 40 anos depois de decretado o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o instituto Datafolha publicou que “[...] 82% dos brasileiros desconheciam o ato que radicalizou a repressão militar”. A pesquisa mostrou que dos 18% que já ouviram falar, 67% não sabiam o significado da sigla. O interessante é que o desconhecimento sobre o AI-5 não era uma novidade após 40 anos da edição do ato. Em agosto de 1975, uma pesquisa feita pelo Ibope, a pedido do Jornal do Comércio – que nunca a publicou –, trazia uma série de perguntas sobre “O que pensa o brasileiro”. Entre indicadores positivos aos presidentes militares, apareceu a informação de que 76% dos 600 entrevistados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo desconheciam o AI-5. INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA – IBOPE. Temas políticos PO813939 27 e 28/09/2017. Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha, 2017 e INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA – IBOPE. O que pensa o brasileiro. Pesquisa de opinião – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB): Rio de Janeiro, 1975.
4. Houve, contudo, uma peça de grande notoriedade que foi atribuída à AERP, mas não foi feita por ela, pelo contrário, fugia de seus objetivos. A frase “Brasil: Ame-o ou Deixe-o” foi criada pela Operação Bandeirantes, e descaracterizou a propaganda produzida da AERP.
5. Pelo estilo poético do discurso, é provável que Octávio Costa seja o autor deste texto.
6. Em janeiro de 1978, a ARP – a versão da AERP no governo Geisel – produziu um panfleto intitulado “O Brasil que os brasileiros estão fazendo”. Nele, estavam 11 grandes obras, que mostram “uma resposta do Brasil”, e que “[...] não se pode conquistar mais felicidade e bem-estar, se não houver sacrifício e determinação para cumprir o destino brasileiro. Elas são, portanto, uma parte do Brasil que os brasileiros estão fazendo”. A peça se encontra entre o que foi guardado pelo presidente Médici, e que veio a se tornar seu arquivo pessoal: no IHGB. O interessante nesta peça está no

fato de Médici tê-la guardado, ao invés de tantas outras do seu próprio governo, e de ter comentários seus, feitos à caneta vermelha, no documento. No tópico sobre a “Polamazônia”#, Médici grifa a parte do texto que diz “criada no governo do Presidente Ernesto Geisel”, e escreve ao lado: “Os outros programas deste fascículo não tiveram criador? Só a Polamazônia”. De fato, nos textos das outras 10 obras, não havia quem fosse o presidente, quando foram iniciadas ou inauguradas. Médici estava envolvido em todas as outras – “O Brasil que os brasileiros estão fazendo” – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

7. RABAÇA, Carlos. Em entrevista para esta pesquisa sobre “O papel da AERP na publicidade do Governo Médici (1969-1974)”, no dia 12 de dezembro de 2018. Afirma que a escolha era favorecida “pelo talento” que as produtoras demonstravam.

8. Entrevista à revista Veja em 1985 – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

9. BRASIL. Decreto nº 4.698, de 28 de fevereiro de 1923. Inclui um dispositivo na lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, que orça a receita geral da República para o exercício corrente Rio de Janeiro, 1923.

10. Processo da Tribuna da Imprensa de 02.03.83 – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Rio de Janeiro.

11. Hélio Fernandes – Fundo Polícia Política – Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

O Drops de Chacal: poetas marginais e a editora Brasiliense durante a abertura (1979-1985)

Júlia Souza Cabo¹

Introdução

No ano de 1983, Chacal, um dos mais emblemáticos poetas daquilo que ficou conhecido como Poesia Marginal carioca, lançou seu livro *Drops de Abril* pela Editora Brasiliense. Foi um encontro fortuito. Chacal, àquela altura, era nome conhecido entre os círculos artísticos e literários do país, havia colaborado com o celebrado grupo de teatro experimental Asdrúbal Trouxe o Trombone, escrevia colunas de jornal para o *Correio Braziliense* e letras de música para os conjuntos de rock que emergiam na indústria musical brasileira.

A Brasiliense, por outro lado, estava no auge de sua reestruturação e ascensão no mercado editorial. A partir do final da década de 1970, sob o comando de Caio Graco Jr. e tendo como braço direito Luiz Schwarcz, a editora mudou sua linha editorial e atingiu grande sucesso com as diversas coleções que elaborou visando um público jovem que entrava na vida adulta no momento da abertura da ditadura civil-militar (1979-1985). Um público que se interessava por cultura e política, mas que tinha demandas e gostos diferentes das gerações anteriores. Nas palavras de Chacal: “Agora a Editora Brasiliense (parece que brasiliense na minha vida é signo do sistema: o *Correio*, a editora) entrou numas” (Chacal, 1983:21).

A mudança de linha editorial da Brasiliense e a subsequente publicação dos chamados poetas marginais não apenas gerou diversas polêmicas como irritou muita gente. Nos jornais, escritores, artistas e críticos não poupavam palavras para criticar a editora e os poetas. Ao ler tais ataques, como será visto, não é possível deixar de pensar que eram, por vezes, motivados por questões de disputa no mercado editorial. Outras questões de ordem estética, literária e comportamental, no entanto, também apareciam na mídia da época.

A Poesia Marginal – embora tivesse ficado conhecida pelo grande público a partir da antologia organizada por Heloísa Buarque de Hollanda em 1976 para a editora Labor – havia por muito tempo sido associada a edições artesanais, mimeografadas, de pequena tiragem, vendidas de mão em mão ou em bancas de jornal. Na verdade, ao se analisar a crítica literária da década 1970, constata-se que para uma parcela considerável desta, o caráter artesanal e underground desta poesia era o único valor positivo que encontravam na produção. Portanto, não é de se espantar que leitores, autores, entusiastas e detratores estivessem nesse início da década de 1980 se perguntando o significado dessa mudança e o que ela representaria para a poesia brasileira em um país que, aos trancos e barrancos, se redemocratizava.

Este artigo, portanto, investiga esse encontro entre poetas marginais e a editora Brasiliense. Como fio condutor para a análise, foi escolhido o livro *Drops de Abril* (1983) do poeta Chacal. O objetivo é compreender não apenas como essa poesia foi rearticulada no formato livro impresso, que possui, como nos alerta Chartier (2014), poderes próprios, mas também como esses poetas foram encaixados no catálogo de uma editora cuja trajetória relaciona-se intimamente com o processo de abertura política no país.

A Brasiliense e a Poesia Marginal na abertura

A editora Brasiliense foi fundada em 1943 pelo historiador Caio Prado Júnior, por Arthur Neves e por Leandro Dupré na cidade de São Paulo. Constituindo-se inicialmente como uma editora de oposição ao regime do Estado Novo, atingiu razoável sucesso no mercado livreiro através da

publicação das obras completas de Monteiro Lobato e de outros livros clássicos da literatura brasileira, tal como Éramos Seis, de Maria José Dupré. Na década de 1950, publicou as obras completas de Lima Barreto e a Revista Brasiliense, que se constituiu em importante periódico para a intelectualidade de esquerda paulista.

Durante a década de 1960, a editora sofreu perseguições intensas por parte do regime ditatorial e viu não somente sua gráfica ser invadida e exemplares da revista Brasiliense serem destruídos, mas Caio Prado Júnior e seu filho, Caio Graco Prado, serem detidos com base na Lei de Segurança Nacional (Maués, 2020:23) em 1964 devido à publicação da coleção A História Nova do Brasil, organizada por Nelson Werneck Sodré. Prado Júnior ainda seria preso mais uma vez em 1970 e condenado à quatro anos de prisão, embora tenha sido inocentado no ano seguinte.

Em 1975, Caio Graco Prado assume a direção da editora em um momento em que essa se encontrava em uma situação financeira delicada. Segundo Andrea Galúcio: “Em 1974 [...] a Editora passou por sucessivos problemas no mercado editorial e pediu concordata. Acrescenta-se a isso o ônus resultante de uma linha de crédito muito grande que havia feito para o projeto de venda de publicações de porta em porta.” (Galúcio, 2009:180).

Caio Graco Prado, dono de visão aguçada, entra para a direção com o objetivo de recuperar a editora e criar estratégias para o novo momento da história do país que se anunciava. Segundo Andrea Galúcio (2020), a ideia de focar no leitor jovem como público-alvo da Brasiliense veio da participação de Caio Graco nos congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no final da década de 1970, quando as ciências humanas e sociais passaram a ter maior participação nestes congressos. Segundo Galúcio: “Atento às mudanças do cenário de grande movimentação política de estudantes e reconhecendo a necessidade de aprofundamento dos discursos curiosos, porém simplificados, dos jovens, Caio Graco entendeu que havia ali uma lacuna a ser preenchida” (Galúcio, 2020:34).

Também neste momento, Luis Schwarcz, futuro fundador da editora Companhia das Letras, passaria a trabalhar na editora, primeiro como estagiário, depois como encarregado e posteriormente como diretor editorial.

Schwarcz foi o responsável por conceber a famosa Coleção Primeiros Passos, que marcaria a linha editorial da Brasilisense a partir dali.

Segundo depoimento de Schwarcz publicado por Sandra Reimão, a história desta coleção teve seu início quando Caio Graco comprou os direitos de uma coleção espanhola desenvolvida pela Biblioteca de Divulgación Política e orientou que Schwarcz trabalhasse no projeto:

Mas, logo que li o primeiro livro, percebi que a Brasiliense iria cometer um erro. A coleção era inadaptável. *Que Es el Socialismo*, por exemplo, era só sobre Felipe González; *Que Es el Capitalismo* não trazia nenhuma referência aos países colonizados, ou do hemisfério sul, muito menos sobre o Brasil.

Decidi sustar o pagamento do adiantamento, que já corria pelo Banco Central, e arriscar meu cargo e futuro como editor num relatório que argumentava que a coleção tinha que ser feita integralmente no Brasil. A Biblioteca de Divulgación Política nunca foi publicada por aqui. Surgia assim a Primeiros Passos. (Schwarcz *apud* Reimão, 2020:43)

A Coleção Primeiros Passos se constituía de livrinhos em brochura, no geral de não mais do que cem páginas, editados com o objetivo de divulgar, para um público mais amplo, conhecimento sobre temas específicos – inicialmente relacionados à política, sociologia e economia, mas que logo alcançaram outras áreas – considerados relevantes naquele momento de transição política. Sempre acompanhados do título O que é, alguns dos temas abordados por essa coleção foram: ideologia, capitalismo, política cultural, imperialismo, ditadura, dialética, revolução, sindicalismo, nacionalidade, revolução industrial, Iluminismo, homossexualidade e muitos outros.

O objetivo da editora era declaradamente estimular o interesse entre um público mais jovem sobre esses temas. Para tanto, a editora conseguiu reunir nessa coleção um time de escritores e intelectuais de peso. Entre eles podemos citar Marilena Chauí, Leandro Konder, Frei Beto, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Ciro Flamarion Cardoso e Daniel Aarão Reis.

O empreendimento foi um sucesso e não só estabeleceu o nome da editora durante o período da abertura, mas também gerou lucros significativos. Como colocou Andréa Galúcio:

A repercussão financeira da coleção Primeiros Passos teve resultados bastante significativos: proporcionou o primeiro *boom* editorial da Brasiliense e assegurou à Editora, entre os anos de 1980 e 1984, a venda de 2,5 milhões de exemplares, o que significava, na época, 25% de seu faturamento.(Galúcio, 2020:135)

Na esteira do sucesso da Coleção Primeiros Passos, a Brasiliense lançou diversas outras coleções como a Tudo é História, em 1981, a Encanto Radical, em 1982, a Círculo de Letras, em 1983, a Primeiros Voos, em 1981, e a Cantadas Literárias, em 1981, coleção através da qual a editora lançou diversos dos Poetas Marginais da década anterior.

Vale mencionar, as coleções da Brasiliense naquele momento primavam por possuírem identidade visuais próprias e serem facilmente reconhecíveis. Elas eram todas identificadas por logotipos específicos que, no caso da Cantadas Literárias, era composto pelo desenho de uma caneta tinteiro abaixo do nome da coleção. A chamada publicitária da coleção, segundo Marcelo Rollemberg (2020), anunciava que esta era “Uma coleção franca, aberta e direta. Um projeto de literatura jovem”, “Livros de cuca, formatos de bolso” e “Literatura sem frescura” (Rollemberg, 2020:48).

E, de fato, parece que a coleção foi bem sucedida em se estabelecer como parte do imaginário da cultura jovem daquele momento, como pode ser observado em declaração de Herbert Viana, do então jovem conjunto de *rock* Paralamas do Sucesso, para o Jornal do Brasil: “Gosto dessa literatura rápida tipo Cantadas Literárias da Brasiliense. Eles têm uma linguagem sem muita pretensão poética, mais pra crônica, que parece com a nossa música. O livro do Chacal, Drops de Abril, é ótimo.” (O que pensam, 1984:4).

De destaque foi o lançamento de Feliz Ano Velho, de Marcelo Rubens Paiva, como parte da coleção. Caio Graco, que era amigo da família de Marcelo Rubens Paiva, estimulou que o então escritor de apenas 23 anos escrevesse sobre o acidente que o deixou paraplégico e suas experiências como jovem no Brasil do momento. Lançado em 1982, Feliz Ano Velho foi sucesso absoluto, se tornou o *best-seller* de uma geração e ajudou a estabelecer a imagem da Brasiliense como uma editora que descobria e lançava jovens talentos.

Essa mudança de linha editorial e a subsequente publicação dos Poetas Marginais não agradou a todos. Na imprensa não faltaram ataques à editora, a Caio Graco e aos Poetas Marginais. Antes de adentrar nessa questão, cabe uma pequena explicação acerca daquilo que se está chamando de Poesia Marginal.

O termo Poesia Marginal refere-se a uma produção poética que começa a se desenvolver no fim dos anos 1960, que vem à tona no campo dos debates públicos no início dos anos 1970 e que teve seu epicentro na cidade do Rio de Janeiro. Frequentemente associada a uma poesia divulgada através de edições artesanais, produzidas e distribuídas por jovens poetas, atualmente entende-se que o rótulo Poesia Marginal abarca uma amplitude de experiências poéticas, vocabulários e trajetórias pessoais que dificilmente poderiam ser definidos segundo critérios rígidos. Como colocou Frederico Coelho:

Hoje, ampliando nosso olhar em torno do tema, podemos compreender com mais acurácia o que se convencionou chamar de ‘poesia marginal brasileira’. O poeta marginal não pode mais ser definido apenas pelos livros mimeografados que fez (definição pelo produto), nem pela estreita relação entre poesia, vida e contracultura (definição a partir de biografias), nem pela informalidade de uma poética oriunda das perplexidades cotidianas do jovem urbano brasileiro durante a ditadura militar (definição a partir do tema). O poeta marginal era, naquele período, uma reunião contraditória de todos esses aspectos. (Coelho, 2013:18)

No início dos anos 1970, no entanto, a reação da crítica à aparição desta nova vertente poética foi, inicialmente pelo menos, um tanto confusa. Na ausência de um programa artístico bem formulado e definido, tal como era característico das vanguardas poéticas que marcaram a primeira metade do século XX, e de uma proposta poética coesa e compartilhada, muitos críticos e jornalistas acabaram por analisar a poesia marginal através de um enfoque que privilegiava a forma de publicação desta poesia e o comportamento dos poetas. A tendência era enfatizar o caráter artesanal das edições, a publicação independente e os padrões comportamentais destes jovens poetas como

aquilo que havia de mais interessante. As características da poesia em si, no que diz respeito ao uso da linguagem, era tema pouco trabalhado pela crítica que, como pontuou a pesquisadora Fernanda Litron (2007), geralmente justificava a falta de análise formal dizendo que a forma dispersa de divulgação e a falta de um programa definido impedia tal trabalho analítico.

Essa situação irá se alterar após a publicação da famosa antologia *26 Poetas Hoje* em 1976. A história desta publicação teve início em meados da década de 1970, quando a empresa espanhola Labor Brasil, que até então havia atuado apenas como distribuidora de livros, começa a organizar uma coleção de livros de bolso a serem editados em 1976. Um dos livros desta coleção foi *26 Poetas Hoje*, uma antologia de poesia brasileira contemporânea organizada a pedido da editora por Heloísa Buarque de Hollanda.

No prefácio que inicia a antologia, Hollanda escreveu que esta nova poesia possuía duas características fundamentais: ser editada e distribuída fora do circuito oficial das grandes editoras – através de edições mimeografadas e/ou artesanais – e “a incorporação poética do coloquial como fator de inovação e ruptura com o discurso nobre acadêmico” (Hollanda, 2007:1).

Acerca da primeira característica, a autora repete um discurso que era comum na época que associa o caráter artesanal dos livros ao desinteresse por parte das editoras em publicar poesia. No entanto, Hollanda enfatiza que esta forma de veiculação possui desdobramentos estéticos e afirma que os livros assim publicados “apresentam uma face charmosa, afetiva e, portanto, particularmente funcional.” (Hollanda, 2007:9).

No que diz respeito especificamente à linguagem, a autora identifica uma recusa tanto da literatura clássica como da literatura de vanguarda. Os novos poetas seriam inspirados pelo modernismo da Semana de 22 e, particularmente, pelo humor de Oswald de Andrade. Além disso, a autora escreve que nos poemas da década de 1970 o uso de palavras de baixo calão é feito menos para chocar o leitor e mais como uma forma de inclusão da linguagem cotidiana.

Ao abordar a forma como selecionou os poetas que compõem a antologia, a organizadora reconhece que essa “não foi feita sem arbitrariedade” (Hollanda, 2007:13). Hollanda afirma que selecionou dentre

aquilo que estava ao seu alcance, um fator importante quando se considera que se trata de uma poesia cuja circulação é geograficamente limitada. Assim, Hollanda justifica o fato de que a grande maioria dos poetas selecionados por ela sejam residentes do Rio de Janeiro.

A antologia foi um sucesso e redefiniu a conversa em torno da produção literária brasileira durante a ditadura civil-militar. Se antes se falava de vazio cultural, termo cunhado por Zuenir Ventura, após o lançamento da antologia muito se discutiu sobre os rumos da poesia brasileira e da cultura produzida por jovens. O sucesso comercial e o burburinho gerado em torno da antologia resultaram em um fenômeno interessante no qual os poetas que fizeram parte dela e a própria Hollanda passaram a ser vistos como autoridades máximas no assunto e, como colocou Fernanda Litron: “A partir de então, a organizadora e os 26 *Poetas* tornaram-se nomes sempre presentes nas discussões sobre poesia na década de 1970. Poetas e antologista posicionavam-se como críticos literários, entrevistados, entrevistadores, autores e leitores de suas próprias poesias e críticas” (Litron, 2007:37).

Ao se chegar no início da década seguinte, no entanto, a situação muda um pouco de figura. No artigo *Depois do Poemão*, publicado em 13 de dezembro de 1980 no *Jornal do Brasil*, Hollanda indaga acerca dos rumos que haviam tomado não só os poetas marginais, mas as ideias e forças criativas por trás da poesia que tanto se destacara entre a crítica em meados da década de 1970. Segundo Hollanda, a vitalidade dos temas que estes trouxeram para o centro das discussões sobre arte e cultura – temas como uma crítica social mais ligada ao cotidiano e à individualidade – seriam essenciais para os novos rumos que a poesia poderia seguir nos tempos da abertura. No, entanto, a autora também afirma que a abertura da ditadura civil-militar, a retomada do discurso político direto dentro da imprensa e a mobilização da sociedade civil “retiram da literatura e da produção cultural em geral o privilégio de ter sido, por um bom tempo, o espaço por excelência da discussão sobre a realidade e o momento brasileiro” (Hollanda, 1980:10).

Segundo a autora, embora a poesia marginal tenha trazido contribuições que não podiam ser desprezadas, a ênfase na individualidade que é característica dessa não mais seria adequada aos novos tempos que se anunciavam com o processo de abertura. Em artigo posterior, Hollanda

coloca de forma ainda mais explícita as dúvidas que pairavam acerca dessa produção poética no início da década de 1980:

Poesia que teve como marca registrada a extrema sensibilidade para se articular de maneira sutil e vigorosa na circunstância de um momento especialmente difícil para a produção e a intervenção cultural. Essa forte ligação com o dado político, portanto seu caráter circunstancial, bem como o tom informal dessa poesia, sugeririam negros prognósticos quanto a sua permanência na literatura. Caberia aqui a sábia categoria de ‘vítimas da abertura’, formulada em relação a uma gorda fatia da produção de proa pré-78. A dúvida que pairava sobre os novos poetas era mais ou menos da mesma ordem. Sobreviveriam sem o álibi da repressão? (Hollanda, 1981:10)

Hollanda, como antologista e pela proximidade com diversos dos poetas, aborda a questão com delicadeza e nuance nas páginas do *Jornal do Brasil*. Outros jornalistas e escritores o faziam de forma mais ácida e agressiva.

O *Correio Braziliense*, por exemplo, publicou alguns artigos da jornalista, fotógrafa e poeta Xênia Antunes cujas vigorosas críticas à poesia marginal e ao cenário literário brasileiro oferecem interessante perspectiva sobre o assunto. O *Correio Braziliense*, aliás, abriu durante o primeiro semestre de 1980 um espaço semanal para que leitores e estudiosos de campos diversos e ilustres desconhecidos pudessem enviar para publicação suas impressões, análises e opiniões sobre Poesia Marginal. Sob o título de *Poesia Marginal em Debate*, esse espaço se localizava na seção Poesia do caderno de variedades e era publicado às quartas-feiras e aos sábados. E, embora tenham aparecido alguns textos defendendo a Poesia Marginal e seus poetas, no geral as opiniões eram negativas. Como, por exemplo, o texto do Professor Danilo Gomes, publicado no dia 27 de fevereiro de 1980, no qual este declara que:

Penso que o problema se resume, basicamente, numa questão: a QUALIDADE DO TEXTO. Ensinam os grandes mestres, dentre eles o ensaísta e crítico Eduardo Frieiro, que na obra de arte importam, antes de mais nada, os VALORES ESTÉTICOS. [...] O que ocorre é que, geralmente, não são de boa qualidade os chamados poemas marginais

ou poemas de poetas ditos marginais. Muitas vezes nem são poemas. Nota-se que não são bem trabalhados, mas sim feitos de um jato, em cima das pernas. Os poetas jovens precisam caprichar mais, burlar mais seu texto, aprender com os grandes. E mais: é preciso CONSULTAR O DICIONÁRIO. Não é raro o escriba, que se quer poeta (e como é difícil ser um verdadeiro poeta!) usar o termo inadequado, por simples preguiça de consultar o dicionário. Daí também a pobreza vocabular, a linguagem descosida, sem beleza, sem sugestão: daí a falta de encanto. A boa prosa tem que ter beleza; a poesia, mais beleza ainda. Outro fator que gera a avalanche de poesia marginal é a pressa do poeta (ou “poeta”) em publicar, “aparecer”. É preciso amadurecer mais, é preciso não ir com tanta gana ao pote de celebridade. Ademais, poesia não é artigo que se venda como enlatado de supermercado. É preciso conferir mais dignidade à missão do poeta e à produção poética. (Gomes *apud* Oliveira, 1980:18)

Um posicionamento, como se pode notar, bastante conservador que critica na poesia marginal não apenas o vocabulário e a forma como estes poetas trabalham o texto, mas também lamenta a perda da dignidade que, acredita o autor, era anteriormente atribuída à profissão.

O texto de Gomes pode parecer um exemplo um tanto extremo do tipo de condenação à Poesia Marginal que aparecia no Correio Braziliense, mas ao longo desta primeira metade da década de 1980, não é incomum encontrar artigos que acusem a poesia marginal de ser malfeita, de baixa qualidade literária ou, como demonstra o artigo abaixo acerca de um encontro sobre literatura, de ser aut centrada.

Mas o que pegou fogo mesmo foi o único painel do último dia do encontro, sob a coordenação de Mário Chamie. Na mesa estavam Antônio Carlos Osório, Marcus Accioly, Salomão Sousa e Severino Francisco (repórter do Correio Braziliense). Na abordagem, a poesia marginal e sua estética e linguagem, além de citações eruditas por parte de alguns debatedores. A intervenção de Severino Francisco foi contundente: por que fugir ao debate e dar mostras claras de exibicionismo? “Na poesia marginal o cotidiano se tornou tão

codificado quanto qualquer sistema de signos. Todos tornaram-se tagarelas, repetindo apenas um reflexo condicionado de linguagem, depois de renegarem a palavra.” (Sangue novo, 1985:1)

Portanto, não é de espantar que o fato da Brasiliense ter publicado livros dos poetas marginais tenha sido alvo de ataques e críticas contundentes. Dentre aqueles que haviam composto a antologia 26 Poetas Hoje (1976), foram publicados pela Brasiliense: Ana Cristina César, cujo livro *A teus Pés* teve cinco edições entre 1982 e 1988; Chacal, que publicou a primeira e a segunda edição de *Drops* de abril em 1983 e 1984 e *Comício de tudo: poesia e prosa* em 1986; Cacaso, que publicou *Beijo na Boca* em 1985; Francisco Alvim, que publicou *Passatempo* e outros poemas em 1981; Waly Salomão cujo livro *Gigolô de Bibelôs* saiu em 1983; e a própria Heloísa Buarque de Hollanda, cujo livro *Impressões de Viagem* teve uma primeira edição em 1980 e outra em 1981.

Na verdade, o contato com fontes jornalísticas deixou claro que um dos motivos de conflito era justamente a disputa por espaço em grandes editoras. Isto fica bastante claro em um artigo de Xênia Antunes para o *Correio Brasiliense*. Neste, Antunes parte de um outro artigo do professor e poeta Adriano Spínola, no qual ele ataca a inclusão de poetas marginais no catálogo da editora Brasiliense, para tecer suas próprias crítica. Assim, escreve que:

Adriano denuncia o festival de besteiras literárias (especialmente no gênero poesia) que assola o país. Endosso as palavras do corajoso autor [...] Adriano escreve sobre a poesia marginal dos anos 70, da maioria sem talento que poetizava para neutralizar as maldições dos tempo obscuros, da minoria que tinha realmente talento e raça, dos sintomas que mostravam ser a época de transição, etc. [...] Prosseguindo, Adriano ousa dizer que “sob o pretexto de atingir um público jovem, mal disfarçadamente tratado como débil mental, faixa infantilóide (...) a editora recusa-se a publicar uma literatura mais complexa e ou elaborada, como disse editor, durante a última Feira Internacional do Livro, no Rio, temendo que este público não entenda outra linguagem poética-filosófica que não a de um Chacal, por exemplo, lançado na ocasião.” E é isso aí. Dando nome aos bois, a editora em questão é a

Brasiliense, com seu bem montado circo de letras e mitos fabricados às custas da crítica venal e da propaganda desonesta, cotidianamente usada neste país para empobrecer os que se deixam iludir e enriquecer os patrões. [...] A verdade é que o público leitor está mesmo é comprando lebre por gato. Para tais engodos literários, infelizmente, não há serviço de defesa do consumidor, ninguém pra dizer que o melhor bibelô do “poeta” Wally Salomão não passa de um vulgar pinguim de geladeira; que os drops do “poeta” Chacal, clearly ou em português claro, são a meleca que ele enaltece em seus pretensos “versos”. (Antunes, 1984:9)

A entrevista com o poeta e escritor Ruy Espinheira Filho para o Pasquim também demonstra de maneira bastante clara a questão da disputa de espaço dentro do mercado editorial:

Ruy - Atualmente, há algumas pessoas fazendo boa poesia, mas com pouquíssima divulgação. Adélia Prado, por exemplo. Aqui na Bahia livros de poesia só chegam por milagre. [...]

Jaguar - Que eu saiba há pouquíssimos editores que se atrevem a arriscar em poesia. Aquele japonês maluco de São Paulo, o Massao Ohno e a Nova Fronteira têm uma coleção, não é?

Ruy - A Civilização Brasileira também editou no ano passado um poeta muito bom, Antonio Brasileiro, um cara da minha geração.

Jaguar - (Para Alfredo Gonçalves, editor da Codecri, que estava fotografando e ouvindo o papo) - Diz aí, porque a Codecri não edita poesia. Por preconceito?

Alfredo - Não, o problema é de mercado mesmo. O livreiro recebe muito mal qualquer livro de poesia, os próprios cara que fazem poesia em geral não compram poesia.

Jaguar - Já a Heloísa Buarque considera esse movimento importante.

Ruy - Vou fazer uma observação. O crítico deve escolher um autor que mereça uma reflexão, que mereça ser estudado. Ela perde um tempo enorme com gente que não tem a menor importância, aquela antologia que ela publicou só tem uns três ou quatro trabalhos que se salvam, o resto é uma porcaria. (Jaguar, 1981:20-21)

Ou seja, uma vez que, como declarou Alfredo Gonçalves, livros de poesia são mal recebidos, Espinheira considera absurdo que Heloísa Buarque de Hollanda dedique seu tempo a poetas que ele considera desimportantes. Da mesma forma, outros escritores, críticos e jornalistas declararam em artigos de jornal o quão absurdo achavam que tal poesia entrasse para o catálogo de editoras importantes no mercado brasileiro.

Por outro lado, Chacal passou a publicar regularmente no Correio Braziliense após se mudar para Brasília em 1979. Segundo relato dele para o livro de Sérgio Cohn sobre o coletivo de poesia marginal Nuvem Cigana:

De repente, o Rio de Janeiro perdeu a graça pra mim. Não estava rolando mais o Asdrúbal, a Nuvem Cigana estava nos finalmente, o Guilherme tinha se suicidado, o que foi muito pesado para todos nós, e eu comecei a sentir o clima muito pesado. Então decidi morar em Brasília. A viagem que a gente tinha feito uns dois anos antes tinha atizado uma garotada, e eles estavam começando uma movimentação boa por lá. Era o grupo do Nicholas Behr e do Turiba, que se chamava Cabeças e era bem interessante. Eles conseguiram um convite para eu escrever uma coluna no Correio Braziliense, então fui feliz da vida. (Chacal *apud* Cohn, 2007:132)

A presença de Chacal no Correio Braziliense trouxe para o jornal uma perspectiva diferente, advinda de alguém que foi ator chave nos grupos e movimentações relacionados à Poesia Marginal. Assim, outra questão que aparece com certa frequência neste jornal é a da mudança de suporte (de livros artesanais para livros em *offset* publicados por editoras tradicionais) e a forma como os poetas marginais encaravam esta mudança. Assim, em junho de 1980, Chacal publicou uma entrevista com Nicolas Behr no qual aborda este assunto:

Chacal: Nick, vamos bater um papinho. Esse negócio de Nicolas Behr na Coleção Machado de Assis soa meio estranho, não é?

Nicolas: Pois é, o pessoal fica me cobrando: e agora? E agora? Sai dessa. Como é que é? Não querem que a gente entre no sistema. Exigem que eu sofra. Exigem coerência. Mas eu não vou morrer de tuberculose.

Eu quero dinheiro para viver tranquilo. Quero ter dinheiro para ir ao Peru, por exemplo. O fundamental para nós, poetas da última geração, é a recuperação. Precisamos acabar com esse maldito mito marginal. (Chacal, 1980:18)

Um mês depois, Cora Ronái comenta o lançamento do livro *Restos Mortais* de Behr abordando novamente a questão do poeta marginal em uma editora tradicional:

Já está na praça o livro de verdade do Nicolas Behr, o mais prolífico e mais profissional de todos os poetas de mimeógrafo. Embora muita gente esteja horrorizada com a adesão do Niki ao *offset*, achando que ele traiu a classe ao abandonar o Xerox, “*Restos Mortais*” (o livro de verdade) é tão poesia marginal quanto o mimeografado “*Iogurte com farinha*”. E nem pode ser de outra forma: ele traz as obras quase completas do Niki, do “*Iogurte*” ao “*Bagaço*” com a criatividade, o bom humor e as boas ideias de sempre. Com este livro, Niki já pode se candidatar à Academia Brasileira de Letras - o que fará brevemente, ou, quem sabe, à Academia Brasileira de Letras, que não aceitam como obra intelectual trabalho xerocado. Eu apoio a candidatura de Niki incondicionalmente, já que ele é um escritor em horário integral. Mais do que escritor, já que ele mesmo imprime, recorta, carimba, grampeia e vende seus próprios livros. O que não apoia são as candidaturas de não-escritores (que caracterizam as duas últimas eleições da ABL) procurando um *status* que não merecem (se é que a Academia dá *status*... mas isso é outro assunto que fica pra próxima). (Ronái, 1980:16)

Portanto, como se pôde observar, a adesão de poetas marginais ao *offset* e à publicação através de editoras tradicionais era assunto abordado tantos pelos detratores quanto pelos defensores da Poesia Marginal. No caso do livro *Drops de Abril* (1983), que será analisado a seguir, o próprio autor também publicou em jornal suas inquietações sobre vir a fazer parte do catálogo de uma editora tradicional.

Agora cairão os véus: Os Drops de Chacal

Drops de Abril (1983) é um pequeno livro em brochura, de 105 páginas e com capa colorida, que apresenta em uma única edição seis dos livros que esse havia lançado em sua trajetória como poeta até então: Muito Prazer, Ricardo; O Preço da Passagem; América; Olhos Vermelhos; Nariz Anis; e Boca Roxa. Cada um desses livros recebeu sua própria seção na edição e apenas a última seção do livro, intitulada também de Drops de Abril, trouxe poemas inéditos.

De fora desta compilação ficou o livro Quarimpérios, lançado pelo autor em 1977. Em entrevista para Murício Stycer, no Jornal do Brasil, Chacal explicou: “O Quarimpérios só tem graça inteiro, indivisível, com seus textos e desenhos. Tinha que sair do jeito que é, o que não é viável para as grandes editoras. Tenho interesse em manter Quarimpérios como um livro-pirata, um livro sobre o qual eu tenha total domínio.” (Chacal *apud* Stycer, 1986:4).

Esta primeira edição, ao que parece, esgotou-se rapidamente, e já no ano seguinte a Brasiliense publicou a segunda edição. No Jornal do Brasil, o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos abordou o lançamento da segunda edição do livro Drops de Abril, de Chacal, elogiando os caminhos que o poeta estava seguindo e publicando um trecho de uma entrevista na qual o poeta declara que a mudança na forma de publicação em nada interferia com seu trabalho.

É o caso do poeta Ricardo de Carvalho Duarte, o Chacal. Ele começou vendendo seus versos em edições mimeografadas no início dos anos 70, em portas de teatro, nas dunas do barato, nas viagens pela estrada, Hoje já está na segunda edição de um caprichado livro da Editora Brasiliense, Drops de Abril. É o mesmo bom poeta que escrevia “hoje deu meu número na roleta da vida”, na época do mimeógrafo, e que agora brinca: “Me transmutarei em nêspica cada vez que disseres - hasta luego, luz del fuego.”. Ele não tem nada contra sair numa impressão bonita, capa colorida e tudo.

– É bom saber que os livros estão sendo distribuídos por aí - afirma – sem que eu tenha que colocá-los nas costas para fazer o serviço. A indústria cultural precisa de produtos para um público mais jovem,

e nesse momento eles têm de se voltar para a gente. Acho ótimo esse reconhecimento, não interfere em nada na minha produção. (Santos, 1984:1)

Por outro lado, pouco antes do lançamento da primeira edição, em seu próprio espaço no *Correio Brasileiro*, Chacal expressou algumas inquietações sobre o que essa mudança de formato poderia significar e questiona se sua poesia iria se sustentar sem a aura da marginália e sem o charme das coisas ocultas:

Acho que assim está bem. Não posso me conformar em ser editado assim em lombada e capa dura em distribuição nacional. Preciso arranjar um jeito de atrasar meu lado e denunciar aos cidadãos minha origem nebulosa, meu pacto com o submundo do crime. Sim, porque agora cairão os véus que envolvem meus versos bandoleiros. Sim, agora não terei mais a aura da marginália e meus pneumáticos estarão expostos à visitação pública como um macaco mandril. Veremos se eles se sustentam sem o charme das coisas ocultas. Enfim, foi para isso que eu sempre escrevi: para você ler e sonhar, para você rir e chorar. Se não fosse por isso, talvez eu fosse um modesto linotipista, ou quem sabe, um bufão da bávara ópera. (Chacal, 1983. p. 21)

A questão que Chacal apresenta de forma poética não deve ser desconsiderada. Mudar o formato através do qual um texto é veiculado não é operação sem significado e implica em novas relações e novas leituras do material. Até porque, como foi exposto anteriormente, no caso dos poetas marginais, muita atenção era dada às edições artesanais e às formas como estas eram vendidas. Daí Chacal se perguntar se, uma vez desvinculados de tal suporte e forma de distribuição, seus versos irão se sustentar.

Neste sentido, é interessante trazer as reflexões propostas por Roger Chartier em seu clássico ensaio *Os Poderes da Impressão* (2014), no qual o autor aborda a relação entre a técnica da impressão e outras formas de publicação e difusão da palavra escrita e procura responder o que seria um livro. Para tanto, Chartier centra sua análise nos séculos XVI e XVII na Europa, um momento no qual a impressão havia modificado os muros e a

paisagem da cidades, ao trazer para estes panfletos e outros materiais escritos, e, ao mesmo tempo, a publicação manuscrita ainda se mostrava vigorosa.

No texto, o autor desafia algumas das concepções mais comumente atribuídas à invenção da imprensa, afirmando que embora atualmente haja uma correlação entre impressão e padronização, nos séculos XVI e XVII julgava-se que livro impresso era menos confiável do que cópias manuscritas. Havia algo como um estigma em relação à impressão e eram frequentes as denúncias relativas à má conduta dos livreiros e à corrupção que os textos sofriam ao serem alterados por compositores ignorantes nas salas das gráficas. Os manuscritos, por outro lado, além de protegerem os textos de revisores ignorantes, possuíam outras vantagens como evitar a censura prévia e foram, portanto, o veículo preferencial de textos libertinos no século XVII.

Os poderes da impressão, escreveu Chartier, não estão exatamente relacionado com uma ideia de padronização, mas dizem respeito à relação entre o texto e as maneiras como esse é inscrito em forma material. O livro impresso propunha inovações que modificavam a relação do leitor com o material inscrito. Neste, se tornaram mais comuns paratextos e materiais introdutórios, que adquiriram uma identidade gráfica.

Ao se mobilizar as ideias de Chartier não se está procurando traçar uma relação direta entre o impacto da invenção da imprensa nos séculos XVI e XVII na Europa e a publicação de Poetas Marginais por editoras convencionais na década de 1980 no Brasil. Há, no entanto, algumas pistas e caminhos apontados por Chartier que parecem particularmente interessantes para se pensar o impacto desta mudança para a Poesia Marginal. Especialmente no que diz respeito ao poderes do livro impresso estarem associados a tais materiais paratextuais. Não à toa, Chacal expressa em sua coluna no Correio Braziliense dificuldades em escrever o material introdutório para seu próprio livro:

[...] Acontece que o Luis Schwarcz, braço direito do Caio Graco, editor da editora me encomendou a apresentação do ‘Drops’. Passar esse pepino é tarefa árdua. [...] É claro que faço tempestade em xícara de café. Talvez me faça críticas indescritíveis. Eu sei direitinho onde fica

meu calcanhar. Eu pergunto: seria indesculpável se eu ficasse tecendo loas a mim mesmo? Sim, seria, respondo clara e crocodilamente. Então o que eu vou dizer lá em casa? Falarei do meu estilo inconsequente, da minha métrica capenga, das minhas imagens brutais. Farei uma análise estrutural das minhas paupérrimas rimas. Levantarei dúvidas quanto à minha honestidade profética. Falarei de tudo que estava guardado no fundo do espelho. Sim, não deixarei pedra sobre pedra sobre minha poética prosaica. Partirei com raiva dos intelectuais de suspensórios em cima do meu processo metonímico. Instigarei o leitor para queimar folha por folha dessa pernóstica antologia. Falarei com outras palavras que a juventude precisa se ligar em poetas de maior profundidade. Sim, demonstrarei por a mais b que eu não passo de um poeta circunstancial, que se não fosse o mundo dos becos, não sobraria nada da minha obra perpendicular. Pedirei intervenção federal em minha poesia. Abrirei CPI contra minha imaginação de drop out. [...]. (Chacal, 1983:21)

A ideia de apresentar, de ter que dar um tom e uma chave de leitura para sua obra parece desconcertante para Chacal, que julga como impensável a ideia de fazer elogios a si mesmo. Nesta coluna, como que em um fluxo de consciência, Chacal declara que fará o contrário, que ao invés de tentar convencer o leitor de que sua obra deve ser lida, irá expor as fraquezas de sua poesia e conclamar o leitor a queimar o livro. Isto lhe parece melhor do que ter que se apresentar.

No livro, Chacal não pede intervenção a sua poesia nem abre inquérito contra sua imaginação de poeta, mas em uma curta apresentação explica o nome do livro e define o objetivo de lançar sua poesia em tal formato, declarando que “Antes que essas poesias entrassem para o rol das coisas vagamente desconhecidas, arranco a máscara da cara e apresento minha poética prosaica. Agora em nova embalagem, kentina para viagem, ovo da Colombo, drops de abril” (Chacal, 1983: n/p). Para Chacal, portanto, entrar para o catálogo de uma editora e publicar um livro com distribuição nacional possui o significado de sair de detrás de um véu, de arrancar uma máscara e se expor, se apresentar. De certa forma, relaciona-se com a afirmação de

Chartier de que o livro impresso é um marco na criação desta figura que é o autor literário². Como colocou o Chartier:

Nós somos herdeiros dessas três histórias. Primeiro, referente à definição do livro, que é para nós um objeto diferente daqueles outros objetos da cultura escrita como uma obra intelectual ou estética dotada de uma identidade e de uma coerência atribuídas ao seu autor [...].
(Chartier, 2014:123)

A afirmação de Chacal pode ser pensada neste sentido. O que se está expondo, saindo debaixo do véu não são apenas seus versos, mas o autor Chacal, que agora poderá ser julgado pelo conjunto de sua obra. E se antes a dita aura de marginalidade ainda podia conferir-lhe algum charme e mistério intrínsecos, nesta edição o mistério foi embora e só ficou a obra. O receio que o poeta expõe em sua coluna no Correio Braziliense parece estar relacionado justamente a isto. Por outro lado, o livro impresso em editora tradicional aparece na introdução de Drop de Abril como um suporte capaz de proporcionar permanência e maior público, de fazer com que a poesia de Chacal não entre para o dito rol das coisas vagamente desconhecidas.

Talvez por isso o poema Valhalla, que abre a última seção de Drops de Abril no livro, aborde transformações, cruzamento de fronteiras, desidentificações e as inquietações e desconfortos trazidos por estes.

Valhalla

está tudo fosforecente
parece um campo de força
uma cápsula lunar
está tudo vago
muito vago
estou nas fronteiras dos campos da Paz Celestial
não ando.
nado submerso no mar egeu.
sossobro estabanado no mar da tranquilidade
ferido em batalha adentro o valhalla
e desfruto o hidromel das walkyrias
queres? querias.

parece que me transmutei em alguém
esses cabelos não são meus
esse tom de pele, eu desconheço em mim
algo acontece e você não sabe o que é, mr. jones

eu sou o subtítulo de uma obra inacabada
sou o sol de uma sinfonia atonal
passei por um buraco no céu:
a loucura é um sopro no ouvido.

(Chacal, 1983:95)

A primeira estrofe do poema evoca dois mitos da antiguidade para criar uma imagem de morte e transformação como submersão em um mundo fosforescente. O mar Egeu, onde o eu-lírico nada submerso, é o mar onde, no mito, o rei de Atenas Egeu se jogou após ver que a embarcação que deveria trazer de volta seu filho Teseu estava com velas pretas – signo de que Teseu estaria morto. No mito, como se sabe, Teseu estava vivo e as velas negras haviam sido içadas por engano. No poema de Chacal, o eu-lírico submerso no mar Egeu não tem um fim trágico, ele establanadamente afunda no mar da tranquilidade apenas para ir parar em Valhalla, a terra para onde, na mitologia nórdica, os mais bravos guerreiros e heróis eram levados após a morte. O eu-lírico, por ter sido ferido em batalha, adentra esta terra e pode desfrutar da bebida dos deuses, o hidromel. O último verso desta estrofe, no entanto, quebra com o final feliz do desfrute do hidromel com um jogo entre esse ser oferecido – queres? – e a resposta na segunda pessoa do singular no pretérito imperfeito que indica um desejo que existe no passado e não no presente. A fruição, assim, se mostra deslocada, acontecendo em um momento em que não é mais desejada.

Na segunda estrofe a inquietude do final da anterior se mantém e o eu-lírico sente que se transformou em outra pessoa, com cabelos e pele que não reconhece. A estrofe termina com uma citação da música *Ballad Of A Thin Man* de Bob Dylan: “But something is happening and you don’t know what it is / Do you, Mr. Jones?” (Dylan, 2012). Nesta canção, Dylan constrói um personagem, um pouco patético, que passa por uma série de inquietantes encontros e estranhas situações que não compreende. E quanto mais

perguntas ele faz, menos entende o que está acontecendo. Ao citar Dylan, portanto, o autor situa o estado mental do eu-lírico como um de confusão e estranhamento frente a um mundo ao qual não é capaz de dar sentido.

O poema termina com o resultado de tal transformação no qual o eu-lírico se torna o inútil subtítulo de uma obra inacabada e o sol de uma sinfonia atonal. Uma sinfonia atonal é caracterizada pela ausência de um centro tonal. Ou seja, não há um acorde ou nota que seja capaz de gerar uma sensação de resolução, aliviando as tensões harmônicas. Uma sinfonia que fosse em Sol maior começaria e terminaria com o acorde de Sol Maior, pois somente este acorde é capaz de resolver plenamente qualquer sensação de tensão. No caso de uma sinfonia atonal, o acorde em sol não significa nada por si só. Chacal, portanto, joga com os dois significados da palavra sol, que poderia se referir também ao astro no centro de nosso sistema solar, para indicar um sol que não está nem mesmo no centro de um sinfonia tonal. No fim, passa por um buraco no céu, o que pode ou não ser uma referência a música de mesmo nome – em inglês, claro – da banda Black Sabbath, e a loucura toma a singela forma de um sopro no ouvido.

Valhalla é um poema mais sisudo, distante do humor e dos jogos com o banal que eram então mais associados à poesia de Chacal. Em alguns poemas que o seguem esse humor está novamente presente, como nos poemas Um cru ovo cozido ou Cândida, mas é interessante que justamente Valhalla, que trata de transformações inquietantes e de tornar-se algo que não se entende, tenha sido escolhido para abrir a seção de produção inédita e dê o tom desta última parte do livro.

Retornando aos elementos gráficos, cabe também pontuar que, além da apresentação, o livro possui outros elementos que merecem ser destacados. Como foi dito, Drops de Abril oferece uma compilação dos livros anteriores do poeta e cada um desses livros foi publicado em sua própria seção. Na abertura de cada uma dessas, foi reproduzida a capa original de cada livro em tamanho reduzido e abaixo da reprodução algumas informações básicas sobre o livro e seu momento e contexto de lançamento original. Por exemplo, na seção do livro América, se encontra inscrito: “Dezoito poemas feitos entre 1974 e 75. Capa: Dick. Produção: Chacal. Tiragem: 500 exemplares.

Coleção: Vida de Artista. Distribuição: Nuvem Cigana. Rio de Janeiro/1975.” (Chacal, 1983:40).

Portanto, esta edição de Drops de Abril não procura em nenhum momento afastar Chacal e seus livros das movimentações da Poesia Marginal. Pelo contrário, faz questão de frisar que boa parte do material que compõe essa edição circulou primeiramente de forma alternativa, através de coletivos como o Nuvem Cigana e com a produção do próprio poeta. Interessante também que embora a edição não tenha nenhuma página colorida em seu interior, no caso de livros que foram originalmente publicados em cor, isto está pontuado nestas inscrições abaixo das capas. A seção que reproduz os poemas do livro Nariz de Anis destaca que esse foi primeiramente veiculado com letras verdes. Isto ressalta ao leitor que a versão daqueles poemas que ele tem em mãos é uma transposição, uma versão modificada para caber naquele formato, mas que já existiu de outra maneira.

A opção por parte de Chacal e dos editores da Brasiliense, pode-se afirmar, foi de criar um livro que, ao mesmo tempo, apoiava-se no fenômeno da poesia marginal como forma de se legitimar e atrair o público jovem, e apresentava a obra (quase) completa de Chacal, criando para o autor uma trajetória coerente, um conjunto de obra passível de ser julgado em sua integridade. A tensão entre estes dois aspectos e a mudança de suporte que veio com esta publicação, como pode ser visto tanto no poema analisado quanto nas colunas de Chacal, é bastante aparente.

Em uma das últimas páginas do livro, foi publicada uma foto de Chacal e sua breve biografia, escrita por ele mesmo, onde ele apresenta sua trajetória desde campeão carioca de futebol de salão pelo fluminense em 1966 até suas incursões pela música, teatro e jornalismo. Termina dizendo: “Hoje, com a terceira dentição em cima, graças ao Pedro Lage, ao Sérgio e ao Eduardo Rothier, talvez me dedique à apicultura. Sei lá.” (Chacal, 1983:n/p). Chacal não virou apicultor, continuou poeta.

Conclusão

A maioria dos poetas marginais, quando perguntados acerca da publicação por editoras tradicionais, assumiam uma posição um pouco defensiva, no geral afirmando que não havia nenhuma incoerência em querer publicar por meios tradicionais e nem nada de errado em querer ganhar a vida através da poesia. No entanto, a análise da publicação de *Drops de Abril* e das colunas nas quais Chacal a aborda mostram que, pelo menos no caso desse poeta, a transição não foi feita sem dúvidas e tensões. Chacal parecia bastante consciente de que lançar um livro como *Drops de Abril* significava gerar um novo contexto para sua poesia, tanto em virtude do suporte como devido ao fato de que os diversos livros que até então havia lançado seriam, a partir dali, lidos cronologicamente, como partes de um todo coerente.

O fato de estar lançando pela Brasiliense parece ter pesado na decisão, afinal estaria em boa companhia na Coleção Cantadas Literárias: “Em novembro entro no rol das cantadas literárias, nome da coleção que congrega entre outros, meu caríssimo e estupendo Chico Alvim, minha divina dama Ana Cristina César e meu samurai do papiro Paulo Leminsky” (Chacal, 1982:21).

Assim, como dito na introdução, o encontro entre Chacal e a Brasiliense foi de benefício mútuo, pois, por um lado, Chacal poderia lançar um livro através de uma coleção que já vinha legitimada por outros poetas marginais e *outsiders* do mundo literário e, por outro, a Brasiliense trazia para seu catálogo uma figura emblemática da contracultura brasileira.

Nas décadas seguintes, no entanto, a crítica literária brasileira, tanto dentro quanto fora das universidades, não seria generosa com os chamados poetas marginais. Ao ponto de que durante a primeira década dos anos 2000, diversos pesquisadores procuraram deliberadamente retomar a discussão em torno desta. Nomes como Frederico Coelho, André Monteiro, André Bueno e Júlio Diniz buscaram resgatar e analisar tal produção para além dos rótulos (frequentemente negativos) com os quais essa havia ficado associada.

Um exemplo disto está na introdução que Frederico Coelho escreveu em 2010 para seu livro *Eu, brasileiro, confesso minha culpa meu pecado* (2010). Nessa, Coelho narrou um pouco da mudança de *status* que a cultura marginal da década de 1970 passou nesta primeira década dos anos 2000:

Se em 2002 a cultura marginal ainda era uma referência histórica quase esquecida, ligada diretamente (e negativamente) ao universo da contracultura e da valorização estratégica do nascente banditismo carioca por parte de intelectuais, hoje em dia ela voltou à pauta dos cadernos culturais e da academia. Agora não mais como categoria de acusação a artistas fora dos padrões vigentes, mas sim como produção autônoma e pulsante de um contingente antes silenciado pela ausência de espaço e vozes próprias. (Coelho, 2010:12)

A Brasiliense, depois desse período de bastante sucesso, também acabou por perder espaço no mercado editorial. A morte inesperada de Caio Graco em 1992 foi um tremendo baque para casa editorial que nunca se recuperou completamente. Por outro lado, Chacal tornou-se uma referência na cena cultural carioca ao fundar o longo projeto de poesia declamada e outras linguagens CEP 20.000.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Xênia. “Meu reino por uma palavra sensata.” *Correio Braziliense*. Brasília, 8 de abr. 1984, Caderno Atualidades. Página 9.
- CHACAL. *Drops de Abril*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- CHACAL. “Restos mortais e o fim do poeta marginal”. *Correio Braziliense*. Brasília, 27 de jun., 1980. Caderno variedades, p. 18.
- CHACAL. “Uma resposta da ‘poesia marginal’ aos novos tempo”. *Correio Braziliense*. Brasília, 22 de jun., 1980. Caderno Fim de Semana, p.9.
- CHACAL. “Bávara Ópera”. *Correio Braziliense*. Brasília, 29 de set., 1982. p.21
- CHARTIER, Roger. “Os poderes da impressão”. In: *A mente do autor e a mão do editor*. São Paulo: Ed. Unispe, 2014. pp 103 -127.
- COELHO, Frederico. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado. Cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.
- COELHO, Frederico. “Quantas margens cabem em um poema: poesia marginal ontem, hoje e além.” In: FERRAZ, Eucanaã. *Poesia Marginal: palavra e livro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2013.

COHN, Sérgio (org.). *Nuvem Cigana: Poesia e delírio no Rio dos Anos 70*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2007.

COHN, Sérgio. “Infraturas”. *Romance Notes*. Chapel Hill, v. 57, n. 3, p. 347-359, 2017.

DYLAN, Bob. “Ballad Of a Thin Man”. In: *Highway 61 revisited*. Rio de Janeiro: Sony Music Brasil, 2012. 1 CD.

GALÚCIO, Andréa L. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

GALÚCIO, Andréa L. “Encontros com a Civilização Brasileira e Coleção Primeiros Passos: edição, política e democracia no Brasil (1979-1985)”. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*. Palermo, nº 122, 2020-2021. p 123-143.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *26 Poetas Hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Labor, 1976.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *26 Poetas Hoje*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Depois do Poemão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de dez. 1980, Caderno B. p. 10.

JAGUAR. “Entrevista com Ruy Espinheira Filho”. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, No. 627, Ano XIII, 2 a 8 de jul. de 1981. pp. 20-21.

JORNAL DO BRASIL. O que pensam os jovens roqueiro o Brasil. Rio de Janeiro, 29 de jul. 1984 Caderno B, p. 4.

LITRON, Fernanda. *Poesia Marginal e a Antologia “26 poetas hoje”*: Debates da crítica antes e depois de 1976. – Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MAUES, Flamarion. “O momento oportuno: Kairós, uma editora de oposição”. *Revista História*. São Paulo, v. 25, n. 2 p. 115-146, 2006.

OLIVEIRA, Joanyr. “Wilson Pereira. Gera. Marginais Sem futuro.” *Correio Braziliense*. Brasília, 27 de fev, 1980. Caderno Variedades, p.18.

REIMÃO, Sandra. “Estudos sobre produção editorial e história dos livros no Brasil”. *Revista Comunicação & Sociedade*. nº. 42, São Bernardo do Campo, ago. 2004.

ROLLEMBERG, Marcello. “Novas Coleções, Novos autores, Novas Linguagens”. In: REIMÃO, Sandra; CRENI, Gisela (orgs.). *Caio Graco Padro e a Editora Brasiliense*. São Paulo: EdUSP, 2020.

RONÁI, Cora. “E tal...”. *Correio Braziliense*. Brasília, 27 de jul. 1980. Caderno Fim de semana, p. 16.

SANGUE Novo Revigora Encontro dos Escritores. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 de set. 1995, Caderno A Parte, p. 1.

SANTOS, Joaquim Ferreira. “Mudaram os Cultos ou os Contracultos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de jul. 1984. Caderno B, p.1

STYCER, Maurício. “Quampérios: o gibi-pirata do poeta Chacal”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de abr. 1986 Caderno B, p.4

TUDO aquilo que está no ar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de dez. 1980. Caderno B, p. 10.

Notas

1. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Email: juliacabo@id.uff.br
2. Vale lembrar, a figura do autor e a forma como este se relaciona com o texto, tal como hoje o compreendemos, possui uma história e um desenvolvimento que está intimamente relacionado ao desenvolvimento tanto do livro impresso quanto da noção de propriedade intelectual. Ver: CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* São Carlos: UdUFSCar, 2014; FOUCAULT, M. “O que é um autor?” In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006. p. 265–298.

Nova República, velha vigilância: o movimento estudantil dos anos de 1990 pela ótica dos serviços de inteligência

Leandro Machado¹

Angélica Müller²

O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado logo após o golpe civil-militar de 1964 com a principal função de vigiar e, de certa maneira, combater quem e o que o governo entendia como inimigo. O SNI despontou como um órgão emblemático no que concerne à vigilância brasileira, afinal, nenhum órgão congênere teve tamanha estrutura e nem o mesmo empenho na perseguição aos grupos de esquerda, como se verá mais adiante.

Encerrada suas atividades institucionais em 1990, após uma reforma ministerial empregada por Fernando Collor, o legado SNI de perseguição aos grupos e às pessoas identificados como “portadoras da ideologia comunista” permaneceu enquanto resquício nos serviços de inteligência da Nova República. Porém, o SNI deve ser visto também como produto de uma tradição mais ampla, cujas características e formas de atuação já estavam presentes no momento que antecede a sua criação. O *modus operandi* característico do SNI, prolongado na Nova República, advém de longa data, cujos lastros ideológicos podem ser notados desde a Primeira República, e que se tornam mais evidentes a partir da década de 1940, por meio do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI).

Em sua longa história, há atores específicos que sempre aparecem como sujeitos suspeitos para serem vigiados e aqui merece destaque os movimentos sociais em geral e, particularmente o movimento estudantil (ME) e sua entidade nacional. Durante a ditadura militar (1964 - 1985), sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, o ME foi duramente vigiado e perseguido. E no período subsequente? Finda a estrutura do SNI e com o início de um novo período da nossa história, as práticas de vigilância mudaram? O inimigo, e sua caracterização, mudam? Este capítulo pretende tratar dessas questões.

Para tanto, está organizado em duas partes: a primeira na qual se apresenta e problematiza a atividade de coleta de informações nos anos que antecedem ao golpe de 1964, bem como a análise da fase demarcada pela Ditadura Militar e o momento posterior, demarcado pela Nova República. Já a segunda parte se dedica à análise de fontes produzidas pelos órgãos de coleta e produção de informação durante os anos 1980 e 1990, na qual é possível observar a forma como a vigilância operava durante a Nova República. A atenção recairá nos relatórios apresentados por ocasião dos Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com isso, objetiva-se mostrar que, apesar das transformações sociopolíticas, a atividade de vigilância não sofreu alterações substanciais, permanecendo com a “velha” prática de perseguição aos grupos identificados como comunistas.

Os serviços de vigilância e informação

Os serviços no período pré-golpe

Quando foi criado o SFICI, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), antes mesmo de começar a funcionar enquanto órgão operacional com efetivo de pessoal contratado, já se notava sua atuação direcionada ao combate ao comunismo. Segundo Rodrigo Patto (2002b), o anticomunismo no Brasil, embora manifesto desde 1917 em reação à Revolução Russa, assume contornos notáveis a partir de 1930, especificamente depois dos levantes que ficaram conhecidos como “Intentona Comunista” de 1935³. Nesse contexto, foi criado o SFICI através do decreto n.º 9.775-A, de 06 de

setembro de 1946, refletindo a ideologia predominante no bojo político e militar do país, a qual era delimitada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, sob inspiração estadunidense, após aproximações entre os militares dos dois países durante a Segunda Guerra Mundial.

Baseada na academia americana National War College, a ESG era uma academia de ensino superior voltada para a formação e o aperfeiçoamento de oficiais superiores das Forças Armadas, além de civis em altos cargos do governo e da administração pública. O objetivo da instituição era promover a formação de lideranças, especialmente nas áreas de estratégia e segurança nacional, com foco em temas como defesa, geopolítica, planejamento estratégico e políticas públicas. O diferencial desta, no que concerne ao planejamento da segurança nacional, foi orientá-la para o combate interno, reconhecendo que os potenciais inimigos não advinham do exterior, mas do próprio país. Os cursos, incluindo o de inteligência estratégica, formaram os agentes até 1971, quando foi criada a Escola Nacional de Informações (ESNI).

Nessa orientação de combate ao inimigo interno, a ESG delimitou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁴, que basicamente discorria sobre o inimigo interno, na crença de que uma futura guerra seria travada não entre nações, mas entre civis de um país; no contexto de guerra fria, o estopim para o conflito entre civis seria o comunismo, visto como responsável pela destruição dos “valores nacionais”. Portanto, estavam diante de uma guerra pela manutenção de valores, que só seria vencida com a destruição do comunismo, que como uma coisa elástica e pegajosa, se manifestava nas pessoas, que deveriam ser identificadas e, se fosse o caso, combatidas para que não “contaminassem” os demais. Numa das várias circulares do Estado Maior das Forças Armadas fica evidente que o SFICI cooperava para o aniquilamento do comunismo no Brasil.

Nos relatórios eram frequentes o superdimensionamento da atividade comunista, num movimento que beirava ao delírio. A produção de perfis biográficos sobre simpatizantes da esquerda era algo que despontava na atividade de inteligência, assim como outros *modus operandi* que se destacaram nos serviços subsequentes e, especialmente, no SNI. Essa questão é mais bem evidenciada a partir de 1961. Nesse ano, assumiu o egresso da ESG, então adjunto do Departamento de Estudos da Escola, General Golbery

Couto e Silva, que pôs em prática de maneira efetiva os preceitos ideológicos que fundamentavam o órgão. Golbery – considerado o mentor do SNI, em suas próprias palavras o “pai do monstro” – municiou o então presidente Jânio Quadros com relatórios diários sobre a situação nacional, nos quais o comunismo era um alarde constante e repentino (Figueiredo, 2005:96). O novo chefe do SFICI, sob a alegação de que atividade de inteligência estava aquém da necessidade, aumentou o número de agentes do serviço, bem como expandiu o seu espaço físico através da transferência para um prédio maior na região central do Rio de Janeiro. Além disso, a fim de tornar a capacitação dos agentes menos teórica, como eram os estudos na ESG, passou a ser ministrado cursos no próprio serviço, sob a supervisão do então tenente-coronel responsável pela Subseção de Operações (SSO) do serviço – João Batista Figueiredo. Eram cursos práticos para a obtenção de informações e para a garantia da confidencialidade, mesmo que fosse necessário métodos ilegais de violação pessoal, cujas implicações legais, em caso do agente ser descoberto descumprindo a lei, recaíam a ele próprio⁵.

É claro, nas normativas da DSN de combate ao inimigo interno, ainda não era suficiente para a vitória na guerra que entendiam travar contra o comunismo. Era necessário um esforço político adicional, especialmente considerando que se viam como derrotados nos combates enfrentados até então, evidenciado pela demissão de militares associados ao SFICI, como Golbery que, além de desligado da função, passou para a reserva com a patente de General, e João Batista Figueiredo, em setembro de 1961⁶. As demissões desses militares refletiam antigas desavenças que resultaram na demissão do à época Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, em 1954. Na ocasião que acarretou no suicídio de Getúlio Vargas, os militares se organizaram para a publicação de um documento que ficou conhecido como *Manifesto dos Coronéis*, ratificado por 42 tenentes e 39 tenentes-coronéis, entre eles o Golbery que, aliás, é atribuído como responsável pela sua redação.

Antes dos desligamentos, no ínterim envolvendo a autorização legal da posse de Goulart depois da renúncia de Jânio Quadros, sob direcionamento de Golbery, o SFICI foi utilizado para a obtenção de escutas nos aparelhos

telefônicos dos aliados políticos de Goulart. Tudo indica que a coordenação desta atividade esteve a cargo de Figueiredo, afinal, era ele o responsável por esse tipo de ação, inclusive, como visto anteriormente, era quem supervisionava os cursos ministrados no serviço (Figueiredo, 2005:98). Ao tomar posse, João Goulart modificou a parte operacional do serviço, indicando para a pasta de controle do SFICI um militar simpático a seu governo, o General Assis Brasil para o gabinete militar, responsável pelo recebimento dos relatórios e informes do serviço e pelo posterior repasse ao presidente da república, caso julgasse necessário. Mas essas transformações não foram suficientes para conter o anticomunismo presente na atividade da informação.

No período compreendido da gestão de Goulart, algumas ações se notabilizaram no que concerne à real ameaça da época, que, obviamente, não era o comunismo, mas o fortalecimento do grupo que, posteriormente, deflagrou o golpe de Estado que alavancou a repressão à esquerda. O SFICI descobriu contrabandos de armamentos das Forças Armadas sob o envolvimento de militares ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entre os envolvidos estava o ex-Ministro da Marinha Sylvio Heck, responsável pelo manifesto de oposição à posse de Goulart em 1961 e, juntamente com os agentes do SFICI, exonerado após a posse de Jango (Ibidem, p. 111).

Desligados de suas funções, montaram um “sistema de espionagem paralelo”, cujas características podem ser vistas nos serviços subsequentes. Segundo René Dreifuss (1981:186 - 189), no IPES foi estruturado o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC), sob a supervisão do ex-Chefe do SFICI e mentor do futuro SNI, Golbery do Couto e Silva, com a função de estabelecer o “planejamento estratégico e informações” que auxiliassem a tomada de ação, isto é, a ruptura democrática. Nesse sentido, eram produzidos relatórios sobre a situação política do país, os grupos que julgavam de oposição aos ideais pautados na DSN, distribuindo as informações produzidas em um “sistema de informação”, com o objetivo de “controlar a influência ‘comunista’ no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular”⁷.

Os serviços na Ditadura

Assim, quando em 13 de junho de 1964, pela Lei nº 4.341, entrou em vigor o SNI, a estrutura que marcaria a comunidade informação a partir de então já se encontrava montada; ideologicamente através da DSN, operacionalmente por meio da experiência advinda do SFICI e da GLC, como também da *intelligentia* dos mentores que já atuavam no trato da informação e da perseguição à esquerda há tempos⁸. Talvez o maior diferencial do novo órgão foi uma estrutura política que ratificava a atividade de informação, municiando-a com recursos financeiros, operacionais, uma legislação que corroborava com seus arbítrios. E, claro, o contato direto do Chefe do SNI com o presidente da República, ocupando uma função de prerrogativa Ministerial, que não se verificava no serviço anterior e nem nos subsequentes.

No geral, o órgão tinha como atribuição articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional. Cabia-lhe, entre outras competências, estabelecer a ligação com as outras agências, com órgãos cooperadores; processar informes, informações e difundi-los; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; arquivar a documentação de modo a permitir consulta rápida e manter seus fichários atualizados. Ou seja, algo que, em partes, já se realizava anteriormente, porém, a partir de então com reconhecimento oficial e de forma escalonada.

Em 1970, com a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), que reunia toda a comunidade de informação do país, o SNI se tornou o eixo central de toda a estrutura de Inteligência e coleta de Informações da Ditadura Militar, recolhendo e distribuindo documentos de informação entre as diversas esferas e órgãos engajados na repressão. Para Carlos Fico (2001), é nessa fase que todo o sistema de informação se consolida, a partir do trabalho cooperativo. Cabe destacar que o aparato repressivo dos militares e de seus colaboradores civis era complementado por outros órgãos de informações que, ou foram criados a partir do golpe de Estado, ou sofreram mutações, formando uma comunidade, como o Centro de

Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Exterior (CIEEX), assim como algumas estruturas que fundamentavam o SNI e esses órgãos, como a Escola Nacional de Informações (ESNI), criada em 1973.

Além desses, em cada Ministério Civil havia uma Divisão de Segurança e Informações (DSI), composta por cerca de 30 agentes cada, enquanto nas autarquias e empresas públicas, como Correios, Petrobras, Embratel, existia uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI). A propósito, as DSI serviam como “estágio” para os agentes que desejavam realizar os cursos da ESNI, exigência básica para se tornar um analista e assessor de informação do SNI (Ibidem, p. 88).

Sob a inspiração da Guerra Revolucionária, que se direcionava ao “inimigo interno”, as informações produzidas e replicadas no SNI tinham por fim não apenas a identificação dos considerados subversivos, mas também o combate desses. Os relatórios sobre supostos simpatizantes do comunismo, que não se limitavam a produção de informações, mas também a projeções políticas, além de serem enviados ao presidente da República, eram encaminhados à polícia política, responsável por ações de repressão. Essas ações incluíam violência física, praticada rotineiramente nas delegacias e nos “porões”, e a desmoralização pública dos investigados, visando ao seu desequilíbrio “moral e psicológico” (Ibidem, p. 76), assim, detalhes pessoais sobre a vida dos mesmos eram indispensáveis para a guerra que julgavam travar.

A atuação dos serviços de vigilância durante a Ditadura e nos anos subsequentes, é resumida da seguinte forma:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro este último “tido como comunista” - era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma

presumível afronta aos ditames da segurança nacional. Estas eram as informações comumente iniciadas pela expressão “consta que” e muito encontradas entre os papéis da comunidade. (Ibidem, p. 111)

Essa estratégia de inculpação buscava, em última análise, retratar o “inimigo” comunista como um “terrorista” determinado a erradicar a suposta estabilidade social e a dismantelar os “valores nacionais” com ideias subversivas, supostamente vindas de países socialistas e propagadas por meios violentos. A resistência armada era enfatizada como característica principal de qualquer pessoa associada, direta ou indiretamente, à esquerda ou a seus simpatizantes políticos. Assim, os esforços para combater essa ameaça deveriam ser intensos, abrangendo desde a produção de informações, como fazia o SNI, até a eliminação dos opositores, uma prática reiteradamente adotada por policiais e colaboradores do sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). Esse aspecto marca uma distinção importante entre a atuação do serviço de coleta e produção de informação no período ditatorial e na fase democrática: embora não participasse diretamente dos “interrogatórios” que violavam os direitos humanos, o SNI colaborava indiretamente, fornecendo informações que sustentavam tais práticas. Com frequência, a perseguição da polícia política a certos indivíduos era fundamentada em relatórios da comunidade de informação, associando-os a atividades consideradas subversivas. O exemplo emblemático dessas ações conjuntas, certamente, é o combate à Guerrilha do Araguaia que coadunou vigilância e ação de combate, resultando no extermínio desse movimento guerrilheiro em 1974.

Quando aquele atuava em consonância ao sistema de repressão policial, sobretudo a partir do Ato Institucional nº 5, um dos seus principais alvos eram os militantes do Movimento Estudantil, tanto no período em que estiveram em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), ou na fase em que atuavam organizados nos diferentes movimentos de esquerda, fosse armado ou não. Logo após o golpe de 1964 a entidade foi posta na ilegalidade, pela Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, retornando oficialmente à cena pública somente a partir das

manifestações de 1977 e, em 1979, quando foi permitida, no 31º Congresso, realizado em Salvador. No geral, podemos destacar que a vigilância e a repressão recaíram sobremaneira aos jovens demarcados pelos “privilégios de acesso à educação, saúde, nível de renda, etc.” (Ridenti, 1993:149), sendo o binômio vigilância e repressão pujante sobretudo no que ficara conhecido com os “anos de chumbo”, entre 1968 e 1974.

Porém, a vigilância por si só, ao contrário do que se acredita em grande escala, foi expressiva sobretudo a partir de 1974, quando se iniciou a primeira fase da redemocratização (Kinzo, 2004), conduzida por Geisel no projeto de “Distensão lenta, gradual e segura”, acarretando a diminuição da repressão por meio dos operacionalizadores da tortura. Leonardo Silva (2023) destaca que o período posterior a 1974 foi o momento em que mais se produziram relatórios de vigilância. Além disso, entre o mandato de Ernesto Geisel (1974 - 1978) e de João Batista Figueiredo (1979 - 1985), o SNI recebeu um grande estímulo operacional, no qual o serviço pode recrutar mais 500 agentes para a corporação, saltando de 2000 pessoas para 2500 (Fico, 2000, p. 82). Esse período marca justamente a administração, primeiramente enquanto Ministro do Serviço (1974 - 1978) e depois como Presidente da República (1979 - 1985), de João Batista Figueiredo, que anos antes fora responsável pela SSO do SFICI e, após demissão, compôs o serviço paralelo financiado pelo IPES. O objetivo do aumento da vigilância foi “assegurar que os rumos da distensão não saíam do controle, assim, evitando o que se denominava como radicalismos da oposição civil e de setores da corporação militar, claramente insatisfeitos com o processo de abertura” democrática. (Silva, 2023:69 - 70). Nesse sentido, a partir de então, a vigilância pode se concentrar de maneira exaustiva aos movimentos sociais que debatiam pelo retorno ao Estado democrático de direito, como o Movimento Estudantil.

Os serviços na Nova República

Apesar do fim da Ditadura Militar, em 1985, segundo Priscilla Antunes Brandão (2002) e Samuel Soares (2006), os serviços de inteligência e coleta de informação sofreram pouca ou nenhuma alteração. José Sarney (1985 - 1990), oriundo dos quadros políticos da Ditadura Militar, não moveu sequer uma

ação para tentar regulamentar o SNI. Pelo contrário, quando seu governo mostrou sinais de impopularidade, após o fracasso dos seus principais Planos Econômicos (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão), que acarretaram no descontrole de preços, Sarney não viu outra alternativa senão apoiar-se na cúpula militar, inclusive no SNI. Para tanto, concentrou suas ações nos principais opositores políticos do presidente, nutrindo-o com informações detalhadas daqueles que, porventura, poderiam ameaçar a continuidade de seu mandato (Ferreira, 2016:58). A depender das circunstâncias, o Palácio do Planalto, em parceria com o organismo de vigilância, soltava “furos” à imprensa contendo informações comprometedoras sobre a oposição, de modo que freasse a sua atuação.

Um desses “vazamentos” públicos foi o estopim para que o SNI fosse extinto logo após o fim do governo Sarney. O vislumbre da sucessão Presidencial marcada para 1989, em concomitância ao mau desempenho do governo perante a população, levou ex-aliados a postularem ao Planalto, por meio da busca por aparições públicas destacando as ineficiências de Sarney e de sua equipe. Um deles foi Fernando Collor de Mello, apoiado por Sarney, que conseguiu ser eleito Governador de Alagoas, em 1986, na esteira do sucesso inicial do Plano Cruzado. Entre 1987 e 1989, despontou como um dos principais opositores políticos do Executivo nacional prometendo, nos principais veículos de comunicação do país “caçar os marajás”, reformular o Estado, acabar com as ineficiências que marcavam a atual gestão e direcionar o país para o almejado progresso. Como reação, em fins de janeiro de 1988, com base em um dossiê conduzido pelo SNI, o Palácio do Planalto acusou o governador de Alagoas de utilizar recursos públicos para viagens a bordo de um jatinho, além de apontar “irregularidades” quando este era prefeito de Maceió, entre 1979 e 1982 (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1988, edição 00294, p. 4).

A resposta pública de Collor não tardou; desafiou Sarney a divulgar publicamente o dossiê, o acusou de ineficiência e fez algumas insinuações indicando que as irregularidades, na verdade, eram no Planalto. Então, em fevereiro, o SNI também veio a público, por meio do “vazamento” ao *Jornal do Brasil*, compartilhando integralmente o dossiê. Em um dos documentos havia uma comparação de Fernando Collor ao gângster norte-americano Al Capone (1899 - 1947) e ao Ministro da Propaganda Nazista Joseph

Goebbels (1897 - 1945). A associação ao primeiro era porque Collor não poupava esforço para “eliminação sumária de desafetos políticos por membros de sua família” e por ter desviado recursos públicos para o custeio de festas; e a Goebbels se referia a acusação de uso excessivo da verba pública de Alagoas em publicidade para promover sua imagem de “caçador de marajá”, em detrimento de investimentos em políticas públicas (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1988, edição 00311, p. 3).

No dia seguinte, em 18 de fevereiro daquele ano, o governador de Alagoas ameaçou interpelar judicialmente Ivan Mendes – Ministro-Chefe do SNI – sobre o que julgava por falsa acusação. Também aproveitou a oportunidade para os primeiros anúncios, que se tornariam rotineiros na sua campanha presidencial, de que o atual serviço de vigilância deveria ser extinto, dizendo o seguinte: “Até quando nós, cidadãos, vamos ter um serviço de informações a pairar sobre o bem e o mal, como se tivesse a chave do certo e do errado?” (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1988, edição 00312, p. 3). Não satisfeito, Collor se dirigiu à sede do SNI para uma audiência com Ivan Mendes, que se recusou a recebê-lo, deixando-o aos esbravejos à imprensa, em um dos prédios anexos ao Palácio do Planalto (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1988, edição 00313, p. 2). Quando eleito Presidente, a primeira medida de Fernando Collor, em 15 de março de 1990 – dia de sua posse –, foi baixar a Medida Provisória nº 150, regulamentada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que reestruturou e extinguiu alguns Ministérios, dentre eles o SNI (Antunes, 2002:111).

Portanto, como destacado por alguns pesquisadores (Figueiredo, 2005:450), o fim do SNI é fruto de uma animosidade pessoal entre Collor e Ivan Mendes em decorrência da divulgação do dossiê e do caso no anexo ao Palácio do Planalto. O compartilhamento a um dos principais veículos de comunicação do país sobre supostos esquemas de desvios públicos e de fisiologismo, quando prefeito de Maceió e depois quando governador de Alagoas, para retardar a sua oposição a Sarney e a sua pré-campanha presidencial, era um claro indicativo de que o SNI não atuaria em favor de Collor, quando se tornasse Presidente. No entanto, discursivamente era interessante mostrar a extinção do serviço de informação decorrente da necessidade de pôr fim a um “sistema de atuação política”; que pós-Ditadura

operava sobremaneira através dos “vazamentos” de relatórios à mídia; que se portaria de forma “paralela” a sua gestão, podendo causar-lhe prejuízos políticos que provocassem o encerramento de seu mandato.

Desse modo, de função Ministerial recebida pós 1964, o serviço de vigilância foi reduzido a um simples Departamento, a partir de então intitulado como Departamento de Inteligência, subordinado à Secretaria de Assuntos Especiais (SAE), que intermediaria o diálogo do Departamento com o Presidente. Além disso, a reforma Ministerial de Collor também provocou a extinção das ASI e das DSI. Como se não bastasse, a chefia de ambas as estruturas administrativas passou a ser de controle civil, ao contrário do que vinha ocorrendo desde o SFICI. Para a SAE foi indicado o “homem de confiança” do presidente, o economista Pedro Paulo Bergamaschi Leoni Ramos, que anos depois se tornou “operador de Collor” em negócios ilícitos, quando se tornou Senador da República, entre 2007 e 2023, (*Congresso em Foco*, 2014, online). O DI, por sua vez, ficou a cargo do jornalista egresso dos quadros do SNI, Flávio Duarte (Ibidem, p. 457). Contudo, legalmente o Departamento em nada diferia do seu antecessor, nesse sentido, os “vícios” e as perseguições delirantes aos movimentos sociais de esquerda, identificados pelo órgão como grupos comunistas, permaneceram. Portanto, o anticomunismo, marcante nas observações dos serviços anteriores, continuou presente, na qual talvez a única diferença era o menor compartilhamento dessas informações com o Planalto.

Em 1992, o sistema de vigilância passou por mais uma crise que demandou algumas promessas de mudanças para assegurar sua continuidade, estas, por sua vez, recolocariam o serviço sob o comando das FFAA. Veiculou-se na imprensa denúncias de que a SAE recebia “verbas secretas”. Como resposta, o governo anunciou transformá-la em uma autarquia sob comando do Ministro-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), General Antônio Luiz Rocha Veneu (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1992, edição 00050, p. 7) e de transformar o DI em Centro Federal de Inteligência (CFI), que seria administrada por conselho formado pelo Ministro da Justiça, pelo EMFA e pelo Secretário de Assuntos Estratégicos. De fato, foi enviado um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional, porém, com o processo de Impeachment de Fernando Collor, a questão foi abandonada.

Com a posse de Itamar Franco, a única medida mantida em relação à proposta de mudança foi a transferência da atividade de inteligência para o controle militar, desta vez para as mãos do Almirante Mário César Flores que, de Ministro da Marinha durante o governo Collor, passou a chefe da SAE. A alegação de Itamar para a sua indicação era de demarcar a transformação da vigilância que, em tese, abandonaria a velha tradição de perseguição delirante aos grupos de esquerda, e se voltaria para “estudos de áreas sensíveis, como a energia nuclear” (*Jornal do Brasil (RJ)*, 1992, edição 00185, p. 7). Na prática, a realidade foi completamente diferente. Priscila Antunes (2000, p. 113) destaca que os agentes do Departamento atuavam da forma que julgassem necessário. Assim, além do retorno da atividade ao comando militar, visto que o DI também passou para o controle de um representante das FFAA⁹, houve a continuação da vigilância e da produção de informações sobre os movimentos sociais, apresentados como potenciais perigos para a manutenção da estrutura democrática.

Para tornar o Sistema ainda mais forte, Itamar promoveu administrativamente a atividade de Inteligência. O DI se tornou uma Subsecretaria de Inteligência (SSI), inicialmente sob a chefia de Romão e, posteriormente, do jornalista que fez carreira como agente no SNI, Afonso Antônio Marcondes (Figueiredo, 2005:479). Ao final do mandato de Itamar, ainda houve a abertura do concurso público para a SSI, destinado à contratação de 48 “agentes da informação”. Os aprovados foram incorporados ao Sistema em 1995, já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Entre os que se juntaram ao organismo de vigilância, esteve um cidadão de Recife ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, embora tenha ocupado a sua função na Subsecretaria, “nunca teve acesso a documentos e missões importantes” (Ibidem, p. 482). O motivo era claro: ainda imperava no órgão o anticomunismo que marcara a atividade de inteligência desde a criação do SFICI e que se tornou mais evidente durante a Ditadura Militar, quando vigorou o SNI.

Ainda em 1995 foi proposta uma alteração na vigilância. Por meio da Medida Provisória (MP) nº 813, de primeiro de janeiro, o governo realizou uma reforma ministerial e administrativa, na qual estava a reformulação

do sistema de informação, que passaria a se chamar Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A partir de então, o organismo funcionaria como uma autarquia federal vinculada ao Presidente, visto que estaria subordinado à Secretaria Geral da Presidência da República. O responsável pela implementação da Agência foi o General Fernando Cardoso que, no intervalo de 1981 a 1985 e de 1987 a 1988, esteve ligado a pastas do SNI e, em 1992, foi chefe do CIE. Era de se esperar que alguém com uma trajetória como essa, não provocaria mudanças radicais no serviço, o qual permaneceu orientado à vigilância interna, especialmente dos movimentos sociais identificados com a esquerda, como se verá adiante. Entretanto, a implementação de fato só ocorreu em 1999, após arrastado debate no Congresso que resultou na Lei nº 9.883, responsável também pela instituição do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). A função deste era a de integrar e coordenar as atividades de inteligência no Brasil, a partir da cooperação das várias agências de inteligência do país.

O movimento estudantil e a vigilância na Nova República

Dado o contexto histórico e a continuidade da vigilância estatal e da produção de informações mesmo após a transição democrática, percebe-se que as estratégias de monitoramento intensificadas durante a ditadura permaneceram em prática de diversas formas. Esta segunda parte do capítulo explora como essas práticas se estenderam especificamente ao movimento estudantil nos anos 1990, destacando as análises e operações que visavam o controle dos jovens e de suas organizações políticas, e a preservação de uma estrutura de vigilância preocupada com ideologias identificadas como subversivas. A sustentação ideológica para esta perseguição continua pautada no Anticomunismo que, durante os anos de arbítrios se manifestou através da DSN que propunha a “guerra contra o inimigo interno”, a qual teve como consequências mais drásticas as violações dos direitos humanos, por meio da instrumentalização da tortura e da morte dos considerados adversários.

Além disso, é essencial examinar como o aparato de informação do Estado redefiniu suas abordagens e técnicas frente à reorganização de movimentos sociais e estudantis no período democrático. Essa análise

revela não apenas a continuidade dos métodos de controle, mas também as adaptações feitas para responder a novas dinâmicas políticas e sociais, marcada por uma legislação mais bem estruturada de contenção dos arbítrios que anos antes eram rotineiros. Ao longo desta seção, serão explorados os mecanismos específicos utilizados para assegurar a manutenção da ordem e a contenção do que julgavam como possíveis insurgências no cenário estudantil e político da época.

Em geral, as análises dos agentes centram-se nos Congressos da UNE, conhecidos como CONUNE, mas, também, há análises sobre correntes/tendências que formavam a entidade, nas quais são destacados os princípios básicos desses grupos. Nos relatórios, é possível encontrar, na forma de anexo, os documentos produzidos pelas organizações – como panfletos e jornais – de modo que servem para ratificar a visão do agente responsável pela análise das informações coletadas. Se nos momentos que antecederam a extinção do SNI os agentes eram acusados como “arapongas”, que não se davam ao trabalho de comporem uma coleção de fontes para além de recortes de jornais, na década de 1990 é de se notar a preocupação em apresentar relatórios com fontes mais robustas.

Além disso, há uma preocupação na identificação dos militantes presentes nos eventos observados, seja nominalmente, com a descrição da tendência/grupo ao qual a pessoa estava associada, ou até mesmo por meio de fotografias realizadas dos mesmos. Podemos relacionar a prática com os relatórios de perfis biográficos realizados pelo SFICI e pelo GLC, na década de 1950 e de 1960, e pelo SNI, a partir da ditadura. Leonardo Petter (2023) aponta que o levantamento de dados biográficos era algo trivial dos serviços de inteligência e coleta de informações, cujo objetivo era a demarcação do perfil ideológico da pessoa. Isso permitia que, em caso de necessidade, tais questões pudessem ser utilizadas contra essas pessoas. Carlos Fico (2019) aponta que, durante a Ditadura Militar, não foram poucas as pessoas impedidas de tomar posse em cargos públicos por conta do material produzido pela vigilância. Não foi possível verificar se, durante a década de 1990, as pessoas apontadas nesses relatórios tiveram suas vidas pessoais afetadas, assim como nas destacadas durante o período ditatorial.

Contudo, é possível notar a pouca transformação na atividade de vigilância do país, quando se compara os relatórios produzidos nesse período com os elaborados entre 1964 e 1985.

Ainda sobre o levantamento biográfico realizado por esses agentes, podemos afirmar que eles almejavam a “inculpação” dos militantes, ou de pessoas que com eles tiveram contato, através da “suspeição” – uma prática antiga da vigilância acentuada pelo SNI. Por exemplo, em relatórios produzidos em 1999, durante o 46º Congresso da UNE, foram destacados que os estudantes homenagearam Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, em 1959, que instituiu o comunismo no país (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_DIT_990081623_D0001DE0001). O mesmo também pode ser verificado em um dos relatórios produzido pela Agência Central da Subsecretaria de Inteligência, em 1994; ao descreverem o 43º CONUNE, os agentes destacaram alguns estrangeiros participantes do Congresso, enfatizando as organizações que participavam, como a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), cujo grande destaque esteve no fato dessa organização ser sediada em Cuba. Ainda foi apresentado, no caso de um militante argentino, o local onde o mesmo hospedou-se, de modo que, em caso de necessidade, fosse possível investigar quem o havia acolhido (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_DIT_940077180_D0001DE0001).

As informações não se restringiam a isso. Em relatório produzido em 1989, sobre as teses dos estudantes da Tendência Partidária Democracia Socialista (TP/DS) para o 40º CONUNE, foi apresentado não somente o local de residência dos militantes, mas, também o nome de seus pais. No fichamento, há um campo a ser preenchido até mesmo com o dados do documento de identificação da pessoa (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_GGG_910018323_D0001DE0001).

Esses discursos redigidos pelos agentes num tom alarmista, tinham por fim levantar suspeição sobre os presentes no evento, demonstrando o nível de associação ao “Comunismo Cubano”, portanto, devendo ser observados de perto como uma forma de preservação do Estado brasileiro. Vigiar a presença dessas organizações internacionais presentes nos Congressos da UNE, também tinha, por fim, destacar que a preocupação da vigilância não

era apenas para os aspectos internos do país, afinal, durante toda a década de 1990 houve duras cobranças públicas para que a agência voltasse sua atenção para fatores externos. Em algumas ocasiões, o almirante Flores aproveitou o espaço na mídia para destacar, de forma genérica, que a SSI tinha “os olhos” voltados para o cenário internacional. Porém, como podemos observar pela documentação, essa atenção estava, de fato, alinhada à contínua perseguição ao “inimigo interno”.

Na década de 1990, Cuba ainda era identificada como uma grande ameaça para os serviços de inteligência e coleta de informação, no qual tudo o que pudesse ser associado ao país era digno de grande ênfase. Nesse sentido, em 1999, quando Fidel Castro, então presidente do país, realizou uma visita ao Brasil e participou do Congresso da UNE, todas suas ações foram pormenorizadamente descritas, incluindo até mesmo a informação de que chegara ao Brasil “a bordo do avião llyushin Soviético”. Os documentos fizeram questão de ressaltar as lideranças políticas que o receberam, como políticos mineiros, entre eles o ex-presidente Itamar Franco. Abaixo, podemos ver detalhes de uma observação:

O Prefeito CÉLIO DE CASTRO (PSB) comemorou a presença de FIDEL em BELO HORIZONTE/MG. “Este evento caracteriza BELO HORIZONTE/MG como a cidade da liberdade. A vinda de FIDEL aqui é um momento histórico. Uma visita que tem muito mais importância pelo seu simbolismo do que, propriamente, pelo seu conteúdo. É um momento que ficará marcado na história da cidade de MINAS GERAIS”, analisou.

PAULINO CÍCERO, Secretário de MINAS E ENERGIA de MINAS GERAIS, também elogiou a presença do líder Cubano em BELO HORIZONTE/MG e afirmou que “a visita do presidente de CUBA, FIDEL CASTRO, a MINAS representa a cristalização do estilo político do governador ITAMAR FRANCO que faz um Governo marcadamente de oposição à política neoliberal do Presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.” Segundo PAULINO, “Ninguém mais sofre no mundo de que FIDEL os reflexos desta política. Aqui também ITAMAR enfrenta o embargo do MINISTÉRIO DA FAZENDA”. (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_DIT_990081624_D0001DE0001).

É importante enfatizar o grande esforço em exagerar a força daqueles considerados inimigos, especialmente os “contaminados” pelo comunismo “elástico”. Esse processo reflete uma tradição consolidada nos serviços de inteligência, que, para buscar confirmar as piores expectativas sobre o “inimigo”, focavam em detalhes minuciosos que, por vezes, adquirem um tom quase cômico.

As análises sobre os Congressos da UNE eram acompanhadas em seus pormenores, o que demonstra haver mais de um agente infiltrado no evento pois, por vezes, percebe-se serem descritos eventos ocorridos simultaneamente em locais distintos. Outro aspecto a ser destacado diz respeito às conclusões tomadas pelos vigilantes que, em teoria, estavam a cargo apenas aos chefes das seções, mas, na prática, inúmeros apontamentos, previsões e conclusões são feitos por agentes de baixo escalão¹⁰. Por um lado, as conclusões dão a entender que os agentes da vigilância estavam diante da “periculosidade” de um grupo político capaz de romper com a estrutura democrática a qualquer momento. Por outro lado, como se verá em maiores detalhes mais adiante, elas também expressam o ME enquanto um movimento apático, desmobilizado e cooptado pelos partidos políticos, como o dos Trabalhadores (PT) e o Comunista do Brasil (PCdoB), julgados de se utilizarem da estrutura promovida pela UNE para a produção da alienação da juventude que resultaria na conquista dos objetivos desses partidos na política nacional.

Tal contradição não nos deve causar espanto, pois reflete o *modus operandi* da categorização do “inimigo” sempre da maneira mais deletéria possível, mesmo que para tanto precisassem expressar ideias divergentes. Uma delas poderia causar o efeito esperado: a coerção, seja a legal ou não, sobre o grupo. Porém, isso não significa dizer que os agentes da vigilância não poderiam de fato crer em ambas conclusões, ou que eram possuidores de uma clarividência, na qual as conclusões expressas eram apenas para detratar quem julgavam por adversário. Afinal, estavam sujeitos a equívocos fruto de variados “olhares” cada qual “apaixonado” e “delirante” a seu modo.

Os chefes de seções também possuíam visão parcial e alarmista acerca do ME. Isso fica mais bem exemplificado pelo relatório produzido pelo CIE, em 1991. Trata-se de uma coletânea de Relatórios de periodicidade

mensal organizados pelo órgão, mais especificamente do mês de junho, apresentando “aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos”. Em outras palavras, trata de temas vistos como ameaçadores à ordem pública. Claramente, o Relatório Periódico Mensal é a expressão do anticomunismo que marca as forças armadas, pois todas as temáticas abordadas têm por fim a criminalização e desmoralização dos movimentos sociais e políticos ligados à esquerda, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a UNE.

O relatório correspondente ao mês de junho de 1991, enquadrou o ME no “Campo Psicossocial” – herança ditatorial – e apresentou algumas informações sobre o 41º Congresso da UNE, que ocorrera entre os dias 30 de maio e 2 de junho de 1991, na cidade de Campinas (SP), com a participação de 3,5 mil estudantes. Quem assina o documento é o Chefe do CIE, General Luiz Antônio Rodrigues Mendes Ribeiro, que, após tecer duras críticas à UNE, finaliza sua observação da seguinte forma:

Como conclusão, pode-se afirmar que nada mudou. O PC do B e o PT continuarão a comandar os destinos dos universitários, através de estudantes comprometidos ideologicamente e, utilizando o segmento estudantil brasileiro num consistente trabalho de massa, em direção ao seu objetivo maior – transformação da sociedade atual em uma outra, dita “igualitária, justa e sem classes – socialista”. (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_DIT_910075677_D0001DE0001).

Aqui cabe uma maior atenção para as análises contraditórias que tratam os estudantes enquanto desmobilizados e em decadência política, ao passo que destacam sua larga atuação política. Há um relatório simbólico para exemplificar tal questão, bem como para compreender as bandeiras políticas da entidade estudantil no período analisado, pois nele é elencado as perspectivas do ME ao longo do ano de 1995. Para tal, foram traçados os panoramas gerais, sobretudo, no que concerne à conjuntura nacional e nele destacado a atuação do ME em cada estado do Brasil. Também foram reunidos vários relatórios realizados pelas agências estaduais. Ademais, ainda foi comentado sobre o 44º Congresso da UNE. Ou seja, um relatório com a pretensão de ser o mais completo e extenso possível. A

priori, o documento fez uma breve observação sobre as principais pautas do ME e de como o mesmo encontrava-se naquele ano, para, em seguida, analisar as particularidades levantadas pelas agências de informação de cada estado. Não há necessariamente uma ordem fixa na apresentação dos temas, pois, por vezes, as situações estaduais e as pautas do movimento são apresentadas de maneira intercalada. Portanto, o relatório é similar a um compêndio dos diversos informes que circularam pelas divisões de informações, tanto as regionais como a central (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_H4_MIC_GNC_DIT_950078625_D0001DE0001).

Com base no documento, as demandas do ME eram: reivindicações por melhores salários, por melhoria do ensino, contra os reajustes das mensalidades e pela defesa do ensino público gratuito. Podemos afirmar que todas essas questões representavam a luta travada à época contra as políticas neoliberais (Oliveira, 2014). Dentre as pautas específicas, destacam-se as campanhas contra as reformas Constitucionais, as privatizações e ao Projeto que almejava substituir o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), formulado pelos senadores Darcy Ribeiro e Cid Sabóia, a realização de abaixo-assinado contra a lei que instituiu a cobrança de mensalidades nas Universidades Federais. Na época, o Projeto da LDB já fora aprovado na Câmara, porém, houve pedido de vistas no Senado, o que foi visto como tentativa de postergar a votação. Em decorrência disso, no dia 11 de agosto (Dia do Estudante) o ME planejou “Dia Nacional de Paralisação contra as mudanças para área da Educação”, pois o Projeto de Darcy Ribeiro era visto como conservante das medidas provisórias aprovadas pelo governo.

Também será motivo de protesto, o estudo encaminhado pelo Ministro Bresser Pereira ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados, propondo a transformação das universidades em fundações de direito privado ou associações civis, dando-lhes total liberdade para contratar, demitir e gerir seus gastos, sem licitações. Há o temor de que o novo modelo implique em redução do aporte de verbas do Estado para as instituições públicas de ensino. (Ibidem, p. 3)

Assim, em conjunto com o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), a UNE estaria planejando um plebiscito

na Câmara dos Deputados para combater tais medidas, cujo autor no legislativo era o ex-presidente da entidade Lindberg Farias (PCdoB/RJ). No entanto, apesar de reconhecida as lutas da entidade, os agentes da vigilância concluíram que a UNE sofria perda significativa de sua representatividade dentro do ME, funcionando à base de seu histórico prestígio construído ao longo dos anos. A razão apontada para tal situação era em decorrência do processo de ideologização pelo qual passava a UNE, em virtude dos partidos que disputavam o predomínio dentro da entidade, entre eles o PCdoB, que “controlava” a UNE há 15 anos. Como outra consequência, foi apontado que tal processo levava a entidade a se envolver em atividades e pautas que não lhe correspondiam, como a luta contra a quebra do monopólio do petróleo, das telecomunicações e das energias elétricas e a luta contra as privatizações de estatais.

A questão elencada também deve ser vista para além da entidade estudantil, mas também pensada no contexto mais amplo que justificava as perseguições ao movimento dos estudantes, a oposição ao comunismo como um todo. O objetivo, para além de apresentar uma imagem pejorativa da UNE, era de difamar os partidos de esquerda, que também deveriam ser postos sob suspeição. Aliás, não são poucos os relatórios e biografias que tratam sobre os mesmos, alguns deles foram redigidos justamente em momentos em que os líderes das agremiações disputavam o páreo eleitoral para a Presidência da República, como o caso de Luiz Inácio Lula da Silva do PT. De acordo com a força demonstrada pela oposição, poderiam ocorrer os “vazamentos” de supostos escândalos da mesma para a mídia, método que nos anos 1990 já havia se tornado uma tradição política da vigilância.

Por último, merece ser comentado a questão moral que permeava os relatórios elaborados pelos serviços de inteligência e coleta de informações, a qual nos ajuda a entender um pouco mais da visão de mundo dos mesmos. Em um documento sobre o 39º Congresso da UNE, elaborado entre o segundo semestre de 1988 e o primeiro de 1989, os agentes analisaram o movimento de forma extremamente moralizante. O relatório da vigilância criticou “o ambiente característico destes encontros estudantis (que) repetiu-se, mais uma vez, com destaque para o consumo de bebidas

alcoólicas, tóxicos, principalmente maconha, e promiscuidade, com alojamentos mistos e banhos coletivos”. Nesse ponto, o relatório destacou que esse foi um dos motivos que levou o prefeito Antônio Farias, da cidade de São José dos Campos, em São Paulo, a solicitar que o jornal *Vale Paraibano* parasse de realizar a cobertura do CONUNE, a fim de que não prejudicasse a imagem pública do evento e, por conseguinte, da UNE. (Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89069664_D0001DE0002).

A compreensão do anticomunismo deve considerar que este também tinha por base o aspecto moral e religioso, afinal, suas primeiras sustentações se deram a partir da religião, o catolicismo (Patto, 2002b). A condenação do que julgavam por “desvios sexuais” e por “promiscuidades”, identificados como comportamentos intrínsecos dos comunistas, tinha por fim realçar que a esquerda representava a quebra dos valores tradicionais que, se perdidos, levariam a nação ao caos. Ademais, visavam destacar que estes comportamentos estavam em processo de “disseminação” social velada, na medida em que sua reprodução era acobertada por autoridade políticas, no qual escalariam ao ponto de se tornarem incontornável, caso alguma ação mais incisiva contra esse “inimigo” não fosse tomada. Portanto, julgavam estar diante de uma guerra política que tinha conotações de uma “cruzada” moral.

Considerações finais

A análise apresentada nos mostra a continuidade histórica das práticas de vigilância estatal no Brasil, existente desde antes de 1964 e mantida mesmo após a transição democrática que marcou o fim do regime militar. O estudo do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de seus desdobramentos na Nova República revela como o aparato de inteligência adaptou-se às novas conjunturas políticas, sem, contudo, abandonar seu núcleo ideológico anticomunista e suas práticas de interferência e controle sociopolítico.

Os relatórios analisados demonstram que o movimento estudantil, especialmente representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), permaneceu como um dos alvos centrais do monitoramento estatal. A

lógica de suspeição, controle e perseguição persistiu, evidenciando o peso do legado autoritário na Nova República. Como bem lembraram Angelica Müller e Francine Iegelski (2022: 237), na transição conservadora dos dois regimes foram conservados aspectos estruturais das instituições brasileiras do Estado brasileiro que preservaram os direitos de uma elite política e também econômica, incluindo aí os militares.¹¹

Outro ponto crucial é a tensão entre a percepção do movimento estudantil como uma ameaça potencial e, ao mesmo tempo, como um movimento fragilizado, cooptado por partidos políticos e distante de seu protagonismo histórico. Essa ambiguidade reflete as contradições internas dos próprios agentes de vigilância, que, em suas análises, buscavam sustentar a narrativa de “perigo iminente”, mesmo quando os dados coletados apontavam para uma realidade mais complexa e, em certos casos, contraditória. Ao mesmo tempo, também reflete que a perseguição da vigilância se atualizou e se direcionou aos atores políticos que surgiram e ganharam força durante a transição democrática, os partidos políticos declarados de esquerda.

Por fim, o estudo das práticas de vigilância no período democrático reafirma a necessidade de aprofundarmos a reflexão sobre os mecanismos de perpetuação do autoritarismo e sobre as heranças institucionais que moldam o nosso presente. A análise histórica da vigilância é mais um dos temas que nos permitem compreender que, apesar de vigorar o sistema democrático no país, a partir de 1985, o Estado democrático de direito permanece sob jugo do autoritarismo.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Argentina, Brasil e Chile e o desafio da reconstrução das agências nacionais civis de inteligência no contexto de democratização*, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. FGV, 2002.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FERREIRA, Jorge. “O Presidente accidental: José Sarney e a transição democrática.” *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985 – 2016)*, p. 27 – 73, 2016.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)* (9 ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, Carlos. *Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. *Revista Tempo&Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p. 5-74, jan./abr, 2017.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, v. 4, 2003.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Editora Record, 2005.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1989: *história da primeira eleição presidencial pós-ditadura*. Paco e Littera, 2019.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. *A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KINZO, MARIA D’ALVA G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 3-12, 2001.

MACIEL, David. “A aliança democrática e a transição política no Brasil”. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, p. 269 – 301, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra*. Tempo, n. 13, p. 189-207, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 71-100, 2008.

MÜLLER, Angélica. *O acontecimento 1968 brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil*. Revista História, São Paulo, n. 180, 2021.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro, Garamond, 2016.

MÜLLER, Angélica. IEGELSKI, Francine. “O tempo presente da Nova República: ensaio sobre a história do político brasileiro.” In: MÜLLER, Angélica. IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 235-264.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. *A institucionalização das políticas neoliberais na reconfiguração da educação profissional no Brasil: do Decreto Nº 2.208-97 À Lei Nº 11.892-08*. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RODRIGUES, Maria Julia Dias. *Memória em movimento: repertórios de ação e experiências do tempo no movimento estudantil do “fora Collor” às “jornadas de junho”*, 2021. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. “O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello”. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985 – 2016)*, p. 163 – 191, 2016.

SILVA, Leonardo Fetter da. *Sob suspeita e vigilância: o monitoramento dos grupos e ações de defesa dos direitos humanos pelos órgãos de informação da ditadura civil-militar (1969-1984)*. 2023. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2023.

SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro, 1974-1999*. UNESP, 2006.

Notas

1. Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Observatório do Tempo Presente (UFF).
2. Profa. do Instituto de História UFF. Coordenadora do Observatório do tempo presente. Bolsista CNPq e Faperj.
3. Basicamente, foi uma tentativa de revolta promovida por setores do movimento comunista brasileiro em novembro de 1935, organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) e orientação da Internacional Comunista, que buscava instaurar um governo popular e combater a ditadura de Getúlio Vargas. A revolta ocorreu em algumas unidades militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro, mas foi rapidamente reprimida pelo governo. Embora seu potencial militar tenha sido ínfimo, o discurso político produzido posteriormente foi grande, dando sustentação ao anticomunismo enquanto uma ferramenta política que perdurará ao longo da história republicana. Para mais, ver Cf: Motta, Rodrigo Patto Sá. 2002.
4. Cabe mencionar que a DSN surgiu inicialmente na França, em 1954, especificamente no contexto da Guerra da Indochina.
5. (...) os agentes estudavam uma série de técnicas de espionagem, a maioria delas ilegais. Aprendiam como arrombar portas, seguir alvos, “sangrar” linhas telefônicas, instalar microfones ocultos, fotografar com minicâmeras, usar disfarces, atirar com revólver, recrutar informantes, violar correspondências sem despertar suspeitas, fuçar lixo atrás de documentos jogados fora e, sobretudo, mentir. (...) No curso, os agentes eram treinados (ou adestrados, como se costumava dizer) não apenas para as missões secretas do SFICI, mas sobretudo para as missões secretas e clandestinas. Estas eram de fato o que havia de mais pesado, como “sabotagem”, “provocação”, “guerra psicológica”, “penetração” e “destruição” (aula de número quatro). (Figueiredo, 2005:98-99)
6. As demissões foram as primeiras ações de João Goulart, quando tomou posse em 8 de setembro de 1961, conforme pode ser visto pelo Diário Oficial (DO) do dia.

7. O custo para a manutenção desse sistema de vigilância era em torno de 200 a 300 mil dólares por ano, valor justificado pela monta de trabalho do GLC, que “distribuía entre os militares uma circular bimestral mimeografada, sem identificação de fonte, que descrevia e analisava a atividade ‘comunista’ por todo o país e que incitava a opinião militar contra o Executivo e contra a mobilização popular. Com o mesmo zelo que ele preparava os relatórios semanais, a partir de material impresso, o GLC compilava dossiês dos indivíduos e grupos ‘comunistas’, bem como distribuía um mapa que identificava a estrutura e pessoas chave das supostas organizações subversivas. Para ser possível obter um conhecimento acurado e eficiente da situação política, o IPES se valia de uma amplamente distribuída rede de informação dentro das Forças Armadas, da administração pública, das classes empresariais, da elite política, das organizações estudantis, dos movimentos de camponeses, do clero, da mídia e dos grupos culturais. O GLC teria grampeado, só no Rio, cerca de três mil telefones.” (Dreifuss, 1981:188).

8. Além de Golbery do Couto e Silva, responsável pela redação do projeto de lei que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) e seu primeiro chefe, outros egressos do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI) também desempenharam papéis importantes no SNI. Newton Cruz, por exemplo, atuou como chefe da Agência Central entre 1977 e 1983. João Figueiredo, que foi chefe da Agência Central entre 1964 e 1966, posteriormente ocupou o cargo de Ministro-Chefe do SNI, de 1974 a 1978. Da mesma forma, Octávio Aguiar Medeiros, também vindo do SFICI, assumiu o posto de Ministro-Chefe do SNI entre 1978 e 1985. (Figueiredo, 2005: 117)

9. Trata-se do ex-chefe do SNI de Goiás, Wilson Romão.

10. Carlos Fico aponta que durante a atuação do SNI os agentes de “escalões inferiores” postulavam análises “delirantes” e “apaixonadas”, o que não difere do que ocorreu posteriormente, nos anos 1990, como destacado acima. (Fico, p. 97, 2001)

11. Dizem as historiadoras a propósito do processo constituinte neste aspecto: “Além disso, o interesse das forças armadas também dominou. O artigo 142 da Constituição manteve o objetivo central das corporações militares:

“destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1988, Art. 142). Os militares continuaram, igualmente, a manter seu foro exclusivo: a Justiça Militar. O preço pago para garantir a “euforia cidadã” da Constituição foi, por um lado, a manutenção da velha estrutura política e social do país e, por outro lado, a manutenção de mecanismos jurídicos de esquecimento, preconizados pela anistia e que ganhou a atuação dos militares para garantir seus interesses. A Constituição de 1988 privilegiou e reinventou, para fazermos uso de uma fórmula clássica de Raymundo Faoro para explicar outra conjuntura, a “distribuição natural do poder” (Faoro, 2001:671). Os políticos que redigiram a Constituição de 1988 pouco se preocuparam em questionar o legado autoritário da ditadura e, ao contrário, mantiveram cláusulas relacionadas aos sistemas judiciários militares e de segurança pública (Zaverucha, 2010:42-45), uma vez que foi mantida, por exemplo, a Polícia militarizada”. (Müller, Iegelski, 2022:241)



**EXPERIÊNCIAS
LATINO-AMERICANAS**

A série Los 80: más que una moda e a representação da construção neoliberal no Chile

Elisa de Campos Borges¹

Beatriz de Souza Bravo²

A ditadura militar chilena (1973-1990) perdurou por dezessete anos no Chile e trouxe profundas mudanças ao país. Algumas delas, inclusive, persistem até os dias atuais. A intensa repressão praticada contra a população, o autoritarismo e a ausência de democracia fizeram parte de uma estratégia global que possibilitou a implantação do neoliberalismo de caráter refundacional (Valdívia, 2010). Este processo envolveu a criação de uma nova institucionalidade, por meio da aprovação da Constituição de 1980, baseada em valores e práticas que estimularam o individualismo, a desregulamentação dos serviços públicos, o incentivo à concorrência, a introjeção da lógica empresarial nos sujeitos, além de incluir entraves políticos autoritários. (Borel, 2019; Garreton, 2014).

Essas transformações vivenciadas pela sociedade chilena foram abordadas a partir de múltiplos aspectos na primeira série de ficção televisiva que tratou do período da ditadura militar no país. Produzida por meio de parceria do Canal 13³ com a produtora do diretor Andrés Wood, a série *Los 80, más que una moda* retrata os anos de 1982 a 1990, momento conhecido, segundo Manuel Chateau (2016, p.254), como o segundo subperíodo de implementação de reformas estruturais de cunho neoliberal pela ditadura

liderada pelo general Augusto Pinochet. Sua estreia ocorreu em 2008 e sua última temporada em 2014, totalizando sete temporadas e 78 capítulos. Considerada um sucesso da televisão chilena⁴, *Los 80* narra a história da família Herrera, uma típica família de classe média, composta por Juan (pai), Ana (mãe), e os filhos Cláudia (20 anos), Martín (17 anos), Félix (7anos)⁵ e Anita, que nasce no fim da segunda temporada.

A série aborda diversos temas relacionados ao período da ditadura militar por meio do núcleo familiar dos Herrerases, envolvendo dramas, alegrias, conflitos e dilemas, permitindo que o telespectador possa analisá-la sob diversas perspectivas.

Neste artigo, discutiremos um dos elementos que nos parece central para compreender os anos 1980 no Chile e mereceu destaque na série: a aplicação das reformas estruturais do neoliberalismo conjugada com as práticas autoritárias da ditadura. Assim, o objetivo deste artigo é refletir, por meio das histórias dos personagens, sobretudo de Juan e Ana, como a série abordou as transformações econômicas vivenciadas pelos chilenos nos anos 1980. Nos interessa observar, a partir de alguns exemplos, como a obra representou os impactos da aplicação neoliberal na vida cotidiana de seus personagens. A ditadura liderada por Pinochet se propôs a modificar não apenas o chamado Estado de Compromisso⁶, mas impulsionou mudanças estruturais e culturais que incentivaram o individualismo, o moralismo, o machismo, o conservadorismo, o autoritarismo e uma cultura capitalista radicada também na negação da importância da política, dos partidos e dos movimentos sociais. Como aponta Guilherme Boccara (2013), o neoliberalismo “*trató de instalar una hegemonía cultural, de producir un nuevo sentido común, de inscribir el nuevo orden de las cosas neoliberales en las cosas y en los cuerpos*”. Todos esses aspectos vão dialogar com as premissas principais da Constituição de 1980⁷ e também vão permear as políticas econômicas implantadas pela ditadura com o objetivo de introjetar a racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016). A repressão e a ausência de democracia criaram condições para a realização das reformas sem um amplo debate com a sociedade e sem oposição, sem liberdade de imprensa, de organização e de mobilização.

Demonstrar essas mudanças em meio ao dia a dia dos seus personagens era um dos objetivos do produtor da série, Andrés Wood⁸. Conhecido por trabalhos que refletem sobre questões sociais, políticos e culturais, o diretor revelou em diversas entrevistas como achava central discutir a década de 1980 no Chile. Para ele, a ditadura foi responsável pela transformação do país de um território coletivista para um individualista.⁹ Wood faz parte dos *hijos de la dictadura*, a geração que viveu sua infância e adolescência durante a ditadura militar, em meio ao autoritarismo e às políticas neoliberais. Ao criticar tanto o autoritarismo ditatorial quanto o impacto das mudanças econômicas no país, o produtor foge do discurso comum que normaliza certo êxito econômico da doutrina neoliberal, sem considerar o legado das mazelas existentes no país. Para tanto, utiliza a televisão, um meio de comunicação fundamental da cultura chilena dos anos 1980¹⁰, para fazer alusão aos problemas causados pelo plano econômico no cotidiano dos chilenos.

Segundo Boris Quercia, diretor da série até a quinta temporada, a década de 80 representa um período-chave para compreender o Chile atual e, portanto, o seu objetivo era provocar a sociedade chilena a dirigir seu olhar para si mesma e refletir sobre as mudanças engendradas pela ditadura, sobretudo, aquelas que ainda perduram no país. A série, segundo ele, sempre apresentou uma vocação histórica na qual, passado e presente se encontram. Em sua perspectiva, os personagens de Juan e Ana representam o Chile do passado. Estes personagens vivenciaram o golpe e traçaram estratégias de sobrevivência como, por exemplo, coibindo as discussões políticas na família e se reinventando a partir das crises econômicas: “*Juan es Chile de alguna manera, y tiene el carácter, esa sobriedad, esa austeridad del chileno, esa contención. De alguna manera Chile está muy contenido en Juan, de igual manera también en Ana. Hay que verlos a los dos para entender a Chile*”.¹¹ Já Félix que, no início da série era uma criança e no final do último episódio um adolescente representa, segundo o roteirista, o Chile atual que enfrentará em sua futura vida adulta as consequências das mudanças levadas a cabo nesta década. A série *Los 80* é uma reflexão histórica e social ficcional sobre o Chile e estabelece uma relação com o passado, com o presente, e, de certa maneira, com a perspectiva futura do país. É também uma reflexão sobre a

intimidade e os desafios de pessoas que viveram em um contexto de ditadura, de crise social e política, no qual o medo permeava a sociedade.

A historiadora Marian Schlotterbeck (2014) destaca que *a série* apresenta uma visão tradicional das famílias chilenas de classe média: o pai é o provedor do lar, a esposa dona de casa e quatro filhos, dois homens e duas mulheres. O patriarca é um homem trabalhador que luta para superar os problemas econômicos da família, um exemplo de masculinidade que os filhos homens deveriam seguir. Já Ana ensina às filhas valores atrelados a uma feminilidade tradicional, como ser sensível, saber cuidar do lar e da família. Ana não reconhece os afazeres domésticos como um trabalho, mas como uma atividade natural. Essa estrutura de família nuclear era muito comum no período. No entanto, Ana entra em conflito existencial com esses valores ao ter que trabalhar fora de casa durante a crise econômica de 1982, se dedicando menos ao trabalho doméstico, mas acumulando parte deste, já que contrata uma trabalhadora doméstica. Inicialmente atua como revendedora informal e, logo depois, como vendedora em uma loja de varejo. A personagem se dá conta que o trabalho remunerado poderia lhe dar certa impressão de liberdade e autonomia, ao sair do espaço privado e ao ter o reconhecimento de seus supervisores ao cumprir as metas de desempenho da loja. Ao mesmo tempo, se sentia culpada por estar ausente de casa, fato reforçado pelas cobranças de Juan à esposa. A série demonstra as contradições desse modelo patriarcal de não valorização do trabalho feminino reforçado pelo neoliberalismo, seja doméstico ou não, em meio às mudanças socioeconômicas, mas também vai evidenciando como o modelo se perpetuou durante anos no país. (Schlotterbeck, 2014) E, ao mesmo tempo, problematiza a ideia de que é por meio do emprego que satisfazemos as necessidades construídas socialmente.

O núcleo familiar de *Los 80* gerou identificação com diversas famílias chilenas. Tanto os atores, como o público relataram que a identificação com a série era algo presente e reconheciam como era fruto da “chilenidade”¹² da família protagonista. Daniel Muñoz, que interpretou Juan, argumentou em entrevista que os Herrera eram facilmente aceitos pelas famílias telespectadoras, uma vez que viam em Juan e Ana seus pais, e em Claudia,

Martin, Feliz e Anita seus irmãos. Para Tamara Acosta, intérprete de Ana, as cenas vividas pela família Herrera poderiam facilmente ocorrer com qualquer família chilena, fato que pode explicar a grande popularidade da obra televisiva. Já Loreto Aravena, atriz que interpreta Cláudia Herrera, aponta que a série provocou certa nostalgia da cultura dos anos 1980, tanto entre os chilenos que permaneceram no país, como entre aqueles que partiram para o exílio. Neste sentido, destaca-se o trabalho minucioso da direção de arte que reproduziu objetos e costumes daquela década. A atriz destaca que, pela primeira vez, a televisão abordava o tema da ditadura de forma tão clara e aberta e com os distintos lados representados, enfatizando como a ditadura afetou as famílias chilenas.¹³

Dessa forma, a popularidade da série se explica por uma série de fatores, como a identificação – que é construída de forma estratégica – a nostalgia, o panorama histórico, o enredo melodramático e nem sempre previsível. Boris Quercia enfatiza a importância de como a obra audiovisual, exitosamente, conseguiu demonstrar o cotidiano de um grupo familiar no espaço privado, com suas complexidades de relações privadas, conjugado com as questões políticas, sociais e econômicas do espaço público em meio ao autoritarismo:

*“Es una historia de afectos más que una historia política, que se entremezcla con lo político, claro que sí, porque son las circunstancias que les tocó vivir. Pero quizás si esta familia tuviera que vivir en esta época, igual tendrían un montón de dificultades como cualquier familia de clase media (...) nosotros sentimos que el protagonista de esta serie es la familia como un ente.”*¹⁴ Percebe-se, a partir de sua fala, a ênfase não só nas dificuldades advindas do autoritarismo político, como as consequências de um novo modelo econômico excludente.

A pluralidade das idades dos personagens na série cumpre a função de representar diversas realidades no mesmo período. Juan vivencia os efeitos do neoliberalismo em seu emprego quando a companhia em que trabalhava, *Textiles Nacionales*, demite os trabalhadores e logo depois decreta falência em razão da crise econômica de 1982. Começa então a saga de Juan em busca de trabalho; as experiências de Ana demonstram as consequências do neoliberalismo para as mulheres de classe média

com sua entrada no mercado de trabalho, primeiramente informal e logo depois formal; o casal revela as tensões em criar filhos em meio ao autoritarismo e às mudanças significativas no dia a dia; Claudia retrata os estudantes universitários que eram contrários à ditadura e viviam o dilema da resistência pela via pacífica (protestos) ou pela via armada. Ela também vivenciou a privatização do ensino superior e a apreensão de como custear seus estudos; Martin representa a juventude que se conscientiza sobre a violência e a perversidade das mudanças econômicas do regime militar e passa a atuar, inicialmente, como editor de filmes e depois como cinegrafista, registrando as manifestações contra a ditadura; e Félix demonstra como as novidades do período afetaram o desenvolvimento das crianças chilenas que passaram, inclusive, a incorporar em suas brincadeiras dinâmicas concorrenciais e consumistas incentivadas pelo neoliberalismo. Essa pluralidade intencional tem como função também gerar identificação dos espectadores. Isso, inclusive, é reiterado pelos atores da obra que, em uma entrevista em 2019, recordando a série, disseram que são frequentemente abordados por chilenos que revelam que ao assistir *Los 80* relembram como eles mesmos vivenciaram os duros anos da década de 1980.”¹⁵

Essa dinâmica especialmente utilizada por uma obra de ficção com tema histórico possibilita o entrecruzamento de ficção e realidade. Esse foi o mecanismo empregado pela série para narrar a história da família Herrera que é parte da história de famílias chilenas e, ao mesmo tempo, ganhar audiência para manterem o programa no ar. Essa estratégia funcionou em *Los 80* uma vez que foram exibidas sete temporadas com índices de audiência superiores a 20 pontos.¹⁶

- “El tiempo en las bastillas”: *passado, imagens e ficção.*

A série televisiva *Los 80* é uma obra de ficção inserida no contexto político da ditadura militar chilena, a qual utiliza o gênero melodramático para construir uma narrativa vinculada à ideia de verossimilhança, dando a impressão que, de fato, todas as histórias vividas pelos personagens poderiam ter ocorrido com qualquer chileno. Um dos recursos audiovisuais que a série utiliza para reforçar a relação entre o contexto político da

época e o cotidiano popular é o uso sistemático de imagens de arquivo durante os episódios da série. Para Lorena Antezana (2015), as imagens também facilitam a compreensão de momentos complexos do passado, ambientando, recriando e atuando como âncora explicativa de uma época. Ainda segundo a autora, as imagens trazem em si um marco de relatos épicos protagonizados por “*actores reconocibles y reconocidos en televisión, activó los recuerdos individuales en un marco común ofrecido por las imágenes que, al aparecer en un contexto ficcional, exacerbó la emocionalidad de los telespectadores.*” (Antezana, 2015, p.12). Destacaremos dois exemplos que nos parecem simbólicos: a vinheta de abertura por sua importância, uma vez que tem o propósito de atrair o telespectador, envolvendo-o na trama; e o papel tanto a televisão quanto a rádio. Este último usando a locução de programas originais do período.

A vinheta de abertura da série, se divide em dois momentos. Inicialmente, são exibidas imagens de arquivo do contexto histórico mundial e do Chile, conjugadas com cenas corriqueiras do cotidiano dos chilenos, como pessoas andando nas ruas, uma loja com cartaz oferecendo emprego ou fazendo referência à crise econômica de 1982, um show, estudantes indo para as escolas, cenas de violência política e de manifestações contra o regime, dentre outros. É importante frisar que as imagens selecionadas mudam a cada capítulo e dialogam com o contexto de cada episódio. Após esse primeiro momento, quando a música emblemática de Fernando Ubierno¹⁷, *Tiempo en las Bastillas*, que é tema da vinheta de abertura da série, entoa a estrofe “*Guarda el tiempo en las bastillas, Unas cuantas semillas que entrega una canción, Pero hay un lugar donde el olvido floreció*”, são exibidas algumas imagens dos personagens em cenas do seu cotidiano em família, enfatizando a relação entre ficção e realidade e reforçando a ideia de que o telespectador assistirá a história “real” de uma família chilena.

O segundo exemplo está relacionado ao papel da televisão e da rádio na série. Eles transmitem notícias reais da forma como foram exibidos na época, marcando o contexto e dialogando com os acontecimentos da família Herrera. Geralmente, as notícias apresentadas na televisão estão ligadas às ações da ditadura, à repressão política e à crise econômica, mas também

aparecem outros temas mais triviais, como o futebol. Destaque para as imagens de Pinochet utilizadas frequentemente na televisão para reportar algum fato importante do período, demonstrando sua centralidade no regime. É importante destacar que a televisão foi um símbolo do processo de modernização vinculado ao neoliberalismo no Chile, inclusive, com a abertura de créditos especiais para a compra de televisores a cores. A publicidade veiculada também foi fundamental para introjeção de valores neoliberais como, por exemplo, ensinar os chilenos a utilizarem o novo sistema de previdência social (AFP), “*acostumbrándolos a la idea de que en adelante su bienestar dependerá del esfuerzo individual*” (Contardo e González, 2015 p.13). A rádio, geralmente, noticiava catástrofes como o terremoto de 1985 ou episódios relacionados à repressão, como confrontos entre militares e civis. Estes elementos reforçam a verossimilhança da série dando a impressão que a família Herrera e os outros personagens da trama estavam realmente vivendo naquele período. Ressaltamos que o uso de imagens verídicas tem uma dupla função: rememorar aos chilenos fatos que estes vivenciaram durante a ditadura e construir memórias do período. Essa estratégia utilizada pela série e também pelas telenovelas de época não pretendem imprimir uma verdade histórica, mas são um importante instrumento para reafirmar a relação entre passado e presente, assim como para a construção ou consolidação de determinadas memórias ou argumentos sobre um período. Como aponta Elizabeth Jelin (2002), a memória é o sentido que se dá ao passado e o ato de lembrar e silenciar depende da sua relação com o presente. Ao mesmo tempo, a memória é sempre socialmente construída e interpretada por diversos grupos e, portanto, pressupõem-se a existência de múltiplas memórias coletivas na sociedade. (Halbwachs, 1990) A série, ao representar e analisar o período ditatorial, atuou na reafirmação de uma memória coletiva crítica ao regime militar, contrapondo a ideia propagada por pinochetistas de que o regime foi um período em que “*sus salvadores intervinieron y rescataron a Chile de caer en la ruina, poniéndolo en el camino correcto*.” (Stern e Winn, 2014, p.205). Dessa forma, a verossimilhança foi um importante recurso utilizado pelos diretores para reforçar essa crítica ao dar credibilidade a uma obra

ficcional. Ademais, para escrever a série, os produtores de *Los 80* contrataram um grupo de historiadores cuja função era pesquisar e analisar os jornais chilenos publicados durante a década de 1980, assim como os arquivos do Canal 13. Por fim, também foram realizadas entrevistas com cidadãos chilenos que viveram durante os anos retratados na série (Schlotterbeck, 2014, 140). Tais recursos colaboram para que o espectador se sinta diante de acontecimentos reais e não de uma obra fictícia.

Ressaltamos que, durante o processo de restabelecimento da democracia no Chile, setores sociais, grupos de direitos humanos e de familiares desaparecidos pressionaram o governo e a justiça chilena a atuarem na busca pela verdade e pela justiça. Concomitantemente se disputava a memória construída pelo regime ditatorial e um tema pouco abordado aflorava: a política econômica neoliberal e as consequências de sua aplicação para o país. Neste sentido, concordamos com Jelin (2005) em que a *“transición a la democracia crea confusión. Se abre el espacio para el discurso democrático, se abre el espacio para la participación y las elecciones. El discurso democrático se torna hegemónico.”* Mas, ao mesmo tempo, segundo a autora, o poder econômico contradiz o discurso democrático, existindo, portanto, *“un doble discurso: un discurso de la participación política institucional y un no-discurso de la exclusión económica.”* E, no Chile, essa exclusão significou a reafirmação da ideia de êxito neoliberal construído durante o regime ditatorial.

Neste sentido, a série *“Los 80, más que una moda”* inova ao abordar diversos temas relacionados ao período ditatorial no Chile, dando ênfase à relação entre algumas ações de repressão, a aplicação do regime neoliberal e as mudanças socioculturais. Como aponta Monica Kornis (2011, p. 176), a televisão é, em todo o mundo, um “agente de construção de uma identidade nacional, na qual o passado histórico constitui-se como um importante elemento enquanto construtora de uma memória televisiva sobre o regime militar, e com parâmetros e limites definidos a partir dos diferentes tratamentos narrativos e estéticos”. Os canais de televisão, portanto, fazem circular memórias em grande escala, promovem e estimulam debates na sociedade, buscam imprimir determinadas concepções acerca da história e da memória em consonância com a busca do êxito comercial.

Segundo Andrés Wood, recursos audiovisuais como o cinema e programas televisivos têm a capacidade de gerar certo desconforto que pode vir a gerar reflexões sobre passado e presente. Além disso, o autor defende que a conscientização provocada por meio das telas pode provocar transformações na sociedade, por isso para ele é central retratar o período ditatorial.¹⁸ Ao lado dos autores e diretores, Wood constrói uma história a partir de um ponto de vista sobre aquela época, gerando um imaginário sobre a década de 1980. *Los 80* é uma produção cujo propósito que não se limita ao mero entretenimento. A produção instiga e provoca uma inquietação em quem a assiste, seja por estar de acordo, ou discordar da abordagem escolhida.

Por fim, é relevante reiterar que a televisão é onnipresente nos lares chilenos que, em geral, contam com, pelo menos, um televisor - nos anos de exibição de *Los 80*. A pesquisa realizada em 2011 pelo *Consejo Nacional de Televisión* revelou que 91% dos entrevistados citou a televisão aberta como principal meio de informação sobre as atualidades nacionais.¹⁹ No caso da série analisada, os mecanismos de verossimilhança em conexão com a importância da televisão fazem com que a obra seja também uma fonte de informação sobre o passado:

La televisión, entendida esta como una de las grandes creadoras de “efectos de verdad”, al facilitar los procesos de identificación social y de mediación en términos de la memoria que, en conjunto, generan materialidad, es decir relaciones o disposiciones de acción concretas y efectivas. Las representaciones de la televisión genera constituyen un modo de conocimiento generado a partir de dos operaciones aparentemente contradictorias: el destacar y el ocultar, pues cuando se emite algo, se selecciona, y por tanto, se dejan fuera otras imágenes.
(Antezana, 2015, p. 17)

Dessa maneira, *Los 80* gerou um debate público sobre esse período específico, com o objetivo de fazer com que os espectadores fizessem parte daquele passado e se sentissem como se estivessem convivendo com a família Herrera. E, como resultado dessa convivência, desenvolvessem sentimentos como empatia, angústia, raiva ou alegria ao assistir ao cotidiano dos chilenos.

“Este ya no es mi país”: As reformas neoliberais no Chile e sua representação na série

O primeiro episódio de *Los 80 Un Penal A Colores*, mostra a euforia consumista da classe média chilena, estimulada pelo regime, em meio ao chamado “milagre econômico”, em um contexto de quase uma década do regime autoritário. Como aponta Moulian, (1995, p.105) esta política vinculada ao consumo apresenta-se como um mecanismo de dominação ao mesmo tempo em que estabelece uma conexão com o prazer, o que requer uma análise a partir de uma “*doble dimensión de negatividad y positividad*”, e não somente sob o aspecto da alienação. No entanto, a desaceleração da euforia consumista é representada no final de tal episódio, quando, uma reportagem exibida na televisão, noticia o início daquela que seria uma das piores crises econômicas do Chile e que impactou diretamente as classes médias e baixa, e, portanto, a família protagonista da série. Ao longo das temporadas, os personagens vão viver as crises econômicas e os desafios trazidos pela adoção de uma doutrina neoliberal. No entanto, ao se aproximar dos anos 1990, a narrativa retrata a adaptação dos chilenos ao novo e flexível mercado de trabalho e às novas condições de vida mediadas por políticas de um Estado subsidiário.

A adoção do neoliberalismo no Chile seguiu caminhos complexos. Houve recuo na aplicação de medidas econômicas mais ortodoxas e disputas internas entre os setores desenvolvimentistas que participavam do Comitê Assessor da Junta Militar. (Chateau, 2010, p. 190). O objetivo inicial do regime era restabelecer a ordem social e econômica, despolitizar a sociedade chilena, reconstruir moral, institucional e materialmente o país. (*Declaración de Principios de la Junta Militar*, março de 1974). Entre os anos de 1973 e 1975, algumas medidas econômicas liberais foram implementadas com o objetivo de estabilizar a economia, controlar a inflação e devolver aos antigos empresários algumas empresas que tinham sido estatizadas durante o governo do socialista Salvador Allende (1970 – 1973).

Entre os anos de 1975 e 1982, a política econômica do país foi marcada pela atuação dos técnicos neoliberais, conhecidos como *Chicagos Boys*²⁰ que propunham mudanças radicais na economia chilena e o isolamento

de militares e civis que ainda defendiam políticas desenvolvimentistas. (Chateau, 2010). É neste período, que a equipe econômica começa a aplicar políticas de choque e também iniciam a fase de implantação ideológica do modelo neoliberal²¹ a partir de um conjunto de reformas estruturais e de políticas macroeconômicas que culminariam em uma grave crise cambial e bancária. (Stallings, 2001, p. 23-60). Segundo Chateau (2010, p.201), Milton Friedman escreveu uma carta a Pinochet em 1975 que continha orientações econômicas ao regime, justamente no momento de maior repressão do Departamento de Informação Nacional (DINA)²². A partir de então, apostou-se na consolidação de uma economia de livre mercado, plena abertura, privatizações e redução drástica do uso de recursos públicos.

Em 1977 a economia do país ensaiou uma recuperação econômica que não conseguiu se sustentar, gerando uma gravíssima crise em 1982. A partir deste momento até 1984, o regime tratou de reverter algumas de suas políticas para sanar a crise econômica. No entanto, conforme aponta Chateau (2010, p.284) a crise não se traduziu em uma *“vuelta atrás respecto de las reformas estructurales aplicadas por el régimen, pero sí implicó un cambio de rumbo respecto de la ortodoxia económica y su relación con el contexto político y social del país.”* O regime teve que repensar suas decisões a partir da correlação de forças existente, uma vez que além do desgaste com a crise, a oposição havia começado a se reorganizar conjunto com protestos sociais.

Diante de debates internos no regime, os anos de 1985 a 1989 foram marcados pelo chamado ajuste estrutural que adotou políticas como a liberalização comercial e financeira, abertura das contas de capitais e privatização das empresas que ainda estavam sobre o controle do estado. (Chateau, 2010; Hunnes, 2005;) Também foram incluídas as chamadas reformas sociais: reforma das leis trabalhistas que diminuiu direitos e limitou o papel dos sindicatos; reforma do sistema de pensões com a introdução do sistema de capitalização e aportes obrigatórios; reforma do sistema de saúde que passou a mesclar, de forma desigual, capital público e privado com pagamento de cotas pelos usuários nos dois sistemas; reforma educacional marcada pelo controle e dissolução de organizações sociais ligadas à educação, pelo processo de desestatização e, posteriormente, reorganização

do setor, seguindo a lógica e a racionalidade do mercado. (Chateau, 2010; Hunnes 2005). Tais políticas geraram um alto custo para os setores sociais mais vulneráveis economicamente. O desemprego, por exemplo, atingiu, em 1984, 24% da população ativa, em 1985, 21% e 1986, 16%, segundo dados do Banco Central do Chile e da CIEPLAN. (Chateau, 2010, p.306).

As novas medidas econômicas também incluíam a adoção de políticas de crédito para setores médios e populares e o estímulo ao consumo. Como afirma Tomás Moulian (1997), tal política gerou uma nova categoria de cidadão que ele definiu como “cidadão Credicard” que tem no consumo o reconhecimento do seu prazer, da satisfação, do desejo, mas também se realiza com o seu esforço em conseguir ter acesso ao crédito. A cidadania passa a se vincular não mais aos direitos sociais, como ocorria até os anos de 1973, mas passa a ser medida pela dimensão do consumo e pela capacidade do indivíduo em ter acesso aos sistemas de créditos e pagar os seus compromissos creditícios. Na medida em que o assalariado deixa de pagar a sua fatura e, posteriormente, a sua dívida, ele deixa de ser cidadão. Nas palavras de Moulian *“la ciudadanía crediticia assume que el poder al que debe aspirar es sólo el ejercicio de los derechos del consumidor”* (Moulian, p. 55). Essa é uma mudança substancial da relação entre o Estado e a sociedade, em especial do conceito de cidadania que esteve vinculado, principalmente entre 1925 (segunda Constituição Chilena) e os anos de 1973, a direitos civis, políticos e sociais. Durante governo da Unidade Popular houve uma radicalização do conceito que foi estendido a diversas esferas de efetiva participação social. Já no Chile neoliberal a cidadania era representada pelo cidadão mercantilizado, com poucos direitos e submetido à violência política.

Concordamos com a reflexão de Carlos Huneeus (2005) que aponta que o pensamento neoliberal influenciou todas as ações do Estado e, não só a economia. A política foi submetida às regras de mercado, o cidadão foi reduzido à condição de consumidor guiado pelas aparências, as instituições públicas foram consideradas entidades econômicas, nas quais só contava a eficiência e a rentabilidade. O autor ainda identifica um Estado dual em que se inter-relacionaram a racionalidade neoliberal, as reformas econômicas e a coerção. A racionalidade econômica privilegiou a eficiência, o lucro

empresarial e a liberdade econômica sem qualquer preocupação com os custos sociais. A racionalidade política cancelou as liberdades básicas, converteu os direitos humanos em bens subordinados aos interesses políticos de setores que participavam da sua transgressão e justificou o emprego sistemático da violência. (Huneus, 2005, p.46).

As reformas neoliberais no Chile significaram a materialização da união entre militares, intelectuais neoliberais, empresários nacionais e transnacionais e produziu uma sociedade onde a desigualdade social é entendida como um fenômeno natural e individual. A chamada “revolução neoliberal” construiu uma sociedade de indiferença política, de redução da importância da atuação coletiva e dos partidos políticos, incentivando indivíduos competitivos que se sentem recompensados pelo prazer de consumir. No entanto, esses reflexos foram percebidos, sobretudo, durante a transição democrática, em que o chamado “progressismo limitado” (GARRETÓN, 2012) não rompeu com o modelo econômico neoliberal implementado durante a ditadura e muito menos com a herança institucional autoritária do regime, gerando muita frustração e desilusão na sociedade chilena. (ALVAREZ, 2019).

Em uma cena emblemática da série *Los 80*, capítulo 9 da sexta temporada, Félix vai até a casa da namorada Sybilla, que está prestes a se mudar com a família para outro país, pois seu pai tinha conseguido uma entrevista de emprego em uma fábrica têxtil. Este agradece a oportunidade em um discurso extremamente simbólico: “quando eu era jovem, ia quase todos os dias almoçar na Unctad²³, ao lado do Cerro Santa Lucía, era um edifício enorme, moderno e a comida era boa e barata. Ia gente de todos os lugares, operários, estudantes, empregados públicos. Além de comer, conversávamos de política, de arte, tocávamos violão... Sabe o que existe aí agora?” Neste momento, a televisão que estava ligada mostra uma imagem de Pinochet fazendo um discurso em um auditório grande que intuímos ser o antigo edifício da Unctad que foi utilizado pela ditadura como sede central da Junta de Governo até 1981. A cena continua com um olhar de tristeza e melancolia do pai de Sybilla, ao mesmo tempo em que esta balança a cabeça ao ver a figura de Pinochet. Segundos após esta cena, o pai retoma a conversa

afirmando “perdoe-me Félix, mas não posso seguir vivendo aqui. Este não é o meu país.”²⁴ Pouco tempo depois a família parte para o exterior. Para o pai de Sybilla a questão não estava somente na dificuldade econômica que o país atravessava, mas nas mudanças globais engendradas pelo regime, nas mudanças culturais sentidas pelo personagem e na própria existência da ditadura, representada pela figura de Pinochet.

As políticas neoliberais também influenciaram significativamente as vidas dos personagens de Ana e Juan. A crise econômica de 1982 causou a falência da indústria onde Juan trabalhava, causando a sua demissão e a de outros tantos trabalhadores. A desarticulação sindical em conjunto com a repressão aos trabalhadores também é demonstrada junto ao desamparo do trabalhador que não contava mais com o apoio estatal. Em meio às dificuldades financeiras, representadas nas angustiantes cenas onde o casal debate sobre os gastos familiares, Ana decide trabalhar como revendedora de produtos para auxiliar no sustento da família. Isso não era incomum na época: as mudanças socioeconômicas causaram a entrada de milhões de chilenas no mercado de trabalho, sobretudo informal, e em posições precárias e com uma remuneração inferior à dos homens. (Baldez, 2002). As imagens de arquivo exibidas mostram o aumento de vendedores informais nas ruas de Santiago, ao longo das temporadas. Esse contexto afetou a relação do casal protagonista, uma vez que o patriarca se demonstrou insatisfeito com sua esposa trabalhando fora de casa, ao mesmo tempo que, para Ana, era uma maneira de buscar autonomia financeira e assumir parte dos gastos da casa. Essa situação representa uma “crise da reprodução social”, conceito cunhado por Nancy Fraser (2019): por causa das responsabilidades individuais geradas pelo modelo neoliberal, a remuneração masculina será insuficiente para o sustento de todo o grupo familiar, implementando a “família de dois salários”. Como a mulher vai trabalhar fora de casa, ela tem menos tempo para exercer a reprodução social, gerando uma crise que coloca em questão a reprodução social, mas também se constitui em uma intensa exploração da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Pouco a pouco Ana incorpora novos costumes a sua realidade, se preocupando mais com a forma em que se apresenta em seu trabalho e

buscando prosperar, o que, posteriormente, lhe rende uma promoção interna. Ana passa a ocupar um posto mais alto cuja parte de sua função é convencer a cliente a adquirir um cartão de crédito da loja para os clientes comprarem com juros um pouco mais baixos. Ana também passa a consumir mais e isso acaba se refletindo em seus hábitos cotidianos como, por exemplo, na forma como se veste, mas também adquirindo (por meio de crédito) um telefone para se comunicar com os filhos e eletrodomésticos para facilitar o seu dia a dia, etc. Sua gradativa autonomia financeira, no entanto, é limitada, uma vez que a remuneração feminina é um complemento à renda do “homem” da casa. Mesmo com o desemprego de Juan, em nenhum momento, a série ressaltava a importância do salário de Ana para o sustento da casa.

Ao mesmo tempo, os chilenos que estavam no mercado de trabalho foram atingidos por uma nova realidade neoliberal: salários inferiores, em um contexto econômico no qual o mercado passava a determinar o valor da força de trabalho e a ausência de uma previdência social pública. Juan, mesmo conseguindo um novo emprego, em meio à crise econômica, expressou um sentimento de dupla frustração por julgar que a sua função anterior, de chefe de produção em uma indústria, era mais qualificada que a de um vendedor e por não ter um salário digno, tendo que recorrer a pedidos de antecipações ao seu empregador ou mesmo a empréstimos bancários. No entanto, com o tempo ele vai se adaptando à nova realidade e passa a sonhar em ter o seu próprio negócio, recuperando, pelo menos no campo da idealização, parte de sua autoestima. É interessante que a série não termina com a redenção de Juan. Este passa todos os episódios tentando se firmar economicamente, primeiro em busca de emprego, trabalhando em uma loja ou como taxista e depois tentando abrir um negócio. Sua recorrente ida aos bancos em busca de empréstimo para abrir o seu negócio não são exitosas, mas, na sétima temporada, consegue abrir uma pequena videolocadora de bairro, fruto de uma herança que recebe de um antigo patrão. Ou seja, Juan contou com a sorte e não com políticas públicas, seja para incentivar a abertura de pequenos negócios, ou criar empregos formais. Na videolocadora, a série reforça que esse tipo de “empreendedorismo” é uma categoria de trabalho informal (Tavares, 2018), que não tem nenhuma

garantia social, mas que dialoga com o discurso da autonomia, coloca o sujeito empreendedor como patrão que com um pouco de sorte, talvez tenha uma oportunidade de ascensão social limitada. E, como pequeno proprietário, resolve passar 25% da sua parte no empreendimento ao seu fiel amigo Ezequiel, um personagem que também perdeu o emprego na indústria têxtil e, passou a trabalhar como taxista. Nesta cena, Ezequiel se emociona já que, pela primeira vez, tinha algum bem material em seu nome. Tanto Juan como Ezequiel não ficam ricos com a videolocadora, pelo contrário, continuam lutando para sustentar suas famílias.

O machismo e a divisão sexual do trabalho ganham destaque uma vez que as políticas neoliberais causam um aumento das mulheres no mercado de trabalho de forma precarizada e desigual. Similarmente, houve um crescimento de mulheres de classes baixas trabalhando como empregadas domésticas. (Todaro e Gálvez, 1987). A resistência de homens como Juan que rejeitam o fato de suas esposas não dedicarem todo o seu tempo ao lar também é representada. No episódio cinco da primeira temporada, diversas situações corroboram com esta questão: o diálogo do casal em relação à permanência de Ana no mercado de trabalho, quando ele chega em casa antes da esposa que ainda está no trabalho, ou quando ela sugere pagar algumas contas da casa. O ápice da representação do patriarcado como dominação de gênero está no momento em que o casal tem uma grande discussão e o marido culpa a esposa pelos erros dos filhos uma vez que ela está demasiadamente ausente de casa. Juan se impõe de maneira autoritária: “quando acabar a sua mercadoria, você vai voltar para casa, já que tudo o que está dando errado com nossos filhos é causado pela sua ausência aqui dentro”; Ana, rebate: “a culpa não é minha, é dos dois!”; Juan responde: “sim, a culpa é minha por não mandar na minha esposa, a partir desse momento você vai fazer tudo o que eu mandar e ponto”. Essa relação explicita as contradições de uma sociedade neoliberal: enquanto a ditadura militar promovia as mulheres como forças centrais para o sucesso do país como mães e esposas na esfera privada, a realidade vai obrigá-las a desempenhar uma dupla jornada de funções conjugada com o fortalecimento do patriarcado e da divisão sexual do trabalho. (Valdés, 1987).

Além das crises causadas pela atuação de Ana no espaço público, o casal protagonista vivenciou preocupações que não tinham antes do golpe, uma vez que o estado neoliberal diminuiu os gastos em setores importantes para as classes baixas e médias, como saúde e educação. Ao trabalhar fora de casa, Ana decide abrir uma conta no banco para se organizar e pagar os estudos dos filhos mais novos, já que a educação superior tinha sido privatizada durante a ditadura. No entanto, para conseguir dar seguimento a este planejamento, segundo o código civil da época, Ana precisava da autorização de seu marido, o que causou novos conflitos entre o casal.²⁵ A demonstração do esforço do casal para conseguirem prosperar, mesmo se endividando com algo que deveria ser responsabilidade do Estado foi uma forma que a série encontrou para criticar às mudanças promovidas pela ditadura no campo dos direitos sociais e da ação do estado na proteção dos cidadãos.

Outro personagem que mereceu destaque na narrativa das reformas econômicas na série é Félix, uma criança que cresce em meio às mudanças dos anos 1980. Ele é influenciado não apenas pela educação que recebe dos pais, mas pelos programas televisivos que assiste, pelas amizades e relacionamentos amorosos, e pela escola – um colégio católico apenas para meninos, onde os professores são padres. Desde a primeira temporada o menor é afetado pela cultura consumista, seja demandando o tênis da moda (no segundo episódio da primeira temporada), seja assistindo a desenhos animados e pedindo os cereais dos personagens. Na terceira temporada, ele e seu melhor amigo Bruno decidem abrir um “próprio negócio” com produtos da despensa de casa, para venderem e terem recursos para comprar brinquedos e balas. No entanto, tal “negócio” fica em frente à loja do sr. Genaro, principal comerciante do bairro e um admirador de Pinochet. Isso faz com que Genaro fique insatisfeito e questione as crianças que respondem: “não estamos fazendo nada de errado, é o livre-mercado de Friedman!”. A cena, de teor cômico, demonstra de maneira clara que, ou as crianças sabiam das transformações pelas quais o país passava e estavam introjetando tais valores ou, foi a forma que os autores encontraram para chamar a atenção dos telespectadores que as mudanças econômicas impostas pela ditadura foram influenciadas por Friedman. De qualquer forma, ao saber o nome

exato do economista, aparentemente a série dá a entender que ele estava presente na vida dos chilenos, provavelmente através de telejornais.

Como parte do seu desenvolvimento para a vida adulta, Felix vai entendendo o contexto a partir de sua vivência, seja com seus pais, irmãos – que são politizados e envolvidos na luta contra a ditadura - mas também amigos e envolvimento amorosos. Com sua família, participa de ações da campanha do NO durante o plebiscito de 1988. Na vida adulta, Felix aparece trabalhando em um escritório, tem um carro de classe média alta, o que dá a entender que é um homem com relativo sucesso na carreira, e, portanto, simboliza certa prosperidade neoliberal. Em alguns diálogos com sua ex-namorada, Sybilla, na última temporada, capítulo seis, em 2014, a jovem constata: “É impressionante como aqui tudo se transformou em pagar, pagar contas, inclusive saúde e educação. Não sei como se vive. Não vejo nada público. Ontem escutei uma entrevista de uma liderança estudantil e estava cético, se sentindo enganado.” Felix defende que as mudanças estão ocorrendo lentamente e que faz parte de uma estratégia política diante do passado traumático do país. Sua trajetória se assemelha ao discurso de Andrés Wood, alguém que foi criado durante a ditadura militar e que vai tomando consciência dos limites e de como o neoliberalismo afeta a sociedade e a ele mesmo, mas ao mesmo tempo vai se moldando a esta sociedade. Também nos parece uma espécie de comparação e crítica ao grupo político da *Concertación* que governou o Chile de 1990 a 2010. Esta coalizão política formou-se em 1988, resultado de um pacto entre a centro esquerda que se organizou em torno do fim da ditadura a partir de uma estratégia comum: participar do plebiscito de 1988 que decidiria pela continuidade do regime ou por eleições. Segundo Alvarez (2019), essa estratégia consistiu em reconhecer e aceitar o itinerário imposto pela ditadura e se configurou como uma transição pactada à democracia que reconheceu a institucionalidade criada pela ditadura, aceitou suas regras e implementou acordos e negociações com o campo opositor e com os seus apoiadores. No campo econômico manteve-se a continuidade das medidas tomadas a partir do desenvolvimento de uma elite tecnocrática.

O ano desse diálogo entre Félix e Sybilla, 2014, também foi emblemático para o Chile. Após a transição à democracia, e apesar de importantes reformas constitucionais em 2005 durante o governo de Ricardo Lagos (2000-2006), somente em 2014, o governo liderado por Bachellet (2006 – 2010; 2014-2018) apresentou projetos de lei visando alterar pontos centrais das reformas econômicas promovidas durante a ditadura ainda vigentes, e questionando alguns dos pactos realizados na transição à democracia.²⁶

A série *Los 80* reportou as principais manifestações contra a ditadura, não só os protestos de 1982 a 1985, mas também fatos importantes que ocorreram no país, como as importantes manifestações que culminaram na greve dos estudantes da Universidade do Chile no ano de 1987 contra o reitor José Luis Federici, impondo uma derrota ao regime. Neste episódio em especial, Martin, que nesta fase da série trabalha para Teleanálisis²⁷, consegue filmar o soldado que assassinou uma das manifestantes tendo, assim, uma prova contra o regime. A série não demonstra a passividade da sociedade chilena, mas também não tem como tema central a repressão. As lutas contra o regime e a violência da ditadura foram retratadas em quase todos os episódios, inclusive, as divergências entre a resistência pacífica e armada ao regime. No entanto, este não foi o eixo que mobilizou a família Herrera. Já as manifestações contra a política econômica do governo não foram enfatizadas na série. Era como se a população não tivesse outra escolha que não a de se adaptar à nova realidade.

Considerações finais

A série *Los 80* apresentou as diversas vivências da família Herrera e suas trajetórias paralelamente às mudanças impostas pela ditadura nos âmbitos cultural, social, econômico e político. Os personagens são múltiplos e suas histórias podem ser observadas sob distintas perspectivas. A longa duração da série impôs desafios a sua análise, uma vez que abordou temas diversos, e excluindo ou se referindo a tantos outros tangencialmente.

O êxito da série deveu-se à sua qualidade técnica e artística e à forma como se referiu a temas importantes para a sociedade chilena que a colocou em diálogo com o passado e o presente, sobretudo, se considerarmos que

a maioria das políticas adotadas pela ditadura foram mantidas depois do processo de redemocratização do país. Podemos citar as limitações a direitos civis, a vidência de resquícios do autoritarismo, o emprego de reformas neoliberais e seu impacto nas políticas sociais e na vida das pessoas de classe média e baixa. Mesmo depois de todas as mobilizações sociais e de algumas reformas, os pontos centrais da aplicação neoliberal continuam vigentes no país.

Uma série televisiva é um produto cultural permeado de intencionalidades, de tensões e negociações. Com *Los 80*, obviamente, não foi diferente. Os temas tratados, e aqueles que não foram abordados, se entrecruzaram com os objetivos do diretor ao criar um enredo que provocou e convocou cada telespectador a se reconhecer naquele período, ou, no caso das novas gerações, experimentar o passado por meio da representação.

A existência de questões não resolvidas abriu discussões na sociedade acerca do grau de comprometimento político que a série deveria ter com o passado autoritário, mas, sobretudo, com o presente e o futuro. *Los 80* fez um chamado a sociedade a se repensar e fazer uma autocrítica. Também relembrou a trajetória da construção de um sistema econômico centrado na livre concorrência, no consumo e no endividamento da população, e uma limitada presença do estado. No entanto, assim como a tônica da transição chilena pode ser resumida pela expressão “na medida do possível”²⁸, a série *Los 80* buscou a reconciliação, sem se posicionar claramente sobre diversos temas, transformando a ambiguidade em parte da sua narrativa. A última temporada, inserida no final dos anos 80 e início dos 90 com algumas cenas em 2014, demonstrou a consolidação de uma família que sobreviveu às crises econômicas e conseguiu melhorar de vida. Quase não se fala de política, como anunciado no primeiro episódio quando Juan Herrera, após uma discussão entre Cláudia e Martín afirma “*En esta casa no hay comunistas ni pinochetistas; hay personas.*” A série também quase não fez referência a questão dos direitos humanos. Cláudia e Martín, os personagens claramente críticos e atuantes contra o regime, apareceram pouco nesta última temporada. As referências a Cláudia se centraram na reconstrução de sua vida pessoal após ter vivenciado um trauma, resultado do terrorismo de estado; e o seu irmão que, trabalhando em Teleanalysis, aparece cobrindo as

manifestações contra o regime. A maior parte do último capítulo apresentou um Chile que, segundo o roteirista Rodrigo Cuevas, tratou de enterrar ou ocultar suas convicções políticas para sobreviver. Bem ou mal, os Herreras seguiram em frente e se consolidaram como uma família classe média, superando seus principais desafios. Muitas famílias não tiveram o mesmo desfecho. Distintas filmografias e séries trataram de representar aquelas que não conseguiram se reconstruir, sobretudo porque ainda procuram familiares desaparecidos e reivindicam a verdade, a justiça e a reparação.²⁹ Estas obras audiovisuais, portanto, traçaram uma trajetória absolutamente distinta e evidenciaram a perversidade e a dura repressão da ditadura.

Os anos 1980 foram anos de mudanças de paradigmas no país que só puderam ser criadas e aplicadas a partir da ruptura com a democracia. Contudo, a forma como a série abordou problemas econômicos e sociais talvez tenha ajudado a sociedade a recuperar um pouco da trajetória da construção neoliberal no Chile, principalmente para as gerações atuais que vivem os resultados da construção do estado subsidiário e da constituição autoritária de 1980.

Assim, *Los 80*, mesmo com todas as suas limitações, ainda é atual e gera reflexões e debates na e sobre a sociedade chilena.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes:

i) Audiovisuais

Los 80: más que una moda. Temporadas I a V. Dir. Boris Quercia.

Los 80: más que una moda. Temporada VI e VII. Dir. Rodrigo Bazaes.

Jornal online Bio Bio

ii) Documentais

Declaración de Principios de la Junta Militar. Março de 1974.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Rolando. El largo caminho de la izquierda chilena: de la marginalidade política a alternativa de poder? (1988-2018). In: PINTO, Julio (editor). *Las largas sombras de la ditadura: a 30 años del plebiscito*. Santiago: Lom, 2019.

ANTEZANA, L. *Las imágenes de la discordia. La dictadura chilena en series televisivas de ficción*. Buenos Aires: Clacso, 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BALDEZ, Lisa. "Why Women Protest." *Why Women Protest*, Cambridge University Press, 2002.

BOREL, Marcelo. Ascensão e queda do sistema binominal Chileno Ascenso y caída del sistema binominal chileno. In: Polis, n. 54, 2019, Publicado el 06 noviembre 2019.

CONTARDO, Óscar e GONZÁLEZ, Macarena García. *La era ochentera. Téve, pop y under en la ditadura*. Santiago: Planeta, 2015.

CORVALÁN MARQUÉZ, Luis. Del anticapitalismo al neoliberalismo en Chile. Santiago: Sudamericana, 2001.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GARRETÓN, Manuel. *El proceso político chileno*. Santiago: Flacso Chile, 1983, pg. 24.

GARRETÓN, Manuel. *Neoliberalismo corregido y prgresismo limitado. Los gobiernos de la Concertación em Chile, 1990-2010*. Editorial ARCIS-Clacso, 2012.

GARRETON, Manuel Antonio; GARRETON, Roberto. La democracia incompleta en Chile: La realidad tras los rankings internacionales. In: Revista Ciência política. Santiago, v. 30, n. 1, p. 115-148, 2010. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So718-090X2010000100007

BOCCARA, Guillaume. Manuel Gárate Chateau, La revolución capitalista de Chile (1973-2003), Editorial Universidad Alberto Hurtado, Santiago de Chile, 2012. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/64887>;

HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council, 2002. (Coleção memórias de la represión).

JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: *Cultura, política y sociedad. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100912061724/11Jelin.pdf>

LLANOS REYES, Claudio. La dictadura militar en Chile frente al desempleo: algunos aspectos de la mirada política 1973-1978. In: *Estudios Ibero-Americanos*, vol. 44, núm. 2, pp. 311-325, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134657550010/html/#B50>

SCHLOTTERBECK, Marian. (2014). Actos televisados: el Chile de la dictadura visto por el Chile del bicentenario. *A Contracorriente. Una revista de historia social y literatura de América latina*, 12 (1), 136-157.

STALLINGS, Bárbara. Las reformas estructurales y el desempeño económico. In: FRENCH-DAVIS, Ricardo e STALLINGS, Bárbara (Editores). *Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973*. Santiago: LOM, 2001.

TAVARES, Maria Augusta. *O empreendedorismo à luz da tradição marxista. Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 16(41), 107-121.

TODARO, Rosalba, Gálvez, Thelma Gálvez. *Trabajo Domestico Remunerado. Conceptos, hechos, datos*. Santiago: CEM, 1987.

VALDÉS, Teresa. *Las mujeres y la dictadura militar en Chile*. Chile: Flacso, 1987.

VALDIVIA, Veronica. “Pinochetismo e Guerra Social no Chile (1973 - 1989)”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Dictaduras Militares - Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

STERN, Steve J. e WINN, Peter. El tortuoso caminho chileno a la memorialización. In: WINN, Peter. STERN, Steve, J., LORENZ, Federico y MARCHESI, Aldo. *No hay mañana sin ayer. Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Santiago: LOM, 2014.

UNDA, Pablo Felipe Andrés; CRISOSTOMO, Paz Andrea. Análisis narrativo y creación de series dramáticas: la primera temporada de la serie Los 80. *Comun. medios*, Santiago, v. 29, n. 41, p. 95-105, jun. 2020.

Notas

1. Professora de História da América Latina Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Esta pesquisa teve o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do edital “Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1) – 2023.
2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.
3. O Canal 13 da Pontifícia Universidade Católica do Chile foi a segunda emissora televisiva do Chile. Sua origem remonta a uma estação universitária, veiculada por estudantes da Universidade Católica do Chile em agosto de 1959. A emissora foi impulsionada ao exibir a Copa do Mundo de 1962, popularizando-se e tornando-se uma das líderes de audiência até os dias atuais. O Canal 13 tem em seu histórico ter apoiado o golpe de 1973 e a ditadura militar: nos primeiros 10 dias do regime, foi a única emissora televisiva no ar, uma vez que as outras estavam bloqueadas pelo governo autoritário. Nesse mesmo contexto, tinha como slogan “*Por la patria, Dios y la Universidad*”, mostrando como era alinhada aos ideais ditatoriais, conservadores e católicos. Na redemocratização, produziu alguns programas críticos ao regime militar, como a série abordada neste trabalho. No entanto, a emissora nunca se retratou pelo apoio dado à ditadura militar chilena.
4. UNDA, Pablo Felipe Andrés; CRISOSTOMO, Paz Andrea. Análisis narrativo y creación de series dramáticas: la primera temporada de la serie Los 80. *Comun. medios*, Santiago, v. 29, n. 41, p. 95-105, jun. 2020. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So719-15292020000100095&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 27 oct. 2024.
5. As idades fazem referência à primeira temporada, já que a série perdurou até o ano de 2014.
6. Segundo o sociólogo Manuel Garretón o Estado de Compromisso é orientado por uma racionalidade global de desenvolvimento do capitalismo dependente, no qual, nenhuma classe tem hegemonia sobre as outras, obrigando a adotar uma estratégia de “*transacciones, por un lado y, por otro, a incorporar permanentemente nuevos grupos a la vida político-social como un modo de asegurar la estabilidad del esquema políticd’institucional*.”

Necesariamente, esto tiene como correlato la inestabilidad del proceso de crecimiento económico.” Cf: GARRETÓN, Manuel. El proceso político chileno. Santiago: Flacso Chile, 1983, pg. 24.

7. A Constituição de 1980 começou a ser elaborada em 1976 por uma comissão em que participavam apoiadores da ditadura liderada por Augusto Pinochet. Sua aprovação ocorreu por meio de um plebiscito restrito, sem qualquer debate amplo na sociedade e sem que todos os chilenos pudessem votar. A nova constituição dialoga com a ideia de uma democracia protegida por restringir a pluralidade política e concentrar poderes no presidente da república. No campo econômico e social, consolidou o neoliberalismo a partir da construção de um estado subsidiário que se torna regulador e fiscalizador da economia reconhecendo a preferência do mercado e a garantia da propriedade. Com isso, o estado se afasta de responsabilidades que, até então, no Chile, estavam sob sua responsabilidade, como investimentos em educação, saúde e previdência social, por exemplo. O texto constitucional também declara inconstitucional as organizações que não defendessem os valores da família, estabelecidas pela ditadura, ou que se baseassem na luta de classes. Ainda apresentava um sistema presidencialista concentrando poderes no presidente da república, um Conselho de Segurança Nacional no qual a maioria dos seus participantes eram militares, tutelando a ordem constitucional às Forças Armadas; um Tribunal Constitucional com ampla competência; um sistema eleitoral binomial, favorecendo a existência de duas grandes coalizões políticas; um Senado composto em parte por senadores nomeados e vitalícios, inclusive com membros das forças armadas. Os governos locais seriam nomeados e criou-se restrições à possibilidade de reforma da constituição. Esta nunca foi substituída por outro texto mesmo, mas passou por reformas importantes durante os governos dos socialistas Ricardo Lagos (2000 – 2006) e Michele Bachellet (2006-2010 e 2014 a 2018). Cf: MARQUEZ, 2001.

8. Andres Wood é diretor e produtor de cinema. Sua filmografia engloba produções de sucesso como por exemplo, Machuca (2004), La buena vida (2008), Violeta se fue a los cielos (2011), Araña (2019), dentre outros. Para televisão também se destacou com a série Ecos del Desierto (2013), além de Los 80.

9. Entrevista a Andrés Wood, director chileno. In: *A Sala Llena*. Disponível em: <https://www.asalallena.com.ar/entrevistas/directores/entrevista-a-andres-wood-director-chileno-de-qvioleta-se-fue-a-los-cielosq/>. Publicado em: 3 nov. 2011. Acesso: 01 out. 2024.
10. É importante ressaltar que uma das principais propagandas do regime para incentivar o consumo nos anos 1980 era a possibilidade de comprar um aparelho de televisão por meio do crédito bancário para assistirem a copa do mundo. Juan, patriarca da família Herrera, fez um esforço no seu orçamento para comprar a televisão em várias prestações.
11. Entrevista de Rodrigo Cuevas. Guionista de “Los 80”: Veremos a otros miembros de la familia Herrera en el presente.” In: <https://www.biobiochile.cl/noticias/2014/10/28/guionista-de-los-80-veremos-a-otros-miembros-de-la-familia-herrera-en-el-presente.shtml>. Acesso em: 19.out.2024.
12. Chilenidade é a forma de caracterizar as expressões culturais que se perpetuam na sociedade chilena, passados de geração em geração e que formam uma identidade nacional. A partir de entrevistas com autores, produtores e atores da série, percebe-se como a família Herrera reproduzia a identidade nacional chilena de maneira intencional.
13. Canal 13. Capítulo 88: *Recordamos “Los 80” en Sigamos de Largo | Sigamos de Largo* 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DK82z7DolYc>. Acesso em 11 out. 2024.
14. Boris Quercia y serie Los 80: “*Es una historia de afectos más que una historia política*”. In: ADN Radio. Disponível em: <https://www.adnradio.cl/tiempo-libre/2011/10/17/boris-quercia-y-serie-los-80-es-una-historia-de-afectos-mas-que-una-historia-politica-1563215.html>. Publicado em 17 out. 2011. Acesso 25 set. 2024.
15. Canal 13. Capítulo 88: *Recordamos “Los 80” en Sigamos de Largo | Sigamos de Largo* 2019. (1h07m46s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DK82z7DolYc>. Acesso em 14 out. 2024.
16. Cf: [https://es.wikipedia.org/wiki/Los_80_\(serie_de_televisi%C3%B3n_de_Chile\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Los_80_(serie_de_televisi%C3%B3n_de_Chile))
17. A música escolhida para a abertura da série chama-se *Tiempo en las Bastillas*, de Fernando Ubierno, e vencedora do XIX Festival Internacional

de la Canción de Viña del Mar em 1978. Em entrevista ao jornal *La tercera*, Fernando Ubiergo explica que o sentido de tempo nas bastilhas é chamar a atenção para algo que não se contou ou algo que não se disse, e, o papel da série é justamente revelar a emotividade, a dor, o heroísmo de pessoas anônimas, representados pela família Herrera e os outros personagens que os cercam. Em cada temporada um grupo musical contemporâneo interpretou a canção.

La Tercera. Fernando Ubiergo analiza *El tiempo en las bastillas* en “Los 80”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hdIjAgY4Voc>. Acesso em 1.nov.2024.

18. Entrevista a Andrés Wood, director chileno. In: *La Sala Llena*. Disponível em: <https://www.asalallena.com.ar/entrevistas/directores/entrevista-a-andres-wood-director-chileno-de-qvioleta-se-fue-a-los-cielosq/>. Publicado em: 3 nov. 2011. Acesso: 01 out. 2024.

19. As outras porcentagens são: 25% pelos jornais escritos; 21% pela rádio, 20% pela internet, 22% pela televisão paga e 6% por outros meios. (ANATEL. Primer Informe Anual Televisión Chilena. Disponível em: <https://www.dii.uchile.cl/wp-content/uploads/2014/11/primer-informe-anual-television-chilena-ANATEL.pdf>. Acesso: 11.out. 2024.

20. O *Chicagos Boys* foi um grupo de aproximadamente 25 jovens economistas chilenos que, por meio de um convênio entre a Universidade Católica do Chile e a Universidade de Chicago, que fizeram pós-graduação nos Estados Unidos, reduto neoliberal mundial, sob a tutela de Milton Friedman.

21. Aqui destacamos o início do processo de construção do texto da Constituição de 1980 dando início ao projeto da democracia protegida e do estado subsidiário. A constituição concentrou poderes no presidente como forma de proteção do estado contra uma hipotética reorganização do movimento popular, um parlamento de composição mista por meio da fórmula do sistema binominal, tutela das Forças Armadas sobre a ordem constitucional, autonomia de funcionamento das Forças Armadas, mandatos de senadores vitalícios, dentre outras características. Esta constituição, embora tenha sido reformada em alguns aspectos, continua em vigor.

22. A DINA foi criada oficialmente em meados de 1974. Suas operações começaram, entretanto, em 1973, e seus agentes foram treinados por oficiais de inteligência estadunidenses na Escola das Américas e tinha ampla liberdade para investigar e deter para averiguações quaisquer pessoas envolvidas com movimentos contrários ao regime, principalmente aqueles ligados aos partidos da esquerda marxista. A DINA teve suas atividades substituídas pela Central Nacional de Informações (CNI) em 1977.

23. No dia 3 de abril de 1972 foi inaugurada a sede da III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento para o Terceiro Mundo (Unctad). O prédio começou a ser construído em 1971. O governo da Unidade Popular recrutou diversos voluntários que conseguiram terminar a construção em 275 dias e tornou-se um símbolo da solidariedade operária e de apoio popular ao governo do socialista Salvador Allende. Atualmente o prédio tem o nome de Centro Cultural Gabriela Mistral.

24. Los, 80 más que una moda. Temporada 6, capítulo 9. Minuto. 30”.

25. Foi somente em 2004 que o código civil chileno passou por uma profunda discussão que alterou, em parte, o sistema matrimonial. Cf: SALDÍAS, Alicia Castillo. *Evolución de la mujer en el Código Civil chileno*. In: *Universidad de las Américas*. Disponível em: <https://derecho.udla.cl/evolucion-de-la-mujer-en-el-codigo-civil-chileno/> Acesso em: 23.nov.2024.

26. No campo político, uma das reformas mais importantes foi o fim do sistema eleitoral binominal criado para impedir que as esquerdas avançassem por meio de eleições. Além disso, embora Bachellet tenha criado uma comissão para propor mudanças no sistema de aposentadorias do país e ainda criou uma administradora dos fundos de pensão estatal, os pilares da reforma da previdência engendrados pela ditadura não foram modificados em sua essência. Em relação à educação, em 2014 ocorreram massivas manifestações estudantis o que levou o governo a se comprometer, por meio de medidas governamentais, com a transição, retorno da educação universitária gratuita e o fim dos subsídios do estado à educação privada.

27. Teleanálisis foi criada em 1982 pela equipe da revista *Análisis* para utilizar o formato audiovisual como meio de difusão dos registros das ações de oposição à ditadura diante da censura aos meios de comunicação.

Segundo informações presentes no *site* Memória Chilena, foram publicados 202 trabalhos de informação contendo 46 edições mensais. O início de cada capítulo mostrava a frase “*Prohibida su difusión pública en Chile*”, uma vez que era ilegal produzir vídeos no país. Em 1988, *Teleanálisis* ganhou uma unidade móvel para gravar nas ruas. E, neste momento, Martín, personagem da série, passa a trabalhar como câmera nas ruas de Santiago. Cf: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96764.html>

28. Nos referimos ao discurso de posse do primeiro presidente eleito após a ditadura, Patricio Aylwin (PDC), realizado no dia 12 de março de 1990.

29. Citamos algumas séries como *Los Archivos del Cardenal* (2010), *Ecos del Desierto* (2013); O filme *La nostalgia de la luz*, de Patricio Guzman, dentre outros.

Os debates sobre o processo de transição política no Chile na revista de exílio Chile-América

Adriane Vidal Costa¹

Raphael Coelho Neto²

O golpe de Estado no Chile em 1973 instaurou um governo autoritário sob a tutela das Forças Armadas, caracterizado pela repressão sistemática, pelo personalismo do general Pinochet e pela transformação radical do Estado que vigorou até o início de 1990 com a eleição do presidente democrata-cristão, Patricio Aylwin. Parte decisiva da transição política no país ocorreu com o plebiscito de 1988³, convocado pelo governo militar que, com uma forte oposição política vinda dos partidos políticos de centro-esquerda e de boa parte da sociedade civil, foi derrotado. Dava-se início à transição controlada e pactuada pela “velha classe política democrática” e o “bloco autoritário” (CAVALLO, 1998) e à sombra de uma Constituição vigente desde 1980⁴, que já previa em seu texto dispositivos transitórios.

Ainda que o plebiscito tenha significado o início da transição política para a democracia, Manuel Garretón (1995, 2011), por exemplo, defende que o resultado levou a uma democracia incompleta e problemática por várias razões, entre elas a aprovação das leis de anistia, a permanência de uma Constituição autoritária referendada pela ditadura e os pactos políticos não transparentes. Os especialistas que analisam o processo de transição política no Chile consideram, no geral, quatro aspectos fundamentais para

sua compreensão: as origens e as características do regime autoritário, a crise ou a liberalização do regime (ruptura, pacto e abertura democrática); a estratégia seguida pelos atores políticos e as características do novo regime democrático.⁵ Neste trabalho, analisaremos o momento anterior ao plebiscito de 1988, mais precisamente como a revista *Chile-América*, em suas páginas, privilegiou um importante debate sobre os caminhos de uma possível abertura política e redemocratização para o Chile ainda no início dos anos de 1980, período marcado pela aprovação da Constituição, pela crise política e econômica do regime ditatorial e pelo fortalecimento dos movimentos de oposição. Nesse sentido, compreendemos a transição política no país como um processo longo e vigoroso e, como mostraremos, *Chile-América* foi fundamental para promover discussões acaloradas que objetivavam organizar os rumos para pensar a transição política quando ela se fizesse, por fim, oportuna.

Chile-América, nesse cenário, defendia uma renovação política que contemplasse alianças entre diferentes partidos e distintos atores sociais no campo da oposição como pressuposto essencial para a derrota da ditadura e o avanço da abertura no Chile. Em particular, preconizou em suas páginas os fundamentos da renovação socialista, tendo sido um dos mais importantes laboratórios de ideias que advogava, ao mesmo tempo, por profundas mudanças práticas e teóricas no enfrentamento à ditadura.

1. A criação de Chile-América e a posição da revista na conjuntura política de princípios dos anos 1980

Chile-América foi uma revista de exílio publicada em Roma, na Itália, entre setembro de 1974 e outubro de 1983, período em que vigorava a ditadura militar chilena (1973-1990). Foi criada, editada e dirigida por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, que também eram membros do *Comité Editor*.⁶ Todos estiveram exilados e participaram de partidos que lutaram pelo retorno da democracia no Chile, como a Izquierda Cristiana (IC), o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) e a Democracia Cristiana (DC). O projeto de criação da revista foi justamente o de aproximar setores da Unidade Popular (UP) e da ala

mais crítica e progressista da DC, com o objetivo de projetar uma unidade programática de oposição e resistência à ditadura de Augusto Pinochet que, gradativamente, esboçasse os meios para uma transição à democracia.

Em seus 89 números, a revista contribuiu significativamente com informações acerca dos acontecimentos no Chile, enfatizando a circulação das denúncias que se produziram contra os crimes cometidos pelo aparato repressivo da ditadura.⁷ Em redes transnacionais, *Chile-América* atuou junto a organizações de direitos humanos e contribuiu com a formação de lideranças políticas diversas no exílio e no Chile. Ressaltamos, como sugerem seus fundadores e integrantes do *Comité Editor*, que *Chile-América* foi “una tribuna abierta para los miembros de la DC chilena e internacional como para miembros de partidos de izquierda que manifestaron su oposición a los militares”.⁸

Tendo em vista as vinculações políticas dos fundadores, a partir de setores da DC de base mais progressista que condenou imediatamente o golpe militar, bem como membros da UP representados pelo MAPU e IC, predominaram em *Chile-América* as posições partidárias de oposição à ditadura que não passavam pela luta armada/insurrecional, divergindo das teses estruturadas pelo PC chileno. Somada às posições partidárias, o *editorialismo programático* da revista⁹, alinhavado em seus editoriais, direcionava para a defesa da construção de uma unidade política entre setores democrata-cristãos e socialistas, de maneira a compreender e canalizar as insatisfações populares contra o autoritarismo e os insucessos econômicos neoliberais da ditadura. Especialmente nos números publicados entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, se fizeram ecoar posições editoriais e políticas favoráveis a um movimento de coalização partidária e popular pela redemocratização, sob a influência de setores vinculados à renovação socialista.

Acreditamos que esse movimento político, fundamental para os debates sobre a transição que ganhariam corpo e cada vez mais peso na segunda metade da década de 1980, fundamentou redes de sociabilidade e circulação de ideias da virada dos anos 1970 para os 1980, em uma arena de discussões/proposições políticas composta por intelectuais chilenos do

exílio ou desde o Chile. A revista *Chile-América* foi um instrumento central para as formulações políticas, ainda que iniciais, a respeito da transição democrática, transformando-se em um ator político atuante pela causa da renovação socialista, esteio para um processo de redemocratização.

Do ponto de vista econômico e social, os anos 1980 foram marcados pelo *Plan Laboral* de 1979 e pelo novo *Código del Trabajo*, sob a influência do economista José Piñera, oriundo da Escola de Chicago, o que consagrou um modelo trabalhista assimétrico, reforçando o poder do empresariado e do capital sobre o trabalho. Outras transformações de corte neoliberal impuseram limites à atividade sindical e entre 1978 e 1981, a ditadura realizou reformas estruturais que alteraram as bases da sociedade chilena, tais como: a liberalização da propriedade e do mercado de terras; a privatização do sistema de pensão (1980), criando as Administradores dos Fundos de Pensão (AFPs), instituições financeiras privadas atuantes no sistema de capitalização individual das aposentadorias; a nova *Ley Minera* (1981), abrindo o país às concessões transnacionais; e lei geral das Universidades e processo de municipalização do ensino básico e médio que provocaram, ao final da década de 1980, um processo de mercantilização da educação chilena. Tudo isso respaldado pela Constituição de 1980 e, posteriormente, a partir de 1984, aprofundado por novos decretos e privatizações sob o comando do ministro Hernán Büchi, após um breve interregno intervencionista dada a crise econômica em 1982 (Gaudichaud, 2015).

Segundo Ricardo Ffrench-Davis (2002), entre 1982 e 1983, a economia chilena se viu afetada por uma crise recessiva de grande magnitude, o maior desequilíbrio macroeconômico da América Latina naquele momento, com queda no PIB de cerca de 14%. Os setores produtivos, incluindo a indústria (já bastante enfraquecida desde 1975 com as políticas de *shock* neoliberais que priorizaram a abertura do mercado e o setor interno de exportação), a construção civil e a agricultura sofreram quebras massivas.

Essa conjuntura econômica fez reacender as insatisfações e mobilizações populares no Chile, que sofria também forte pressão dos organismos internacionais de direitos humanos por respostas à repressão política, incluindo prisões arbitrárias, mortes e desaparecimentos. Mesmo que as

atividades políticas não tenham deixado de existir através dos partidos, dos estudantes, da cultura, da Igreja Católica, das organizações de direitos humanos e nas *poblaciones*, podemos dizer, na linha defendida por Fabiana de Souza Fredrigo (1998), que foram as *Protestas Nacionales* o movimento que impulsionou sua retomada mais ampla no Chile durante a ditadura. Ciclo de manifestações contrárias a Pinochet, iniciadas em Santiago no dia 11 de maio de 1983, a partir da convocação da Confederação dos Trabalhadores do Cobre (CTC), as *Protestas* mobilizaram distintos setores da sociedade, insatisfeitos com a ausência de diálogo, com a lógica da repressão e com a desestruturação social e econômica provocada pelo modelo neoliberal do Estado autoritário. Contaram com a participação dos sindicatos, dos partidos, dos estudantes universitários, dos *pobladores*, de parte da classe média e do empresariado.

Diante desse cenário e vislumbrando a possibilidade para o crescimento da oposição à ditadura, a revista se somava à *Comisión Chilena de Derechos Humanos* na defesa de um amplo acordo nacional, de modo a possibilitar uma transição à democracia, refutando o itinerário de *Chacarillas* planejado pela ditadura em 1977, no qual se solidificaram seus fundamentos autoritários. *Chile-América* também se colocava ao lado das iniciativas de parte da Igreja Católica por uma abertura de canais de diálogo amplos entre as forças sociais e políticas, incluindo a direita considerada republicana. Por fim, interessava à revista a reflexão sobre as responsabilidades das Forças Armadas nos destinos do país e o papel que a elas cumpririam em seguida, se continuariam sustentando uma ditadura em crise, desgastada ou se participariam da transição à democracia assumindo sua função profissional específica (Editorial. *Chile-América*, 1982, p. 9-10).

Para *Chile-América*, o melhor caminho a ser seguido para uma justa transição seria um pacto amplo da sociedade pela democracia, levando consigo os renovados valores socialistas e refutando a violência como expressão política: “existe acaso otro camino para resolver la crisis de Chile?” (Editorial, *Chile-América*, n. 84-85, 1983, p. 6). Isso não significava deixar o PC à margem de uma futura legalidade, tendo em vista sua opção radical e a ruptura com o bloco da esquerda em renovação. “Cierto es que la opción

por la violencia hecha por el PC hace dos años no facilita la concertación”. Contudo, considerava-se legítimo que seus dirigentes concebessem o direito de rebelião civil, e, caso o partido caminhasse por essa senda, sem a propaganda armada, mais favoravelmente poder-se-ia chegar a um acordo amplo, desde a direita republicana até a esquerda democrática e popular (Editorial. *Chile-América*, n. 86-87, 1983, p. 7).

A abordagem central, e ainda pouco desenvolvida, para tal acordo amplo da oposição à ditadura passava por elaborar o itinerário da transição para a democracia. Nesse âmbito, um primeiro aspecto consistiria no meio para se gerar a nova institucionalidade democrática. O caminho mais correto para isso, segundo *Chile-América*, seria o da Assembleia Constituinte com plenas atribuições e competências bem definidas, com a urgência de se elaborar o texto constitucional definitivo que suplantaria a Carta autoritária e neoliberal da ditadura pinochetista. Um segundo problema apontava para os marcos jurídicos sobre os quais a composição política deveria atuar. Restabelecendo as liberdades democráticas, haveria de se constituir autoridade capaz de impulsionar o diálogo entre os setores políticos e as forças sociais, possibilitando eficiência administrativa e idoneidade para levar a processos judiciais as responsabilidades pelos crimes cometidos pela ditadura, aspecto considerado fundamental para efetiva justiça de transição. O último elemento das etapas de uma democratização seria definir o papel que caberia às Forças Armadas, de maneira a conceber um sistema político definitivo de tipo civil.

A revista defendeu que “sin restar el concurso de nadie a la reconstrucción democrática, dada la configuración social y política del país, el eje más viable del proceso pareciera ser de centroizquierda” (Editorial. *Chile-América*, n. 86-87, 1983, p. 7). Portanto, não haveria transição sem se construir alternativa política bem definida, asseverava a revista. Através de suas páginas, expressaram-se discursos e elementos simbólicos da oposição à ditadura que resultavam da dinâmica entre tradição e renovação política, em muito marcada pela ascensão da linguagem dos direitos humanos e por um repensar profundo da democracia sob uma nova ética e pacto social, após anos de autoritarismo e violência política. Voltamos a frisar que, desse

modo, *Chile-América* foi resultado e reprodução da prática intelectual e política que imprimiu discursos carregados de elementos de uma cultura humanista, socialista e democrática.

Quando em *Chile-América* defendia-se a necessidade da renovação dos setores democráticos, advogava-se pela redescoberta da política a partir das mudanças reais. Assim, concluía-se que o conjunto das ideias que constituíam o núcleo ideológico dos partidos chilenos, em suas diversas orientações tradicionais – cristã, laica, marxista, leninista, liberal –, não seriam mais suficientes, naquele momento de reconstrução do político, para os novos problemas que se colocavam à sociedade do Chile. Repensar a política significava, portanto, tomar consciência da crise que vivia o país, partindo das situações concretas, e não dos dogmas para tempos e realidades distantes. Estava em discussão e forte questionamento a concepção de partido em seu sentido leninista (vanguarda para a revolução), ou seja, “como sede de la ciencia y del saber y que en nombre de la verdad guía a las masas” (Editorial. *Chile-América*, 76-77, 1982, p. 6).

A partir dessa perspectiva analisamos, a seguir, o debate de intelectuais e políticos sobre o processo de (re)democratização nas páginas da revista, que, em sua grande maioria, eram vinculados à renovação socialista. Demostramos a importância de *Chile-América* no debate preliminar pela abertura política no país e como ela foi um importante vetor cultural e político do exílio a contribuir com a renovação do campo progressista, que teria, no entendimento de seus colaboradores, a responsabilidade de liderar a transição democrática por meio de uma *Concertación de Partidos por la Democracia*.

2. O debate sobre a renovação socialista e a transição política: formulações prévias

“Direitos Humanos e convergência democrática” foi o título de um importante artigo de Julio Silva Solar em *Chile-América* (n. 46-47, setembro e outubro de 1978), que expressava palavras de ordem e o interesse central do debate intelectual e político que abasteceria a linguagem política pela renovação socialista, aproximando as lideranças integrantes desse campo

da oposição com os democrata-cristãos. Segundo Silva Solar, ao iniciar o texto, “esta reflexión sobre los derechos humanos parte de la experiencia que vive el pueblo de Chile”. Havia outros problemas com os quais os chilenos se ocupavam antes do golpe de 1973. Portanto, com uma conclusão um tanto óbvia, mas necessária para aquele momento, ele afirmou que: “la dictadura militar que encabeza Pinochet, la que al hacer tabla rasa de los derechos humanos, plantea el problema con singular fuerza. El pueblo descubre en el hambre y el terror represivo que su lucha contra la dictadura es la lucha por sus derechos humanos”. E, como sentença lapidar das transformações gradativas já vivenciadas pela oposição à ditadura militar, afirmava: “esto crea una realidad nueva y abre, tal vez, para nosotros un camino político no previsto”, tendo em vista que “un amplio frente social y político, que lucha hoy contra la dictadura, puede encontrar en los derechos humanos una base común para construir y desarrollar una democracia sólida, fundada en el consenso de una enorme mayoría (Silva SOLAR, *Chile-América*, n. 46-47, 1978, p. 113).

Silva Solar, de maneira a efetivar as transformações que se faziam necessárias para a democratização, defendia certo sentido pragmático das alianças e consensos, em detrimento da ideologização dogmática que pouco contribuía para que se ampliassem os acordos políticos, os pontos de convergência, e que, portanto, se trabalhasse diante da realidade presente e dos avanços possíveis, considerando ainda uma composição social diversa. Lançando mão de ideias-força típicas da interpretação da esquerda socialista renovada, Silva Solar (1978, p. 115) insistia na necessidade de revisão teórica e prática do político, de forma a “hacer de la democracia el principio supremo y no un valor instrumental para lograr otra cosa, [...] reconocer al pueblo su derecho a decidir por si mismo”. Ou seja, reconhecia-se a soberania popular em seu sentido mais amplo, e não estrito a uma classe social, demandando a construção de um Estado institucional e “un pluralismo que admit[ía] las posiciones disidentes y el cambio de gobierno entre distintas tendencias”. Portanto, tal qual se concebia, constituir-se-ia um processo de “una democracia renovadora, [...] en desarrollo”, sem uma definição necessariamente prévia baseada em um modelo teórico rígido.

Era evidente, nessas proposições, o rompimento que o diretor de *Chile-América*, sobretudo através da revista, como vetor intelectual de um pensamento político em transformação, estabelecia com a esquerda marxista-leninista. Obviamente que ele não se encontrava sozinho, mas em conexão com as diretrizes do seu partido, a IC, e de políticos e intelectuais mapucistas que, desde uma formação mais remota, nutriam-se, junto do marxismo, de uma significativa base social-cristã. Pertencente à rede intelectual e política pela renovação do socialismo chileno, José Antonio Viera-Gallo, outro pilar da revista, foi igualmente precursor do debate que desde o exílio foi estimulado por *Chile-América*. Seu artigo, *Renovar la izquierda* (edição de n. 50-51, janeiro-fevereiro de 1979), transmitiu linguagem e ideário portadores de mensagem similar à de Julio Silva Solar, indo por uma senda na qual este último apenas tangenciou, a de que a esquerda chilena passasse por um processo de renovação programática, estrutural e, inclusive, em seus quadros dirigentes, compreendendo a democratização como um movimento amplo de transformação política, em que os partidos seriam um componente importante, mas não exatamente as lideranças desse processo.

Era mais uma posição que indicava que os novos rumos da esquerda não se efetivariam tendo como guia teórico e cultural o modelo ortodoxo marxista e as alianças estratégicas, e não apenas táticas, restritas ao bloco da esquerda, mas que se ampliariam para a DC e os setores da sociedade que abasteciam a oposição com narrativas humanitárias e de denúncia em relação à violência política, sendo o maior exemplo a Igreja católica chilena e os organismos de direitos humanos do país, além da resistência sistemática exercida por trabalhadores e estudantes. Conectado, de maneira próxima, às modificações profundas que ocorriam em parte da esquerda europeia (a italiana especialmente), Viera-Gallo (1979, n. 50-51, p. 61) levantava uma série de questões:

Cómo plantear un avance hacia el socialismo a partir de la lucha por democratización de la sociedad, el Estado, la economía y la cultura que, a la vez, aprenda de las experiencias realizadas en otras latitudes por las distintas fuerzas que aspiran a superar el capitalismo y asuma cabalmente la especificidad nacional y continental en que ella se

da? Cómo hacer compatibles práctica y teóricamente democracia y socialismo, pluralismo político e ideológico con el necesario consenso para resolver los graves problemas nacionales, participación con eficiencia, acumulación con satisfacción de las necesidades básicas de la población, reafirmación de la soberanía con integración regional, defensa con desarme etc.?”

A conclusão a que chegava e defendia como meta para as esquerdas chilenas, desde o título do artigo, foi representativa do movimento pela transformação do campo político-partidário popular: “Resulta, pues, evidente la necesidad de renovar la izquierda chilena. Renovarla en su pensamiento, es decir, en la elaboración de las categorías conceptuales que le permitan analizar la realidad y orientar su acción”. Dever-se-ia ampliar “un debate serio entre las diversas fuerzas políticas”, de forma a “renovar la tradición cultural de la izquierda: el marxismo, el socialismo no marxista, las corrientes más avanzadas del cristianismo, el racionalismo radical” (Viera-Gallo (1979, p. 61).¹⁰

As questões colocadas por Viera-Gallo e Silva Solar foram típicas de uma esquerda chilena interessada na renovação completa de seus fundamentos teóricos e práticos, diferentemente da esquerda de alinhamento mais afinado com a tradição marxista-leninista e que, mantida essa tradição, não advogava por um processo tão substancial de mudanças programáticas, embora, obviamente, também ela se esforçasse por uma leitura atualizada da realidade política chilena.

À parte a edição de número 54-55 de *Chile-América* (junho-julho de 1979) dedicar um dossiê, organizado por Fernando Murillo Viaña, de quase 60 páginas, acerca da crise do socialismo chileno, no qual se abordava a ruptura no PS entre o setor de Clodomiro Almeyda e o de Carlos Altamirano e dando especial ênfase às versões teóricas e políticas dos renovadores Jorge Arrate, Aniceto Rodríguez, Raúl Ampuero, além do próprio Altamirano, o volume de maior destaque da revista, o que efetivamente explicava sobre as disputas no interior da esquerda e o movimento da renovação socialista, bem como a rede política e intelectual constituída em torno dela, foi o de número 60-61 (janeiro-fevereiro de 1980). Nele, buscou-se divulgar, compreender

e aprofundar as discussões, em seção especial da revista denominada *La cuestión socialista*, sobre o encontro de Ariccia, localidade nas proximidades da capital Roma (DOSSIER, *Chile-América*, n. 54-55, 1979).

Participe desse importante evento do exílio chileno como espectadora, analista e interventora nos debates em questão, *Chile-América* explicou o encontro na cidade italiana, realizado entre 10 e 13 de janeiro de 1980 (sequência de um encontro prévio dos socialistas, ambos sob a coordenação de Raúl Ampuero, em março de 1979, na mesma localidade¹¹), por meio do seu secretário de redação, Fernando Murillo Viaña. Tratou-se, em verdade, de um seminário realizado como etapa das discussões em curso, ao menos desde a ruptura do PS, que visavam compreender os caminhos da “area socialista chilena”, como assim definiu Raúl Ampuero, como afirmamos, um dos organizadores do evento.

O seminário de Ariccia foi denominado *El Socialismo chileno: historia y perspectivas*, organizado pela *Liga Internacional por los Derechos y la Liberación de los Pueblos*, da qual fazia parte Ampuero, e por iniciativa também da fundação Lelio Basso, instituição que levava o nome de um importante socialista italiano, morto em dezembro de 1978, e que havia exercido um intenso trabalho com os chilenos exilados em seu país, tornando-se próximo colaborador dos membros diretores de *Chile-América*.¹² Foi de Lelio Basso a ideia originalmente concebida, em 1978, de articular uma rede de intelectuais e políticos chilenos que se voltasse para reflexões sobre as perspectivas e transformações no socialismo chileno, o que resultou, mesmo após sua morte, na organização dos seminários em Ariccia.

Buscava-se, portanto, desde Ariccia, “dar consistencia ideológica y organizativa a una ‘area socialista’ [...] en la perspectiva de unidad de todas las fuerzas populares”. E, tendo como questão central as divergências (e sensibilidades aguçadas) de duas tendências amplas que apontavam, por um lado, para a renovação, e, por outro, manifestava-se pela leitura e identidade do marxismo revolucionário, Raúl Ampuero justificava que “jamás se ha propuesto la disgregación del amplio movimiento que sostuvo la experiencia de gobierno de Salvador Allende”. Objetivava-se, ao contrário, com a iniciativa do seminário, propiciar “un debate más transparente y explícito

de un pluralismo que constituye una adquisición histórica de la experiencia chilena” (Ampuero *apud* Viaña, *Chile-América*, n. 60-61, 1980, p. 65). O pluralismo, aqui exposto, remontado ao legado da experiência da UP e do allendismo, constituía-se, antes, bandeira levantada pelo pensamento político da renovação socialista, contraponto às experiências autoritárias da zona de influência do socialismo real da URSS.

Não por acaso, o seminário aconteceu na Itália, centro de reformulação teórico-programática do comunismo/socialismo europeu, questionador do alinhamento inflexível com o leninismo soviético, inserindo na discussão, que ganhava contornos transnacionais, a democracia, a institucionalidade e o pluralismo das organizações políticas como elementos centrais e constitutivos dos projetos socialistas.¹³ Nesse sentido, o seminário de Ariccia estabelecia dois pontos essenciais a conduzir os debates e o alinhamento do movimento popular chileno em meio à ditadura: “uno es el del socialismo entendido como la más alta forma de democracia; el otro, el carácter de la participación de los cristianos en el movimiento revolucionario” (Ampuero *apud* Viaña, *Chile-América*, n. 60-61, 1980, p. 66).

Apesar das visões políticas distintas manifestadas no transcorrer do evento, a *Acta de Ariccia*, de 13 de janeiro de 1980, não deixou dúvidas sobre as mudanças almejadas para a esquerda chilena na luta contra a ditadura pinochetista, tornando-se um dos primeiros e mais importantes documentos que advogavam pela renovação socialista, um marco desse movimento político e intelectual pela democratização do Chile. No documento, pode-se ler:

Valorando los avances de la oposición democrática y el movimiento de masas en Chile durante el último tiempo, en la lucha decidida contra el régimen dictatorial, pero constatando a la vez las dificultades y carencias que todavía la afectan, especialmente a nivel de la dirección política de la izquierda y sus instancias unitarias; los participantes en el encuentro debatieron respecto del aporte que la vertiente socialista puede y debe hacer para contribuir a su superación. Se coincidió en que en la vertiente socialista se está incubando un proyecto renovado y un camino de lucha que puede transformarse en la respuesta acertada

del movimiento popular para el combate contra el fascismo y por la plena democratización del país. La concepción profundamente democrática en todos los ámbitos del socialismo que se aspira construir, su carácter nacional y capacidad para representar respuesta de fondo a los problemas de Chile; [...] la valoración del rol decisivo y autónomo que debe jugar el movimiento de masas y sus organizaciones en el proceso revolucionario; la voluntad de forjar el más amplio bloque social y político de fuerzas en torno a un compromiso de luchar por la democracia y la plena realización y vigencia de la soberanía popular en la decisión de los destinos de Chile; [...] son algunos de los principios estratégicos que la vertiente socialista debe concretar en acción política y que tienen validez fundamental en la lucha contra Pinochet [...] (Acta de Arica. *Chile-América*, n. 60-61, 1980, p. 66-67).

Ainda no documento, argumentava-se pela necessidade de se avançar em direção a uma unidade real e não apenas formal das forças democráticas, “la necesidad de una renovación profunda del movimiento popular y de la izquierda chilena”, assim sendo, “la necesidad de impulsar decididamente un proceso de convergencia socialista que articule esta emergente vanguardia social y política que se gesta desde los partidos y desde afuera de ellos”. Buscando superar as diferenças do socialismo chileno, objetivo não plenamente resolvido naquele momento, propunha-se, com a convergência socialista então defendida, “favorecer el entendimiento en el seno de esta corriente y abrir perspectivas de unidad superior”, resistindo à ditadura e contribuindo para a dinâmica da democratização (Acta de Arica. *Chile-América*, n. 60-61, 1980, p. 66-67).

A partir dos seminários de Ariccia, como realçado pela bibliografia referente à renovação do socialismo, impulsionou-se o movimento que se convencionou nomear de *Convergencia Socialista* (CS), resultado dos frequentes contatos e das ideias em construção/circulação, terminando por congregar, formalmente, desde 1979, os setores intelectuais e partidários que aspiravam as transformações necessárias no seio da esquerda socialista chilena. Não se tratava de criar um partido ou uma coalizão de partidos estruturado aos moldes da UP, por exemplo. Antes, seria um

amplo movimento constituído por redes de discussões voltadas para a reconstrução e atualização coletiva, teórica e prática, do socialismo chileno, compreendendo o conjunto das organizações populares, não apenas as partidárias (Barahona, 1981).

No aspecto das formações partidárias, que terminaram por expressar e conduzir a *Convergencia Socialista*, uniram-se, sob o signo da renovação, o PS de Carlos Altamirano, o MAPU-OC e o MAPU (esses dois partidos em processo de reunificação, sob as novas diretrizes teóricas e programáticas)¹⁴ e a IC, emanando daí, dessa rede política, ainda mais fortemente, as linguagens voltadas para a reestruturação do socialismo chileno. Fora desse campo político, trilhando outro caminho conceitual e estratégico contra a ditadura, estiveram os socialistas vinculados a Clodomiro Almeyda, parte do MAPU, em suas vertentes radicalizadas e cada vez mais minoritárias, o MIR e o PC, este último completando seu giro histórico que conformaria a *Política de Rebelión Popular de Masas* e consumada militarmente com a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR).

A *Convergencia Socialista* “se autodenominaba renovadora y aglutinante de los sectores políticos que habían logrado vincular teoricamente el socialismo con la democracia”, buscando criar um referencial (discursivo, conceitual, simbólico e prático) que compreendesse a nova realidade chilena instalada pela ditadura e fizesse frente a ela, que atuasse considerando criticamente as mudanças estruturais empreendidas no Chile (Moyano Barahona, 2010, p. 355). A CS “quedaba planteada como propuesta de un sector de la izquierda nacional, que rompía en primer lugar con la alianza frentista de la Unidad Popular y por otro lado, establecía una aspiración de superación de las formas aliancistas tradicionales, mediante la incorporación de sujetos no militantes en sus filas”. Buscava-se, “con mayores libertades creativas, un nuevo proyecto refundacional para una sociedad que se entendía anómica y en crisis” (Moyano Barahona, 2010, p. 357). Assim, diante dessa preocupação em ampliar a frente popular e democrática, Julio Silva Solar valorizou os fundamentos da renovação no campo socialista que, inevitavelmente, passavam por pensar a reconstituição das alianças políticas progressistas. Nesse sentido, afirmou que “una renovación democrática de

la sociedad no parece concebible sino en el cuadro de una vasta y poderosa convergencia de fuerzas, cuyos pilares fundamentales no pueden ser otros que la clase obrera y los sectores medios” (Silva Solar, *Chile-América*, n. 62-63, 1980, p. 81).

Tratava-se, portanto, e assim temos procurado demonstrar em nossas análises, de uma tese insistentemente apresentada pelo diretor de *Chile-América* que, em essência, alimentou aspecto central do pensamento socialista renovador e da *Convergencia Socialista*, concernente à reflexão acerca da nova prática política inserida em um amplo movimento social e popular, no qual os partidos deveriam ser sujeitos decisivos, mas não a vanguarda desse processo democratizador. Este processo, sim, exigia a participação de setores sociais diversos, muitos dos quais atuantes na resistência chilena através de formas distintas das estruturas e dos meios de ação partidários. Bastava pensar nas organizações da sociedade civil pelos direitos humanos, na participação central da Igreja e dos familiares de desaparecidos políticos, na proeminência dos intelectuais e acadêmicos que ganhavam projeção no espaço público chileno na década de 1980, na crescente mobilização dos estudantes, nos comerciantes e autônomos insatisfeitos com a ditadura, por sua política autoritária ou em razão de uma economia neoliberal que apresentava sinais graves de desgaste naquele contexto, levando à crise econômica de 1982 e 1983.

Julio Silva Solar acreditava que o movimento de convergência poderia mobilizar bases mais amplas contra a ditadura e, também de forma central, demandaria de fato um esforço da esquerda em avançar nas suas proposições de maneira a esclarecer “la cuestión de la democracia dentro de su proyecto socialista”. Ao desenvolver um pouco mais seus argumentos, novamente a democracia aparecia, tal qual em outras narrativas do setor renovador do pensamento socialista, na centralidade da dinâmica que então a revalorizava: “limitémonos, por el momento, a preguntarnos se la izquierda está preparada para asumir su parte en una tarea de esta índole. A este respecto, volvemos, como a un punto crucial, al problema de la democracia (el modo de concebirla, de situarse en ella, de practicarla), [...] premisa inicial de cualquier trabajo serio de convergencia”. Para além da convergência

socialista, Julio Silva Solar apontava para a possibilidade de confluência com forças que gravitavam em torno à DC, como a comissão jurídico-política *Grupo de los 24*, sinalizando para o trabalho conjunto com todas as forças democráticas e aludindo a um desenvolvimento teórico e político “en un sentido convergente en materias centrales como la democracia y el cambio de la sociedad” (Silva Solar, *Chile-América*, n. 62-63, 1980, p. 82-84).

Desde a seção *Tribuna Abierta*, intelectuais como Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón e Eugenio Tironi, já influentes nos meios acadêmicos das Ciências Sociais e da Ciência Política, sobretudo através da FLACSO, somaram-se à série de reflexões sobre a renovação teórico-programática das esquerdas e a *Convergencia Socialista*. Tomás Moulian (*Chile-América*, n. 64-65, 1980) afirmou haver na esquerda chilena um processo simultâneo de aprofundamento de suas concepções democráticas e, por conseguinte, uma redefinição da compreensão sobre o socialismo. Não negligenciava o fato de que democracia e socialismo tenham sido acepções pilares da via chilena de Salvador Allende, ainda que com limites conceituais e contingentes. Todavia, diante da derrota da UP, do impacto da ditadura e da crise aberta na teoria marxista e nos modelos socialistas históricos, democracia e socialismo constituíram-se categorias ressignificadas e portadoras de novas linguagens e sentidos.

De acordo com Moulian, esse duplo processo de aprofundamento e recriação das concepções democráticas e socialistas se apresentava, na esquerda chilena renovada e congregada no movimento da convergência, em vários níveis:

Se cuestiona el análisis convencional que reducía la democracia a una simple modalidad de dominación capitalista; se redefine la importancia de los derechos humanos como condición de libertad política en todo tipo de Estado; se discute el análisis previo respecto a la naturaleza del Estado existente en Chile hasta 1973; se revaloriza la democracia como espacio de lucha política, como lugar donde pueden desplegarse reivindicaciones populares y como campo de negociación respecto a ella; se revaloriza la democracia como espacio de lucha política, no sólo para plantear las demandas más inmediatas del movimiento popular,

sino también como ámbito donde el tópico del socialismo puede ser planteado, por lo tanto como espacio de lucha por la hegemonía; se revalúa, aunque de un modo todavía ambiguo y con inevitables desgarramientos, la significación de los socialismos históricos, crítica que se realiza desde el punto de vista de la realización en ellos de algunos principios democráticos esenciales (la soberanía popular efectiva, la libertad política de las minorías, etc.) (*Chile-América*, n. 64-65, 1980, p. 108).

Tomás Moulian (*Chile-América*, n. 64-65, 1980, p. 106) sublinhava, em essência, que o discurso democrático de parcela da esquerda chilena, em fins da década de 1970, surgia da sua experiência histórica, da compreensão, após anos de autoritarismo, de que sem a democracia “no hay sociedad”, e, portanto, “tampoco podrá haber socialismo”. Eugenio Tironi (*Chile-América*, n. 68-69, 1981, p. 28-29) complementava, em outra edição de *Chile-América*, atendo-se às razões propulsoras desse processo: “digamos pues que la derrota ha sido profunda; que se ha internalizado. [...] Y que su reversión tiene quizás como detonante un ajuste de cuentas con nuestros propios fantasmas y la reconstrucción [...] de la teoría, del pensamiento y del programa de la izquierda”. Isso acarretava efeitos importantes para as esquerdas, verificados, segundo ele, no florescimento das sensibilidades voltadas para a defesa dos direitos humanos, levando a uma postura que, no plano conceitual e político, assumia-se mais humanista e democrática.¹⁵

Às importantes análises de Tomás Moulian e Eugenio Tironi quanto à revisão conceitual empreendida por parte da esquerda chilena, o que a levou a novos entendimentos tangentes também à prática política (partidos, alianças, atores e movimentos sociais, Estado), Manuel Antonio Garretón acrescentou, mais detidamente, logo nas páginas seguintes à publicação de Moulian na revista, uma abordagem referente às formações partidárias no bojo das transformações demandadas pelos setores da renovação socialista. Segundo ele, “un reordenamiento profundo del espectro de partidos no podría ser únicamente una mera suma de organizaciones existentes, aunque eso fuera en sí un primer paso importante, por cuanto se reproducirían tensiones y conflictos bajo un cambio de nombres”. Seria, então, necessário,

na visão de Garretón, para a efetiva validade dos pressupostos renovadores, evitando “voluntarismos ingenuos”, “un nuevo proyecto ideológico político que refundiera las viejas organizaciones en una convocatoria que desborde las militancias actuales” (*Chile-América*, n. 64-65, 1980, p. 112).

Esse aspecto passaria pelo “replanteamiento del tipo de partido”, no sentido de que eles “sean capaces de recoger la extrema diversidad del sujeto popular al que invocan e intentan representar y la amplitud de tareas que ofrece la reemergencia de la sociedad civil sin la existencia de una arena política libre”. Isso implicaria, na perspectiva de Garretón (*Chile-América*, n. 64-65, 1980, p. 112), “buscar nuevas fórmulas de manejar una amplia diversidad interna sin perder la eficacia de la acción, y asegurar en concreto la democracia interna y la renovación de las elites dejando de lado las viejas fórmulas de manual”. Tal qual uma trama de ramificações que, em transformação, termina por afetar uma à outra, o sociólogo chileno destacou ainda que interpretar os partidos sob a renovação teórica do socialismo e da democracia implicava reconstruir o sentido das suas relações com a sociedade em geral. Os partidos não deixariam de ser importantes para a mobilização, formação e orientação das coletividades, desde que compreendessem os novos problemas da sociedade. Portanto, estariam inseridos não exatamente como protagonistas, mas como atores de uma democratização complexa e composta pela diversidade de participantes sociais igualmente relevantes.

Demandava-se, em Garretón, pela renovação ideológica, reconhecendo que a teoria resultante dessa dinâmica estaria “por hacerse” e que não se encontrava “en ninguna historia de otras naciones ni en ningún tratado”. O socialismo não poderia ser apresentado “como la imposición de una concepción cerrada o una ley estructural con las que una vanguardia lúcida guía a un pueblo independientemente de sus necesidades, valores y percepciones”. Refazer essa perspectiva teórica corresponderia, segundo Manuel Antonio Garretón (*Chile-América*, n. 64-65, 1980, p. 113), a “una enorme tarea de reconstrucción del diagnóstico [...] de la sociedad chilena”, com vistas a “la eliminación de la explotación y las injusticias y en el desarrollo de libertades, igualdades y formas de participación [...] social”,

reconhecendo, antes, as particularidades da sociedade chilena da década de 1980 que se iniciava, ela que “ha pasado por profundas recomposiciones estructurales pero también por recomposiciones valorativas y culturales”. Também em Garretón, ao final do seu artigo, como em todos os renovadores do pensamento socialista chileno, a democracia aparecia como fim, tanto como valor em si quanto regime político a ser diariamente construído, não se constituindo apenas meio para se transpassar a outro modelo de sociedade.

Para debater e divulgar a renovação socialista, um dos textos mais representativos em *Chile-América* foi a publicação do documento *Convergencia Socialista: Fundamentos de una propuesta*, de 1980, resultado de um seminário realizado no Chile com a participação de expoentes desse movimento suprapartidário. Antes, importante destacar que algumas instituições, para além da atuação de *Chile-América* como um dos principais vetores da renovação no exílio, contribuíram, dentro e fora do Chile, para produção e circulação de ideias e valores que visavam reconstruir as bases teóricas e práticas dos socialistas, entre elas: a FLACSO, onde trabalharam intelectuais como Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón, José Joaquín Brunner e Ángel Flisfich; o *Instituto para el Nuevo Chile*, na Holanda, sob a coordenação de Jorge Arrate¹⁶; e organizações privadas de pesquisa como o *Centro de Estudios Sociales y Educación* (SUR), em cuja produção intelectual se destacaram outros mapucistas, Eugenio Tironi e Javier Martínez. Constituíram-se, assim, redes de intercâmbios de ideias para a constituição de um novo socialismo renovado que contribuísse para a democratização chilena (Navarro, 2016).¹⁷

A iniciativa que resultou em um grupo de trabalho¹⁸ e na divulgação do documento oficial da *Convergencia Socialista* evidenciava a importância da organização de distintas correntes socialistas no Chile e no exílio que, ao fim e ao cabo, objetivavam a unificação do campo socialista renovado. *Chile-América* (edição 66-67, outubro-novembro-dezembro de 1980) saudou os aportes contemplados no texto final: “estamos ciertos que [...] se trata de un documento que contribuye seriamente al examen de los problemas que se plantean hoy al pensamiento y a la acción de las fuerzas de izquierda” (*Chile-América*, n. 66-67, 1980, p. 71).

Assim, *Chile-América*, por mais espaço que tenha dado às manifestações das distintas correntes do pensamento e resistência progressistas, posicionou-se no caminho político que acreditava, o da renovação da esquerda socialista. Atuou em redes intelectuais, partidárias, humanitárias, de denúncia às violações de direitos humanos. Pela palavra escrita, buscou “romper el imperio del silencio” de tempos tão repressivos e jamais deixou de reivindicar, em toda sua existência, como ela própria afirmou no último editorial: “nuestro derecho de ciudadanos a intervenir en los destinos del país lejano”. Em um país complexo e em ebulição como o Chile, “la renovación que hemos impulsado ha pretendido evitar la simplificación”, e dessa maneira, despedindo-se de seus leitores, esclarecia: “no es la nuestra una retirada de escena”, dado que “todo ciclo que concluye anuncia uno nuevo y superior” (Editorial, *Chile-América*, n. 88-89, 1983, p. 3-4).

Chile-América, conscientemente, sabia que havia cumprido seu destino de forma coerente ao editorialismo programático pensado em sua fundação, ou seja, a luta pela democracia e o reencontro da centro-esquerda chilena, como apontou José Antonio Viera-Gallo (*apud* Monsálvez Araneda, Gómes Rojas, 2018). Atuou como sujeito político importante do exílio chileno, reforçando a resistência, destacando-se na denúncia e na promoção de valores que, transformados durante o transcorrer da segunda metade dos anos 1980, desaguiariam na coalizão partidária resultante da *Alianza Democrática*, a *Concertación de Partidos por el No*.

Liderada politicamente pela DC, a *Concertación* se sobressaiu com a vitória do NO ocorrida no plebiscito de 5 de outubro de 1988, impedindo a continuidade da presidência de Augusto Pinochet no Chile por mais 8 anos, itinerário que havia sido imposto pela ditadura. A formação posterior da *Concertación de Partidos por la Democracia*, após a vitória da oposição ao regime nas eleições de 1989, levou a coalizão a governar o Chile por longos anos, a partir de março de 1990. A *Concertación* foi composta pela DC, PS, Partido Por la Democracia (PPD) e demais partidos menores de centro ou afinados com a social-democracia.¹⁹ Elegeru democraticamente o primeiro presidente desde a vitória de Salvador Allende, o tradicional dirigente da DC, Patricio Aylwin, revelando a hegemonia adquirida pelos

democrata-cristãos nesse processo, não obstante parte dos socialistas, os que viabilizaram a renovação do seu campo, passassem também a compor a elite política da *Concertación* no poder. O PC ficou de fora da coalizão, e Clodomiro Almeyda, que havia resistido à renovação socialista, passou a ser um dos dirigentes da *Concertación* após a reunificação do PS ao final da década de 1980, resultado da aproximação e fusão entre os comitês centrais do PS-Almeyda e do PS-Arrate (dirigido por Jorge Arrate). Nessa movimentação político-partidária do final dos anos 1980, os partidos IC e MAPU se dissolveram e seus membros passaram a integrar o PPD ou o PS unificado (Arrate, Rojas, 2003).

Ao retornar a democracia, Julio Silva Solar deixou de exercer o protagonismo político e intelectual que havia possuído antes do golpe e durante a resistência à ditadura. De alguma maneira, como revelava seu filho Julio Silva Montes em entrevista,²⁰ encontrou-se descrente com o caminho conciliatório e pouco transformador tomado por sucessivos governos democrata-cristãos e socialistas da *Concertación*. José Antonio Viera-Gallo, por outro lado, passou a integrar o grupo político dirigente da transição democrática (do qual participou também Esteban Tomic), elegendo-se deputado e assumindo, em 1990, a cadeira de primeiro presidente da Câmara após o autoritarismo pinochetista. Como membro do PPD e depois do Comitê Central do PS, Viera-Gallo pertenceu, portanto, aos setores concertacionistas que passaram a assumir a condição de atores centrais do processo transicional à democracia no Chile.²¹

Os caminhos distintos seguidos pelos dois principais personagens da revista *Chile-América*, em tempos pós-ditatoriais, sugerem a reflexão de que, ainda que anteriormente tenham compartilhado valores que os permitiram formar um potente coletivo democrático, crítico, progressista e de resistência, estar diante de um Chile profundamente transformado pela ditadura resultaria em mudanças e escolhas importantes que interfeririam nas trajetórias de cada um deles a partir de então. Dentre os colaboradores de *Chile-América*, apresentaram-se, posteriormente, tanto aqueles que pertenceram ou se vincularam à *Concertación* e desenvolveram perspectivas positivas sobre o legado democrático de seus governos, por exemplo, José

Antonio Viera-Gallo, José Miguel Insulza, Sergio Bitar e Eugenio Tironi; como os que sustentaram interpretações mais críticas sobre a coalizão de centro-esquerda governante, argumentando terem se aprofundado, a partir dos anos 1990, as políticas neoliberais sementeas pela ditadura militar, além de insuficiente desenvolvimento da democracia e da participação cidadã durante as sucessivas presidências de democrata-cristãos e socialistas. Dentro dessa ótica mais crítica estiveram Julio Silva Solar, Tomás Moulian e Manuel Antonio Garretón, dentre outros antigos colaboradores da revista.²²

Em outras palavras, mesmo que *Chile-América* tenha semeado parte dos contatos e das ideias políticas do exílio, que se desenvolveriam como aportes formativos para um grupo que viria a liderar o processo de transição à democracia, esse processo, embora com certa continuidade oriunda dos primeiros anos de reorganização da resistência (ou mesmo dos anos da UP e da DC), como buscamos mostrar, não se realizou, necessariamente, de maneira linear, como se revelasse completa coerência na efetivação de um programa progressista gradativamente construído. Muito do que se fez e se formulou para o Chile, durante a ditadura, sobretudo desde *Chile-América*, esteve, obviamente, condicionado às identidades políticas, às condições históricas e materiais, às contingências, às redes, às oportunidades e às subjetivas das coletividades do exílio. O fato de, ao adentrar a democracia dos anos 1990, muitos dos caminhos comuns do campo da oposição à ditadura terem depois se dissipado por posições políticas diversas (críticos ou apoiadores dos governos da *Concertación* ou mesmo a retirada deliberada de um protagonismo antes exercido) foi condição reveladora da complexidade, oscilações, tendências e não linearidade das trajetórias dos distintos atores outrora sobreviventes de uma brutal ditadura.

3. Considerações finais

A revista não deixou de dar espaço ao debate plural, mas direcionou-se, como um ator político que interferia no processo de construção programática para a transição, por uma rota que preconizava profundas transformações para o Chile, mas que, para isso e antes de tudo, elas deveriam passar pelas esquerdas, pela democracia-cristã, atravessar todo campo popular, socialista,

humanista e democrático e criar um consenso pela democracia. A base formativa dos editores de *Chile-América*, social-humanista e marxista heterodoxa, crítica ao leninismo como modelo revolucionário único para o Chile, possibilitou que os maiores aportes críticos e autocríticos para a transformação das esquerdas e setores progressistas viessem de suas páginas e dos setores que a nucleavam, notadamente partidos como o MAPU, MAPU-OC, IC, parte do PS e da DC, levando ao aprofundamento teórico pela renovação desse campo político. Daí *Chile-América* ter sido um espaço de experimentação de ideias, verdadeiro laboratório político que resultou na renovação socialista como uma de suas mais importantes contribuições, ao lado, novamente, da linguagem construída pelos direitos humanos.

Chile-América atravessou duros anos de resistência no exílio. Embora sua atuação tenha se forjado em conexão com o Chile, apontado para o relevante trabalho político exercido no país, a revista simbolizou o imenso legado, ainda não plenamente mensurado, deixado pela luta democrática e socialista travada no exílio, práticas e valores levados a efeito em um espaço transnacional, e só realizável, de forma vigorosa, por meio das redes de circulação de pessoas e ideias. A base programática da *Concertación* e entrada na democracia nos anos 1990 foi fruto dessas lutas travadas dentro e fora do Chile. Essa coalizão, de modo especial, foi composta por intelectuais e dirigentes que estiveram longo tempo no exílio, muitos ex-colaboradores de *Chile-América*, em especial, seu editor e diretor José Antonio Viera-Gallo.

Chile-América foi o impresso símbolo de uma resistência travada no terreno da política, dos debates diversos, extrapolando para elementos simbólicos do político, imprimindo um repertório de linguagens democráticas e socialistas que persistem através de um movimento incessante por maior justiça social, diversidade, igualdade de direitos, de gênero, valores humanos, em síntese, pelo sentido público, participativo e coletivo das relações em sociedade. Tal foi a perspectiva de democratização empregada pelo impresso. Muito da importância da revista, que aqui procuramos parcialmente analisar e divulgar, está por ser mostrada sob óticas e metodologias criativas e inovadoras. Fazer revelar e circular a informação referente a um país em que/e sobre o qual pouco se sabia

acerca da profundidade da repressão; retomar o debate político cessado pela ditadura, discutindo, gerando ideias, concebendo projetos, tais foram as contribuições fundamentais de *Chile-América* dinamizadas em profusão, expressando uma densidade informativa e analítica que pode e deve continuar a ser apreendida pelos estudos históricos.

Referências documentais e bibliográficas

A. Referências documentais

- ACTA DE ARICCIA. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980.
- CAMPUERO, Raúl apud VIAÑA, Fernando Murillo. Ariccia, paso positivo en medio de un diálogo entre sordos. *Chile-América*, Roma, n. 60-61, 1980.
- CHILE-AMÉRICA. Dossier La crisis en el socialismo chileno. *Chile-América*, Roma, n. 54-55, 1979.
- CONVERGENCIA SOCIALISTA. *Chile-América*, Roma, n. 66-67, 1980.
- EDITORIAL. Rectificar rumbos. *Chile-América*, Roma, n. 82-83, 1982.
- EDITORIAL. Una salida urgente. *Chile-América*, Roma, n. 84-85, 1983.
- EDITORIAL. El declino de Pinochet. *Chile-América*, Roma, n. 86-87, 1983.
- EDITORIAL. Renovación y convergencias. *Chile-América*, Roma, n. 76-77, 1982.
- EDITORIAL. Despedida y próximo reencuentro. *Chile-América*, Roma, n. 88-89, 1983.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. Vigencia, crisis y renovación de los partidos de izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980.
- MONTES, Julio Silva. *Entrevista* concedida a Raphael Coelho Neto no dia 16 de outubro de 2018.
- MOULIAN, Tomás. Dictadura, democracia y socialismo. *Chile-América*, Roma, n. 64-65, 1980.
- SILVA SOLAR, Julio. Derechos humanos y convergencia democrática. *Chile-América*, Roma, n. 46-47, 1978.
- SILVA SOLAR, Julio. Convergencia democrática y socialismo. *Chile-América*, Roma, n. 62-63, 1980.

TIRONI, Eugenio. Inventario sobre la crisis de la izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 68-69, 1981.

VIERA-GALLO, José apud MONSÁLVEZ ARANEDA, Danny Gonzalo; GÓMEZ ROJAS, Nicolle Andrea. Chile-América, 1974-1983: una revista del exilio chileno. *Estudios*, n. 39, enero-junio 2018.

VIERA-GALLO, José Antonio. Renovar la izquierda. *Chile-América*, Roma, n. 50-51, 1979.

B. Referências bibliográficas

ARRATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. *Memória de la izquierda chilena*. Tomo II. Santiago de Chile: Javier Vergara, 2003.

BARAHONA, Wilfredo. Chile: la convergencia socialista. *Convergencia. Revista del socialismo chileno y latinoamericano*, n. 1, 1981.

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, año 8, n. 20, p. 105-115, marzo 2003.

BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile: lecciones para la gobernabilidad*. Santiago: Andrés Bello, 1997.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis* 12, 1989.

CAVALLO, Ascanio. *La historia oculta de la transición: memoria de una época, 1990-1998*. Santiago de Chile: Grijalbo, 1998.

DEL CAMPO CERDA, Francisco. Concertación y transición en los debates políticos de nuestro tiempo. In: PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena (1988-2018)*. Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018.

DRAKE, Paul; JAKSIC, Iván. *El modelo chileno: democracia y desarrollo en los noventa*. Santiago: LOM, 1999.

ESCALONA, Camilo. *Una transición de dos caras: crónica crítica y autocrítica*. Santiago: Editorial LOM, 1999.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. *Revista de Economía Política*, v. 22, n. 4, outubro-dezembro 2002.

FILIPPI, Alberto. O legado de Lelio Basso na América do Sul e seus arquivos de Roma. *Conferência proferida no VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, novembro de 2012. Disponível em: <https://www.fondazionebasso.it/2015/8385-2/?lang=en>. Acesso em: 25/03/2022.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, 1998.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *Hacia una nueva era política: estudio sobre las democratizaciones*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1995.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Situación actual y nuevas cuestiones de la democratización en América Latina. In: BRACHET-MÁRQUEZ, Viviane. *Entre polis y mercado: el análisis sociológico de las grandes transformaciones políticas y laborales en América Latina*. México: El Colegio de México, 2001.

GAUDICHAUD, Frank. *Las fisuras del neoliberalismo maduro chileno: trabajo, “democracia protegida” y conflictos de clase*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GODOY, Oscar. La transición chilena a la democracia: pactada. *Estudios Públicos*, n.74, p.79-106, 1999.

MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

NAVARRO, Juan Pablo. La renovación del Partido Socialista, 1979-1990. *Revista Divergencia*, n. 7, año 5, agosto-diciembre 2016.

PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal; ACEVEDO, Nicolás (Comp.). *Transiciones: perspectivas historiográficas sobre la postdictadura chilena (1988-2018)*. Valparaíso: América Latina en Movimiento Editorial, 2018.

PURYEAR, Jeffrey. *Pensando la política: intelectuales y democracia en Chile (1973-1988)*. CIEPLAN: Santiago de Chile, 2016.

ROJAS CASIMIRO, Mauricio. *La evolución de la izquierda chilena durante la dictadura militar (1973-1990)*. (Tese). 451f. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, 2013.

SANTONI, Alessandro. Comunistas y socialistas italianos frente a la causa chilena: solidaridad y renovación (1973-1989). *Revista Izquierdas*, n. 19, p. 112-130, agosto 2014.

Notas

1. Professora do Departamento de História – UFMG.
2. Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais e da Rede Municipal de Ensino de Ouro Branco-MG.
3. No plebiscito, convocado pelo Conselho de Administração e realizado em 5 de outubro de 1988, propunha-se rejeitar ou aceitar a continuidade da ditadura pinochetista por um período de 8 anos. Os partidos políticos a favor da continuidade surgiram durante a ditadura, sendo os mais relevantes a União Democrática Independente (UDI) e a Renovação Nacional (RN). A oposição democrática se unia em torno da “Concertación de Partidos por el No”, herdeira do Acordo Nacional de 1985, e por partidos políticos de centro-esquerda e organizações sociais diversas. No referendo popular, Pinochet saiu derrotado com 54,7% para opção “No”, 43% para a opção “Sí” e abstenção de 2,3%. (Garretón, 1989, p. 434-436).
4. A Constituição de 1980, promulgada sem debate popular e imposta à população, institucionalizou a ditadura e outorgou a Pinochet novas faculdades repressivas e limitadoras das manifestações democráticas.
5. Ver os trabalhos de: Boeniger (1999), Drake, Jaksic (1999), Escalona (1999); Godoy (1999), CAVALLO (1998), Garretón (1999, 2001).
6. Bernardo Leighton e Esteban Tomic foram importantes políticos, o primeiro foi da ala mais progressista da DC, considerado um partido de centro no espectro político chileno. José Antonio Viera-Gallo foi filiado ao MAPU, partido que integrou a UP, fundado por quadros egressos da DC. Viera-Gallo se vinculou, posteriormente, ao MAPU Obrero e Campesino (MAPU-OC), partido liderado por Jaime Gazmuri e mais alinhado às teses da via institucional chilena para a transformação social, resultado de uma divisão no MAPU em março de 1973. Já Julio Silva Solar, principal editor de *Chile-América* junto a Viera-Gallo, foi um dos membros fundadores do MAPU e, depois, da IC, partido que se originou deste último como uma

dissidência de perspectiva humanista cristã e socialista e que, em 1971, dois anos após a formação da UP, também se integrou a essa coalizão de esquerda. Fernando Murillo Viaña, vinculado ao Partido Comunista (PC), foi outro personagem de grande importância, secretário de redação da revista.

7. Do ponto de vista da sua materialidade, observamos um trabalho gráfico simples em *Chile-América* desde a capa, a única a possuir detalhes em cor. Em seu interior, prevaleceu diagramação marcada por páginas inteiras de textos densos, muitos de caráter informativo, outros tantos analíticos da conjuntura política e econômica, além da publicação parcial ou integral de documentos. A revista possuiu seções mais duradouras que alimentaram e deram sustentação à sua identidade temática e gráfica/visual. Os editoriais e as seções *Análisis*, *Comentario* e *Documentos* apareceram desde o primeiro número de *Chile-América*, presentes na quase totalidade das edições. A discussão política, sobretudo passando pelo viés partidário e pela denúncia dos crimes da ditadura, esteve, de alguma maneira, em todas as seções, mas podemos afirmar que algumas foram concebidas para uma análise mais detida sobre esses pontos. Por essa razão, dentro do recorte de discussão deste capítulo, pautado nas discussões políticas em torno ao processo de democratização e da renovação socialista, acabamos por transitar, majoritariamente, nos *Editoriales*, *Tribuna Abierta* e *Derechos Humanos*. Foram seções igualmente perduráveis na revista, base para a fundamentação da sua linha político-programática. Ademais, utilizamos de alguns documentos publicados na seção *Documentos*.

8. Texto “Acerca de nosotros”. Disponível em: <http://www.cesoc.cl/nuestra-historia/>. Acesso em: 04/12/2017. A publicação de *Chile-América* foi encerrada após a edição de outubro de 1983, tendo em vista o retorno dos seus principais editores ao Chile e a impossibilidade financeira e política de continuar sua produção no país ainda sob a ditadura.

9. Por editorialismo programático, em diálogo com a proposta teórica e metodológica de Fernanda Beigel (2003), compreendemos a perspectiva editorial política e militante de um determinado periódico, de forma que essa é a característica que o demarca enquanto impresso. Acrescentamos a tal expressão o sentido de ator político dos periódicos presente em Héctor

Borrat (1989), ou seja, a interpretação de que os impressos denotam sujeitos coletivos capazes de afetar o processo de tomada de decisão nas disputas políticas.

10. José Antonio Viera-Gallo insistiu na necessidade dessa discussão em outro artigo, intitulado *Un debate necesario. Chile-América*, Roma, n. 58-59, p. 127-130, 1979, além de alguns textos editoriais de sua autoria.

11. A primeira reunião em Ariccia, em março de 1979, não contemplada por *Chile-América* tal qual a segunda, ocorrida em janeiro de 1980, tinha como proposta debater as bases teóricas do socialismo chileno, de maneira a encontrar um ponto de unificação e de atuação política comum contra a ditadura e pela reconstrução da democracia no Chile. Deixou encaminhado, para o segundo momento e envolvendo centralmente os mesmos personagens, um debate que seria retomado sob condições acaloradas, de disputas acirradas no interior do socialismo chileno, reorientando e desfechando, desde o evento, a discussão conjunta exercida sob os signos da renovação da esquerda. Ver: Rojas Casimiro, 2013.

12. Lelio Basso, além de importante político socialista, contribuiu ativamente, como jurista, com os processos por democratização e justiça de transição na América do Sul. Participou das análises, denúncias e sentenças contra as ditaduras militares da região durante as três sessões do Tribunal Russel, em 1974, 1975 e 1976. Ver: Filippi, 2012.

13. Ver: Santoni, 2014.

14. Segundo Cristina Moyano Barahona (2010, p. 353), os dois partidos MAPU foram “deslizando lentamente hacia nuevos referentes teóricos e políticos que permitían construir varias imágenes de la sociedad chilena y de la transición democrática”. Assim, do final dos anos 1970 ao transcorrer dos 1980, “mientras el MAPU se va consolidando una propuesta de autonomía del sujeto popular, de restricción de la esfera de lo político y de nueva vinculación con lo social, en conjunto con una propuesta de construir un nuevo referente político que agrupara a la izquierda socialista, en el MAPU-OC la reflexión se concentró en la política de alianzas y la salida a la dictadura, en el plano de la negociación política”.

15. Dentro das reformulações demandadas para as esquerdas chilenas, Tironi (*Chile-América*, n. 68-69, 1981) preconizava a capacidade de se compreender o sistema democrático-socialista como canalizador de resoluções de conflitos sociais emergidos das formas econômicas e não econômicas de dominação, referindo-se às estruturas machistas e racistas alimentadas pelo capitalismo, questões pouco desenvolvidas pelo pensamento marxista ou materialista clássico. Outro aspecto, atrelado a essa perspectiva anterior, era o da crítica necessária que se deveria realizar das análises economicistas, bem como a compreensão do rompimento ou limites que a realidade chilena e as ditaduras militares da América do Sul impunham às teses cepalinas e desenvolvimentistas na interpretação das realidades latino-americanas.
16. Em parceria com Jorge Arrate, através do *Instituto para el Nuevo Chile*, sediado em Rotterdam, *Chile-América* organizou e publicou uma edição especial, uma espécie de folheto contendo nove páginas, que recebeu o título de *Unidad y Renovación de la Izquierda* (1981). Disponível em: http://www.socialismo-chileno.org/PS/ChileAmerica/Chile_America.html.
17. De acordo com Jeffrey Puryear (2016), a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), instituição de caráter regional, com sede em Santiago, teve de encerrar, durante a ditadura, seu programa docente e se dedicar exclusivamente à pesquisa. Inúmeras publicações originaram-se desse centro, produções relevantes do pensamento crítico chileno de esquerda pela transição democrática. Construíam-se, desse modo, conexões e intercâmbios entre os centros acadêmicos chilenos e o mundo político.
18. Em boa medida, o grupo de trabalho foi composto por membros do MAPU, MAPU-OC, IC, parte do PR e mesmo do PC, como Sergio Vuscovic Rojo e o intelectual Luis Razeto, outro importante colaborador de *Chile-América*, que, em seguida, aderiu aos setores do PS-Altamirano. Do meio intelectual, acadêmico e político, figuraram nomes já mencionados, como Manuel Antonio Garretón, Tomás Moulian, Eugenio Tironi, Ángel Flisfisch e José Joaquín Brunner.
19. O PPD surgiu na fase final da ditadura militar, em 1987, abrigando boa parte dos socialistas outrora defensores da renovação da esquerda, como José

Antonio Viera-Gallo, Julio Silva Solar, Sergio Bitar e Ricardo Lagos Escobar, presidente concertacionista entre 2000 e 2006, já pelo Partido Socialista.

20. Julio Silva Montes. Entrevista concedida a Raphael Coelho Neto em 16 de outubro de 2018.

21. Acerca das diferentes visões e significados simbólicos da *Concertación* (dos anos 1990 até o primeiro governo de Michelle Bachelet), marcados por aspectos conjunturais e geracionais que resultaram em duas categorias construídas sobre os participantes da coalizão de centro-esquerda, os “autoflagelantes” (mais críticos) e os “autocomplacientes” (os que tendiam a exaltar a importância dos governos concertacionistas), ver: Del Campo Cerda, 2018, p. 29-71.

22. Sobre debates, polêmicas, visões historiográficas e experiências referentes à transição democrática para o Chile, suas possibilidades, limites e atores sociais, ver também: Ponce, 2018.

Transição, reparação histórica no Chile e o **Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas**

Mateus Fávaro Reis¹

Introdução

Em 2019, as ruas de Santiago e outras cidades chilenas foram ocupadas por milhões de pessoas que protestavam contra inúmeros problemas enfrentados pela população e que se relacionavam, em grande medida, com o esgotamento de decisões construídas durante a redemocratização, ao longo dos anos 1990 e inícios do século XX. As imagens dos protestos, com a circulação de uma foto emblemática tirada na *Plaza Italia* (local de festejos, manifestações e comemorações), ganharam as páginas e telas do mundo.

A bandeira mapuche (wenufoye) – elaborada nos inícios da redemocratização² – flameava³ sobre uma coluna de manifestantes, que se cansaram de muitas das políticas e estilos de vida que haviam sido construídas nos últimos 20 anos de governos que reformaram partes da Constituição de 1980, mas que não conseguiram atender às demandas mais democratizantes de enormes parcelas da população.

A cobertura jornalística dos protestos classificou-os como algo novo e, em alguns casos, até mesmo como inesperado, mas não podemos nos esquecer que a população chilena resistiu e lutou contra a ditadura de diferentes maneiras, inclusive por meio de protestos massivos nas ruas do

país, ao longo dos anos 1980, com significativas mobilizações em outros anos, principalmente em 2006, 2011 e 2017.

Entre os alvos dos protestos, podemos mencionar a manutenção da Constituição de 1980, aprovada durante a ditadura. Mesmo que tenha passado por reformas constitucionais (Garretón, 1992: 67), uma estrutura excludente e mercadológica foi mantida, como o projeto de privatização das aposentadorias, chamadas de *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP); a privatização do sistema de saúde e da educação. Como salientou Verónica Valdivia (2006), houve certo crescimento econômico, em alguns momentos, mas com aumento das desigualdades sociais; o ensino foi privatizado e elitizado (Espinoza, 2017); e a participação dos *consejos de vecinos* declinou.

Particularmente, em relação às disputas territoriais, a ditadura buscou reverter as políticas implantadas durante os governos da Democracia Cristã (1964-1970) e da Unidade Popular (1970-1973), quando ocorreram redistribuição de terras durante a realização de reformas agrárias em algumas regiões do país, impactando positivamente algumas sociedades indígenas.

Assim, o modelo econômico chileno, encontrava-se no centro dos protestos. Por um lado, mantinha-se uma interpretação sobre o crescimento econômico proporcionado pelas ações da ditadura, ainda que o PIB chileno tenha diminuído entre 1981 e 1985, com taxas oficiais de desemprego de 21,8%, em 1982, chegando a quase 30%, quando “se incluye la población inscrita en el Programa de Empleo Mínimo (PEM) y Programa de Ocupación para Jefes de Hogar (POJH)” (Llanos; Gonzalez; Stillerman, 2021: 209). Na verdade, somente houve crescimento econômico mais acentuado, entre 1977 e 1981, além de 1988 e 1989, mas a memória oficial do suposto sucesso econômico devido à ditadura conseguiu se enraizar dentro e fora do Chile (Aguilar, 2019: 130).

Os dois períodos de maior crescimento efetivo do PIB chileno ocorreram durante a redemocratização, mais especificamente entre 2003 e 2008, quando ascendeu de 76,51 bilhões a 179,7 bilhões de dólares; e de 2009 a 2013, ao se recuperar da crise de 2008 e alcançar 277,2 bilhões de dólares.

Esse crescimento econômico não foi capaz de diminuir as tensões e reivindicações de centenas de milhares de famílias excluídas das esperanças

de reconciliação e reparação das violações sistemáticas de direitos humanos perpetradas pela ditadura chilena, entre 1973 e 1990.

Se, por um lado, houve “atraso da transição chilena com relação a outros países do Cone Sul”, de acordo com a interpretação de Manuel Garretón (1992: 63); por outro, o país transandino criou várias comissões de verdade, reconciliação e reparação, bem como uma comissão específica para abordar as relações do Estado chileno com diferentes sociedades indígenas/originárias ao longo da história de formação do país.

Ao analisar as lutas políticas durante a transição, podemos perceber que houve uma constante demanda por justiça e reparação, tanto por meio de produções artísticas quanto por vias estatais.

Assim, o principal objetivo de nosso capítulo consiste em articular a luta das sociedades indígenas ao processo de redemocratização chilena, que levou à criação da *Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*, com ênfase sobre os seguintes povos: Aymara, Atacameño, Quechua, Collas, Diaguitas, Huascoatinos, Rapa Nui, Mapuche, Pehuenche, Huiliche, Aónikenk, Selk’nam, Yagan e Kawésqar.

Comissões da verdade, reconciliação, reparação e nuevo trato

Diferentes partes do mundo contemporâneo foram assoladas por ditaduras militares, governos autoritários e guerras civis marcadas por graves e sistemáticas violações de direitos humanos,⁴ desrespeitando a Convenção contra o Genocídio e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Para buscar a construção de processos de reconciliação e reparação, bem como de negociação das partes envolvidas em torno da ideia de “verdade” ou não aceitação de anistias, foram criadas na América Latina várias comissões para apurar tais violações, nos seguintes países: Argentina, Chile, Haiti, El Salvador, Guatemala, Uruguai, Peru, Paraguai, Colômbia, Equador, Honduras, Brasil e Bolívia.

Ao retomar os estudos realizados por Beristain (2011), entre outros autores, Ivonne Leadith Díaz Pérez e Nelson Molina Valencia destacaram que

las CV han ayudado a dibujar una imagen del impacto de las violaciones a los Derechos Humanos (DD.HH) y las infracciones al Derecho Internacional Humanitario (DIH), ampliar los contenidos de la historia, a establecer la verdad sobre el pasado y cómo esa verdad se asume en el presente y en el futuro; a develar la mentira institucionalizada; a convertirse en plataformas públicas para las organizaciones de derechos humanos y de víctimas [...] y han dado recomendaciones jurídicas y lecturas antropológicas, psicológicas, sociales e históricas, a cada uno de los procesos a los que han pertenecido. (Díaz Pérez; Molina Valencia, 2017: 7)

Contudo, a inclusão dos povos indígenas como sujeitos das convenções somente ocorreu em 1976, na Argélia, com a Declaração Universal de Direito dos Povos, devido fundamentalmente à pressão e à resistência de outros coletivos, para além dos Estados-nacionais (Burguete Cal y Mayor, 2010: 63). Como salientou a autora mexicana,

Es necesario tener presente que la liberación de las poblaciones indígenas es realizada por ellas mismas, o no es liberación. Cuando elementos ajenos a ellas pretenden representarlas o tomar la dirección de su lucha de liberación, se crea una forma de colonialismo que expropia a las poblaciones indígenas su derecho inalienable a ser protagonistas de su propia lucha. (Burguete Cal y Mayor, 2010: 66)

Neste sentido, não podemos deixar de mencionar a Declaração de Barbados (1971), em que se reconheceu as historicidades das sociedades ou povos indígenas, reafirmado pelo Convênio 169 sobre Povos Indígenas e “Tribais”, firmado em 1989 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que entrou em vigor em 1991.

Em relação ao caso chileno, a primeira comissão criada no país, ocorreu entre 1990 e 1992, com recolhimento de testemunhos e denúncias por 9 meses, e publicação dos resultados da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, conhecido por Informe Rettig. No total, a Comissão recebeu pouco mais de 3.400 denúncias, mas somente classificou como desaparecidos políticos a 2.296 pessoas.

Logo em seguida, houve a criação da *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*, com atuação entre 1992 e 1996, ao investigar a violação de direitos humanos perpetradas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, responsável por adicionar 899 vítimas⁵ da violência política ao Informe Rettig, por meio de correções e reedição, inclusive porque a 1ª edição encontrava-se esgotada.

A insatisfação com a transição pactuada, exemplificada na comissão que estava formada por 4 representantes dos aliados da ditadura, bem como a prisão de Augusto Pinochet, em Londres, quando estava internado na *The London Clinic* em 1998, abriram novos caminhos para as lutas por justiça e reparação no Chile.

Somente para recapitular em breves linhas, o juiz espanhol, Baltazar Garzón emitiu um mandado internacional de prisão e solicitou a extradição de Pinochet para a Espanha, devido à tortura e assassinato de cidadãos espanhóis, conforme apurou a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*.

No entanto, Pinochet ficou preso na Inglaterra por 503 dias e escreveu a *Carta a los chilenos*, pela qual se defendia das acusações, bem como buscava justificar o golpe de 11 de setembro de 1973 e a manutenção da ditadura até 1990. Ele não foi processado na Espanha e retornou ao Chile, em 2000, quando a Corte de Apelações de Santiago o destituiu do cargo de senador vitalício, com a abertura de investigações e processos judiciais.

Neste cenário, foi fundado o periódico de sátira política *The Clinic*, inicialmente contra o enraizado legado da ditadura. Posteriormente, foram abertos bares com o mesmo nome, *The Clinic*, em Santiago e Valparaíso, lugares que se tornaram importantes para os grupos que se articulavam em busca de justiça e reparação. Em uma das paredes de um dos bares, está escrita a seguinte frase em destaque: “*Inauguran museo con los logros de Pinochet. Se incluye paseo por el Cementerio General*”.

Os embates pelos territórios da memória, história e justiça se acentuaram no Chile, espalhando-se por diferentes searas da sociedade, para além dos protestos, movimentos sindicais e partidos políticos, como propôs Ludmila da Silva Catela:

Diante da ideia estática, unitária, substantiva, que a ideia de lugar costuma suscitar, a noção de território refere-se às relações ou a processos de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta os vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa. Ao mesmo tempo, as propriedades metafóricas do território nos levam a associar conceitos tais como conquistas, litígios, deslocamentos ao longo do tempo, variedade de critérios de demarcação, de disputas, de legitimidades, direitos, “soberania”. (Catela, 2001: 208)

A historiografia chilena não se distanciou de um movimento centrífugo e, ao mesmo, centrípeto, em que as memórias sobre a constante, covarde e profunda violação dos direitos humanos se sobrepunham, se rearticulavam e transitavam do individual para o social e vice-versa.

Em 1999, foi publicado o livro de bolso *Manifiesto de Historiadores*, com ampla adesão de profissionais das ciências humanas, em que se criticava ponto a ponto a *Carta a los chilenos*, de Pinochet, os grandes meios de comunicação do país, bem como “un conjunto de facsímiles que Gonzalo Vial había publicado en el periódico *La Segunda*, donde leía el pasado reciente bajo el mismo encuadre que ya había desarrollado el Rettig (y en el que se basó el Valech)” (Jara, 2020: 257).

Vale ressaltar que, desde a década de 1980, as vozes de grupos musicais como *Los prisioneros*, a partir de 1983, principalmente com a música de 1986, *El baile de los que sobran*, mantinham a disputa pelos territórios de memórias que Pinochet e seus aliados, como o historiador Gonzalo Vial, tentavam impor. Paralelamente, o retorno do exílio do grupo Illapu, em 1988, reforçava uma luta que não arrefecia, com a música *Vuelvo para vivir*, do álbum “Vuelvo amor... Vuelvo vida” (Salas Zúñiga, 2003).

Organizações que fundaram o movimento LGBTQIAPN+ no Chile, como a Colectiva Lésbica Ayuquelén, fundada em 1983 e Las Yeguas del Apocalipsis, 1987-1993, com atuação de Pedro Lemebel e Francisco Casas também foram muito importantes para organizar a resistência político-artística contra a ditadura e seus legados. Em 2001, é publicada a obra literária

Tengo miedo, torero 2001, de Lemebel, cujo enredo se baseava na tentativa de assassinato de Pinochet e no romance entre dois homossexuais (um de poucos recursos e um guerrilheiro da Frente Patriótica Manuel Rodríguez).

O país se mobilizava, com participação de entidades indígenas que exigiam um *Nuevo Trato* e justiça em relação aos projetos de violação dos direitos das sociedades originárias no país, o que engendrou a criação da *Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato*, entre 2001 e 2003. A comissão não divulgou números, mas elaborou um vasto informe histórico, cultural geográfico sobre dezenas de povos originários, como veremos no próximo tópico.

O importante cineasta chileno Patricio Guzmán se uniu aos debates, ao produzir os documentários “O Caso Pinochet”, em 2001 e “Salvador Allende”, em 2004, além do filme *Machuca* de Andrés Wood, que levou milhares de pessoas aos cinemas do país. Neste mesmo ano, foram descobertas contas no Riggs Bank, dos Estados Unidos, com mais de 21 milhões de dólares, desviados por militares, com participação de Pinochet.

Assim, a prisão de Pinochet e seu retorno ao Chile acentuou as demandas, além disso, por criar-se uma nova comissão com inclusão de violações não reconhecidas nas anteriores, como tortura, trabalhos forçados e violência sexual (Jara Bustos, 2018: 419), no contexto de rememoração dos 30 anos do golpe de 11 de setembro de 1973. Conhecida como *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Comisión Valech I)*, o informe foi apresentado em novembro de 2004 e demonstrou que havia 3.065 pessoas desaparecidas, 40.018 perseguidas e quase 3.400 mulheres testemunharam ter sofrido violências sexuais.

Se, por um lado, um de seus desdobramentos consistiu em “establecer una pensión de reparación y otros beneficios a las víctimas de dicho Informe, que fue aprobada en tiempo récord, convirtiéndose en la Ley N° 19.992 el 24 de diciembre del mismo año (Ley 19.992, 2004)”; por outro, tramitou de forma rápida (14 dias) um projeto que “[...] en forma inédita-introdujo un secreto de 50 años para los antecedentes de la Comisión” (Jara Bustos, 2018: 422).

Em suma, houve ações de reparação para uma parte da população que sofreu violação de seus direitos, mas em troca ocorreu “un verdadero regalo de navidad del expresidente Lagos”, aos perpetradores. Pinochet faleceu dois anos depois, em dezembro de 2006, sem sofrer condenações ou sem sofrer qualquer condenação.

Contudo, outro capítulo se iniciava nas lutas por verdade, justiça e reparação, pois a chamada “*rebelión pingüina*” havia abalado as estruturas pactuadas pelos grupos governantes do país. Para usar as palavras de um dos principais estudiosos das lutas estudantis no Chile,

consideramos que nos encontramos no ante una simple movilización estudiantil sino ante un verdadero acontecimiento. Es decir, una revolución simbólica que implica una transformación de lugares, una redefinición de los códigos sociales, una impugnación de las relaciones sociales y la creación de símbolos que ponen en duda el propio sistema de representaciones sociales hegemónico. (Aguilera Ruiz, 2011: 11)

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar que uma nova comissão foi constituída, em 2010, fruto de um país que não deixava de lutar cotidianamente contra a impunidade e o esquecimento. Intitulada *Comisión Asesora para la calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura (Valech II)*, entregou o informe em 2011, com o acréscimo de 30 vítimas de desaparecimento e execução política – referentes à Comissão Rettig, dos anos 1990, e 9795 vítimas de sofrer perseguição, prisão e tortura política, com direitos à reparação, conforme a lei Nº 19992 de 24 de dezembro de 2004.

O informe coincide com o final dos quatro governos seguidos da *Concertación*, principal aliança política formada no Chile da transição, mas que deixou de existir após inúmeros desafios não resolvidos ao longo de 20 anos de governo.

Uma nova década se iniciava, com importantes conquistas, mas também com muitas lutas pela frente, principalmente em relação à condenação de militares e civis que atuaram diretamente nas violações sistemáticas de direitos humanos durante a ditadura militar – que o Presidente Sebastián Piñera tentou renomear para regime militar –, realização de

uma ampla reforma nos sistemas educacionais e de saúde pública, com a adoção da gratuidade e qualidade como pilares fundamentais, bem como a transformação do sistema de aposentadoria (AFP) no país, que havia sido privatizado e não garantia a possibilidade de segurança econômica e assistencial para a maior parte da população chilena.

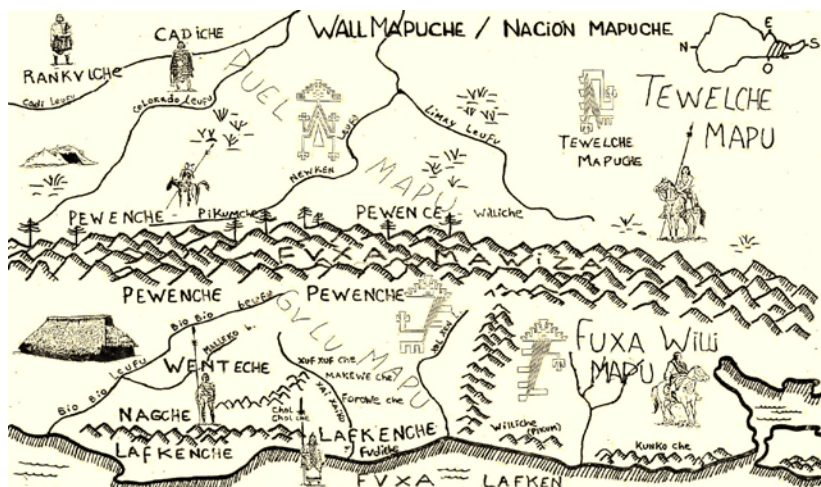
Ao longo de toda a década houve muitas manifestações, como a de estudantes universitários, principalmente em 2011, mas que se manteve em diferentes graus ao longo dos anos, assim como grandes protestos em 2014, 2017 e 2019. De forma simultânea, mas também com muitas conexões entre si, as lutas dos diferentes povos indígenas/originários se acirravam no Chile, pois os resultados tanto da criação da *Corporación Nacional de Desarrollo Indígena* (CONADI), em 1993, quanto da *Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato* (2001-2003) não conseguiam mediar satisfatoriamente as demandas de mais de uma dezena de povos indígenas, no interior de um Estado historicamente excludente e assimilacionista (Araya, 2018: 149).

A luta dos povos indígenas/originários no Chile por justiça e reparação

Até meados do século XX, os principais personagens envolvidos na construção da historiografia chilena dedicaram pouco espaço para a abordagem das populações indígenas como atores ativos da formação do país transandino. Segundo o historiador chileno Jorge Pinto (2003), o problema da ocultação ou silenciamento das populações originárias, nos livros de história havia se estruturado ao longo da segunda metade do século XIX, período no qual o Estado nacional, em processo de expansão territorial e consolidação política, avançou suas fronteiras em direção às comunidades e territórios em que se organizavam as sociedades indígenas. Para usar as palavras do citado historiador chileno,

la historiografía del siglo XIX contribuyó, en no poca medida, a ratificar la imagen tan negativa que se formó la intelectualidad, la clase política y la elite chilena del mapuche en la segunda mitad del siglo pasado. Los cuatro grandes historiadores de la época -Benjamín Vicuña Mackenna, Miguel Luis Amunátegui, Diego Barros Arana y Crescente Errázuriz-,

emitieron juicios lapidarios acerca del indígena. Con la sola excepción de José Toribio Medina, quien en 1882 publicó *Los Aborígenes de Chile*, en uno de los primeros intentos por estudiar científicamente a los pueblos indígenas, los demás historiadores del siglo XIX se olvidaron de ellos o simplemente los excluyeron de la historia. (Pinto, 2003: 171)



Fonte: MARIMÁN, Pablo. *iEscucha wingka...!*, 2006, p. 60

Como assinalou Claudio Espinoza Araya, a situação não se transformou profundamente ao longo do século XX e vem se mostrando bastante desafiadora no século XXI, ao tratar de uma Comissão Parlamentar criada em 1911 para apurar e reconhecer as denúncias feitas por lideranças mapuche, pewenche, pikumche, wenteche, nagche, lafkenche e williche, destacados no mapa acima, feito pelos próprios povos representados:

Al igual que la Comisión Parlamentaria, la Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato presentó un informe ampliamente documentado y con un diagnóstico claro y contundente respecto a los ejes fundamentales que configuraron la relación entre el Estado y los pueblos indígenas. Del mismo modo, el informe presentó una serie de propuestas concretas que a los ojos de las y los expertos que allí confluyeron podrían servir para introducir cambios y mejoras en la relación y situación que afecta a los

pueblos indígenas. Sin embargo, con el correr de los años, y al igual que en 1911, este informe parece haber sido archivado sin que haya logrado incidir en la formulación y aplicación de políticas públicas que reflejaran el trabajo allí realizado. Peor aún, hoy, a 15 años de la publicación del informe, es posible constatar que, por ejemplo en el caso mapuche, el escenario parece haber empeorado. (Araya, 2018: 148-149)

As lutas transfronteiriças dos diferentes povos indígenas no Chile e Argentina se reorganizaram durante as últimas ditaduras e teceram articulações com os movimentos indígenas de outros países de nosso continente.

Somente para citar alguns exemplos, a fundação da Federação Shuar, no Equador, em 1964, conhecida atualmente como Nacionalidad Shuar del Ecuador (NASHE), que tinha como principal objetivo proteger os interesses das comunidades Shuar na Amazônia equatoriana, bem como a organização do katarismo como movimento de organização dos povos Aymara contra a ditadura governamental e a implementação de políticas neoliberais na Bolívia nos anos 1970, marcaram diferentes modos de luta e resistência dos povos indígenas na América do Sul.

A partir da luta da Federação Shuar, construiu-se uma organização indígena regional, a *Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana* (CONFENIAE), com a participação de aproximadamente 1.500 comunidades dos povos Kichwa, Shuar, Achuar, Waorani, Sapara, Andwa, Shiwar, Cofan, Siona, Siekopai e Kijus.

Sobre o caso boliviano, vale a pena trazer a contribuição de Silvia Rivera Cusicanqui, ao afirmar que a luta katarista, representada pela cobra e “honda” andina cimentaram os caminhos para a transformação da Bolívia em um estado plurinacional, mesmo com suas críticas ao modelo adotado no século XXI:

Porque, por ejemplo, la serpiente es de arriba y es de abajo, es masculina y es femenina, es lluvia pero a la vez es veta de metal, se simboliza como rayo que cae de lo alto, pero también como fuerza subterránea. Toda esa dimensión metafórica compleja explica por qué los rebeldes andinos eligieron llamarse kataris y amarus, ‘serpiente’ en aymara y qhichwa

respectivamente. Y explica por qué el emblema, el objeto que mejor traduce la condición torcida y dual del katari, es la q'urawa, la honda andina que se ha utilizado eficazmente en las movilizaciones y bloqueos de caminos de 2000-2005. (Cusicanqui, 2019: 223)

Vale ressaltar que entre as principais demandas das sociedades originárias ou povos indígenas no Chile consistem em tornar o Estado-nacional em plurinacional, impedir que a organização das atividades das pessoas seja mediada pelo viés mercadológico, bem como autonomia e autogoverno em seus territórios, assim como nos casos dos povos indígenas no Equador e Bolívia.

De forma paralela e conectada, os movimentos indígenas no Chile se organizaram contra a ditadura de Pinochet, com importante protagonismo feminino (Calfio, 2009). Segundo o historiador mapuche Rodrigo Levil Chichauhual, foram criados os “Centros Culturales Mapuche de Chile”, que

Junto con suprimir la política indigenista y ejercer represión sobre quienes habían participado y profundizado radicalmente el proceso de reforma agraria, el régimen militar retomó desde 1978 la política de división de las comunidades mapuche, cuestión que activó la necesidad de organización. (Levil Chichauhual, 2006: 233)

Além disso, fundou-se o *Partido por la Tierra y la Identidad*, em 1989, seguido do *Consejo Nacional de Pueblos Indígenas de Chile*, com inclusão das sociedades Mapuche, Aymaras, Atacameñas e Rapa Nui. A luta continuou com a fundação do Awkiñ Wallmapu Ngülam ou Consejo de Todas las Tierras, responsável por atuar contra a expansão das atividades de mineração, construção de hidrelétricas e indústrias florestais na região do Wallmapu, em mapudungun, ou Araucanía, segundo a denominação chilena.

Em escala intercultural e transnacional, os inícios dos anos 1990 haviam se transformado em um importante período de debates e revisões sobre as histórias das resistências indígenas nas Américas, com ênfase para 1992, devido às comemorações dos 500 anos do início das invasões europeias aos territórios de milhares de povos e sociedades.

Entre muitas iniciativas culturais, políticas e culturais, o recebimento do Prêmio Nobel da Paz pela maya k'iche Rigoberta Menchú Tum, em 1992, quando vivia exilada da Guatemala, uma vez que lutara contra o genocídio cometido no país contra diferentes povos maya. Em seu discurso, Rigoberta Menchú destacou que considerava o prêmio “como una de las conquistas más grandes de la lucha por la paz, por los derechos humanos y por los derechos de los pueblos indígenas, que a lo largo de estos 500 años han sido divididos y fragmentados y han sufrido el genocidio, la represión y la discriminación” (Menchú, 1992: s/p).

Em diferentes países, as organizações indígenas se fortaleciam e ganhavam apoio de parcelas importantes de não-indígenas em suas lutas, ainda que de forma reticente, em vários países, em relação às demandas por autonomia, autogoverno e demarcação de terras.

Países como Guatemala e Chile passavam por transições, ainda que muito diferentes. Entretanto, os dois países enfrentavam o poder que os militares representavam e, no caso chileno, as tensões não arrefeceram durante os primeiros anos da transição chilena, com a criação da *Corporación Nacional de Desarrollo Indígena* (CONADI), em 1993, apesar das expectativas criadas com o fim da ditadura:

los primeros años de democracia se centró en la elaboración de una legislación indígena y el Reconocimiento Constitucional de acuerdo a las fórmulas planteadas por el derecho Indígena Internacional a través de organismos como el Grupo de Trabajo Sobre Poblaciones Indígenas de las Naciones Unidas o el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo. (Levil Chicauhual, 2006: 241)

Contudo, as frustrações relacionadas às continuidades das relações do Estado com os povos indígenas levaram a mobilizações e manifestações, a partir de 1997, “que desembocará en lo que actualmente se denomina ‘conflicto mapuche’” (Levil Chicauhual, 2006: 247). Neste sentido, a Coordenadora de Comunidades en Conflicto Arauco-Malleco (CAM), fundada em 1998, passou a desempenhar um significativo papel nas ações nos territórios invadidos por empresas estatais e privadas.

Entre outros desdobramentos, as manifestações levaram à proposta de transformação dos trabalhos da CONADI e criação de uma comissão que marcasse um divisor de águas das relações entre o Estado e a população chilena com os povos indígenas, bem como reconhecesse os conhecimentos, formas de narrar suas histórias e organização sociopolítica indígenas.

A eleição de Ricardo Lagos pela *Concertación* abriu espaço para a criação da *Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato*, em 2001,⁶ organizada em três subcomissões sobre história; legislação e institucionalidade; bem como desenvolvimento econômico e social, todas coordenadas por não-indígenas. Houve também a organização de sete grupos de trabalho com liderança Aymara, Atacameña, Quechua, Colla, Rapa Nui, de Indígenas Urbanos e Mapuche (incluindo os Pewenche e Williche). Além disso, houve a “realización de dos encuentros con dirigentes, organizaciones y comunidades Kawéskar y Yagán del extremo austral, concordando en una serie de propuestas que fueron consideradas por la comisión” (Espinoza, 2018: 152-153).

O informe, com 684 páginas, foi divulgado em 2003, durante o governo de Ricardo Lagos, e foi editado em 2008, no primeiro mandato de Michelle Bachelet, pelo *Comisionado Presidencial para Asuntos Indígenas*.



Fonte: Capa do *Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*

Ainda que a edição não tenha se preocupado com muitas questões estéticas, ressalta em sua capa duas imagens que se referem às representações de quatro pontos cardeais (1ª imagem) e chakana ou “cruz andina” (2ª imagem), ainda que de forma reelaborada em relação às mais comuns, presentes nos mundos simbólicos dos diferentes povos indígenas englobados no Informe.

Está dividido em diferentes seções, com o decreto que criou a comissão; apresentação do mandato, temas e procedimentos; introdução; I Parte, intitulada “Historia de los Pueblos Indígenas de Chile y su relación con el Estado”; II Parte, com o título “Propuestas y recomendaciones para un nuevo trato entre el estado, los pueblos indígenas y la sociedad chilena”.

Não temos como debater todo o Informe. Assim, ainda que longa, pensamos ser importante reproduzir a citação abaixo, apresentada na introdução, uma vez que demarcaram os debates sobre as histórias dos Aymara, Atacameños, Quechua, Collas, Diaguitas, Huascoalinos, Rapa Nui, Mapuche, Pewenche, Williche, Aónikenk, Selk’nam, Yagán e Kawésqar.

Los Pueblos Indígenas que existen y existieron en Chile, son descendientes de los pueblos originarios que habitaron el continente americano. Específicamente en Chile, estos pueblos poseen un pasado de larga duración, su historia es extensa y se remonta a miles de años. Junto con ello, estos primeros habitantes realizaron una apropiación del territorio y una domesticación de los recursos naturales, que les permitió vivir en estas tierras desarrollando sociedades y culturas únicas y originales. En este sentido, las organizaciones políticas prehispánicas, dan cuenta de su propia historia. Son los “primeros pueblos” constituidos en el territorio que hoy ocupa Chile. En este Informe, se trata de rescatar como un eje fundamental de y para la cultura del país, la larga ocupación territorial y la diversidad de sociedades que en estas tierras han vivido.

El estudio que la Comisión ha realizado de los textos de historia y lecturas escolares, muestra que predomina una visión poco equilibrada respecto a la valoración de la conquista, considerándola como un hecho positivo, necesario y fundador de la sociedad chilena. En los Capítulos referidos a cada uno de los Pueblos Indígenas, se ha intentado establecer las

consecuencias que estos procesos tuvieron y, por tanto, una mirada de mayor comprensión y equilibrio. La Comisión revisó los textos escolares de uso vigente, entendiendo que ellos expresan las ideas comúnmente más conocidas respecto de los Pueblos Indígenas. (Chile, 2008: 39)

Como a comissão foi formada por inúmeras pessoas, houve divergências e “votos de minoria” em relação às narrativas históricas incluídas no informe, que questionaram as maneiras como teceram suas histórias⁷ e buscaram desestimar as demandas por restituição de territórios. Ainda que minoritários no interior da comissão, foram “hegemônicas” durante as ações do Estado chileno em relação aos povos originários (Araya, 2018: 149).

Considerações finais

A transição chilena abriu expectativas de redemocratização ou de construção de uma democracia participativa, apesar dos pactos e tutela das forças armadas, particularmente ao longo da década de 1990.

As diferentes comissões da verdade, reconciliação e “*Nuevo Trato*” receberam milhares de testemunhos e buscaram estabelecer recomendações e instruções normativas, com o intuito de promover reparação pelas violações sistemáticas de direitos humanos cometidas não somente por agentes estatais, mas também por relações de opressão anteriores ao golpe de 1973, principalmente em relação aos povos indígenas.

No entanto, os desafios colocados por setores privilegiados da sociedade frustraram muitas das esperanças arquitetadas desde a vitória do “No” à continuidade da ditadura, em 1988, com o lema “Chile, la alegría ya viene”.

Em relação às sociedades originárias, tanto a fundação da CONADI, em 1993, quanto a *Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*, entre 2001 e 2003, engendraram tentativas de se refundar o Estado sob novos pilares, mas não conseguiram implementar ações efetivas de reconhecimento, respeito e reescrita de uma história de formação nacional excludente (Salazar, 2009).

O Chile não é um país isolado ou excepcional na América Latina e podemos observar que, diante dos sistemas estruturalmente racistas, variadas estratégias foram construídas por diferentes povos, ao se deparar

com as constantes invasões que seus territórios sofreram ao longo do tempo, com os objetivos de resistirem, denunciarem e negociarem tais processos, colocando-se como agentes e sujeitos(as) de suas histórias.

Além da organização dos movimentos sociais, ações nos sistemas judiciários, atuação na política e da realização de manifestações, bem como nas produções artísticas, instituições de pesquisa e história foram fundadas por diferentes povos indígenas na Bolívia, como o *Taller de Historia Oral Andina* (THOA), em 1983; a *Comunidad de Estudios Mayas*, fundada na Guatemala, em 2012; e a *Comunidad de Historia Mapuche/Centro de Estudios e Investigaciones Mapuche* (CEIM), no Chile, em 2014.

A insatisfação com os resultados dos processos de paz, transição e mesmo a demora dos cursos de história das universidades em incorporar referências indígenas ou mesmo em debater suas histórias de forma mais simétrica mobilizou vários povos a enfrentar as narrativas profundamente excludentes das historiografias nacionais.

No Chile, o Informe da *Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*, finalizado em 2003 e editado em 2008 buscou incorporar narrativas mais plurais, com interpretações dos próprios povos, mas ainda assim com imposição de categorias consagradas pela Ciências Humanas legitimadas pelos Estados nacionais e pelas universidades.

Não é casual que no agitado ano de 2006, foi publicado o livro “*¡... Escucha, winka...! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro*” que marcou a escrita das histórias mapuche em confronto com interpretações inclusive de autores considerados anteriormente aliados dos povos indígenas.

Referência documental

CHILE. *Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*. Santiago: Comisionado presidencial para asuntos ndígenas, 2008.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)”, *Memoria Americana* 16 (1), Año 2008, p.19-40.

AGUIAR, Carolina Amaral de. “O que restou da ditadura? Documentário contemporâneo chileno e as tensões da memória”. *Domínios da imagem*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2019, p. 116-132.

AGUILERA RUIZ, Oscar. “Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes secundarios chilenos en el 2006”. *Propuesta Educativa*, n. 35, 2011, p. 11-26.

ANSALDI, Waldo (Dir.). *La democracia en América Latina*, un barco a la deriva. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2007.

ARAYA, Claudio Espinoza. “Los límites del reconocimiento en Chile: la Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato y un voto de minoría”. *Tiempo histórico: revista de la Escuela de Historia*, n. 17, 2018, p. 147-163.

BERISTAIN, Carlos. “Verdad, Justicia y Reparación: Democracia y Derechos Humanos en América Latina”. In: BERISTAIN, Carlos.; MORENO, Carolina. (Eds.). *Contribuciones de las políticas de verdad y reparación a las democracias en América Latina*. San José, C. R.: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2011, p. 11-47.

BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli. “Autonomía: la emergencia de un nuevo paradigma en las luchas por la descolonización en América Latina”. In: GONZÁLEZ, Miguel; BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli; ORTIZ-T, Pablo (Org.). *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: FLACSO, 2010.

CALFIO, Margarita. “Mujeres mapuche, voces y acciones en dictadura (1978-1989)”. *Nomadías*, n. 9, 2009, p. 93-112.

CATELA, Ludmila. *Situação-limite e memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. Rio de Janeiro: Hucitec/Anpocs, 2001.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. “Esas papitas me están mirando! Silvia Rivera Cusicanqui y la textura ch'ixi de los mundos”. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 9 (2), 2019, p. 219-230.

DÍAZ PÉREZ, Ivonne Leadith; MOLINA VALENCIA, Nelson. “Comisiones de la Verdad en América Latina. La esperanza de un nuevo porvenir”. *Revista Logos, Ciencia & Tecnología*, v. 8, n. 2, ene.-jun., 2017, p. 5-23.

ESPINOZA, Oscar. “Neoliberalismo y educación superior en Chile: una mirada crítica al rol desempeñado por el Banco Mundial y los ‘Chicago Boys’”. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 3, n. 3, 2017, p. 93-114.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula, QUADRAT, Samanta Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

GARRETÓN, Manuel. “A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 27, 1992, p. 59-92.

JARA, Daniela. “Las Comisiones de Verdad, sus narrativas y efectos en el largo plazo: disputas en torno a la representación de los perpetradores en la posdictadura chilena”. *Atenea*, Concepción, n. 521, jul. 2020, p. 249-264.

JARA BUSTOS, Francisco. “El Secreto de 50 años de los Archivos de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura (Valech I). Ni verdad ni justicia”. *Revista de Derecho Público* (número especial), 2018, p. 417-436.

LLANOS, C.; GONZALEZ, J. A.; STILLERMAN, J. “Desempleo y flexibilización: Alemania Federal y Chile frente a las transformaciones del capitalismo (Décadas de 1970 y 1980)”. *CUHSO*, Temuco, v. 31, n. 1, jul. 2021, p. 200-226. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2452-610X2021000100200&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MARIMÁN QUEMENADO, P.; CANIQUEO HUICAPÁN, S.; LEVIL CHICAHUAL, R.; MILLALÉN, José. *¡...Escucha, winka...! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

MENCHÚ TUM, Rigoberta. “Nobel Lecture (Spanish)”. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1992/tum/26034-nobel-lecture-spanish/>. Acessado em: 01 nov. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras militares. Brasil Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

PINTO, J. *De la inclusión a la exclusión. La formación del estado, la nación y el pueblo mapuche*. 2ª ed. Santiago: DIBAM, 2003.

SADER, Éder. *Um rumor de botas. Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SALAZAR, Gabriel. *Del poder constituyente de asalariados e intelectuales*. (Chile, siglos XX y XXI). Santiago: LOM Ediciones, 2009.

SALAS ZÚÑIGA, Fabio. *La primavera terrestre. Cartografías del Rock Chileno y la Nueva Canción Chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2003.

VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio. *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

ZAPATA SILVA, Claudia. “Atacameños y aymaras: El desafío de la ‘verdad histórica’”. *Estudios atacameños*, n. 27, 2004, p. 169-187.

ZAPATA SILVA, Claudia (Comp.). *Intelectuales indígenas piensan América Latina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala; Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos, Universidad de Chile, 2007.

Notas

1. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: mateus.reis@ufop.edu.br
2. A bandeira foi elaborada pela agrupação mapuche Aukin Wallmapu Ngulam (Consejo de Todas las Tierras), em 1991.
3. As bandeiras de outros povos indígenas/originários também estavam presentes, como a wipala e a rapanui.
4. Somente para citar alguns exemplos, debates mais profundos sobre o tema pode ser encontrado em Sader, 1982; Fico; Ferreira; Araújo; Quadrat, 2008; Ansaldi, 2007; Motta, 2015.
5. Em 2010 e 2011 houve o reconhecimento de mais 30 vítimas de desaparecidos políticos.
6. Os integrantes da comissão foram: Patricio Aylwin Azócar (Presidente), Antonio Alcañiz Canquil, José Bengoa Cabello, Sandra Berna Martínez, Juan Claro González, Obispo Sergio Contreras Navia, Enrique Correa Ríos, Armando de Ramón Folch, Alberto Hotus Chávez, Francisco Huenchumilla Jaramillo, Aucán Huilcamán Paillán, Carlos Inquiltupa Tito, Felipe Larraín Bascuñán, José Llanquarín Calfucura, Adolfo Millabur Ñancuil, José Santos

Millao Palacios, Sonia Montecino Aguirre, Samuel Palma Manríquez, Carlos Peña González, Ivonne Quispe Osorio, Galvarino Raimán Huilcamán, Ricardo Rivadeneira Monreal, Víctor Caniullán Coliñir, José Quidel Lincoleo, Rosamel Millamán Reinao e Juan Carlos Mamani.

7. Claudia Zapata (2004) elaborou uma importante interpretação sobre os desafios enfrentados por Aymaras e Atacameños, ao tecer suas histórias em relação às constantes incursões de incas, espanhóis e chilenos em seus territórios.

As ditaduras de segurança nacional (1964-1981) e o processo de reorganização do movimento indígena e camponês

Mariana Bruce¹

Rafael Araujo²

Introdução

O exame da história boliviana ao longo da segunda metade do século XX perpassa a compreensão dos acontecimentos-chave que marcaram o país naquele período, tais como: a Revolução Nacionalista de 1952³, o ciclo de ditaduras entre 1964 e 1981, o Pacto Militar-Camponês, cuja definição e caracterização será posteriormente apresentada, a centralidade da *Confederación Obrera Boliviana (COB)* nas lutas sociopolíticas entre as décadas de 1950 e 1980 e a ascensão do movimento camponês-indígena, que assumiu inegável protagonismo político durante as últimas três décadas.

Diferentemente dos países do Cone Sul, entre 1964 e 1981, a Bolívia não experimentou uma única e longa ditadura civil-militar. O país viveu quatro regimes de exceção, emergidos em distintos contextos políticos e com características díspares, liderados por René Barrientos (1964-1969), Luis A. Siles Salinas (abril-agosto de 1969), Hugo Banzer (1971-1978) e Luís García Meza (1980-1981). Estes governos foram intercalados por duas gestões de militares de perfil mais nacionalista e que garantiram liberdades

democráticas mínimas, a saber Alfredo Ovando (1969-1970) e Juan José Torres (1970-1971). Ademais, observamos um intenso período de tentativas de transição política para a democracia, entre 1978-1980.

Os governos de Barrientos, Banzer e Meza foram expressões das ditaduras institucionais e doutrinárias das Forças Armadas que se estabeleceram no Cone Sul em meados da década de 1960. Nestes regimes, a instituição militar sobrepôs-se à figura pessoal do ditador e os regimes de exceção construíram parte substantiva da sua legitimidade ideológica de acordo com os paradigmas preconizados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Como ressaltaram Ansaldi e Giordano (2006:87-88), estas ditaduras derivaram da crise dos regimes nacional-desenvolvimentistas que predominaram na América Latina entre as décadas de 30 e 60 do século XX e representaram uma reação das classes dominantes sul-americanas ao contexto político posterior à Revolução Cubana e à consequente proliferação das esquerdas revolucionárias na região. Estas, por meio da luta armada, preconizavam o socialismo, o anti-imperialismo e o combate à desigualdade social⁴.

A DSN surgiu na década posterior ao fim da 2ª Guerra Mundial e estabeleceu os princípios que norteariam as ações estadunidenses durante a Guerra Fria. Tendo como alvo fundamental o enfrentamento da União Soviética e do comunismo, os seus paradigmas influenciaram militares e civis sul-americanos e foram divulgados, principalmente, pelas Escolas Militares. Neste contexto, destaca-se a Escola das Américas, central para o treinamento dos militares que espalharam pelo continente os modelos da guerra antissubversiva.

Segundo Ansaldi e Giordano (2006: 90-91) e Slatman (2023:303), cerca de 60 mil oficiais latino-americanos foram preparados no Panamá dentro dos cânones ideológicos da DSN que se sustentou em tendências antimarxistas e conservadoras de extrema direita, rechaçando o pluralismo político e preconizando uma determinada concepção de “mundo ocidental e cristão” contra o “comunismo totalitário e ateu”. A doutrina voltou-se ao enfrentamento do inimigo interno, ou seja, comunistas e subversivos que poderiam desencadear uma guerra revolucionária. Em razão disto,

as ditaduras institucionais no Cone Sul exerceram um forte controle da sociedade civil, criando um vasto aparato repressivo e promovendo uma intensa batalha contra o comunismo internacional nas frentes militar, política, econômica, cultural e ideológica⁵.

No caso boliviano, como ressaltaram Andrade (2005:132-134) e Zavaleta Mercado (1983:253-256), o golpe de Estado, articulado pelo general René Barrientos em novembro de 1964, inseriu a Bolívia no quadro dos regimes sustentados na DSN. Esta vinculação perpetuou-se nos governos Banzer e Garcia Meza. Segundo Zavaleta Mercado, nesses três casos, a imposição da ordem interna se sobrepôs à defesa das fronteiras. Para tanto, o “Terror de Estado” foi implementado por paramilitares e fez uso de extrema violência contra opositores políticos. Já Andrade (2005: 132) asseverou que, na Bolívia, não apenas o comunismo “mas as próprias políticas nacionalistas e as teses nacional-desenvolvimentistas” foram identificadas como contrárias aos interesses estadunidenses.

Além da Guerra Fria, a crescente polarização ideológica e a fragmentação do movimento camponês-indígena boliviano contribuíram para o advento da ditadura de René Barrientos. De acordo com Andrade (2005, 2007), Torre (2013) e Rocha (2022), ao longo da década de 1960, aumentaram as disputas em torno dos projetos políticos decorrentes da Revolução de 1952 e, em um contexto de agudização das lutas sociopolíticas, os agrupamentos à direita derrubaram o governo de Victor Paz Estenssoro do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR).

A ditadura de Barrientos criou condições para a ascendência militar no Pacto Militar-Camponês cujos parâmetros foram estabelecidos no seu governo. Sobre este acordo, salientamos que a Revolução Nacionalista impulsionou a constituição de sindicatos camponeses que tinham, em seu início, independência política e incorporavam tradições coletivas e comunitárias. Como debateram Andrade (2007:113-114) e Torre (2013:50-51), durante o processo de consolidação da Revolução, o MNR cooptou as associações camponesas por meio das instituições estatais através da manipulação do imaginário de liberdade e propriedade que emergiu do processo revolucionário. Aproveitando-se da ausência de uma

direção autônoma dos camponeses em relação ao MNR e do desejo de integração social, econômica e cultural das suas organizações, eles foram progressivamente integrados ao projeto nacionalista surgido da Revolução, notadamente o campesinato cochabambino transformado em arquétipo da Reforma Agrária, graças a um perfil mais adequado às pretensões *movimientistas*. Aquele era um território de pequenos proprietários mais próximos do ideal integracionista, isto é, distinto das organizações comunitárias do altiplano, os *ayllus*, que, por sua vez, protagonizaram, desde a independência, uma histórica luta de resistência cultural e contra a expropriação de suas terras⁶. Assim, a proposta de reforma agrária, o aparato estatal e as estruturas sindicais burocratizadas foram utilizadas para angariar o apoio ao MNR naqueles termos.

Com a proposta de “restauração conservadora” da Revolução decorrente do golpe de Barrientos, houve um movimento de substituição da articulação sindicato-partido-Estado estabelecida pela Revolução Nacionalista por uma relação mais direta com os camponeses, ancorada na reconstrução do Exército e no personalismo do próprio Barrientos, permanecendo o enfoque no campesinato do departamento de Cochabamba. Contando com o apoio dos EUA, houve o investimento em uma maior presença das Forças Armadas, atuando na provisão de um conjunto de serviços públicos, tais como educação, saúde, alimentação, em obras de infraestrutura e na mediação entre lideranças locais (Soto, 1994; Andrade, 2021). Deste modo, o ditador buscava angariar o apoio do campesinato para combater a influência mineira, de caráter mais autônomo e radical, e reconstruir o Exército que havia sido duramente desarticulado e desmoralizado na Revolução de 1952 (Andrade, 2007).

A morte inesperada de Barrientos, em um acidente aéreo em 1969, resultou em um período de instabilidade política, com a ascensão de alguns militares mais comprometidos com as diretrizes nacionalistas empunhadas pela Revolução de 1952, como o general Alfredo Ovando e o general Juan José Torres⁷. Porém, um novo golpe em 1971 marca a retomada de governos ditatoriais avessos ao diálogo com movimentos populares e que, inspirados pela DSN, valeram-se largamente do terrorismo de Estado para

combater o “inimigo interno”. A proposta desse capítulo é analisar como, nas circunstâncias mais desafiadoras da repressão brutal que marcou a ditadura Banzer (1971-1978), deu-se a reorganização do movimento camponês que rompeu com o Pacto Militar-Camponês e inaugurou uma nova etapa nas lutas populares do país. Uma de suas características principais foi a ascensão dos movimentos indianistas e kataristas do altiplano, que demarcaram um lugar cada vez mais central para a dimensão étnico-racial do fazer político boliviano.

Deste modo, considerando um enfoque mais amplo de implementação da DSN e do Terrorismo de Estado que marcou esse ciclo de ditaduras e, mais especificamente, a ditadura Banzer, recuperamos a história social das resistências ao regime, sem ter, contudo, pretensões de esgotar o tema. Além de uma breve referência às lutas travadas pelo setor mineiro, a proposta é discutir como se deu, em especial, a gestação do sindicalismo camponês katarista. Mesmo diante de severas dificuldades, consideramos que a década de 1970 foi um momento-chave para compreender o giro gradativo que elevou os *indios*⁸ a protagonistas das lutas sociais, derrocando outras representações até então hegemônicas, como a dos próprios operários mineiros. Como consequência desse posicionamento, é possível observar de que maneira, nas décadas seguintes, houve uma maior presença de representantes *indios* no Parlamento que passa a reconhecer a pluralidade étnica do país e até mesmo a formação de grupos armados *indios* orientados para a conquista do Estado. Se esgarçarmos um pouco mais a linha do tempo, podemos citar ainda, como reflexos deste processo, as insurreições indígenas e populares dos anos 2000 e a própria eleição do *aymara* Evo Morales Ayma para o cargo de Presidente da República em 2005, com a subsequente refundação do Estado boliviano como um Estado Plurinacional e Comunitário (2009). Como mencionado anteriormente, consideramos o período da ditadura Banzer como uma etapa fundamental para a compreensão de como os indígenas na Bolívia se (re)organizaram na clandestinidade e assumiram um protagonismo progressivamente mais significativo na cena política.

Clandestinidade, resistências e a reorganização do movimento camponês-indígena

O golpe de Estado de agosto de 1971 liderado por Hugo Banzer encerrou um período de mínimas liberdades democráticas e maiores possibilidades de organização política que marcaram os governos dos generais Ovando e, principalmente, Torres. O golpe foi articulado por grupos das Forças Armadas alinhados com a burguesia, com o setor do agronegócio da região Oriente, especialmente no departamento de Santa Cruz de La Sierra, e com frações das classes médias que se opunham ao governo do general Juan José Torres, principalmente, por suas iniciativas de diálogo com o movimento popular e pela implementação de um programa de governo baseado em preceitos nacional-desenvolvimentistas.

Esses setores buscaram o realinhamento da nação andino-amazônica aos paradigmas defendidos pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e, por isso, retomaram os cânones estabelecidos pela DSN que vigoraram na Bolívia, sobretudo, no governo de Barrientos (Ansaldi e Giordano, 2006: 98; Slatman, 2023: 304). Assim, a guerra antissubversiva foi central para a ditadura Banzer e a violação de direitos humanos, uma constante. Somente em Santa Cruz de La Sierra na ocasião do golpe cerca de 100 pessoas foram assassinadas (Hernandez, 2023:272). Em La Paz, em razão da forte resistência articulada pela Assembleia Popular durante o governo Torres e protagonizada por trabalhadores e jovens, também houve mais de uma centena de mortos e feridos⁹.

No informe executivo da *Comision de la Verdad*, estabelecida pela Lei 879 de 3 de dezembro de 2016, constam vários dados relevantes relacionados à violação de direitos humanos no período. Destaca-se, por exemplo, a participação ativa do regime Banzer na Operação Condor através do intercâmbio de informações e no desenvolvimento de ações paramilitares coordenadas por agentes da Argentina e do Chile. São mencionados o sequestro de ativistas revolucionários, o desaparecimento de opositores e o envio de ativistas e “*personas consideradas peligrosas*” originários de outros países sul-americanos para seus respectivos governos ditatoriais o que resultou em uma “larga lista de desaparecidos” (*Comisión de La Verdad*, 2021:29-32). Cita-se ainda o envolvimento dos setores agroempresariais de

Santa Cruz no golpe que resultou na ascensão de Banzer e no massacre ocorrido no dia 21 de agosto de 1971 contra estudantes, professores e representantes de setores populares. Outros massacres também são citados como o “*Masacre del Valle*” nas comunidades de Tolata e Epizana em 1974, o qual trataremos mais adiante.

(...) La resistencia del pueblo cruceño al golpe del 21 de agosto de 1971, especialmente de estudiantes y docentes universitarios, devino en violenta represión a los sectores populares y que tuvo su epicentro en la Federación de Fabriles, la Iglesia de La Merced y, sobre todo, en los predios de la Universidad Gabriel René Moreno. Esta represión provocó una masacre con asesinatos, heridos y desaparecidos, y cuyo alcance resulta difícil conocer por la destrucción o desaparición de la documentación hemerográfica relativa al acontecimiento. (...) Producto del Plan Cóndor que trascendió la dictadura del Gral. Banzer, aún se encuentran desaparecidos 27 compañeros entre bolivianos desaparecidos en la Argentina, además de argentinos y chilenos, entregados por la dictadura boliviana a ambos países (Comisión de La Verdad, 2021:29-32).

Vale reforçar que a ditadura de Hugo Banzer representou um momento de inflexão para os movimentos sociais e populares na Bolívia, dado o caráter brutal da repressão e a derrocada do Pacto Militar-Camponês. O terrorismo de Estado, como afirmamos, era uma realidade desde o governo de René Barrientos. Alguns dos relatos mais duros e diretos de que se tem registro encontram-se no livro de memórias de Domitila Barrios de Chungara, “Se me deixam falar”, escrito por Moema Viezzer, em 1979, e baseado em um conjunto de entrevistas realizadas, em 1975, a uma das principais lideranças do “*Comité de Amas de Casa*” da mina Siglo XX, localizada no departamento de Potosí. No livro, Barrios de Chungara conta como já havia sobrevivido a alguns massacres, como o da Noite de San Juan quando, em 1967, os mineiros, surpreendidos pelas tropas militares na madrugada após os festejos de São João, foram violentamente assassinados ou aprisionados. Ela narra em detalhes a tortura que sofreu em 1969 após ser presa, estando grávida e a ponto de dar à luz em pleno cárcere, quase morta, e como seu bebê não resistiu (Viezzer; Barrios de Chungara, 1979, p. 181-200).

O “*Comité de Amas de Casa*” cumpriu um papel importante na construção da luta sindical mineira, conferindo visibilidade à opressão de gênero associada à vida nos acampamentos, caracterizada pelo trabalho não remunerado de reprodução da vida. As mulheres precisavam complementar a renda com outras atividades, como a confecção de produtos têxteis e o processamento e venda de alguns alimentos, dado que os poucos salários eram insuficientes para garantir condições mínimas de subsistência (Solberg, 1973; Viezzer & Barrios de Chungara, 1979; Sebastián Rojas, 2023). A atuação do Comitê foi fundamental na articulação das greves, nas denúncias das prisões arbitrárias de cônjuges, na luta contra as condições de superexploração da família mineira, contra a abertura da estatal *Corporación Minera de Bolívia* (COMIBOL) ao capital estrangeiro (que resultou em redução de salários e na perda de influência dos sindicatos na administração) e no estabelecimento de uma agenda de gênero que incluía discussões sobre dupla jornada, violência contra a mulher, direito à educação nas minas, entre outras.

No livro, ao referir-se ao golpe de Banzer, Barrios de Chungara (1979, p. 223) ratifica muitos dos elementos denunciados no informe da *Comision de la Verdad*. Narra, por exemplo, como sua chegada desencadeou uma onda de violenta repressão, incluindo assassinatos de lideranças estudantis e operárias. A autora menciona também o fechamento dos sindicatos, a censura aos meios de comunicação e os graves efeitos do pacote de medidas de austeridade implementado no período e que acirrou ainda mais a exploração e as desigualdades existentes. De acordo com ela:

O general Hugo Banzer não chegou ao poder pela vontade do povo, mas sim, pela força, metralhando universidades, matando e prendendo um mundo de pessoas. E uma vez consolidado no poder, começou a tomar medidas atentatórias contra nós: primeiro, a desvalorização da moeda, depois o pacote econômico, depois o fechamento das nossas emissoras mineiras. Assim. Fecharam os sindicatos, publicando um decreto que diz que não devem existir sindicatos na Bolívia, nem a Federação de Trabalhadores Mineiros, nem a Central Operária Boliviana, que são órgãos mais importantes do movimento operário boliviano. Anularam tudo. E pensaram, com isso, poderão fazer o que quiserem na Bolívia. (Viezzer; Barrios de Chungara, 1979, p. 223)

Apesar da brutal repressão, a luta popular seguiu seu curso e, em meio a enfrentamentos diversos, Domitila Barrios de Chungara, junto ao *Comité de Amas de Casa* e aos seus companheiros mineiros, seguiram organizando manifestações, greves e tentativas de aproximação com os camponeses. Vale destacar uma rede clandestina de comunicação na qual as mulheres faziam uso do espaço das feiras para disseminar palavras de ordem do sindicato para distintas regiões, divulgar boicotes contra fura-greves, além das campanhas de greve de fome entre 1976 e 1978 realizadas em edifícios públicos para exigir a libertação de companheiros presos. Estas últimas foram decisivas para alcançar importantes conquistas para o movimento e contribuíram para a derrocada de Banzer em 1978 (Sebastián Rojas, 2023:140-141)

Por outro lado, enquanto as emissoras de comunicação mineiras eram alvo da repressão e censura de Banzer, no mundo camponês *quechua-aymara* do altiplano, as rádios comunitárias, muitas das quais subsidiadas por missionários, pela Igreja Católica e por ONGs, contavam com uma margem considerável de liberdade, pois seus conteúdos eram considerados de um “exotismo inconsequente” (Camargo, 2006:165). Tais rádios funcionavam como um instrumento de contato entre os indígenas urbanos e o mundo rural e desempenharam um papel importante na difusão do nacionalismo *aymara*, bem como de aspectos culturais derivados das cosmopercepções indígenas. Desde o final dos anos 1950, e sobretudo, nos anos 1960 e 1970, muitas dessas rádios cumpriam o importante papel de disseminar a voz do povo *aymara*, pautando a reivindicação cultural e o resgate de uma longa história de lutas sociais. É a partir deste lugar que emerge gradativamente a reorganização do movimento camponês, o que confere cada vez maior centralidade à dimensão étnico-racial.

Para Barrios de Chungara (1979:229), nas décadas de 1960 e 1970, os camponeses não tinham a mesma influência que os operários mineiros, com exceção de algumas organizações independentes da *Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia*(CNTCB), mais dispostas à construção de uma aliança operário-camponesa, como a *Federación de Campesinos Independientes* e a *Confederación Sindical de Colonizadores*. Porém, mesmo que não tivesse a mesma ascendência do sindicalismo mineiro e ainda estivesse sob a influência do Pacto Militar-Camponês no

seio da CNTCB, já podemos identificar evidências de um giro gradativo em direção a um maior protagonismo *indio*. No VI Congresso da CNTCB ocorrido em 1971 no departamento de Potosí e ainda sob o governo de Torres, o intelectual *quechuaymara* Fausto Reinaga fez a defesa da *Tesis India* a convite da *Federacion Departamental de Trabajadores Campesinos de La Paz*. Reinaga denunciava os limites do nacionalismo revolucionário e das esquerdas marxistas em compreender a real situação do *indio* na Bolívia e a necessidade de que este se tornasse protagonista de sua própria revolução, rompendo com os mediadores que atuavam em seu nome. *Tesis india*, que depois foi publicado como livro com *La revolución india* (1970) e *Manifiesto del partido indio boliviano* (1970), todos de autoria de Reinaga, compõem a tríada indianista que marca o início de uma nova ideologia política cuja característica principal é a defesa do protagonismo *indio* no processo de luta, de emancipação social e de reescrita da história. Na ocasião do referido congresso, os indianistas conseguiram eleger Jenaro Flores para a secretaria executiva da entidade, cargo que ocupou até 1988. Flores, assim como Reinaga e outros, inspirados no indianismo, faziam parte das novas gerações de estudantes *aymaras* que ingressaram na universidade e, com o domínio do espanhol articulavam pontes entre o mundo *indio* e o mundo do *cholaje blanco mestizo*, entre o mundo rural e o mundo urbano. Flores havia se formado em Direito pela Universidade Mayor de San Andrés e, desde La Paz, vinha participando de levantes étnicos. Foi, além disso, um dos fundadores, com outras lideranças *aymaras*, do movimento katarista na capital¹⁰.

Hashizume (2010, p. 133) considera que em outros sindicatos camponeses como, por exemplo, na Federação de Camponeses Independentes (ou Bloco Independente Camponês) também houve uma espécie de ensaio ao katarismo. Seus dirigentes se inspiraram nas ideologias de esquerda classistas e buscavam construir uma organização sindical camponesa com maior autonomia em relação ao governo e ao sindicalismo oficial da CNTCB. Raimundo Tambo, por exemplo, atuou como dirigente desta organização na década de 1960 e também participava dessa primeira geração de kataristas quando percebeu que o classismo por si só não era suficiente para explicar a realidade e orientar as lutas.

Já na *Federación de Colonizadores* aconteceu algo semelhante. Podemos destacar a participação de Luciano Tápia que tinha sido dirigente da referida organização e, posteriormente, foi um dos fundadores do *Movimiento Indio Tupac Katari* (MITKA), também de orientação katarista. Tápia precisou se esconder na selva do Alto Beni devido às perseguições do governo Banzer aos camponeses que buscavam uma organização independente e eram considerados “guerrilheiros” e “comunistas”. Foi quando teve uma revelação: o motivo de sua perseguição era menos por estar associado ao comunismo e mais por ser *indio*. Por isso, decidiu fundar o MITKA, inspirado nos movimentos dos *ayllus* que havia testemunhado quando criança no departamento de Potosí. Tápia reivindica a figura lendária de Tupac Katari, da qual trataremos mais adiante, como representante dessa tomada de posição (Tápia, 1995:320). O dirigente acabou preso e foi duramente torturado durante a ditadura Banzer.

De maneira análoga, no âmbito do processo de racialização ou etnização da política da década de 1960 e, principalmente, de 1970, poderíamos citar as primeiras articulações entre os povos indígenas das terras baixas do oriente boliviano. A partir da atuação de líderes como “Sombra Grande”, o guarani Bonifacio Barrientos, foram formadas as primeiras organizações que, de igual maneira, partiram do pressuposto de que era necessário se organizar como *indios*, com uma agenda específica de lutas que confrontasse o Estado para reivindicar seu direito à cidadania, aos territórios e ao reconhecimento de sua existência por toda a comunidade nacional. (Albuquerque, 2023: 131-132)¹¹.

A crescente sensibilização de intelectuais indígenas, como Fausto Reinaga, e dirigentes camponeses, como Flores, Tambo e Tápia no altiplano, ou Sombra Grande nas terras baixas, quanto ao reconhecimento da questão étnico-racial e sua indissociabilidade da luta de classes não foi alcançado explicitamente pelo sindicalismo mineiro, tradicionalmente alinhado ao repertório classista marxista. No contexto das minas, é preciso considerar a opressão a partir de um plano cultural-civilizatório. Muitas das famílias migrantes, que ao longo dos anos foram viver nas zonas mineiras, passaram por um processo de apagamento da sua identidade étnico-racial, típico do processo de “*mestizaje colonial andino*” (Rivera Cusicanqui, 2010:46)¹².

Na perspectiva de Silvia Rivera Cusicanqui (2010:214), a ascensão dos movimentos indianistas e kataristas, em particular, serviu para transitar do que a autora chama de uma *memoria corta*, isto é, uma memória de curta duração, hegemônica, centralizada na Revolução Nacionalista de 1952, no seu modelo de Reforma Agrária e em uma perspectiva de cidadania indígena em regime tutelar e integracionista, a uma *memoria larga*, isto é, uma memória de longa duração que retoma, no presente, as lutas anticoloniais protagonizadas por indígenas no passado, compreendendo a continuidade da situação colonial e a ênfase no sujeito racializado. O resgate de Tupac Katari, *malku aymara* que, em 1781, liderou uma das mais significativas insurreições indígenas do território, como símbolo dessa reorientação é emblemático, pois representa o deslocamento geográfico do epicentro político de Cochabamba, onde se concentrou boa parte da reforma agrária de 1953 e onde se estabeleceu com maior enraizamento o Pacto Militar-Camponês, para o interior do altiplano andino, com suas comunidades, *ayllus* e autoafirmação étnica, particularmente *aymara* (Cabtree et al, 2009: 28).

Segundo Choque Canqui (in Ticona, 2011:31), foi no *Centro de Coordinación y Promoción Campesina MINK'A*, em La Paz, que se gestaram várias organizações políticas kataristas importantes, tais como: o MITKA, já citado, o MRTK (*Movimiento Revolucionario Tupac Katari*) e o MNTK (*Movimiento Nacional Tupac Katari*). O MINK'A era composto, principalmente, por estudantes *aymaras* que tinham saído das províncias para estudar na capital (um de seus fundadores foi Mario Gabriel, cunhado de Jenaro Flores), mas mantinham um contato contínuo com as suas comunidades de origem (Hashizume, 2015). Foi criado em 1969 e, a partir de 1971, em parceria com o *Centro Cultural Tupaj Katari*, disseminavam língua, cultura e ideias através das rádios, tendo como alvo a população indígena rural *quechua-aymara* analfabeta (Escárzaga, 2012:196).

Assim, na clandestinidade durante a ditadura Banzer, essas organizações realizavam encontros em várias províncias e atuavam na mobilização popular. Em 1973, algumas entidades como o MINK'A, o *Centro Cultural Tupaj Katari*, a *Asociación Nacional de Profesores Campesinos* e a *Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia* lançaram o Manifesto Tiahuanaco, após uma grande concentração camponesa indígena naquele sítio arqueológico localizado no

departamento de La Paz. Trata-se de um documento-chave que sintetiza princípios importantes que deram o tom às inúmeras organizações que se forjaram a partir da denúncia da perpetuação da exploração econômica e da opressão política e cultural de camponeses *aymaras* e *quechuas*, bem como de outras culturas autóctones do país (MINK'A et al, 1973:116-119). No Manifesto, eles saíram em defesa da cultura, em particular, das culturas *aymara* e *quechua* e denunciaram os intentos sistemáticos contra as mesmas. Argumentam, além disso, que as heranças da colonização e a marginalização destes setores subalternos não foram alteradas durante o período republicano, mesmo após a Revolução de 1952 que conquistara a reforma agrária e o voto universal. Diante desse cenário, reivindicam sua própria história ancestral, reforçando a ideia de que são povos milenares, anteriores à conquista espanhola e que o seu passado serve de inspiração para um horizonte de libertação construído a partir do protagonismo *índio*.

Um ano depois do lançamento do Manifesto, em 1974, em Cochabamba, até então principal reduto do Pacto Militar-Camponês, camponeses em greve foram duramente reprimidos pela ditadura Banzer o que resultou em um massacre que deixou, aproximadamente, 80 mortos e dezenas de feridos e desaparecidos. Em resposta a um decreto que previa a alta dos preços da cesta básica e a desvalorização da moeda nacional, o sindicato da fábrica de sapatos escolares Manaco deu início aos primeiros protestos, aos quais se seguiram bloqueios de estradas, envolvendo várias comunidades camponesas duramente afetadas por tais medidas. Nesse momento, as ilusões geradas pela reforma agrária de 1953, que havia distribuído terras, porém sem qualquer política de incentivo à produção, já não se sustentavam ante a dura realidade vivida pelo campesinato. A ditadura respondeu com o envio de tanques e aviões de guerra que dispararam contra os povoados de Tolata e Epizada e a declaração de zonas militares em várias regiões do Vale Alto cochabambino. O informe da *Comisión de la Verdad* (2021:29-32), a que nos referimos anteriormente, menciona também os massacres de Sacaba e Melga e o significado desta repressão como um “*bautizo con sangre de un nuevo proyecto estatal construido en torno al empresariado privado y a la casta militar*” que “*implicó la ruptura de los últimos vínculos que mantenía el Estado con las clases populares*”. Ainda segundo o informe:

Estas acciones militares fueron ejecutadas para vencer la resistencia del movimiento campesino que, hasta este sangriento hecho, había sido diezmado y reprimido por el Pacto Militar Campesino articulado como instrumento de dominación (...) La Masacre del Valle fue el inicio de la ruptura del régimen banzerista con el campesinado, debido al uso desproporcional y sistemático de la fuerza para aplacar el descontento social que en ese momento abanderó mayoritariamente el campesinado cochabambino. (...) La Masacre del Valle fue un hecho de relevancia política y social cuyo estudio no ha sido profundizado, como consecuencia de la impunidad que se ha estructurado sobre la etapa militar y la violación de derechos humanos en Bolivia y, también, por un velado racismo que ha ocultado sistemáticamente un hecho tan importante de la historia del movimiento indígena -campesino (Informe da Comisión de la Verdad, 2021:29-32)

O *Masacre del Valle* é considerado um marco fundamental para o esfacelamento definitivo do Pacto Militar-Camponês (Zavaleta Mercado, 1977, Comisión de la Verdad, 2021) e para a radicalização do katarismo como saída possível para o movimento camponês (Rivera Cusicanqui, 2010).

Segundo Escárzaga (2012:197), no processo de radicalização e expansão do katarismo, duas grandes tendências se consolidaram no seio do movimento: uma com enfoque na dimensão étnico-racial (MITKA) e outra mais classista (MRTK), embora reivindicando o caráter étnico também presente na formação do campesinato.

Em sua autobiografia, Felipe Quispe Huanca (1999) oferece um conjunto de descrições interessantes sobre como se dava a mobilização na clandestinidade junto às comunidades *aymara* e *quechua* naquele período. O líder *aymara* conta que se aproximou do MITKA, em particular, e atuou no processo de reorganização da luta camponesa através da participação em um programa de entrevistas em uma rádio adstrita ao *Centro de Investigación y Promoción del Campesinato* (CIPCA) que propunha um projeto de difundir através de uma radionovela a vida, luta e morte de Tupac Katari.

Segundo Quispe Huanca (1999:11), o programa acontecia em meio à “*cruel y sanguinaria dictadura de Bánzer*” e foi um espaço muito importante de

identificação para o povo *indio*, especialmente *aymara*, cuja própria história fora em geral apagada e silenciada. Assim, em 1975, depois de participar do programa, Huanca foi convidado por Jaime Apaza Chuquimia, (outro importante representante da geração de estudantes *aymara* que defendiam a causa índia na capital e que, na ocasião, trabalhava na referida ONG) a aprofundar o legado de Tupac Katari, sobretudo no que se refere à necessidade de estruturar uma organização de caráter político-militar que pudesse tomar o poder político em nome das “*Naciones Indias del Tawantinsuyu*” por uma “*revolución libertadora del Collasuyu*”. Neste momento, o *Movimiento Indio Tupac Katari*(MITKA) já existia com este propósito e Quispe Huanca foi convidado a agregar-se a suas fileiras.

Após o encontro com Jaime Apanza, ambos acabaram criando um vínculo profundo: eram como “*carne y uña*” (Quispe Huanca, 1999:14), enfrentando muitas dificuldades e sacrifícios pela causa *india*. Como novo integrante da organização, cumpria as tarefas que lhe eram designadas. Em plena ditadura, se camuflavam de radialistas e rodavam por várias províncias de La Paz. Além dos programas de rádio, realizavam também concursos de poesia. Chegaram a criar a “*Asociación de Poetas y Escritores Aymaras*” como porta de entrada a uma discussão política mais profunda que contextualizasse a luta para o enfrentamento ao “sistema capitalista e imperialista”, de “*liberación de las Naciones Indias*”, em prol de uma sociedade “*sin discriminación racial al indio*”, “*humanista, democrática y de justicia social, sin opresores ni oprimidos*” (Quispe Huanca, 1999:21-22). O MITKA não estava aberto a todos os participantes do concurso. Havia uma triagem. Nas viagens de campo, aproveitavam para entrevistar comunários, falavam sobre sua triste situação e realizavam gravações “magnetofônicas” (Quispe Huanca, 1999:14). Discursavam para as comunidades à noite, utilizando o idioma nativo para abordar as questões políticas, econômicas e sociais do *indio* no país. Defendiam uma perspectiva de “*futuro de un pasado*”, quer dizer, um futuro que se funde no que havia sido o mundo *indio*: “*porque el pasado funda el futuro, como éste a su vez funda al pasado, porque vuelve sobre él en cuanto es futuro de ese pasado, así como ese pasado es pasado de ese futuro*” (Fantone *apud* Quispe Huanca, 1999:14-15). Tratava-se de uma forma de dar validade à identificação *india*, não só do ponto de vista

da construção de uma autoafirmação identitária, mas também na defesa de uma alternativa social e política distinta dos modelos hegemônicos vigentes, fossem das esquerdas convencionais ou das direitas e na defesa de um futuro ancestral. Ele descreveu as dificuldades para a realização desses *cabildos* nas comunidades, considerando a repressão a lideranças vinculadas às organizações não controladas pelo Estado (Quispe Huanca, 1999:20). A repressão de Banzer representava na prática a autorização para o assassinato de qualquer liderança considerada subversiva. Portanto, toda ação clandestina precisava ser muito bem planejada. O autor conta como utilizavam, por exemplo, igrejas evangélicas e católicas para fazerem reuniões.

Contudo, o MITKA e as demais organizações indianistas e kataristas não conseguiram construir um consenso ou unidade nas lutas. As tensões entre setores mais moderados e mais radicais reverberou também nos congressos da CNTCB que, sob a hegemonia do grupo de Flores, tendia a uma maior aproximação a outras organizações de viés mais classista. Em julho de 1978, com o fim da ditadura Banzer, foi fundada a *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia*(CSTUCB) e Jenaro Flores foi eleito secretário executivo. Para Quispe Huanca, a rejeição do epíteto Tupac Katari na nova agremiação seria evidência do silenciamento dos kataristas mais radicais em seu interior e demonstração da hegemonia dos setores mais vinculados ao katarismo classista ou campesinista¹³. De fato, Flores continuou atuando como secretário executivo da CSTUCB até 1988, mantendo uma política de aproximação a outras entidades, como a COB que ainda cumpria um papel relevante na arena política, sobretudo no contexto da redemocratização.

Face ao esgotamento do Pacto Militar-Camponês e à rearticulação do movimento camponês, segundo Zavaleta Mercado (1983: 219), houve, ao final da ditadura Banzer, uma (re)composição de um pujante movimento de massas a partir da formação de um novo bloco histórico que aliou operários e camponeses sob a liderança dos primeiros e que incorporou o pleito da democracia representativa. Estes aspectos foram observados na ocasião do golpe de Estado promovido por Natush Bush, em novembro de 1979. Naquele momento, o desencadeamento de uma greve geral, deixou evidente

a incorporação de métodos políticos da luta agrária às táticas insurrecionais da classe operária, com o apoio explícito das entidades camponesas.

Dialogando com as formulações de Zavaleta Mercado (1983), Tapia (2002: 271) também afirma que a greve geral de novembro de 1979 não apenas possibilitou a composição de um novo bloco histórico, mas retomou as raízes ou tradições do movimento operário e da própria história das rebeliões kataristas do passado. Além disso, produziu uma fusão de grupos subalternos com distintas identidades e histórias que tinham em comum o fato de serem trabalhadores organizados. Esse bloco, para Tapia e Zavaleta Mercado, foi liderado pelos proletários. Aliás, a sucessão de oito presidentes, entre 1978 e 1982, se deu devido à resistência dessa oposição que, depois de perseguida, se reerguia com uma capacidade de mobilização popular que frustrava toda tentativa de interromper a abertura democrática através de greves gerais, protestos em massa nas cidades e o bloqueio das principais estradas do país (Andrade, 2021).

A principal novidade política daquele momento foi a emergência de um pujante movimento indígena-camponês que, por meio de diversas entidades, foi ganhando gradativamente espaço e protagonismo de modo que, a partir da década de 1990 e, principalmente, nos anos 2000, suplantou a participação mineira, até então hegemônica. Sendo assim, se até a década de 1980, como asseveram Garcia Linera (2007, 2010) e Svampa (2023), os mineiros eram os protagonistas das lutas populares e da resistência ao ciclo ditatorial pós-1964 e peças-chave para o processo de redemocratização boliviana, depois de 1985, consolidou-se um cenário em que as entidades mineiras perdem espaço para as entidades indígenas. Estas assumem a liderança nos embates sociopolíticos, como afirmamos no início deste artigo, considerando a influência desse momento para a própria eleição de Evo Morales em 2005.

Considerações finais

O ciclo de ditaduras inspiradas na DSN representa, na história boliviana, um momento-chave para refletir sobre o declínio da estrutura legada pelo nacionalismo de 1952, a crise do setor mineiro e o processo de reorganização do movimento camponês indígena. Destaca-se, nesse período, a ascensão

do nacionalismo *aymara* que, graças a uma política cultural disseminada na clandestinidade através do uso das rádios, colaborou para popularizar uma releitura da história. Tal contexto recupera uma memória de longa duração que contribuiu a uma retomada de lutas anticoloniais cuja maior expressão encontra-se no movimento indianista katarista.

Sob a insígnia de Tupac Katari e com a contribuição do indianista Fausto Reinaga, ocorreu um fértil processo de reorganização das lutas que adotou o viés étnico-racial como eixo indispensável para o fazer político. Tratou-se de um processo que, ao longo das décadas seguintes, desencadeou uma reemergência indígena que teve como uma de suas consequências mais expressivas a eleição do primeiro presidente *aymara* da história do país, Evo Morales, que, a despeito das contradições profundas nas quais se viu imerso, favoreceu uma mudança de paradigmas significativa: de que os *indios*, sim, poderiam governar o país e que seu repertório ancestral também deveria ser considerado na construção do Estado Boliviano, das políticas públicas e de uma agenda global.

Para Silvia Rivera Cusicanqui, que participou do processo de reorganização do sindicalismo camponês *quechua-aymara* no Altiplano, malgrado a ditadura Banzer que a obrigou ao exílio, os anos 1970 traziam uma perspectiva otimista de renovação para a Bolívia (Rivera Cusicanqui, 2010: 17). Devido ao surgimento das organizações indianistas kataristas, acreditava-se que estas seriam capazes de articular a pluralidade cultural do país em prol de um novo sistema político mais inclusivo, aberto à diferença, com um viés descolonizador e sob o protagonismo das maiorias *indias*. Porém, tais esperanças foram rapidamente frustradas, pois o fim da ditadura Banzer não representou um retorno à democracia e divisões no seio do indianismo e do katarismo impediram a construção de uma unidade e uma maior influência desta vertente no âmbito político-eleitoral. Destarte a participação da CSUTCB nas greves convocadas pela COB em 1979 e o papel que esse novo bloco histórico operário-camponês cumpriu no tortuoso processo de redemocratização, não houve um retorno imediato à democracia propriamente dita. A ascensão de Mesa em 1980 conferiu um novo fôlego a um modelo de ditadura inspirado na DSN e no terrorismo de Estado.

Mesmo com sua derrocada em 1981, houve uma reintegração das velhas elites à administração do Estado (Rivera Cusicanqui, 2010:18).

A CSUTCB foi duramente afetada pelo profundo “divisionismo” em seu interior e as representações kataristas não lograram alcançar expressividade eleitoral nos pleitos que se seguiram nos anos 1980. Outrossim, elegeram alguns candidatos *indios* como Luciano Tapia do MITKA, por exemplo, que foi deputado federal entre 1982 e 1985. Em consonância com uma política global que caminhava no sentido de reconhecer as “minorias” excluídas de representação liberal, houve algumas conquistas significativas: em 1991, o país ratificou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes da Organização Internacional do Trabalho(OIT); em 1993, teve seu primeiro vice-presidente *aymara*, Victor Hugo Cárdenas, durante o primeiro mandato de Gonzalo “Goni” Sánchez de Losada (1993-1997); e, em 1994, a reforma constitucional reconheceu, pela primeira vez, o caráter multiétnico e pluricultural da nação, bem como o direito à posse de territórios ocupados por comunidades autóctones (que, até então, só tinham direito ao usufruto do território), além de promulgar a Lei de Participação Popular que abriu espaço para a municipalização do poder, favorecendo às organizações indígenas. Apesar dessas conquistas importantes no âmbito da legislação e da representação, houve também um esforço por parte dos governos instituídos em esvaziar o conteúdo revolucionário de algumas organizações indígenas em favor de uma concepção que assimilasse o componente multicultural sem, contudo, alterar as estruturas que contribuíam para reproduzir o colonialismo interno. Nesse sentido, o governo Goni exibiu uma agenda neoliberal apoiada em setores mais conservadores do indigenismo e que resultou em um processo de desresponsabilização do Estado no que diz respeito à resolução de problemas sociais. Nas décadas de 1990 e 2000, este tipo de reformas atingiu o auge o que resultou no recrudesimento das desigualdades sociais e raciais que afetaram diretamente as classes populares e indígenas.

Do ponto de vista do setor mineiro, vale destacar que, além da dura repressão sofrida durante o ciclo de ditaduras, a privatização da *Corporación Mineira de Bolívia* (COMIBOL) em 1985 e o ciclo de reformas neoliberais

dos anos 1990, contribuíram para a derrocada definitiva da hegemonia da COB nas lutas populares do país, conforme discutem Cajías de La Vega (2001) e García Linera (2010). Nesse cenário, coube aos *cocaleros* de El Chapare em Cochabamba, em resposta à política da “coca zero”, assumir o protagonismo na (re)construção de um bloco histórico que pudesse alavancar uma agenda de lutas ancorada no protagonismo *indio*. Adotando um tom mais moderado e conciliador, se comparado àquele dos kataristas do altiplano, foi possível construir uma ampla frente em torno ao *Movimiento al Socialismo*(MAS) como um instrumento político para alcançar o poder, utilizando-se da fórmula do “poncho e gravata” e lançando a candidatura do *aymara* Evo Morales à presidência da república e de Alvaro García Linera, um aliado branco, à vice-presidência. Morales destacou-se na direção das seis federações sindicais *cocaleras* de El Chapare; foi eleito deputado do Congresso Nacional em 1997, representando as províncias de Chapare e de Carrasco de Cochabamba com 70% dos votos do distrito — votação superior a de qualquer outro dos parlamentares eleitos naquela ocasião. Desempenhou um papel destacado nas insurreições dos anos 2000, principalmente na Guerra da Água, em Cochabamba em 2000 e na Guerra do Gás com epicentro em La Paz e El Alto em 2003.

O discurso katarista teve uma melhor acolhida nas terras altas do altiplano, sobretudo entre as comunidades *ayllus*, mas não conseguiu alcançar a maioria nas zonas periurbanas de grandes centros como El Alto, La Paz, Oruro e Cochabamba que falam castelhano e que, de alguma forma, tinham se distanciado de suas comunidades de origem

Ainda assim, a rebeldia ancestral de figuras como Felipe Quispe Huanca, por exemplo, líder dos movimentos kataristas e indígenas do altiplano andino, cumpriu um papel importante em manter atualizada e em disputa a premissa da revolução índia anunciada por Fausto Reinaga nos anos 1970. A perspectiva racializada e radical, que sempre sustentou e que segue viva, ocupa um importante lugar no debate político boliviano, à luz das experiências governamentais de Morales e, em particular, de Luis Arce em seu mais recente mandato. Depois de um período de recolhimento frente a hegemonia de Morales e do MAS e pouco antes de falecer, Quispe tinha

voltado à arena política em 2021 como favorito às eleições departamentais de La Paz. Contava com uma base expressiva de apoio em El Alto, cidade que foi palco de várias insurreições indígena-populares e que ocupa um papel estratégico na correlação de forças políticas na Bolívia. Rivera Cusicanqui (2014) ressaltou outros limites do nacionalismo étnico *aymara* representado por Quispe, o qual não apresentava um horizonte viável e que, sobretudo, não rompia com a base autoritária e patriarcal. Com relação ao patriarcalismo daquelas instituições, Luciano Tápia (1995), uma das lideranças do MTIKA nos anos 1970, procurou chamar a atenção para a presença de mulheres dirigentes no interior da organização. Porém, o que predominava, não só no MITKA, mas na maior parte do movimento indianista e katarista daquela época era uma profunda masculinização das direções sindicais e políticas (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 19). Esse é um aspecto fundamental para compreender de que maneira o colonialismo interno reproduz sua dinâmica em distintos contextos que tem como uma de suas consequências o processo de esvaziamento de um conteúdo mais radical dos discursos indígenas na onda neoliberal dos anos 1990 e, também, as duras contradições enfrentadas recentemente dentro do próprio MAS.

Outrossim, apesar de seus limites intrínsecos, consideramos que refletir sobre como se gestaram os movimentos indianistas e kataristas na clandestinidade e em meio a uma ditadura brutal é indispensável para contextualizar as origens das estruturas que serviram de base ao bloco histórico que, por fim, propiciou a eleição de Evo Morales Ayma em 2005.

Referências bibliográficas

ALBÓ, X.; BARNADAS, J. *La cara india y campesina de nuestra historia*. La Paz: Unitas-Cipca, 1984.

ALBUQUERQUE, Renata. “Movimentos indígenas na Amazônia boliviana: a busca pela Loma Santa, as organizações indígenas e a Primeira Marcha pelo Território e Dignidade”, *Amazônica - Revista de Antropologia*, 15 (1), 2023, p. 121-145.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. “Bolívia, 1964: os militares também golpeiam, *Projeto História*, São Paulo, (31), 2005 p. 131-146. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2314/1406>. Acesso em: abril 2024.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: UNESP, 2007.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Bolívia: democracia e revolução- a Comuna de La Paz de 1971*. São Paulo: Alameda, 2011.

ANDRADE, Guilherme de Moraes. “A revolução dos generais: (des) encontros entre movimentos sociais e o governo militar boliviano após o golpe de 1964”, *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, 28, 2021.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Veronica. *Historia de América Latina*. Madrid: Dastin, 2006.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano : o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BUENO, Rafael Loayza. “De la república liberal democrática al estado plural multinacional: la encrucijada de la identidad versus la nación”. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Ivan; IVANOVIC, Bernarda Flores (coords.). *La trayectoria de la democracia en Bolivia: 40 años de lucha, sueños y esperanza (1982-2022)*. La Paz: KAS, 2022.

CABTREE, John; MOLINA, George Gray; WHITEHEAD, Laurence (eds.). *Tensiones Irresueltas: Bolivia, pasado y presente*. La Paz: Plural Editores/ PNUD Bolivia, 2009.

CAJÍAS DE LA VEGA, Magdalena. El movimiento minero y la democracia: el derrumbe del sindicalismo revolucionario. In: CAJIAS, Dora *et al. Visiones de Fin del Siglo*. La Paz, IFEA/Embajada de España en Bolivia, 2001.

CAMARGO, Alfredo José C. J. *Bolívia. A criação de um novo país e a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CANQUI, Roberto Choque. “La historia aimara”. In: TICONA ALEJO, Esteban (Coords.). *Bolivia en el inicio del Pachakuti: la larga lucha anticolonial de los pueblos aimara y quechua*. La Paz: Akal. Pensamiento Crítico 8, 2011. CSTUCB. “Tesis Política (1983)”. In: RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Oprimidos, pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980*. La Paz: Mirada Salvaje, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Oprimidos, pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980*. La Paz: Mirada Salvaje, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *La disponibilidad de lo inédito*. [entrevista concedida a] Claudia Arteaga e Gerardo Muñoz. Nova York, 2014. Disponível em: <https://anarquiacoronada.blogspot.com/2014/04/la-disponibilidad-de-lo-inedito.html>. Acesso em: 15 set. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DUNKERLEY, James. *Rebelión en las venas*. Editores Plural. La Paz: 2003. DUPLA jornada. Direção: Helena Solberg. Argentina/Bolívia/Brasil/México, documentário. 54 minutos. 1975.

ESCÁRZAGA, Fabiola. “Comunidad indígena y revolución en Bolivia: el pensamiento indianista-katarista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe”, In: *Política y Cultura*, 37, p. 185-210.

HASHIZUME, Mauricio Hiroaki. “A formação do movimento katarista: classe e cultura nos Andes bolivianos”. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HASHIZUME, Mauricio Hiroaki. “Colonialidades em xequê: lições a partir da experiência do movimento katarista da Bolívia”. In: *The Postcolonialist*, 2 (2), 2015.

HERNANDEZ, Juan Luis. La Revolución Boliviana. In: GUEVARA, Gustavo Carlos (Coord.). *Sobre las Revoluciones Latinoamericanas del siglo XX*. Buenos Aires: Newen Mapu, cap. 3, 2023.

HERNANDEZ, Juan Luis. *A History of the Bolivian Labour Movement*. Cambridge University Press, 1977.

LINERA, Álvaro García. *El desencuentro de dos razones revolucionarias: indianismo y marxismo*. Revista Barataria N° 2, marzo-abril 2005, El Juguete Rabioso (Edición Malatesta: La Paz)

LINERA, Alvaro Garcia. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEALLA, Luis Tapia. *Las masas en noviembre: sutotransformación del pueblo y crisis del Estado*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1Q6ranxcVbBfy8Bh1b-374biVE-zf9-sm>. Acesso: fev.2024.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional: algumas considerações sobre a Historiografia. *Tempo e Argumento*, v. 5, p. 6-38, 2013.

MINKA et al. Primer Manifiesto de Tiahuanaco (1973). In: *Cultura en Red*, año VII, volumen 12, noviembre 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional no Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: ditaduras, segurança nacional e terror de Estado. *Revista História e Luta de Classes*, n. 4, ano 3, Julho, 2007.

PADRÓS, Enrique (org.). *CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

QUADRAT, Samantha. 2011. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (Org.). *História das Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

QUISPE HUANCA, Felipe. *El Indio en escena*. La Paz: Pachakuti, 1999.

REINAGA, Fausto. “La Revolución India” [(1970)], “Manifiesto del Partido Indio Boliviano” [(1970)] e “Tesis India” [(1971)]. In: *Obras Completas*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, tomo II, v. V, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROCHA, Joallan Cardim. 1952- 2022: 70 anos da Revolução Boliviana. *REBELA*, v.12, n.1. jan./abr. 2022, p. 1-24.

ROJAS, Javier Sebastián. “Clandestinas: historias de lucha y resistencia contra la dictadura de Banzer en Bolivia (1973-1976)”. In: *Caminhos da História*, v.28, n.2, jul./dez., 2023.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *‘Por ti, América’: luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória das esquerdas sul-americanas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

SLATMAN, Melisa. Contrarrevolución en el Cono Sur: el ciclo de dictaduras de seguridad nacional (1964-1990). In: GUEVARA, Gustavo Carlos (Coord). *Sobre las Revoluciones Latinoamericanas del siglo XX*. Buenos Aires, Editorial Newen Mapu, 2023.

SOTO, C. *Historia del Pacto Militar-Campesino*. La Paz: CERES, 1994.

SVAMPA, Maristella. *Debates latinoamericanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

TAPIA, Luciano. *UKHAMAW JAKAWISAXA [Asi es nuestra vida]: autobiografia de un aymara*. La Paz: Talleres Gráficos Hisbol, 1995.

TORRE, Cecilia Salazar de la. *Los mineros de ayer, los indígenas de hoy: la agenda nacionalista en Bolivia y el dilema de la diferencia*. Disponível em: http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/gt/20130724114413/Salazar_de_la_Torre.pdf. Acesso em set. 2023.

VIEZZER, Moema; BARRIOS DE CHUNGARA, Domitila. *“Se me deixam falar...”*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

ZAVALETA, René. “Consideraciones generales sobre la historia de Bolivia”. In: Gonzales, P. (coord.) *América Latina: historia de medio siglo*. México: Siglo XXI, 1977.

ZAVALETA, René. *Las masas en noviembre, 1983*. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160314050521/12masas.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

Notas

1. Professora adjunta de História da América Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) do Instituto de História(IHT) da UFF.
2. Professor adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e procientista da mesma instituição.
3. A Revolução Nacionalista de abril de 1952 constituiu um ponto de inflexão na história boliviana. Naquele evento, sindicatos operários das minas e das zonas urbanas iniciaram a insurreição em aliança com os setores médios urbanos, indígenas e camponeses. A plataforma política dos grupos revolucionários fundamentou-se na defesa da democracia e da soberania nacional, esta última sintetizada na proposta de nacionalização das minas. Dadas as limitações desse capítulo, não poderemos aprofundar o tema. Um balanço histórico do processo pode ser encontrado em Dunkerley (2003), Andrade (2007) e Hernandez (2023).
4. Há uma ampla bibliografia sobre a luta armada ocorrida no Brasil e na América do Sul entre as décadas de 1960 e 1970. Sobre o tema, ver, entre outros, Aarão Reis (1990), Ridenti (1993), Rollemberg (2003), Sales (2007) e Silva (2018).
5. Não é objetivo deste capítulo a realização de um extenso debate teórico sobre a DSN. Existe uma ampla e qualitativa discussão, realizada por pesquisadores brasileiros e sul-americanos, que se dedicaram à produção de um balanço teórico dos seus paradigmas. Para um aprofundamento dos debates da temática ver, entre outros, Borges (2009), Padrós (2005, 2007, 2013), Quadrat (2011) e Mendes (2013).
6. Sobre a luta dos caciques apoderados do altiplano no início do século XX contra a expropriação das terras comunitárias, ver Rivera Cusicanqui (2010).
7. Após a morte de Barrientos, o general Alfredo Ovando desferiu um golpe contra o vice-presidente Siles Salinas que então assumira o cargo. Em seu governo, adotou medidas desenvolvimentistas, resgatou as diretrizes nacionalistas empunhadas pela Revolução de 1952 e buscou construir laços com entidades populares para construir uma base social. Porém, os

trabalhadores já não mostravam a mesma disposição de 1952 a acreditar na convicção revolucionária dos demais grupos políticos (Andrade, 2021). Em setembro de 1969, um novo golpe de Estado, liderado pelo general Rogélio Miranda, derrubou o governo de Ovando. Na sequência, um terceiro golpe, mobilizado por uma greve geral promovida por setores populares, propiciou a ascensão do general Torres cuja presidência, ocorrida entre 7 de outubro de 1970 e 21 de agosto de 1971, marcaria a história boliviana em razão dos seus vínculos políticos com os movimentos sociais e a experiência da Assembleia Popular (Andrade, 2007; Hernandez, 2023).

8. Usaremos aqui a expressão *indio* em coerência com o arcabouço conceitual utilizado pelas organizações indianistas e kataristas da Bolívia, apesar de reconhecermos que, nas distintas trajetórias dos conceitos, tal expressão foi rejeitada pelos movimentos indígenas no Brasil que, por sua vez, condenam o caráter racista e estereotipado que lhe é intrínseco.

9. Um relato amplo da articulação do golpe e da resistência em La Paz, Santa Cruz de la Sierra e outros departamentos bolivianos pode ser encontrada em Andrade (2011:248-277) e Lora (1972). Sobre a Assembleia Popular, ver Andrade (2011).

10. Destaca-se, nesse período de atuação universitária, a participação de Flores no Movimento Universitário Julian Apaza (MUJA) que defendia a educação bilíngue e fomentava um conjunto de atividades de agitação política, debates e de autoafirmação étnica, principalmente *aimar'a*. É importante registrar como que a ocupação das periferias de La Paz pelas populações indígenas *aymara* expressa também o “deslocamento das famílias camponesas que haviam migrado para as cidades após as pequenas propriedades resultantes da reforma agrária não comportarem o crescimento da população rural”. Deste modo, observa-se como “bairros inteiros foram se formando compostos por indígenas, onde os jovens, diante da experiência cotidiana de discriminação, se inspiravam nas histórias contadas por seus antepassados de resistência dos *ayllus*” (Hashizume, 2015; Andrade, 2021)

11. Não é nossa intenção neste capítulo aprofundar os desdobramentos dessas mudanças no contexto das organizações das terras baixas, uma vez que nos enfocamos nas organizações kataristas do altiplano. O processo

de rearticulação das lutas nas terras baixas, resultou, na década de 1980 por exemplo, na criação da *Central de Pueblos y Comunidades Indígenas del Oriente*(CIDOB), em Santa Cruz de La Sierra. Esta organização reuniu inicialmente quatro povos (os *guarani-izoceños*, *chiquitanos*, *ayoreos* e *guarayos*) e, em 1990, promoveu a *I Marcha por el Territorio y Dignidad*. Para maiores informações, ver Alburquerque (2023).

12. É importante destacar que, entre as mulheres mineiras do *Comitê de Amas de Casa*, havia um entrelaçamento mais explícito da interseccionalidade entre classe, gênero e raça, uma vez que muitas delas tinham que responder à discriminação que sofriam por serem mulheres de *pollera*, isto é, *cholas-indias*. Ainda assim, mesmo que presente em alguma camada, esse não consistia no eixo principal de suas lutas e tomadas de posição junto aos mineiros. Todo o repertório conceitual mobilizado por Domitila Barrios de Chungara em seu livro, por exemplo, é classista e não faz referência a esta dimensão étnico-racial. No histórico IV Congresso da COB, em maio de 1970, foi aprovada a Tese Socialista, elaborada a partir de uma proposta do *Partido Obrero Revolucionario* (POR) apoiada pelo Partido Comunista, após a incorporação de algumas de suas diretrizes. Além da proposição explicitamente socialista, a tese política da entidade possuía traços anti-imperialistas e democráticos, além de defender a independência política da classe trabalhadora. O congresso notabilizou-se, ainda, pela reafirmação da liderança mineira no movimento operário e popular, premissas essas que reverberaram nos anos seguintes sob a ditadura Banzer (Cajías de la Veja, 2001; Hernández, 2023).

13. Em 1977, após uma grande concentração *aymara* em Ayo Ayo no departamento de La Paz, em memória de Tupac Katari, um grupo de dirigentes, dentre os quais Jenaro Flores, haviam tomado a direção da confederação e a rebatizado como CNTCB-Tupac Katari, demarcando a influência crescente do katarismo na entidade e a busca por uma maior autonomia em relação à estrutura política nacional. Com a fundação da CSUTCB no ano seguinte o epíteto foi retirado (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 193).

Guatemala na Guerra Fria: intersecção entre projetos, conflitos, esperanças e derrotas

Maria Antonia Dias Martins¹

A história recente da Guatemala aborda temas centrais à historiografia latino-americana, como a manutenção de estruturas de poder que remontam ao período colonial, a difícil conciliação entre os interesses da sociedade burguesa e os das comunidades indígenas; as relações ambíguas com os Estados Unidos; o anticomunismo que contamina debates sobre políticas sociais e econômicas; como a violência de Estado, marcada por tortura, sequestros, assassinatos e ocultação de cadáveres. Além disso, destaca-se o processo de transição democrática incompleto, cuja justiça de transição nunca foi plenamente efetivada. Cada um desses temas conta com vasta bibliografia, que se expande continuamente com novas abordagens.

Defendemos ainda que a história guatemalteca dos séculos XX e XXI oferece a possibilidade de importantes reflexões sobre si e sobre muitos dilemas latino-americanos. Trata-se de uma história de contrastes: embora seja a maior economia da América Central, com cerca de 17 milhões de habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Guatemala é de 0,629², o que a leva a ocupar a 33ª posição entre os 35 países americanos. Sua taxa de analfabetismo, conquanto em declínio, ainda é de 18,5%³. Vale, porém, lembrar que, apesar desses desafios, o país conquistou projeção internacional, sendo reconhecido com dois Prêmios Nobel: o de Literatura,

de 1967, concedido a Miguel Ángel Asturias, e o da Paz, de 1992, recebido por Rigoberta Menchú.

Ambos os prêmios estão diretamente relacionados à história recente do país, marcada pela luta contra ditaduras, pela exploração da população indígena e por violações dos direitos humanos. Miguel Ángel Asturias foi reconhecido pelo impacto de sua escrita que valoriza a cultura maia e denuncia a crueldade das ditaduras. Já Rigoberta Menchú foi premiada por sua luta em prol da justiça social e dos direitos dos povos indígenas.

Tanto a obra de Asturias quanto a trajetória histórico-política de Menchú estão ainda inseridas no contexto do golpe de Estado de 1954, arquitetado pela CIA, ato que encerrou a experiência democrática guatemalteca iniciada em 1944. Os governos militares que se seguiram à deposição de Jacobo Árbenz não conseguiram, entretanto, estabilizar o país, mesmo com o apoio dos Estados Unidos. A situação agravou-se com o início da guerra civil, que durou até o Acordo de Paz de 1996. A transição democrática posterior também enfrenta desafios, como demonstram as eleições de 2023, quando Bernardo Arévalo defrontou-se com grandes dificuldades para assumir a presidência devido a interposições do sistema judicial.

A vitória de Bernardo Arévalo reacendeu o debate sobre a experiência democrática interrompida em 1954. Seu pai, José Juan Arévalo, foi o primeiro presidente do período democrático e viu seu projeto ruir com o golpe que depôs seu sucessor. Esses eventos na Guatemala ilustram o período da Guerra Fria na América Latina, quando iniciativas de desenvolvimento econômico e social foram interrompidas por golpes militares, como no Brasil e no Chile. Em contraste, a experiência guatemalteca influenciou Cuba a optar pela revolução, inspirando movimentos guerrilheiros em toda a região.

Nos anos 2020, em meio à relativização e à negação do caráter autoritário dos regimes militares em diversos países latino-americanos, a reflexão sobre a ruptura democrática guatemalteca de 1954 torna-se ainda mais necessária. Trata-se de um exemplo paradigmático das consequências de intervenções externas e da repressão política para o continente.

Guerra Fria e América Latina

A Guerra Fria, para grande parte da América Latina, representou intensos conflitos entre a sociedade civil e os aparatos militares estatais, que atuavam sob a justificativa de combater o “inimigo interno”. A partir dessa diretriz, forças militares assumiram o poder em diversos países, com a missão de conter a ameaça comunista. Tal suposta ameaça ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, quando setores da sociedade civil, inspirados pelos movimentos antifascistas, passaram a buscar transformações sociais que conduzissem a sociedades mais democráticas e igualitárias. Esses ideais frequentemente se refletiam em movimentos e partidos de esquerda, que adaptavam experiências comunistas e socialistas a contextos latino-americanos.

Deste modo, um ponto central do debate sobre a Guerra Fria na América Latina é entender os limites entre ações autônomas das forças conservadoras que nutriam um discurso anticomunista orientados por interesses próprios e aquelas ações que partiam dos EUA na defesa dos seus objetivos. Embora o discurso anticomunista tenha raízes anteriores à Segunda Guerra, ele adquiriu novos contornos ao se tornar a principal preocupação da maior potência econômica e militar da época.

A Guerra Fria dividiu o mundo em duas zonas de influência ideologicamente opostas. Os Estados Unidos se apresentavam como defensores do capitalismo, da liberdade individual e da democracia. Já a URSS representava a submissão do indivíduo aos interesses do coletivo, ao compromisso com a distribuição de riquezas de acordo com as orientações do Estado submetido ao Partido Comunista.

A rivalidade, entretanto, não se limitava a questões ideológicas: ambas as potências buscavam garantir vantagens estratégicas para o caso de ocorrer um confronto direto. No entanto, isso não impediu que em algum lugar do planeta essas forças se confrontassem indiretamente na forma de intervenções econômicas, militares, provocando golpes de Estado, guerras civis e guerrilhas durante os 45 anos entre o final da II Guerra Mundial e a dissolução da URSS.

O marco inicial da Guerra Fria é frequentemente associado ao discurso de Harry Truman, em 1947, em que se defendia o apoio a “povos livres” ameaçados por minorias armadas ou pressões externas. Esse posicionamento visava primeiramente a conter a influência comunista na Grécia e na Turquia, regiões estratégicas para o acesso norte-americano ao petróleo.

Para manter sua hegemonia, os Estados Unidos buscaram controle sobre territórios que fornecessem recursos naturais e insumos para a indústria bélica. Após a Segunda Guerra, os antigos impérios coloniais entraram em um processo de descolonização, abrindo espaço para disputas ideológicas nos novos Estados. Nesse contexto, a Doutrina Truman justificava o auxílio econômico e militar como forma de manter alguns países sob a influência ocidental.

Na América Latina, antes de Cuba ser o grande alvo de trabalho da Central de Inteligência Americana, a Guatemala foi o objeto dos testes e do aprimoramento de importantes ferramentas para a derrubada de um governo democraticamente eleito. Segundo Greg Grandin, a campanha para derrubada do governo guatemalteco em 1954 foi a mais ambiciosa operação secreta da CIA e ela serviria de modelo para outras operações. “Usaram a Organização dos Estados Americanos para isolar a Guatemala diplomaticamente, trabalharam com empresas norte-americanas para gerar crise econômica no país e equiparam uma força invasora de exilados estacionados em Honduras.” (Grandin, 2004:41). Ou seja, os Estados Unidos estrearam na Guatemala sua força e seu controle sobre organismos, como a OEA, além de iniciar a exploração de rivalidades regionais que possibilitariam apoio à sua causa, a seus embargos comerciais, fatos que impediriam que o exército guatemalteco fosse abastecido com armas. Ao mesmo tempo, contudo, eram fornecidas armas e munições aos países vizinhos da Guatemala, mas aliados de Washington. Assim, o governo americano cortou quase todas as forças de resistência que o governo de Jacobo Árbenz poderia ter contra as investidas militares que vinham de fora do país.

EUA e América Latina

Desde a formação das nações independentes na América Latina, as relações com os Estados Unidos foram marcadas por políticas como a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt, parte da política do Big Stick. Os EUA se posicionaram como “polícia” do continente, assumindo o papel de fiscalizar e controlar ações em outros países que pudessem interferir em seus interesses.

Entre 1933 e 1945, no entanto, durante o governo de Franklin D. Roosevelt, prevaleceu a Política da Boa Vizinhança. Nesse período, os EUA buscaram a cooperação dos países americanos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Como parte dessa política, os Estados Unidos renunciaram à Emenda Platt, reconhecendo a soberania cubana; negociaram um tratado com o Panamá, retirando seu direito de intervir nos assuntos internos do país; reagiram com cautela à expropriação de companhias petrolíferas no México, em 1938 (Ayerbe, 2002: 63).

A maioria dos países latino-americanos apoiou os EUA na Segunda Guerra Mundial. Brasil e México, por exemplo, participaram ativamente de combates, enquanto outros forneceram recursos estratégicos, como estanho e petróleo, ou permitiram o uso de seus territórios para bases militares. Esse apoio foi incentivado pelas pressões internas e pela Política da Boa Vizinhança.

As expectativas de que as parcerias econômicas e o apoio norte-americano continuariam após o conflito não se concretizaram. Com o fim da guerra, as prioridades dos EUA voltaram-se para a recuperação da Europa e da Ásia, o que culminou no Plano Marshall, de 1947, que excluiu a América Latina. Isso impôs aos países latino-americanos a necessidade de competir por investimentos privados norte-americanos, fato que exigia o alinhamento com o modelo capitalista liberal. Para tanto, era essencial marginalizar movimentos de esquerda, especialmente os comunistas, e manter a classe trabalhadora sob rígido controle (Bethell e Roxborough, 1996: 44).

Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996) dividem o período do pós-guerra na América Latina em duas fases. A primeira, de 1944 a 1946, foi marcada por políticas que promoviam a democratização, impulsionando

movimentos sociais e sindicais. Já a segunda fase, a partir de 1946 ou 1947, demandava maior controle sobre os trabalhadores e a proscrição dos Partidos Comunistas. O período da Revolução de Outubro, de 1944, na Guatemala ilustra bem essa mudança temporal.

Mudanças à vista

Entre 1944 e 1954, a Guatemala viveu um processo inédito de democracia, acompanhado por reformas que contestavam a estrutura oligárquica secular. Nesse período, ocorreram duas eleições diretas, resultando nas escolhas de Juan José Arévalo (1945-1950) e Jacobo Árbenz (1951-1954), cujo governo foi interrompido por um golpe militar que o forçou a renunciar.

Embora Arévalo fosse anticomunista, suas ações democratizantes criaram um ambiente propício à fundação do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), em 1949, que só seria legalizado em 1952. Segundo Grandin (2004: 29), o principal indicador da força do partido era sua capacidade de influenciar e apoiar as reformas democratizantes, especialmente a reforma agrária.

Para entender a importância e o ineditismo da Revolução de 1944 na Guatemala, é importante recordar que o país tinha vivido até aquele momento sob governos ditatoriais que ficaram no poder às vezes por mais de uma década. Uma dessas ditaduras – a de Manuel Estrada Cabrera, que governou de 1898 a 1920, inspirou o romance *Sr. Presidente* de Miguel Ángel Asturias⁴. Quem governava a Guatemala no momento da sublevação dos militares que protagonizaram a “Revolução de Outubro” era José Ubico Casteñada cujo mandato havia começado em 1931.

Naquele ano, a Guatemala, com cerca de 3 milhões de habitantes, era predominantemente agrícola. O milho e o feijão eram as principais culturas de subsistência. A produção para exportação incluía café, banana, cana-de-açúcar, algodão e chá verde. Na sua zona costeira do Pacífico, se localizava a produção dos cultivos para exportação já citados. O café era o principal gênero para a economia do país e era cultivado nas zonas de altura intermediária, principalmente nas áreas baixas da cordilheira no Pacífico e na região montanhosa de Alta Veracruz (Toriello, 1955: 16-17).

De acordo com Toriello (1955, p. 17), cerca de 65%⁵ da população guatemalteca em 1944 era composta por povos ameríndios, responsáveis pela maior parte da produção agrícola. Os indígenas, divididos em diversas etnias com línguas e culturas próprias, trabalhavam sob um sistema de servidão forçada, recebendo salários ínfimos e sem qualquer benefício.

Os indígenas eram obrigados a trabalhar em serviços de colheita do café, no corte da cana-de-açúcar ou na apanha do algodão. Estes serviços duravam meses. Devido a eles, a população era obrigada a largar suas casas no planalto e a descer para as fazendas, chamadas de fincas. Os grupos eram divididos conforme o trabalho que iriam realizar. Por exemplo, alguns iam para as fincas de café; outros para as de algodão e, por isso, as famílias nem sempre ficavam juntas. Nos meses pelos quais que durava o trabalho, os trabalhadores eram alojados numa espécie de barracão grande, com pessoas originárias de várias localidades que não falavam a mesma língua, o que dificultava a comunicação.

Tudo o que consumissem era descontado do parco salário que recebiam, que poderia ser calculado por dia, por tarefa ou produção. A situação dos indígenas nas fincas pode ser mais bem compreendida por meio do relato de Rigoberta Menchú sobre a morte de seu irmão:

O menino morreu de madrugada. Não sabíamos o que fazer. (...) Onde enterrá-lo nem como. Então, o caporal disse que podia enterrar meu irmãozinho na finca, mas tinha que pagar imposto onde ia ficar enterrado. Então minha mãe disse: mas não tenho dinheiro nenhum. Então, o homem disse: não, a senhora já está devendo muito. Deve remédios, deve tal coisa, e agora, levem seu cadáver, e vão embora. Então, nós não sabíamos o que fazer. (...) Logo o menino começa a cheirar mal devido à umidade, ao calor do litoral. Então, toda a gente que morava ali no barracão, todos já não queriam que o cadáver de meu irmãozinho ficasse ali (...). Então, minha mãe decidiu, ainda que tivesse que trabalhar um mês sem ganhar, mas tinha que comprar ou pagar imposto ao fazendeiro, ao caporal, para que meu irmão fosse enterrado na finca. (...) E não sabia como encontrar meu pai. Meu pai estava em outro lugar. (Burgos, 1993:80-81)

Nas fincas, Rigoberta Menchú perdeu em verdade dois irmãos. Um deles morreu de fome e outro foi vítima de envenenamento por fumigação. Maus tratos, envenenamentos, fome e endividamento faziam parte da rotina que os trabalhadores rurais enfrentavam, principalmente os ameríndios sobre os quais pesava ainda o preconceito e a discriminação.

A legislação que sustentava esse sistema baseava-se no Decreto nº 1996, de 1934, que regulamentava o trabalho forçado. Ainda que algumas medidas do governo Ubico buscassem limitar a servidão, como o Decreto nº 1995, que extinguiu dívidas de camponeses, a pressão de latifundiários e empresas, como a *United Fruit Company* levou à manutenção de práticas coercitivas (Sabino, 2007: 35-37).

O governo de Ubico, instaurado por um plebiscito que permitia candidatura única, caracterizou-se pela centralização do poder e a repressão a opositores. Prefeitos eleitos foram substituídos por intendentos nomeados, consolidando-se o controle estatal.

Nos anos 1930, regimes autoritários proliferaram na América Latina e na Europa, em resposta à crise de 1929 e ao temor das elites diante da ascensão de movimentos de esquerda. Governantes como Ubico mantinham relações estreitas com os EUA que, apesar do discurso pró-liberdade durante a Segunda Guerra Mundial, toleravam alianças com ditadores latino-americanos.

Com o ataque a Pearl Harbor, Ubico alinhou-se aos EUA, declarou guerra ao Eixo e permitiu a instalação de bases militares no país. Além disso, expropriou propriedades de alemães residentes na Guatemala, muitos dos quais foram deportados (Sabino, 2007: 37).

As relações de amizade e de apoio entre um ditador guatemalteco e os Estados Unidos em princípio não incomodaram o governo do norte. No entanto, à medida em que a guerra se desenrolava, o discurso de que os Aliados lutavam pela liberdade tornava-se incongruente com a manutenção de parcerias com governos, como o de Ubico na Guatemala. Isso, todavia, não levou o governo norte-americano a tomar nenhuma medida para a queda do governo guatemalteco. O fim do governo de José Ubico foi consequência da falta de apoio interno que o contexto internacional ajudou a moldar.

Para Greg Grandin (2004:23), a perda de apoio ao ditador, em parte, tinha origem na frustração que seu governo havia provocado ao não limitar os excessos de privilégios, principalmente aos latifundiários. Para o historiador norte-americano, as revoluções mexicana e russa influenciaram na construção do ideário da luta por justiça e igualdade, fato que um governo forte e interventor poderia promover. José Ubico exercia seu mandato com excesso de poder, o que levava a crer que se quisesse poderia também mudar as situações de injustiça e miséria do país.

Os movimentos contra o governo de Ubico começaram pelos estudantes universitários que reivindicavam mudanças na estrutura da universidade. Em maio de 1944, os estudantes de direito se mobilizaram e, em poucos dias, foram acompanhados pelos do curso de economia. A *Asociación de Estudiantes Universitarios* de Guatemala - AEU, criada em 1943, e que organizava os estudantes contou os professores para que aderissem ao movimento. Desta forma, a ação foi crescendo com a adesão de outras categorias.

A reação do governo foi reprimir com o fechamento da Universidade. Aqui é importante esclarecer que só existia uma universidade na Guatemala naquele momento. A Universidade Nacional havia sido fundada ainda nos tempos coloniais com o nome de *Universidad de San Carlos* (USAC) e em 1944 tinha entre 1.500 e 2.000 estudantes (Sabino, 2007:41).

A repressão do governo levou a uma mobilização ainda maior com manifestações nas ruas. José Ubico mandou lançar bombas de fósforo nos manifestantes. A repercussão foi instantânea, já que os médicos passaram a relatar as queimaduras nos corpos dos atingidos. Depois de alguns dias, foi convocada uma greve geral. Autoridades mais próximas ao presidente passaram a pedir sua renúncia, o que aconteceu em 01 de julho de 1944.

A Guatemala entrou no período de 1944-1946 apontado por Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996) como sendo o da queda de ditaduras e de fortalecimento de movimentos sociais e trabalhistas na América Latina. Eram efeitos do que se esperava de um mundo livre depois da II Guerra Mundial, agora já perto do fim.

Revolução de Outubro

Após a renúncia do presidente José Ubico, a Guatemala passou por um período de instabilidade política. No episódio, o governo ficou sob o comando de um triunvirato militar, liderado pelo general e deputado Federico Ponce Vaides.

Em paralelo, o fim da ditadura também gerou um clima de altas expectativas democráticas. Diversos grupos começaram a se organizar, formando partidos políticos e associações para discutir os próximos passos. A sociedade guatemalteca aguardava ansiosamente por eleições livres, nas quais poderia escolher um novo governante. Contudo, Ponce Vaides não tinha intenção de ceder o poder e recorreu à repressão para manter seu controle.

Em 20 de outubro, jovens oficiais do exército depuseram Ponce Vaides, com o objetivo de conduzir o país a um processo democrático. Foi instaurada uma junta de governo composta por Francisco Javier Arana, Jacobo Árbenz e Jorge Toriello, junta que administrou o país até a posse do primeiro presidente eleito democraticamente.

O governo norte-americano, alinhado à Política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt, recebeu positivamente a Revolução e o novo governo guatemalteco. Guillermo Toriello destacou que a administração Roosevelt foi uma das primeiras a reconhecer a Junta Revolucionária de Governo, inserindo a Guatemala no contexto de uma “eclosão democrática” que se espalhava pelas Américas (Toriello, 1955: 63).

Governo Juan José Arévalo

Juan José Arévalo, que havia passado os últimos 14 anos na Argentina, onde concluiu doutorado em Filosofia e Pedagogia, foi convidado a candidatar-se como representante de uma frente ampla. Os líderes militares da Revolução acreditavam que o novo presidente deveria ter sensibilidade para questões sociais e ser respeitado por diferentes setores da sociedade.

A Junta de Governo garantiu a realização de eleições livres para o Congresso Nacional Constituinte e para a Presidência. A nova Constituição, aprovada poucos dias antes da posse de Arévalo, trouxe

inovações significativas. Incluía a proteção de direitos trabalhistas e políticos, como liberdade sindical, direito de greve e extensão do voto a analfabetos e a mulheres.

Arévalo assumiu a presidência em 15 de março de 1945, com forte apoio político e amparado pela nova Constituição, iniciando uma série de reformas. Os destaques de seu governo incluem o Código do Trabalho, a criação do Seguro Social, um ambicioso plano de alfabetização, além de investimentos em infraestrutura, como estradas, escolas e hospitais.

Embora Arévalo não se identificasse com correntes políticas de esquerda, como o socialismo ou o comunismo, ele se autodenominava “*socialista espiritual*”. Em seus *Escritos Políticos*, ele enfatizava a importância da emancipação psicológica e espiritual. Afirmava que o socialismo guatemalteco não buscava “a simples distribuição de bens materiais, mas a dignidade humana” (Arévalo, 1945, *apud* Angell, 2009:504).

Arévalo admirava profundamente Franklin D. Roosevelt, cujas políticas e liderança serviram de inspiração para diversas reformas na Guatemala. O Código do Trabalho, por exemplo, teve como referência a *Fair Labor Standards Act* (1938), contando com assessoria do Departamento de Estado norte-americano e da Michigan State University (Sabino, 2007: 109).

O Código do Trabalho, promulgado em 1947, regulamentava questões como jornada de trabalho, funcionamento de sindicatos, férias, salário-mínimo e segurança do trabalhador. Antes disso, a Guatemala não contava com qualquer proteção trabalhista formal. O Código representou uma ruptura com o sistema oligárquico secular: conferia aos trabalhadores, especialmente aos camponeses e aos indígenas, instrumentos legais para organização e reivindicação.

Os efeitos da nova legislação foram imediatos. Em poucos anos, o número de sindicatos cresceu de forma exponencial. Segundo Greg Grandin, em 1954 já havia cerca de dois mil sindicatos, com aproximadamente 300 mil trabalhadores sindicalizados, representando mais de 60% do eleitorado em 1950 (Grandin, 2004: 26).

No entanto, a legislação trabalhista enfrentou resistência da elite oligárquica, que a via como uma ameaça. Para os trabalhadores, entretanto, representava uma nova perspectiva de justiça social, mediada pelo Estado.

Apesar de avanços significativos, a consolidação dessas reformas só ocorreu plenamente com a implementação da Reforma Agrária em 1952.

Além das reformas trabalhistas, o governo Arévalo promoveu avanços significativos na educação, com a construção de escolas, inclusive em áreas rurais, e melhorias na remuneração de professores. Influenciado pelas ideias de desenvolvimento econômico da CEPAL, Arévalo defendia um papel ativo do Estado na promoção do crescimento. Sob sua gestão, foram criados o Banco de Guatemala e o Instituto de Fomento à Produção, instituições que impulsionaram a economia nacional.

As reformas promovidas pelo primeiro governo da Revolução de Outubro logo geraram reações negativas em diversos setores da sociedade, incluindo membros da própria junta revolucionária de 1944. Jorge Toriello foi o primeiro a criticar a direção do governo, que, em sua opinião, estava se radicalizando. Francisco Javier Arana fazia uma oposição moderada e, em 1948, fundou um novo partido, a *Unión Nacional Electoral*, consolidando seu caminho como possível sucessor de Arévalo nas eleições de 1950. Por outro lado, Juan Jacobo Árbenz era o membro da junta que mais se identificava com as reformas governamentais.

Enquanto isso, no cenário internacional, a Guerra Fria começava a se desenrolar, moldando o equilíbrio de forças globais. Internamente, os opositores do governo também se organizavam, promovendo críticas, manifestações públicas e até mesmo complôs. Em 1946, após uma manifestação da oposição, o presidente José Arévalo fez a seguinte declaração:

Los cangrejos que habían gobernado el país así, siguen saliendo de sus cuevas, [...] escribiendo anonimitos durante la noche y metiéndolos debajo de las puertas, diciendo mentira con babas de araña de caballo. Y ellos creen que con estos papelitos escritos a máquina, duplicados o quintuplicados, van a derribar a este gobierno que se puso por obra del pueblo y con apoyo del ejército. [...] No podemos seguir trabajando en estas condiciones, por mucho que sea nuestro entusiasmo. Esta reacción está colocándose en un plan nocivo, y es necesario que el pueblo la castigue como corresponde. (Sabino, 2007: 113)

Após essa declaração, parte da população opositora começou a se identificar como *cangrejos*, adotando a imagem do crustáceo como símbolo. Carlos Sabino (2007: 114) observa que esses opositores, em sua maioria, eram católicos. Esse grupo ganhou força com a atuação da *Falange Española Tradicionalista y de las J.O.N.S.*, fundada na Guatemala em 1944.

A ação da Falange fora da Espanha fazia parte das estratégias do regime franquista para estreitar os laços com suas antigas colônias⁶, promovendo valores como a religião católica, a tradição e a língua espanhola. A retórica anticomunista da Guerra Civil Espanhola foi adaptada à realidade guatemalteca, ajudando a mobilizar o clero e as “famílias tradicionais e católicas” do país.

Oposição e Conflitos

As manifestações e os complôs contra o governo intensificaram-se, com discursos cada vez mais contundentes nas ruas, nos jornais e igrejas. Em resposta, os apoiadores de Arévalo também se organizaram. O grupo mais conhecido foram os *chiquirines*, jovens que atuavam como forças de choque, frequentemente dispersando manifestações com o uso de porretes (Sabino, 2007: 113-114). O governo reagia com prisões e a suspensão de garantias constitucionais.

Nesse clima político tenso, a morte de Francisco Javier Arana, um dos três líderes da Junta de Governo da Revolução de Outubro, em julho de 1949, agravou ainda mais os conflitos. Os detalhes do episódio são controversos; até hoje não há consenso sobre os responsáveis. O fato é que Arana foi morto em uma emboscada, cujo objetivo era removê-lo do cargo. A repercussão foi imediata: como chefe das Forças Armadas, Arana contava com o apoio de militares que planejavam o lançar como candidato à presidência. Esses apoiadores se revoltaram. Do outro lado, os militares alinhados a Árbenz se mobilizaram em defesa do governo.

O confronto durou cerca de três dias e resultou na supressão da rebelião pelas forças leais ao governo, sob a liderança de Árbenz. Entre os líderes do motim, destacava-se o coronel Carlos Castillo Armas, que mais tarde seria escolhido pelo Departamento de Estado norte-americano para substituir Árbenz no golpe de 1954 (Baptista Junior, 2013:84).

Para acalmar a situação política, o governo de José Arévalo promoveu uma reforma ministerial, interpretada como um gesto de recuo. Com essa medida, Arévalo conseguiu concluir seu mandato, apesar das tensões e dos desafios enfrentados.

Árbenz e a Reforma Agrária

A situação da Guatemala no momento da transição de governo, realizada de acordo com o processo eleitoral cuja vitória de Juan Jacobo Árbenz não foi contestada, já gerava apreensão na América Latina. A revista mexicana *Cuadernos Americanos*, de grande influência entre os intelectuais latino-americanos, expressou sua preocupação ao publicar o discurso de despedida de José Arévalo, convidando alguns intelectuais a comentá-lo. No discurso, Arévalo afirmava:

Terminó la guerra iniciada en 1939. (...) Condecoraciones fueron puestas en los pechos en nombre de la “democracia” triunfante y de la libertad salvada o en nombre de los valores de la cultura, rescatados intactos del incendio terráqueo. Pero en el diálogo ideológico entre dos mundos y dos líderes, Roosevelt perdió la guerra. El verdadero vencedor fue Hitler. Los aliados cometieron el trágico error de creer que la muerte de Hitler y la aplicación de la bomba atómica equivalían a la destrucción del hitlerismo. Nosotros, desde un mirador más sereno - en la imperturbable serenidad de este Caribe heterogéneo - hemos podido ver y comprobar que el hitlerismo no ha muerto. Hitleritos caricaturescos se multiplicarán allá en Europa y aquí en América; (...) Hitleritos con doctrina o sin ella, pero todos admitidos y estimulados en los claustros oficiales “democráticos” y opinando con respetada autoridad en las solemnes discusiones sobre “los derechos del hombre”. (Arévalo, 1951:7-18)

Ao apresentar Hitler como o verdadeiro vencedor da guerra, Arévalo identificava as forças que ameaçavam a democracia guatemalteca. Embora não mencionasse diretamente os Estados Unidos, ele afirmava que o “espírito nazista” de invasão, de guerra e de discriminação estava presente em toda a América, inclusive na Guatemala. Apesar de os Aliados terem vencido a

guerra, o espírito belicista e intolerante, pautado pela competição e na defesa de privilégios, prevalecera. Para Arévalo, essa mentalidade representava uma ameaça ao progresso democrático e ao desenvolvimento econômico e social do país.

Na publicação do discurso, *Cuadernos Americanos* destacou que os desdobramentos da experiência democrática da Guatemala teriam impacto em todo o continente. A revista salientou a importância de dar visibilidade ao caso, considerando que a imprensa de outros países latino-americanos não repercutira nem o discurso nem as questões nele abordadas. Em certa medida, essa postura antecipava a posição da Organização dos Estados Americanos (OEA) diante do golpe articulado pelos Estados Unidos contra a Guatemala em 1954, quando o país se viu isolado, sem apoio de seus vizinhos.

Naquele momento, entretanto, a Guatemala representava uma via reformista de transformação social; atraía, atraindo atenção por seu potencial de inspirar mudanças em outros países da região. Caso o processo político fosse bem-sucedido, o país poderia se tornar um modelo para nações latino-americanas que enfrentavam desafios históricos semelhantes.

Jacobo Árbenz assumiu o poder em 1951 com a difícil missão de continuar o projeto de mudanças iniciado pela Revolução de Outubro. Seu principal desafio foi implementar a Reforma Agrária, já prevista na Constituição de 1945, enfrentando a resistência de setores conservadores e de interesses estrangeiros.

Reforma Agrária

Em 17 de junho de 1951, o Congresso guatemalteco aprovou a lei que regulamentava a reforma agrária, instituída pelo Decreto nº 900, enviado pelo poder executivo. Os objetivos e justificativas para essa medida estavam explicitados no texto da lei, e é importante destacar alguns de seus pontos:

... Conforme el artículo 90 de la Constitución, el estado reconoce la existencia de la propiedad privada y la garantiza como función social, sin más limitaciones que las determinadas en la ley por motivos de necesidad o utilidad públicas o de interés nacional;

La Reforma Agraria de la Revolución de Octubre tiene por objeto la propiedad feudal en el campo y las relaciones de producción que la originan, para desarrollar la forma de explotación y métodos capitalistas de producción en la agricultura y preparar el camino para la industrialización de Guatemala.

(...)

Son objetivos esenciales que la Reforma Agraria debe realizar:

a) Desarrollar la economía capitalista campesina y la economía capitalista de la agricultura en general (...). (Toriello, 1955:40-41)

A lei, elaborada pelo governo de Jacobo Árbenz, declarava que o maior objetivo era o desenvolvimento capitalista da sociedade guatemalteca. A reforma agrária defendida pelo governo seguia, em grande medida, as recomendações propostas pela Missão Britnell, enviada pelo Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (Banco Mundial), que havia passado meses estudando as potencialidades do país.

Um ponto importante da lei referia-se à desapropriação de terras, que ocorreria apenas em propriedades improdutivas, com o governo indenizando os proprietários. O valor das indenizações seria baseado nas declarações de propriedade apresentadas para o cálculo do imposto territorial.

Outro destaque do Decreto nº 900 foi a criação dos Comitês Agrários Locais (CALs), compostos por cinco membros: três indicados por sindicatos rurais, um pela municipalidade e outro pelo governador do departamento. Esses comitês representavam um contrapeso à influência dos latifundiários, que dominavam o Congresso, os tribunais e os poderes municipais. Os CALs atuavam diretamente com os trabalhadores camponeses. Eles recebiam recebendo indicações de terras a serem desapropriadas, analisavam sua elegibilidade e encaminhavam os pedidos aos Comitês Agrários Departamentais (CADs). Os latifundiários, na sua vez, podiam recorrer e apresentar suas alegações (Grandin, 2004: 31-32).

Resistências e Conflitos

Apesar dos novos instrumentos legais, as práticas tradicionais persistiam. Greg Grandin (2004: 32-33) mostra que o poder dos latifundiários

se mantinha por métodos não legais, como a disseminação de notícias falsas para confundir a população. Além disso, ofereciam melhores pagamentos para trabalhadores que permanecessem leais. Boatos também circulavam, sugerindo que as terras redistribuídas seriam invadidas por outros camponeses. Muitos trabalhadores hesitavam em apoiar o Estado, temendo represálias ou a perda de benefícios imediatos oferecidos pelos fazendeiros.

Essa divisão no campo já era um desafio para o governo quando as empresas e o governo norte-americano intensificaram sua interferência. Esse contexto refletia o confronto entre projetos nacionais distintos, como os do governo guatemalteco, do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT) e o dos camponeses, todos em oposição aos latifundiários, aos do clero, enfim aos dos segmentos conservadores, alinhados aos interesses dos Estados Unidos.

O Papel dos Estados Unidos

No mesmo ano da aprovação da reforma agrária na Guatemala, Dwight D. Eisenhower, do Partido Republicano, foi eleito presidente dos EUA. Com sua ascensão, os irmãos Dulles assumiram posições-chave: John Foster Dulles no Departamento de Estado e Allen Dulles na chefia da CIA. Ambos tinham estreitas relações com a *United Fruit Company* (UFCO). Segundo Guillermo Toriello, chanceler guatemalteco durante os governos revolucionários, John Foster Dulles era membro do escritório de advocacia Sullivan & Cromwell, que representava a UFCO há décadas. “El mismo Dulles redactó el borrador de los contratos celebrados por la UFCO con el gobierno de Guatemala en 1930 y 1936” (Toriello, 1955: 66).

Esse cenário resultou em uma política externa mais agressiva, especialmente no combate ao que se percebia como políticas nacionalistas e ao avanço do comunismo nas Américas. Em pouco tempo, empresas norte-americanas solicitaram a intervenção do governo republicano nas questões guatemaltecas.

É importante citar o think tank norte-americano *Council on Foreign Relations* (CFR) que, entre 1952 e 1953, organizou um grupo de estudos com o objetivo de propor uma linha política para o governo dos Estados Unidos em relação à América Latina. Esse grupo era composto por

intelectuais, acadêmicos, jornalistas, políticos e empresários. Um dos pontos considerados preocupantes pelo CFR era a tendência aos “nacionalismos, econômicos ou não”, que poderiam ser manipulados por agentes ou grupos comunistas existentes na região (Silva e Schwarz, 2023: 267). Um governo desenvolvimentista poderia representar uma ameaça aos interesses dos empresários norte-americanos, como era o caso dos governos de José Juan Arévalo e Jacobo Árbenz.

Concomitantemente, a Guatemala enfrentava questionamentos por parte das empresas norte-americanas que atuavam no país. Além da *United Fruit Company*, que explorava os recursos agrários na produção de banana, havia também a *International Railways of Central America* (IRCA), proprietária das principais linhas férreas da América Central e de praticamente todas as da Guatemala. A energia elétrica disponível no país era produzida pela *Electric Bond and Share*. Além disto, os serviços radiofônicos eram também de propriedade de uma empresa estadunidense.

Essas empresas já estavam em campanha contra as medidas governamentais na Guatemala, desde a promulgação do Código do Trabalho, que havia gerado perdas de receita. Contudo, com a reforma agrária guatemalteca e com os republicanos no poder nos EUA, o discurso e a pressão por uma interferência do governo norte-americano no país de Árbenz ganharam uma nova força.

Guillermo Toriello, em sua obra sobre o golpe de 1954, anexou alguns documentos que compilavam respostas enviadas ao Departamento de Estado norte-americano em relação às desapropriações realizadas pelo governo guatemalteco. O chanceler guatemalteco tentou demonstrar que não havia um ataque contra o patrimônio ou a posição dos Estados Unidos, mas sim a implementação de medidas alinhadas com um projeto governamental.

Anexo 2

Pro-memoria del ministerio de relaciones exteriores a la embajada de Estados Unidos en Guatemala, 24 mayo de 1954

El Gobierno de Guatemala se ha enterado de la comunicación del Departamento de Estado de fecha 20 de abril recién pasado, por medio de la cual el Gobierno de Estados Unidos presenta formalmente, en

nombre de la Compañía Agrícola de Guatemala - que, según afirma el Departamento de Estado, es subsidiaria y pertenece a la United Fruit Company -, una reclamación (...), contra el Gobierno de Guatemala, con motivo de la expropiación de tierras incultas de dicha Compañía. (...)

La Ley de Reforma Agraria se está aplicando en Guatemala sin discriminación de ninguna especie, tanto a nacionales como a extranjeros. Los extranjeros en Guatemala, de conformidad con las normas de Derecho Internacional, deben sujetarse a todas las leyes del país, en igualdad de condiciones con los nacionales guatemaltecos. Por consiguiente, el Gobierno de la República está imposibilitado para hacer excepciones en esta materia en favor de persona o entidad alguna, nacional o extranjera. (...)

El Gobierno de esta República llama la atención del Gobierno de los Estados Unidos sobre que su acción en favor de los intereses de la United Fruit Company y de la Compañía Agrícola de Guatemala, afectados por una ley interna promulgada y alocada en uso de la soberanía del Estado guatemalteco, constituye una franca intervención en los asuntos internos de Guatemala, que este Gobierno rechaza de manera categórica. (...). (Toriello, 1955:257-258)

Guillermo Toriello evidencia, por meio desses documentos e do relato sobre os esforços diplomáticos do país centro-americano, que não havia argumentos capazes de convencer os Estados Unidos de que os governos guatemaltecos não pretendiam afrontar ou se indispor com os norte-americanos. Do lado contrário, entretanto, desde a chegada dos republicanos ao poder, a decisão de derrubar o governo de Jacobo Árbenz já estava tomada. A questão era apenas como proceder. Nesse sentido, foi elaborado pela CIA, com o aval do presidente Eisenhower, um plano secreto denominado *Operação PBSUCCESS*.

A ação da CIA na Guatemala tem sido amplamente estudada desde que os respectivos documentos foram desclassificados pela agência a partir de 1992. O historiador norte-americano Nick Cullather foi o primeiro a acessar os arquivos da Operação PBSUCCESS, embora outros já tivessem

investigado a atuação da CIA no golpe de 1954. Ricardo Immerman, ainda na década de 1980, demonstrou que a operação PBSUCCESS havia estabelecido um padrão para as atividades da agência na América Latina, incluindo a invasão da Baía dos Porcos e o apoio aos *contras* na Nicarágua⁷ (Cullather, 2006: XIII).

Operação PBSUCCESS

A Operação PBSUCCESS envolveu várias ações, dentre as quais se destacam: atividades de propaganda, inclusive com rádios clandestinas; divulgação de notícias falsas; ações armadas conduzidas por exércitos clandestinos ou militares descontentes de países vizinhos, como Nicarágua e Honduras; isolamento diplomático, primeiro na OEA e, posteriormente, na ONU; inviabilização do acesso do governo a armas; e, em última instância, o assassinato dos principais líderes políticos.

Nick Cullather, na segunda edição de seu livro, destaca que a Operação PBSUCCESS serviu de modelo para outras ações mais recentes da CIA, como as realizadas no Afeganistão e no Iraque:

Os arquitetos da Operação PBSUCCESS estavam igualmente confiantes nesse ponto e seguros de sua capacidade de remover e reconstruir um regime. Os leitores adaptam sua compreensão da história à luz de novos desenvolvimentos e, assim, embora este livro tenha tratado, inicialmente, de um episódio secreto da Guerra Fria na América Central, hoje ele descreve um precedente inicial para o “caminho de ação” global perseguido na guerra contra o terror. (...) Há razões para considerar as guerras civis na América Central como um antecedente mais direto das políticas adotadas no Iraque e no Afeganistão⁸. (Cullather, 2006: VIII – Tradução nossa)

Essa citação reforça o argumento de que a história latino-americana não está isolada dos eventos ocorridos em outras regiões, especialmente os daquelas de grande interesse para os Estados Unidos. Nesse contexto, a pesquisa historiográfica pode desempenhar um papel fundamental no combate a ideias equivocadas do senso comum, como a noção de “repúblicas das bananas” — ou seja, países e populações que supostamente não estariam

preparados para um desenvolvimento autônomo e para a criação de instituições sólidas. Outro aspecto que também deve ser questionado é o uso da referência ocidental como modelo para essas instituições em países cujas populações majoritárias foram historicamente marginalizadas.

Juan José Arévalo, em seu livro publicado em 1955, no Uruguai, denunciou que *Associated Press (AP)*, *United Press (UP)* e *International News Service (INS)* fabricavam informações convenientes aos interesses tanto do governo norte-americano, quanto de empresas como a *United Fruit Company*. Essas agências manipulavam a opinião pública, alimentando a narrativa de uma ameaça comunista e justificando, assim, o golpe militar (Arévalo, 2023:s.p.).

Os veículos de imprensa citados tiveram um papel crucial no convencimento da opinião pública internacional, especialmente na América Latina, já que boa parte da imprensa nacional não possuía correspondentes na Guatemala e, portanto, replicava o que essas agências publicavam. No mesmo livro, Arévalo denuncia que a campanha contra a Guatemala nos órgãos internacionais, principalmente na *OEA*, baseava-se unicamente em um anticomunismo fanático de indivíduos que sequer conheciam a Constituição guatemalteca de 1945.

A derrota do governo Árbenz na OEA faz parte das ações desencadeadas pelos Estados Unidos para convencer a opinião pública internacional de que a Guatemala estava sendo governada por comunistas e que ela se constituía em uma “cabeça de ponte” para o comunismo soviético, oferecendo perigo aos demais países das Américas.

A condenação da Guatemala no cenário internacional foi possível graças a estratégias criadas pelos EUA para assegurar seu domínio sobre o continente americano. Como afirma Luiz Alberto Moniz Bandeira,

Os EUA cuidaram de evitar que a ONU viesse a exercer diretamente qualquer papel no Hemisfério Ocidental. O artigo 52 da Carta de São Francisco legitimou a existência de acordos ou organismos regionais capazes de tratar das questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais (Bandeira, 2009: 123).

Em 1947, foi criado o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), assinado por todos os Estados latino-americanos. No ano seguinte, foi estabelecida a *Organização dos Estados Americanos* (OEA). A assistência recíproca e a competência desses organismos regionais em resolver problemas locais, em vez de os levar à ONU, foram o grande trunfo da diplomacia norte-americana nas ações que resultaram na condenação do governo de Jacobo Árbenz pelos países latino-americanos e na imposição de sanções contra a Guatemala em 1954.

A vigilância anticomunista dos EUA não se limitava aos Estados; havia também uma grande preocupação com a circulação de pessoas consideradas comunistas e, portanto, perigosas. Segundo Nick Cullather, documentos da CIA revelam listas de comunistas a serem “eliminados” após um golpe de Estado bem-sucedido. Essas listas não incluíam apenas comunistas guatemaltecos, mas também estrangeiros. A experiência em curso na Guatemala havia despertado atenção e interesse de diversos militantes que viajaram ao país para vivenciar o que acontecia ali.

Na biografia que escreveu sobre Che Guevara, Jon Lee Anderson afirma que, em 1953, “centenas de esquerdistas latino-americanos chegavam à Guatemala como asilados políticos ou mesmo como curiosos, caso de Ernesto, ansiosos por ver de perto a experiência ‘socialista’ da Guatemala” (Anderson, 1997: 146-147). O autor destaca que,

Pela primeira vez em sua vida, Ernesto identificava-se abertamente com uma causa política. Boa ou má, ele tinha escolhido a revolução esquerdista da Guatemala. Disse à família que, a despeito de seus muitos defeitos e falhas, este era o país em que se podia respirar o ar mais democrático da América Latina.

(...) O tempo que ele passou na Guatemala foi inestimável como um curso prático de imersão política (Anderson, 1997:152/153).

Em 1954, o Departamento de Estado norte-americano publicou um documento intitulado *Intervention of International Communism in Guatemala*, no qual destacava a presença de exilados e estrangeiros na construção do *Partido Guatemalteco do Trabalho* (PGT) e na definição das políticas do Estado centro-americano. Esse argumento era conveniente para

o discurso construído pelos Estados Unidos, que buscava legitimar o golpe de 1954. Na publicação, encontramos a seguinte afirmação:

(...) houve grande influxo de líderes comunistas visitantes entre 1945 e 1950 para ajudar a desenvolver a habilidade ideológica e organizacional dos jovens extremistas guatemaltecos. Entre eles estavam César Godoy Urrutia, líder do Partido Comunista Chileno que chegou primeiro em 1945; Pablo Neruda, o poeta comunista chileno; Eduardo Hubner, chileno figura comunista; Virginia Bravo Letelier, comunista chilena professor; Blas Roca do comunista cubano (p. 49)

Em outro trecho, o documento menciona a presença de militantes do *APRA* exilados na Guatemala. Essa publicação revela como as pessoas consideradas “comunistas” eram monitoradas nos países latino-americanos em um contexto de vigilância e de controle da região. A presença dessas pessoas na Guatemala reforçava o argumento de que seria imprescindível pôr fim à experiência da *Primavera Democrática*.

Após meses de preparação, em 17 de junho de 1954, uma coluna do chamado “exército de libertação”, vinda de Honduras, entrou no território guatemalteco. Os ataques por terra e ar pressionaram o governo, que, sem forças para resistir, terminou em 27 de junho com a renúncia de Jacobo Árbenz.

O golpe e o fim da experiência democrática guatemalteca geraram reflexões e tentativas de explicar as razões pelas quais não houve resistência significativa e o governo caiu. Em 1955, o PGT publicou um documento de autocrítica, apontando ações equivocadas. Um dos erros destacados foi a forma como a aliança com a burguesia nacional foi conduzida.

O PGT não teria estimado corretamente a pouca capacidade de resistência da burguesia e não levou em conta seu caráter conciliador diante do imperialismo e das classes reacionárias. Por isso, iludiu-se quanto ao patriotismo, à lealdade e à firmeza da burguesia nacional frente às investidas do imperialismo norte-americano. Além disso, a falta de organização e armamento dos operários e camponeses para uma possível resistência, bem como a priorização da política partidária, também foram consideradas

decisões equivocadas. O PGT não poupou críticas a Árbenz, sobretudo por subestimar o poder da Igreja Católica (Löwy, 1999: 209).

Nas cartas que enviou à família, Ernesto Che Guevara avaliou que o golpe atingiu seus objetivos devido à cumplicidade da imprensa, de setores traidores do exército e da Igreja. Para Guevara, o maior erro de Árbenz foi sua relutância em armar o povo: “Ele não viu que um povo armado é uma força invencível, apesar dos exemplos da Coreia e da Indochina. Ele poderia ter dado armas ao povo e não o quis fazer, e esse é o resultado” (Anderson, 1997: 177).

O historiador Nick Cullather (2006: 113-114) argumenta que a intervenção na Guatemala sinalizou a necessidade de luta armada em vez de reformas pacíficas e legais. Ele destaca que, uma vez no poder, era fundamental obstruir as ações dos opositores antes que estes conseguissem ajuda externa para derrubar o governo.

As consequências do golpe de 1954 para a Guatemala foram devastadoras, com impactos que perduram até hoje. O governo de Castillo Armas inaugurou um período de repressão severa e combate ao comunismo, buscando apagar as marcas dos governos anteriores. Entretanto, a experiência democrática deixou um legado que, com o passar dos anos, contribuiu para a formação de núcleos de resistência, os quais provocaram instabilidade nos governos subsequentes.

Nos anos seguintes, surgiram focos de guerrilha no campo, impulsionados pela experiência cubana. A década de 1960 foi marcada pela radicalização e pela violência governamental, que incluía esquadrões da morte, execuções, torturas e desaparecimentos forçados. Os EUA forneceram suporte e inteligência para as ações de contrainsurgência na Guatemala. A guerra civil no país só terminou em 1996. Segundo a Comissão de Esclarecimento Histórico, o conflito resultou em 201.500 vítimas fatais, incluindo 40 mil desaparecidos, dos quais 83% eram indígenas (Santos, 2023: 376).

Considerações finais

Seria simplista e falacioso atribuir exclusivamente aos Estados Unidos o fracasso da experiência democrática guatemalteca. Ademais, tal perspectiva desconsideraria a autonomia do povo guatemalteco em relação aos destinos do país. A questão central não se limita a determinar de quem é a responsabilidade pelo fracasso, mas a compreender de que forma diferentes forças políticas, econômicas, sociais e culturais atuaram naquele contexto para moldar o desfecho observado.

As populações indígenas guatemaltecas, em grande medida, não foram ouvidas ou tiveram pouca representatividade no processo de tentativa de modernização conduzido pelos governos de José Juan Arévalo e Jacobo Árbenz. Rigoberta Menchú ilustra essa perspectiva ao relatar que seus pais riam ao ouvir a expressão “nosso presidente”, pois, para eles, Árbenz era o presidente dos “ladinos”, e não dos indígenas (Burgos, 1993: 65).

Contudo, a experiência guatemalteca teve implicações que transcenderam as fronteiras do país. Ela aproximou Ernesto Che Guevara de exilados peruanos e cubanos, o que facilitou seu encontro com os irmãos Castro no México. A partir das lições aprendidas na Guatemala, Guevara e os irmãos Castro delinearam os caminhos para a Revolução Cubana. Em várias ocasiões, tanto Ernesto Che Guevara quanto Fidel Castro enfatizaram que “Cuba não será uma Guatemala”.

Outro ponto relevante que emerge do processo guatemalteco foi destacado no prefácio do livro de José Juan Arévalo, publicado em 1955:

A sucessão de operações contrarrevolucionárias combatidas por Árbenz na Guatemala deixa uma lição valiosa para todas as experiências populares latino-americanas: tentativas de golpe que foram frustradas não são tentativas que foram derrotadas (Arévalo, 1955, s.p.).

Essa lição ressoa de forma significativa no contexto brasileiro em 2024, quando tomamos conhecimento do planejamento de um golpe de Estado que não foi adiante por falta de apoio suficiente. A história nos alerta para a importância de permanecer vigilantes, reconhecendo que a ameaça de retrocessos não desaparece com o fracasso imediato de ações antidemocráticas.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 1997.
- ANGELL, Alan. A esquerda na América Latina após C. 1920. IN: Bethell, Leslie. *História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 *História da América Latina*; (vol 7). 471-546 pg.
- ARÉVALO, Juan José. "Discurso al dejar el poder". *Cuadernos Americanos*, volume LVII , nº 3, año X, de maio-junho de 1951, p. 7- 18.
- ARÉVALO, Juan José. *Guatemala, a democracia e o império*. Tradução de Géssica Carolina Goulart Pinto, Luiz Felipe Domingos, Maicon Rafael Caxueira, Maria Eduarda Munaro e Marlon de Oliveira Xavier. 1ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. E-book;(Pátria Grande).
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BAPTISTA Júnior. "A participação do governo Getúlio Vargas (1951-1954) na deposição de Jacobo Árbenz e o fim da aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos". IN: *Revista de História de América* Núm. 149. Julio-diciembre 2013, p. 79-126. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7985777.pdf>
- BURGOS, Elizabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha consciência*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CULLATHER, Nick Cullather. *Secret History: the cia's classified account of its operations in Guatemala, 1952-1954/second edition*. Stanford, California: Stanford University Press. 2006. Primeira edição 1999.
- DEPARTAMENT OF STATE. *Intervention of International Communism in Guatemala*. Department of State Publication. Washington, 1954.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

SABINO, Carlos. Guatemala, la historia silenciada (1944-1989). Tomo I. *Revolución y liberación*. Guatemala: FCE, 2007.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. “Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente”. *R. Katál.*, Florianópolis, v.26, n. 3, set/dez. 2023, p. 375-385.

SILVA, Vicente Gil e SCHWARZ, Laura Maria Loss. “A guerra secreta de Eisenhower na América Latina: O planejamento estratégico de uma ofensiva continental contra o comunismo e o nacionalismo (1953-1961)”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 35, jan/jul, 2023, p. 259-288.

TORIELLO, Guillermo. *La batalla de Guatemala*. Cid. De México: Ediciones Cuadernos Americanos, 1955.

Notas

1. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da educação básica do Instituto J&F.
2. <https://factsinstitute.com/ranking/human-development-index/> e <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf>. Acessado em 03/11/2024.
3. <https://www.mapfreglobalrisks.com/pt-br/gerencia-riscos-seguros/estudos/guatemala-perspectivas-economicas-comerciais/#:~:text=A%20Guatemala%20é%2C%20em%20termos,atividades%20de%20bancos%20e%20financeiras>. Acessado 03/11/2024.
4. Publicado em 1946, o romance denuncia a violência extrema de que uma ditadura é capaz e denuncia como se podem aprofundar desigualdades e injustiças, principalmente contra populações mais vulneráveis como os indígenas.
5. Atualmente 40% da população guatemalteca se identifica como indígena. Dados retirados do site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/>

[noticia/2014-09/relatorio-da-onu-aponta-aumenta-do-numero-de-indigenas-na-america](#) acessado em 15/11/2024.

6. Neste ponto é importante lembrar que a Espanha ainda estava isolada no cenário internacional, já que sua aliança com as forças do eixo tinha colocado o regime de Franco como algo a ser superado. No entanto, com o avanço da Guerra Fria a Espanha franquista passou a gozar dos privilégios de aliada das forças ocidentais e em 1955 foi aceita como membro da ONU.

7. Nick Cullater também cita Piero Gleijeses que a partir de pesquisas realizadas em documentos primários, contestou a versão dos governos guatemaltecos, revelando o segredo dos laços de Jacobo Árbenz com a cumplicidade dos comunistas e dos militares no golpe que o derrubou.

8. Original: The architects of Operation PBSUCCESS were equally certain of this point, and sure of their ability to remove and rebuild a regime. Readers adapt their understandings of history in light of new developments, and so, while this book once concerned a secretive episode in the cold war in Central America, today it describes an early precedent for the global “path of action” pursued in the war on terror. (...) There are reasons to consider the civil wars in Central America a more direct antecedent to policies pursued in Iraq and Afghanistan.

La crisis de la democracia o la democracia en crisis. Transiciones, rupturas y golpes en la Venezuela contemporánea

Miguel Ángel Contreras Natera¹

1. Introducción

El presente trabajo es un intento de reconstrucción teórica las cesuras históricas que designan en su crítico acontecer las transformaciones epocales que posibilitaron las transiciones políticas en la Venezuela contemporánea. Es innegable, tratar de comprender las características fundamentales de las rupturas y deslizamientos y, del mismo modo, las definiciones que utilizamos para aprehender conceptualmente la naturaleza de los cambios en la sociedad venezolana. En palabras del historiador Reinhart Koselleck, la constante tensión entre la sociedad y la elaboración lingüística de su autopercepción remite al dictum de que “la historia no es equivalente a la forma de su comprensión y tampoco puede pensarse sin ella” (Koselleck, 2012:13). En este caso, internarse en los intersticios de estas cesuras obliga a pensar la naturaleza de las ideas, conductas y relaciones que comprenden las acciones colectivas de actores, partidos y movimientos con todos sus repertorios de prácticas, protestas y cuestionamientos. El clásico libro de Charles Tilly *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes* ofrece una poderosa metáfora que conjuga la dimensión estructural y la dimensión

agencial en las formas como se anudan lo instituyente y lo instituido en la configuración de los vectores transformativos de los grandes movimientos colectivos del país. La tensión entre lo instituido y lo instituyente, entre la continuidad y el cambio histórico, abre el terreno para el ejercicio crítico y creativo de las prácticas sociales en cuanto es una puerta giratoria para comprender la incertidumbre de las luchas. Para Tilly, es necesario hacer el esfuerzo por reivindicar las demandas disruptivas y modulares que ayudan a “crear democracias con los mínimos daños -aunque no con ausencia total de daños- a las personas y a la propiedad” (Tilly,2007:9).

Esta centralidad histórica y epistémica se inscribe en la necesidad de situar las prácticas modulares y disruptivas de los movimientos colectivos que interpelados por circunstancias políticas construyen nuevas temporalidades. El cambio social y político con sus variaciones, choques y desenlaces no es un reflejo lineal y unívoco de los poderes fácticos, se deduce de un campo vectorial de fuerzas del orden y fuerzas del desorden que actúan atravesadas por intereses agenciales y estructurales contrapuestos. El reconocimiento de un conjunto de mecanismos objetivos y procesos causales que reaparecen en las coyunturas, implica la existencia de patrones nomológicos en las distintas cesuras que componen las periodizaciones de la historia contemporánea en Venezuela. Naturalmente, las periodizaciones marcan rupturas y transiciones que no tienen siempre un correlato matemático que las explique y, se justifican “por lo que hace de la historia una ciencia, sin duda no una ciencia exacta sino una ciencia social que se apoya en bases objetivas a las que llamamos fuentes” (Le Goff,2016:96). El programa de investigación democracia, derechos e indeterminación política se propone comprender como las demandas, reivindicaciones y repertorios de los movimientos y agencias producen en su accionar colectivo rupturas, transiciones y cesuras históricas que marcan el funcionamiento de una época. En este caso, conocer la combinación compleja de acontecimientos, secuencias y procesos con las variedades interpretativas que introducen las distintas agencias de estas cambiantes circunstancias históricas, obliga a una precaución epistemológica formulada como un principio de incertidumbre en las ciencias sociales.

2. Del programa de investigación a la propedéutica de trabajo

En América Latina, el desarrollo se concebía sobre la base de un conjunto de universales evolutivos que tenían como modelo implícito las variables, principios y valores de la modernidad estadounidense. *El Siglo Americano*, en la acepción de Giovanni Arrighi, se convirtió en sinónimo de desarrollo, progreso y modernización para enfrentar las grandes amenazas globales (definidas como comunistas) que aquejaban la región. En el caso venezolano, la idea del desarrollo como imaginario de integración social se representaba en las distintas variantes del discurso modernizador que orientaba y legitimaba las acciones estatales. De este modo, el vínculo programático entre modernización y petróleo organizaba el funcionamiento del paradigma tecno-económico que fundamenta la propiedad que históricamente reclama el Estado en Venezuela. El petróleo y su propiedad, se convierte en el elemento central de la economía venezolana y, al mismo tiempo, en una fuente inmanente de conflictos políticos alrededor de la apropiación del valor entre el Estado y las compañías petroleras. En palabras de Asdrúbal Baptista, “el petróleo constituye un objeto al que da valor comercial el mercado mundial y, por consiguiente, es sólo desde su óptica como se lo puede entender cabalmente” (Baptista,2012:11). En esta dirección, es necesario comprender la diferencia heurística que establecen tempranamente David Ricardo y Karl Marx en el campo de la economía política, respecto a la oposición analítica entre la categoría de valor y la categoría de riqueza. Esta distinción teórica, es fundamental, para entender la materia de la renta de la tierra que en el caso del petróleo revela una trama enteramente nueva al descubrir la forma rentista del capitalismo en Venezuela. La tarea central es comprender la relevancia geoeconómica del petróleo en su “peculiar condición del capitalismo venezolano, que consiste en ser un capitalismo rentístico. Una renta internacional constituye una parte muy significativa del ingreso nacional venezolano” (Baptista,2012:292).

En este caso, la primera hipótesis de trabajo, correlaciona la naturaleza rentista del capitalismo venezolano con las persistentes desigualdades sociales y políticas de una estructura económica que tiene raíces histórico-culturales. Cuestión esta última que vincula el lugar que ocupó Venezuela

dentro de la estructura colonial española y, la importancia relativa de una economía dependiente y desintegrada internamente que configuró las características ecológicas e históricas del crecimiento urbano de las ciudades. En Venezuela, la estructura económica reproduce los rizomas de la organización territorial interna con sus atomizadas características y, ambas se ordenan en su composición con la existencia de patrones económicos anclados en la heterogeneidad cultural. En este caso particular, los intereses de clase proyectan un capital simbólico que reproduce las formas de diferenciación psicológica que explica Pierre Bourdieu en *La distinción* (2012). El gusto, como forma de disgusto e intolerancia, es un signo indeleble de singularización de las clases altas que actúa como un mecanismo de esclusas con ascensos sellados desde arriba y, al mismo tiempo, se inspira en los preceptos político-espirituales del derecho natural antiguo. El conflicto alrededor de la cultura será un campo de fuerzas que expresará entonces los accesos jerárquicos y diferenciados a la renta petrolera en la forma de la monopolización histórica de la percepción estética de las élites.

La segunda hipótesis de trabajo, articula el gusto bourdesiano con la dimensión cultural de Raymond Williams, que indica las formas conscientes o inconscientes que reproducen los hábitos, rutinas y prácticas de las élites en sus comportamientos, acciones y conductas hacia las clases sociales subalternas (2000). Como una manifestación de discernimiento, sintetiza entendimiento, sensibilidad y privilegio en las élites venezolanas y, de este modo, organiza tácitamente un universo simbólico que proyecta una representación político-cultural que cosifica a los otros subalternos como masas amorfas. Irónicamente, los dinamismos que introduce el petróleo en la economía no modifican el sentir y pensar de las élites, en cuanto las presiones políticas y las luchas internas para enfrentar la constelación de problemáticas reproducen los accesos diferenciados a la renta. La presencia de un Estado que adquiere metafórica y materialmente características magnánimas lo convierten en un “gran dispensador de recursos. En tal sentido, distribuye más que redistribuye; otorga y reparte sin contrapartida. Eso le asegura una preeminencia que no se apoya únicamente en el poder político, ni tampoco en la fuerza bruta o en la violencia abierta” (Baptista, 2012:338). La tercera hipótesis de trabajo establece una correlación causal entre crisis económica,

crisis política y los nuevos arreglos enunciativos que surgen del anudamiento entre las distintas crisis. El núcleo fundamental de esta hipótesis hace referencia a las formas dinámicas como actúa la acumulación de capital y, sobre todo, como funcionan los mecanismos de encubrimiento en los ciclos de desvalorizaciones periódicas de los elementos del capital. Esto explica la emergencia del programa neoliberal en la década de los setenta, como ontología, epistemología y sentido común del proceso de restauración de los niveles de acumulación de capital y, sobre todo, su difusión como política económica y cultural en todos los espacios del sistema histórico capitalista.

En términos propedéuticos, tratar de comprender como operan las rupturas y transiciones producidas por las demandas y reivindicaciones de las acciones colectivas es un desafío histórico-social. Las oportunidades políticas que abren se convierten en intersticios creativos e inciertos que poseen un conjunto discreto (en términos topológicos) de combinaciones y secuencias que tienen un carácter nomológico. En cierto modo, la investigación reconstruye la relación entre oportunidades, incentivos y estructuras que han organizado en su funcionamiento las tres grandes cesuras históricas en Venezuela. En primer lugar, el fin de la dictadura gomecista evidenció el quiebre de una *larga latencia política* que es interrumpida con las huelgas y manifestaciones que simbolizan la emergencia de un *litigio* en el sentido de Jacques Rancière. En este tiempo histórico, los representantes del orden post-gomecista tenían como discurso organizador del cuerpo de la nación, a unas fuerzas armadas encargadas de enfrentar las amenazas comunistas en estricta correspondencia con el lenguaje de Occidente amenazado. La primacía de las fuerzas armadas en la arquitectura constitucional visibiliza la continuidad histórica con el gomecismo que es interpelada por las crecientes exigencias de los recién organizados partidos políticos. En segundo lugar, el fin de la dictadura perezjimenista visibilizó el intenso proceso de reconstrucción de la subjetivación política que tenía en AD (Acción Democrática) y el PCV (Partido Comunista de Venezuela) las agencias fundamentales de recuperación de la democracia. Los pactos, las negociaciones y acuerdos que fundan la democracia representativa tendrá en el discurso desarrollista el fundamento de los intereses compartidos entre los partidos políticos y el empresariado. La interrelación entre democracia y desarrollo se convertirá

en el horizonte normativo para alcanzar la modernidad teniendo a los partidos políticos como los mecanismos de mediación entre el Estado y la sociedad. Por último, el fin de la democracia puntofijista coincide con la irrupción del paradigma neoliberal, el ciclo de protestas de los noventa y la emergencia disruptiva del proyecto bolivariano representado en la figura de Hugo Chávez Frías. La presencia de un largo ciclo histórico que hunde sus registros a finales de la década de los ochenta y, que Sidney Tarrow denomina *sociedad en movimiento*, marca en toda su extensión la presencia omnimoda del discurso neoliberal y sus resistencias. En este último caso, se intenta captar las paradojas político-espirituales de una realidad atravesada por la experiencia de una crisis que se manifiesta como un naufragio civilizacional en cuanto los ideales, preceptos y principios axiológicos que vertebraban la vitalidad del horizonte democrático, han devenido en un sentimiento extendido de desencanto, decadencia y ocaso político-espiritual en tanto ubicua mundanidad.

3. El origen del litigio democrático

Durante la primera parte del siglo XX, un conjunto de acontecimientos históricos definieron las características fundamentales de las estructuras de poder en el ámbito militar, político y económico del país. La creación de unas fuerzas armadas unificadas, la consolidación de un Estado centralizado y las concesiones económicas para la explotación del petróleo se constituyen en las nervaduras fundamentales de la arquitectura institucional desde las primeras décadas del siglo veinte. La dictadura del general Juan Vicente Gómez (1908-1935) conjuntamente con los gobiernos del general Eleazar López Contreras (1936-1941) y el general Isaías Medina Angarita (1941-1945), dominarán la escena político-militar en la Venezuela de mediados de siglo. La *liberación del miedo* posterior a la dictadura gomecista se experimenta como un momento de organización colectiva y de reafirmación pública del valor de la democracia que se vive como un despertar de las fuerzas políticas que habían estado silenciadas, perseguidas y expulsadas en la dictadura militar. Las masivas y pacíficas protestas de gremios, estudiantes y trabajadores el 14 de febrero de 1936, seguidas de una violenta represión ejercida por

la gobernación del Distrito Federal (Caracas), indicaban un proceso embrionario de democratización de la sociedad venezolana. En el arco de circunstancias que va de abril a diciembre de 1936, el general López Contreras es ratificado como presidente hasta 1941 y se gesta la huelga petrolera en el estado Zulia, revelando un conjunto oculto de nuevas reivindicaciones que comienzan a organizar el campo de la política venezolana.

En abril de 1941, mediante elecciones indirectas el Congreso elige entre el ministro de Defensa el general Isaías Medina Angarita, Diógenes Escalante, Luis Gerónimo Pietri y Rómulo Gallegos el próximo presidente. Este gobierno inicia un conjunto de reformas constitucionales que incluyen la concesión del voto a las mujeres en las elecciones municipales y, el voto directo a los hombres que sabían leer y escribir para sufragar indirectamente a la presidencia. En este punto, el lugar que ocupan los medios de comunicación de masas será central en la elaboración de sentidos compartidos que amplifican la construcción de una incipiente opinión pública democrática. Las innovaciones electorales marcan un distanciamiento político entre el general Eleazar López Contreras y el general Isaías Medina Angarita que se manifiesta subrepticamente en las fuerzas armadas y, al mismo tiempo, en la consolidación de los partidos en la escena pública nacional. Estas últimas comenzaron a experimentar una escisión entre la joven oficialidad (formada profesionalmente en Venezuela y en el extranjero) y los generales que habían obtenido sus grados de una realidad decimonónica extinguida. En palabras de Manuel Caballero, la abierta ruptura entre López Contreras y Medina Angarita abría el camino a las ambiciones personales en cuanto “significaba otra cosa: se rompía la unidad de comando” (Caballero,1999:82) de las fuerzas armadas. Sin duda alguna, lo antidemocrático del sistema electoral y las denuncias de corrupción administrativa como acusaciones al gobierno de Medina Angarita, determinan el campo de actuación de figuras como el teniente coronel Marcos Pérez Jiménez que funda la Unión Patriótica Militar (UPN) y el líder político Rómulo Betancourt de AD. El 18 de octubre de 1945, se presenta como una fecha emblemática que marca un punto de inflexión en la política venezolana, el golpe de Estado contra el gobierno de Medina Angarita indica el nacimiento de dos actores fundamentales de la política nacional: las fuerzas armadas y los partidos políticos².

Al definirse como un acontecimiento revolucionario sin precedentes, los principales portavoces de la junta de gobierno³, elaboran una agenda política que construye la identidad entre voto, riqueza nacional y democracia. En este caso, la participación mediante el voto universal es enaltecida como una renovación político-espiritual en cuanto “la Constitución concedía el sufragio a todos los ciudadanos mayores de 18 años, eliminaba el requisito de saber leer y escribir y la exclusión de las mujeres, y establecía la elección directa del presidente, Congreso y representantes municipales” (Coronil,2002:149). La democracia electoral como ideal regulativo se convirtió en la promesa de futuro para las grandes mayorías que encontraban en la identidad entre garantías sociales, derechos económicos y derechos políticos una motivación central a la participación. La efervescencia y el entusiasmo desencadenado por el voto universal implicaba una ruptura con el *ancien régime*, convirtiendo la voluntad popular en la forma de expresión del cambio social, económico y político en Venezuela. En todo caso, el monopolio de la voluntad electoral se perfilaba como un invisible mecanismo democrático de control de las grandes mayorías que generaba ambigüedades profundas en los miembros militares de la junta de gobierno. De este modo, el anticomunismo como breviario de sectores conservadores se convierte conjuntamente con el apartamiento de los sectores militares en el gobierno, en un principio de fuerza para un golpe militar. El 24 de noviembre de 1948, se produce el golpe militar contra el recién electo gobierno de Rómulo Gallegos, de la misma forma -secreta y vertical- que el golpe del 18 de octubre y con la participación de los mismos oficiales de la UPN que acompañaron en aquel entonces el golpe del 45.

El orden que impone la Junta Militar conformada por el general Carlos Delgado Chalbaud y los teniente coroneles Marcos Pérez Jiménez y Carlos Llovera Páez, se logra apelando a la necesidad de Controlar los extremistas (comunistas) y, sobre todo, recurriendo a la idea de una crisis nacional que tiene en partidos como la Unión Republicana Democrática (URD) y el Comité de Organización Político Electoral (COPEI) aliados fundamentales. Los desacuerdos a lo interno de la Junta Militar y, el magnicidio del general Carlos Delgado Chalbaud, consolida el carácter autoritario de la dictadura militar que adopta la Junta. En todo caso, la dictadura militar pierde las

elecciones en 1952 y, simultáneamente, prepara la formula civil y legal a una solución militar que se sintetiza en la célebre frase *que se repetirá* en otro momento de la historia venezolana del coronel Carlos Pulido Barreto⁴, “todo no está perdido. Nosotros tenemos el poder y las armas. No lo vamos a entregar” (Coronil,2002:174). El proceso modernizador que inicia la dictadura militar del general Marcos Pérez Jiménez implicaba un desplazamiento del locus político al locus económico que se acompañaba de la construcción discursiva de un nuevo cuerpo de la nación. Tanto la inversión extranjera como la tasa de crecimiento económico indicaban la potencia del auge petrolero que se evidenciaba en las transformaciones de la infraestructura, en la industria y en los servicios que se correspondían con el horizonte normativo de la modernidad estadounidense.

El primero de enero de 1958 aviones de guerra surcan los cielos capitalinos y, de esta forma, la aparente estabilidad de la dictadura militar es *interrumpida* por un levantamiento fallido en las fuerzas armadas que sorprende a todos. El espectáculo entre el ataque de la Fuerza Aérea al Palacio Presidencial y la defensa de este por la artillería del ejército, evidenciaba un conflicto interno que producía en su propio acontecer un cambio radical en la escena política venezolana. Desde ese momento se activan y organizan un conjunto de movimientos políticos, intelectuales, estudiantiles y militares que se manifiestan en movilizaciones colectivas, modulares y disruptivas que desbordan la ciudad de Caracas. El 21 de enero, el entrelazamiento entre la convocatoria a una huelga general publicitada por los estudiantes de la Universidad Central de Venezuela y las manifestaciones populares, producen una gigantesca demostración de fuerza política. La dictadura militar decreta el estado de sitio en medio de un suspenso *in crescendo* que anuncia nuevas movilizaciones que exhiben una muestra inquebrantable de unidad, valor y compromiso. Las concentraciones sociales estaban indisolublemente vinculadas a la emergencia de nuevos repertorios de protestas en una pluralidad de espacios que catalizaban el cambio político organizado por los principales partidos. En la madrugada del 23 de enero, como un signo inequívoco de un simbólico triunfo de las movilizaciones y protestas, se escucha “el sonido de los motores de la Vaca Sagrada, el avión presidencial que lleva a Ciudad Trujillo al dictador despavorido” (Caballero,1999:107).

La prensa nacional presenta el derrocamiento militar como un triunfo incuestionable de un pueblo movilizado y, al mismo tiempo, el inicio de las negociaciones para formar la junta de gobierno.

De modo tópico, el acontecimiento del 23 de enero funda en la historiografía venezolana la idea de un origen popular, no violento y democrático en la configuración del orden sensible de 1958. La Junta Patriótica se enfrenta a la acuciante necesidad de conservar la unidad político-militar y, al mismo tiempo, conjurar la posibilidad de una restauración militar. El naciente sistema político resuelve con la convocatoria a unas elecciones presidenciales las profundas contradicciones y pugnacidades que albergan los integrantes de la junta. Esto último convierte al poder emergente en objeto de disputas sobre la elaboración de un programa común que logre confrontar las situaciones de un pasado que reaparece como un *fantasma fundamental interpuesto*. De este modo, la pregunta por un orden democrático pasaba por reprimir las actitudes y comportamientos prevalecientes en las experiencias políticas de la Asamblea Constituyente de 1947. Las alianzas, pactos y negociaciones que fundan el orden sensible de la democracia representativa funcionaron como un mecanismo defensivo en cuanto *formación de compromiso*, contra las disidencias de las agencias partidistas de izquierda (PCV) y las probables rearticulaciones de un golpe de derecha. La articulación analítica entre la noción de fantasma fundamental y la de formación de compromiso provenientes del psicoanálisis constata el carácter defensivo que inaugura el naciente orden sensible. De este modo, el acuerdo suscrito entre las élites político-económicas el 31 de octubre de 1958 en la quinta Punto Fijo propiedad de Rafael Caldera (líder político de COPEI), funcionó como un dispositivo de identidad que organizaba el compromiso de los partidos alrededor de quien resultara electo y, conformar en torno al ganador en las elecciones, un gobierno de coalición nacional. Se excluyó, en el Pacto, explícitamente al PCV que había formado parte de la resistencia a la dictadura militar del General Marcos Pérez Jiménez conjuntamente con la juventud de AD. Las reglas de juego y los acuerdos políticos básicos del Pacto, incluían un programa mínimo de gobierno, el respeto a la alternabilidad, la mediación de los partidos políticos y la

redacción de una nueva Constitución. La crisis económica que se inicia en 1957 coincide con el espíritu de la Revolución Cubana y su contraparte ideológica la Alianza para el Progreso y, ambas a su vez, con la reorganización político-cultural de la sociedad venezolana.

4. Democracia, desarrollo y hegemonía burguesa

La construcción de un orden democrático suponía la convocatoria a elecciones libres, la alternabilidad política, el respeto a la libertad de expresión y la mediación de los partidos políticos. De este modo, los desafíos en la composición del gobierno (Junta Provisional de Gobierno)⁵ respondían a una táctica propiciada desde los partidos con la finalidad de comprometer a dos sectores decisivos para la estabilización de un modelo de hegemonía: empresarios y militares. El triunfo electoral de Rómulo Betancourt para gobernar el país en el periodo 1959-1964 marca el inicio de la democracia representativa en medio de rebeliones militares (Barcelonazo, Carupanazo y Portañazo)⁶, intentos de magnicidio, fracturas a lo interno de AD y la irrupción de la lucha guerrillera. En este punto, la legitimidad del orden democrático no estaba garantizada debido a las continuas probabilidades de conflictos militares e insurgentes que tenían efectos caóticos e indeterminados que actuaban como espirales de violencia. Pero, además, las radicales contradicciones que tiene en América Latina, la Revolución Cubana y la Alianza para el Progreso en los imaginarios sociales, definirá las tensiones y conflictos de un campo de fuerzas jalado por la política de la Guerra Fría. Por un lado, la bipolaridad global adquiere una forma institucional en las estrategias de modernización estimuladas por los trabajos de W. Rostow como parte de la ofensiva ideológica de los Estados Unidos. Por el otro lado, se instrumenta una política de contra insurgencia cifrada en las políticas de Seguridad y Defensa estadounidenses que tiene como propósito contener los movimientos guerrilleros en la región. Sin duda alguna, las formas espaciales del conflicto -inspiradas en el foquismo de Régis Debray- que desarrolla la guerrilla venezolana, no logra convertirse en un desafío simbólico que implique una opción competitiva en los teatros de operaciones político, ideológico y militar.

En este primer quinquenio la observancia de los pactos y acuerdos entre los actores fundamentales es crucial para la estabilidad del espíritu democrático que se concentra estratégicamente en eludir los conflictos políticos. En palabras de Edgardo Lander, el complejo proceso de negociaciones y acuerdos cristalizados en los pactos, parten de la lección aprendida del trienio que establece que el objetivo político fundamental sea “la preservación de la estabilidad del régimen democrático” (Lander, 1995:17). La Constitución de 1961, como un acuerdo esencial, constituye el ordenamiento jurídico que codifica y recoge los tópicos esenciales de los pactos firmados, fijando las pautas legales que organizaran el funcionamiento del sistema democrático. Las bases estructurales del orden sensible emergente es pensado y diseñado desde una concepción pluralista, democrática y representativa inspiradas en las ideas de Karl Popper en *La sociedad abierta y sus enemigos*. Para los constituyentistas, el modelo a construir se concentra en ajustar los procedimientos constitucionales para recrear en mandatos legales las figuras de los pactos y coaliciones en el manejo de los disensos. La opción bipartidista se consolida, reforzándose la actuación dominante de los partidos AD y COPEI y, al mismo tiempo, se establece un sistema informal de consulta que incluye al empresariado (Fedecámaras), a los trabajadores (CTV), a las FAN (Alto Mando Militar) y a la iglesia Católica (Alta Jerarquía). De este modo, la democracia representativa como forma del régimen del Estado; los partidos políticos como mediadores de la representación política; el Estado como promotor del proceso de desarrollo económico y distribuidor de la renta petrolera constituyen los perfiles generales del discurso modernizador del Pacto de Punto Fijo.

Los gobiernos sucesivos de Rómulo Betacourt y Raul Leoni de AD logran estabilizar la crisis económica mediante la promoción de los procesos de modernización de la agricultura, la sustitución de importaciones de la industria y la universalización de los derechos sociales. El desarrollo como el telos ineludible para la realización de la modernidad, suponía la creación de una agricultura y una industria nacional mediante las políticas de modernización. El subdesarrollo se concebía como una etapa transitoria que dependía del despegue (*take off*) de la economía de la industrialización sustitutiva, que perseguía simultáneamente la construcción de una burguesía

nacional y la generación de empleos productivos. Esto se convertía en el mantra fundamental de una estructura política y económica que tenía como propósito consolidar el poder político y, al mismo tiempo, crear las condiciones para una economía post-petrolera. La universalización de los derechos sociales (educación, salud y vivienda), la reforma agraria y el fortalecimiento de los partidos políticos (AD y COPEI) se convierten en un bastión fundamental de la estabilidad del sistema político. En las elecciones de 1968 se elige a Rafael Caldera de COPEI y en 1973 a Carlos Andrés Pérez de AD estableciendo la alternabilidad como procedimiento institucional no traumático en la renovación del poder. En todo caso, el proyecto político que se inaugura en 1958, fue desarrollando rasgos de una democracia liberal-elitista (con el pretexto de evitar los peligros del populismo se le otorgaron un conjunto de garantías a sectores y grupos minoritarios) que era distinta y paralela al sistema de representación y participación propio de la democracia representativa. Los rasgos de reconciliación de elites, concentración de la mediación política en los dos partidos AD y COPEI, clientelismo y corrupción administrativa, devienen entonces en mecanismos inmanentes del sistema político venezolano.

Las primeras manifestaciones de la crisis estructural del proyecto político de Punto Fijo se evidencian en la década de los ochenta con el entrecruzamiento entre la crisis de endeudamiento (moratoria mexicana) y la crisis del modelo de desarrollo de orientación cepalina. Sus expresiones económicas y políticas fundamentales son la devaluación de la moneda, la inflación creciente, el quiebre de los mecanismos de construcción de consensos y la crisis de legitimidad de los partidos. En este punto, se inicia un debate en amplios sectores intelectuales, científicos y políticos que se integra en la Comisión para la Reforma del Estado (COPRE) nombrada por el presidente Jaime Lusinchi y, simultáneamente, grupos económicos importantes se convierten en portavoces de las ideas neoliberales. Para el sociólogo José Agusín Silva Michelena, la identidad entre el declive de la economía y el conflicto político expresa una ecuación que tiene raíces históricas profundas. Para él, con un valor prospectivo incuestionable, el país estará en una encrucijada en la década de los ochenta, “en el pasado, siempre hubo una nivelación o declinación del principal motor de la economía

-cacao, café y petróleo- el país atravesó por un periodo de intensos conflictos que se convirtieron en puntos críticos de nuestra historia política” (Silva Michelena,2011:118).

En este contexto, la crisis de imaginario de desarrollo y la irrupción de un programa neoliberal suponía la reorganización de los mecanismos de regulación económicos y políticos del puntofijismo. Esto indicaba una fractura entre el empresariado y los partidos políticos que tendrá en la promoción de la antipolítica su locus fundamental y, sobre todo, definirá la centralidad de las ideas neoliberales en instituciones académicas como CEDICE y el IESA⁷. La densificación en círculos académicos, artísticos y económicos de las ideas neoliberales se correspondía con la *inception espiritual* que se ejercía desde una multiplicidad de centros de conocimiento globales. La orientación normativa “implicó formas de subjetivación de amplísimas repercusiones en los imaginarios de las sociedades globalizadas, naturalizándose social y culturalmente en lo que llamaremos neoliberalización espiritual” (Contreras Natera,2015:18). Figuras como Francis Fukuyama y Mario Vargas Llosa -como operadores anafóricos del espíritu de época- encontraban un eco de múltiples resonancias en libros como *Más y mejor democracia* del grupo Roraima y *Una ilusión de armonía* del IESA. La ruptura del consenso socialdemócrata -como ideal de modernización, desarrollo y modernidad- que habían funcionado como mecanismos de regulación social, económico y políticos, se convertirá en el punto de inflexión del turbulento ciclo histórico que irrumpe a finales de la década de los ochenta.

5. Rupturas, protestas y neoliberalismo

En términos retrospectivos, el triunfo del candidato Carlos Andrés Pérez para el ejercicio de un segundo mandato presidencial en diciembre de 1988 representaba una renovación radical del liderazgo socialdemócrata en Venezuela. Tanto el 2 de febrero con la toma de posesión presidencial en el teatro Teresa Carreño (no como era habitual en el Congreso de la República), con la presencia del vicepresidente de los Estados Unidos Dan Quayle y el líder de la revolución cubana Fidel Castro, como el 16 de febrero

con la presentación del programa económico denominado el Gran Viraje (liderado por tecnócratas formados en el IESA contrarios ideológicamente a la socialdemocracia del partido AD), simbolizan la emergencia del discurso neoliberal como nuevo principio de verdad. En todo caso, ambas fechas representan en su unidad contradictoria severos cuestionamientos político-institucionales a los mecanismos de regulación vigentes desde los pactos, alianzas y documentos que se acuerdan en el Pacto de Punto Fijo. Mientras el 27 de febrero representa un quiebre crítico al emergente consenso neoliberal, en cuanto un levantamiento popular, masivo y espontáneo en las ciudades de Guarenas, Los Teques, La Guaira y Caracas contra las medidas económicas (paquetazo neoliberal) evidenciaba la irrupción de fisuras multiformes y caóticas al segundo gobierno de Pérez. El cuerpo político del país se escinde dramáticamente en la forma de protestas, rupturas y una violencia generalizada que inician un progresivo deterioro del sistema populista de conciliación de elites. El proceso de des-convencionalización del Pacto de Punto Fijo incluye también el llamado viernes negro en 1983, pasa por las asonadas militares de 1992, hasta llegar al triunfo de Rafael Caldera en las presidenciales de 1993 con el partido Convergencia.

En este caso, es necesario hundir el análisis en las nuevas formas de acción colectivas inventadas en el calor de las nuevas agencias políticas que comenzaron a producir cambios sustantivos en los modos de subjetivación. El desafío que se inicia con la emergencia de este ciclo histórico expande las oportunidades políticas abriendo decursos de acción que originan nuevas oleadas de movimiento y dan forma a su despliegue de manera dramática, disruptiva y modular. Desde ese entonces, los repertorios de confrontación entre agencias discursivamente contradictorias apuntaban a diferenciar la dimensión civil y social de la ciudadanía en el plano de las exigencias normativas. Los derechos de autonomía que orientaban políticas de promoción de la libertad económica conjuntamente con la privatización de activos del Estado, se confrontaban radicalmente con la defensa universal de la salud y la educación que exigían las garantías de un Estado social en franca crisis. Este ciclo histórico revela las profundas contradicciones entre los defensores de la doctrina neoliberal y sus críticos que actúan en un *plano de inmanencia* que enrolla y desenrolla las disposiciones y las fluencias

en una elasticidad infinita. En su conjunto, el ciclo histórico que se inicia en febrero del 89 representa una escisión en el alma política del país que transversaliza nuestra historia reciente en una extrema conflictividad.

El entrelazamiento entre la crisis de las formas de representación política, la emergencia político-cultural del discurso neoliberal y las reivindicaciones político-populares de los movimientos sociales crearon agujeros de legitimidad en el sistema puntofijista. La diseminación de las protestas y, la alteración profunda que producían las movilizaciones populares contra las políticas-económicas del Consenso de Washington expresaban un signo eminentemente contra-hegemónico. La campaña electoral por la presidencia en 1998 suponía la renovación formal del lugar del poder en tanto *lugar vacío*, el hiato entre el lugar vacío de poder y el agente que ocupa transitoriamente este lugar suponía interpretar al sujeto de la democracia como un *sujeto borrado*. Las fuerzas reactivas a la emergencia de la presidencia de Hugo Chávez Frías organizaron acciones, propuestas y movilizaciones que ponían el acento en lo que Platón llamaría la *arquipolítica* como sensibilización exhaustiva de la *arkhé* de la comunidad. La caracterización como un intruso al orden sensible de los bien-pensantes, suponía una política de inmunización donde las medidas médicas actuaban como antígenos necesarios que intentaban conjurar mediante un exorcismo cultural, la influencia creciente de la desviación que representaba el chavismo en la sociedad venezolana.

La inmunización en tanto negación se presenta como una advertencia de un presente caótico que contiene una subrepticia profecía sobre un futuro cargado de destrucción institucional. Por tanto, el centro de gravedad de la política venezolana se polarizaba entre la politización de los sin-partes representados en la figura del presidente Hugo Chávez Frías y la arquipolítica platónica de la oposición que condensaba a partidos políticos, agrupaciones y personalidades de una diversidad de procedencias ideológicas. La construcción de la figura de Chávez como un tropo negativo que reorganizaba la percepción mediante un proceso de reescritura lo convierte en un *mediador evanescente negativo*. Este concepto de inspiración weberiana designa que “el surgimiento de la figura carismática o profética provoca un revoltijo en la situación tradicional y posibilita la formación en

su lugar de una situación totalmente nueva” (Jameson,2004:187). Al encarnar en la figura de Hugo Chávez Frías, el lugar de lo arbitrario, se materializa una *dimensión ominosa* que tiene como relación fundamental la agresión mutua. Se le identifica como una pulsión de muerte que amenaza destruir el orden social al poner de manifiesto la homología entre el presidente y la violencia. La potente retórica del presidente Chávez contribuye a cimentar el isomorfismo lógico construido desde la arquipolítica fortaleciendo el campo de gravedad que lo coloca como el centro de la disputa.

6. La puerta giratoria de la política en Venezuela

Las transacciones materiales y simbólicas abren los caminos para comprender las transformaciones discursivas que actúan como modalidades cambiantes en las formas de interpelación ideológica en el chavismo. Estos cambios espirituales en la adscripción de la política tendrán tres momentos históricos que indican tensiones irresolutas a lo interno del movimiento cívico-militar que lo suplementa. Primero, las oscilaciones pendulares entre procesos de apertura y democratización que van desde el proceso constituyente pasando por el referéndum revocatorio hasta llegar a la elección presidencial de 2006 fortalecían a la sociedad en movimiento que irrumpió como resistencia política en febrero de 1989. En este periodo, una política de los *sin partes*, que cuestionaba las formas legales de la política penetra como un litigio a lo interno del orden sensible, al descubrirse los incontados como formando parte del todo. Los sin partes aparecen en la escena política invocados por la presencia revolucionaria de Chávez, “en la modalidad de la transgresión, como seres parlantes, dotados de una palabra que no expresa meramente la necesidad, el sufrimiento y el furor, sino que manifiesta la inteligencia” (Rancière,1996:39). El discurso redentor de Chávez, que evocaba un Bolívar plebeyo, se anclaba en un humanismo crítico que se conectaba emocional e intelectualmente con la defensa irrestricta de los oprimidos, débiles y explotados.

Segundo, el momento de clausura y autoritarismo que incluyen la reforma constitucional, la creación del partido socialista y la enmienda que actuaban con signos contrarios al carácter democrático-popular de la identidad chavista inicial. Las tensiones espirituales de este emergente campo

indicaban la presencia de nuevas fuentes de legitimidad independientes de la acumulación de fuerzas político- electorales. Tercero, la muerte del presidente Hugo Chávez Frías implicó el progresivo resquebrajamiento de un orden sensible centrado en la polarización y, al mismo tiempo, un cambio definitivo en los contenidos de la política. La necesidad de exorcizar la amenaza de división se convierte en el horizonte normativo que funciona como una verdad unificada que actúa como un inconsciente político que marca toda la longitud y anchura del periodo en cuestión. En este balance, la escisión que separa el abismo abierto entre la política de los sin partes y la pospolítica se convierte en una *torsión radical* que señala un nuevo camino para el ejercicio de la política. En palabras de Jacques Rancière, el tránsito que va de la política de los sin partes a la pospolítica es un cambio de actitud que señala el adiós definitivo de una política emancipatoria. Las amplias coincidencias con la arquipolítica neoliberal de las diferentes oposiciones implicaba un abandono del sustrato espiritual que emergió en el ciclo de protestas que se inició el 27 de febrero de 1989. La pospolítica se orientaba hacia la construcción de límites desconocidos que se sustraían del capital político que caracterizó al chavismo hasta el 2006, concentrándose exclusivamente en el cálculo racional de fuerzas, afectos y lealtades acumuladas.

Desde la elección presidencial de 2013⁸, se inicia la simetría entre arquipolítica y metapolítica (pospolítica) que implica la disolución y negación del litigio trazando un programa centrado exclusivamente en el control del poder. El proyecto descansa en abjurar a los posibles disidentes del encuadre madurista y, al mismo tiempo, construir una red compleja de actores (nomenclatura) mediante mecanismos utilitarios de construcción de consensos (red clientelar). La corporativización política que se va configurando con el anudamiento entre el segundo y el tercer momento, entraña una transformación axiológica que remodela las conductas, los modos y las acciones de las agencias del chavismo. El entrelazamiento catastrófico entre la extensión de la crisis económica y el fraccionamiento del campo político que produce la muerte del presidente Chávez intensifica la fractura interna del país. La muerte del presidente Chávez se convierte en el gesto inaugural que visibiliza el profundo desgarramiento en las

entrañas de la sociedad en donde el sacrificio simbólico entre *hermanos* recorre históricamente la disputa por el poder en el orden sensible. Esto significó el predominio del *status naturalis* sobre el *status civilis* en tanto la guerra de todos contra todos desbordaba las formalidades democráticas del Estado en Venezuela. Esta negación supone el predominio del *status naturalis* que es en esencia el *status belli* en cuanto el conflicto existencial al sobrepasar los cauces que lo habían contenido por años se disemina por el cuerpo de la nación.

Entre 2014 y 2015, el teatro de la guerra *intestinal* indica una trinidad atravesada por el odio, la enemistad y la violencia que se vinculan indisolublemente al ciego impulso de las fuerzas políticas que se contraponen entre sí. La guerra se hace híbrida al incluir las imágenes, la internet, los *mass media* e incorporar a agentes transnacionales en el fomento de la trinidad de la guerra, que termina fortaleciendo una política de cálculos entre las distintas agencias que se desentiende del horizonte final del conflicto existencial. La calle, como espacio público de desafío colectivo al gobierno de Maduro, se convierte en el teatro de una guerra simbólica en donde se escenifica la extrema pugnacidad existencial produciendo transacciones cargadas de resentimiento, extrema animadversión y fanatismo. Barricadas, piquetes y cortes de rutas con participación de movimientos civiles, partidos políticos, estudiantes y grupos armados intensifican las probabilidades de una eventual ruptura política. Movilidad, rapidez y cambios bruscos en los ataques abren nuevos espacios para la confrontación que desarrollan *innovaciones partisanas* en el campo de la guerra y en su espectacularidad política. La demonización del otro, como lógica clasificatoria, faculta su desaparición asegurando simultáneamente la unidad inquebrantable del sí mismo ante el caos imperante.

En 2015, la oposición al gobierno reunida en la MUD gana las elecciones parlamentarias de la Asamblea Nacional por mayoría calificada desplazando el locus de las reivindicaciones políticas. Esto implicó una disminución de la amenaza de disrupción en cuanto las demandas de las distintas agencias de la MUD introducen un incentivo selectivo (salida de Maduro) que cooptaba las energías de las múltiples protestas. En el contexto del año 2016, la emergencia de la crisis económica comienza a esparcir sus manifestaciones

más sombrías con el desabastecimiento de alimentos, el incremento progresivo de la inflación, la pérdida del valor adquisitivo del salario, la destrucción del aparato productivo y el descenso de los precios del petróleo. En términos retrospectivos, el fortalecimiento del imaginario rentista del desarrollo y la modernidad en los sucesivos gobiernos del presidente Chávez consolidó la vocación comercial e importadora de la economía venezolana. Por lo tanto, la herencia del modelo económico centrado en garantizar la seguridad alimentaria como política estratégica del gobierno suponía la satisfacción de las necesidades de consumo privilegiando las importaciones. Las primeras muestras del desacoplamiento del *rentismo económico, social y cultural* se evidenciaba en la caída progresiva de los precios del petróleo que se expresaba en el descenso de las exportaciones que se ubican en 74.714 millones de dólares respecto a los 88.753 millones de dólares del año anterior. Pero, sobre todo, en el brusco desplome de las importaciones que se sitúan en 47.508 millones dólares con relación a los 57.183 millones de dólares del 2013⁹. La crisis social que había conjurado el gobierno del presidente Chávez con las políticas de las misiones comienza a evidenciar una precariedad con sus dramáticos efectos en los plexos de vida del tejido social. El desamparo, el desencanto y la vergüenza se sitúan en el centro de la cotidianidad de los sectores empobrecidos como *testimonios públicos de la fenomenología de la crisis social*. Sin entrar en una mitologización de una subcultura delincuencial, emergen formas de sociabilidad marcadas por la ausencia de recursos para sobrevivir, que simultáneamente rompen sus vínculos sociales mediante la recreación de prácticas de sobrevivencia ancladas en la mendicidad e indigencia. La desocialización como quiebre individual y colectivo se vive como des-habitación del mundo, consumándose la desafiliación de amplios sectores de la sociedad que privados de la participación de bienes sociales, se encuentran amenazados de caer en una situación social todavía más degradada, como se evidencia en el comportamiento reciente de las *estadísticas morales*¹⁰.

El programa neoliberal reaparece como subrepticia política económica para enfrentar las consecuencias de la crisis y el bloqueo, la lógica financiera depredadora se impone en un contexto cultural de subjetividades fragmentadas. El país desgarrado en su conflicto interno no puede hacer

frente desde la *política* a su realidad psíquica, dominar al otro (s) y plegarlo a su dominio, se convierte en la representación pública donde una parte se presenta como el todo en la negación de las otras partes. La asimetría en los recursos de poder de esta relación consolida la fuerza de las rutinas del gobierno que se instalan de manera subcutánea sobre los cuerpos de los otros, construyendo un régimen de verdad en correspondencia con su estrategia de minoría consistente. Frente a la oscuridad de las apariencias la metapolítica madurista construye una comunidad política *sin litigios* en correspondencia con la arquipolítica platónica, condenando nuevamente al ruido la política de los sin-partes. La ausencia de escaladas de protestas consolida una atmósfera de quietud y miedo que se manifiesta en el fortalecimiento de un neoliberalismo disciplinario que incluye entre sus dispositivos “el uso irrestricto de la violencia policial y militar para la pacificación política de la sociedad” (Contreras Natera, 2015:156).

La fragmentación política, instalada como subjetivación en los últimos doce años, indicaba la persistencia de negociaciones rotas que se traducían en la convocatoria a las elecciones presidenciales de 2024. Las divisiones a lo interno de los partidos de la oposición se convirtieron en incentivos positivos para el gobierno de Maduro que movilizó la infraestructura del partido-Estado para su beneficio en este evento electoral. De este modo, las elecciones presidenciales como *lugar vacío* para la reconstrucción de la legitimidad se troca en un mecanismo de renovación política que se presenta como superación de la división que atraviesa la sociedad. En la noche del 28 de julio, en el contexto de las elecciones presidenciales, el anuncio de los resultados produce dudas e incertidumbres que se manifiestan metafóricamente como una larga noche polar. En este contexto, como un ejercicio de ficción política, la frase del coronel Carlos Pulido Barreto en las elecciones presidenciales de 1952, se repite como tragedia <<Nosotros tenemos el poder y las armas. No lo vamos a entregar>>. En todo caso, la realidad forcluida¹¹ reaparece como protesta e indignación en una diversidad de espacios que escapan a la regulación y la coerción, iniciando una protesta generalizada contra los resultados anunciados en la noche del 28 de julio. La tensión irresoluta entre la *ley de la mayoría* y el *Status belli* se cierne como um espectro que amenaza las bases contractuales del Estado de derecho

profundizando la división constitutiva que intenta sin éxito exorcizar el gobierno. En esta circunstancia, el cruce entre la crisis económica y la crisis política -en el contexto de cambios en los procesos de acumulación globales- supone transformaciones en los mecanismos de regulación políticos, jurídicos y económicos como ocurrió en el pasado.

En efecto, la contradicción manifiesta entre la respuesta gubernamental y la realidad vivida del país se traduce en criminalización, represión y persecución de las movilizaciones políticas y sociales que se perfila como la naciente política de un Estado autoritario, militar, policial y represivo.¹²

Indudablemente, la fuerza policial y militar del gobierno de facto, no logra construir bases legales compartidas en cuanto la obligación a obedecer en el campo del derecho y la política, plantea una disyunción entre legalidad y legitimidad, que se traduce en una indeterminación política irresoluble sobre el futuro del país.

La idea de una crisis de la democracia -como ideal regulativo- supone transitar hacia un horizonte normativo que logre conjugar los preceptos político-morales de la Ilustración radical.

Referencias bibliográficas

BAPTISTA, Asdrúbal. *Itinerario por la Economía Política*, Caracas, Ediciones IESA, 2012

BOURDIEU, P. *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*, Madrid, 2012

CABALLERO, Manuel. *La crisis de la Venezuela contemporánea*, Caracas, Monte Ávila Editores, 1999.

CONTRERAS NATERA, Miguel Ángel. *Otro modo del ser o más allá del euroccidentalismo*, Caracas, Fundación Rómulo Gallegos CELARG, 2014.

CONTRERAS NATERA, Miguel Ángel. *Crítica a la razón neoliberal. Del neoliberalismo al posliberalismo*, Ciudad de México, Editorial Akal, 2016

CORONIL, Fernando. *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*, Caracas, CDCH-UCV y Editorial Nueva Sociedad, 2002.

JAMESON, Fredric. *Una modernidad singular. Ensayo sobre la ontología del presente*, Buenos Aires, Editorial Gedisa, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*, Madrid, Editorial Trotta, 2012.

LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, Sociedad Civil y Democracia. Ensayos sobre América Latina*, Caracas, Ediciones CDCH-UCV, 1995

LE GOFF, Jacques. *¿Realmente es necesario cortar la historia en rebanadas?*, Buenos Aires, F. C. E., 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *El desacuerdo. Política y filosofía*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1996.

SILVA MICHELENA, José Agustín (2012) *Crisis de la democracia*, Caracas, CENDES

TILLY, Charles. *Violencia colectiva*, Barcelona, Editorial Hacer, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*, Barcelona, Ediciones Península, 2000.

ZIZEK, Slavoj. *Primero como tragedia, después como farsa*, Madrid, Editorial Akal, 2012

Referências eletrônicas

EXHIBIT D. U.S. Securities and Exchange Commission. Disponível em: <<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/103198/000119312517376486/d505622dex99d.htm>>. Acesso em: 29 de novembro de 2024.

Siete muertos en los incidentes de Venezuela. El mundo, 2013. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/america/2013/04/15/venezuela/1366062632.html>>. Acesso em: 29 de novembro de 2024.

Notas

1. Dr. Miguel Ángel Contreras Natera, jefe del Laboratorio de Teoría y Diseño de Sistemas Sociales Complejos del Centro de Estudios de la Ciencia del IVIC (Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas) y Profesor Asociado de la Escuela de Sociología de la Universidad Central de Venezuela. E-mail: miguelangel.contrerasnatera@gmail.com, ORCID 0000-0001-7032-9600. Postal Code: 1204.

2. En un fuego cruzado de fuentes, documentos y entrevistas historiadores como Oscar Battaglini en su libro *El Medinismo. Modernización, crisis política y golpe de Estado* y Margarita López Maya en su texto *Estados Unidos en Venezuela: 1945-1948*, ambas tesis doctorales, polemizan respecto a la participación o no del gobierno de los Estados Unidos en el golpe de Estado del 18 de octubre de 1945.
3. Por un lado, los actores civiles Rómulo Betancourt (presidente), Raúl Leoni, Luis Beltrán Prieto, Gonzalo Barrios y Edmundo Fernández y, por el otro, los actores militares son dos oficiales del ejército Carlos Delgado Chalbaud y Mario Vargas.
4. La célebre frase de Karl Marx en *El 18 brumario de Luis Bonaparte* intenta corregir la idea hegeliana de que la historia se repite dos veces. “Hegel observa en alguna parte que todos los grandes acontecimientos y personajes de la historia mundial se producen, por así decirlo, dos veces. Se le olvidó añadir: *la primera vez como tragedia, la segunda como farsa*” (Zizek, 2012:5). Esta circunstancia político-militar, se convertirá en una estructura de sentimiento en la historia política venezolana, en la conocida fórmula marxiana de repetirse históricamente primero como tragedia, después como farsa.
5. Presidida por el contra-almirante Wolfgang Larrazábal.
6. La necesidad de incluir en la Constitución la garantía de unas fuerzas armadas apolíticas se inscribe en la estrategia de contener la vocería de las fuerzas armadas, trazando el carácter de obediente y no deliberante de las mismas.
7. El Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA) y el Centro de Divulgación del Conocimiento Económico (CEDICE) se convirtieron en *Think Thank* fundamentales en la promoción y difusión de ideas neoliberales y, sobre todo, en espacios para el debate tecnocrático que germina desde mediados de la década de los ochenta. Los IESA-Boys, fue una acepción que se acuñó para referirse al gabinete económico de Carlos Andrés Pérez II por su orientación técnica en las ideas de la Universidad de Chicago y, por consiguiente, su necesidad de distinguirse discursivamente de la política de los partidos.

8. La elección presidencial que enfrentó a Hugo Chávez Frías y Henrique Capriles Radonski en octubre de 2012 tuvo una diferencia de 1.599.828 votantes, mientras que la elección que confrontaba a Nicolás Maduro y Henrique Capriles Radonski en abril de 2013 la diferencia fue de solo 223.599 votantes (http://www.cne.gob.ve/web/sala_prensa/noticia_detallada.php?id=3171). El saldo de muertos en los días posteriores a la elección es de 7 fallecidos, 61 heridos y 135 arrestados por los disturbios según fuentes del Ministerio Público (<http://www.elmundo.es/america/2013/04/15/venezuela/1366062632.html>)
9. Véase principales indicadores económicos que tiene como fuente fundamental el BCV y el INE en <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/103198/000119312517376486/d505622dex99d.htm>
10. A esto se le agrega, la ausencia de datos sociales, económicos, de salud y seguridad del Instituto Nacional de Estadísticas INE desde el año 2012 en adelante, relacionados con la deseabilidad moral de un orden sensible. Las estadísticas morales correlacionan natalidad, mortalidad, acceso a la salud, a la alimentación, delitos, seguridad y corrupción como una ilustración de las regularidades empíricas que se manifiestan científicamente en las propiedades, reglas y normas morales que prescriben las acciones de los individuos en una sociedad determinada.
11. Este mecanismo de rechazo y expulsión de un significante fundamental del universo simbólico del sujeto se denomina forclusión. En este punto, “la desintegración de lo real es reprimida y sustituida de manera negativa” (Contreras Natera, 2014, p. 44).
12. -. En el informe de Provea sobre la violación de los derechos humanos constatan vulneración de derechos civiles y políticos antes del 28 de julio y posterior al evento electoral. Las protestas espontáneas contra los anuncios del presidente del CNE Elvis Amoroso acontecieron en todo el país reportándose “25 personas asesinadas, y una falleció posterior a su detención (...) Según datos del Foro Penal del 28 de julio al 28 de agosto de 2004 ocurrieron 1.590 detenciones arbitrarias, de las cuales 1.369 (86,1 %) eran hombres y 221 (13,9 %) eran mujeres”. PROVEA, Informe. Crisis post-electoral y de DDHH en Venezuela. El libro negro de la Dictadura 2024, Caracas, Provea, 2024, pp. 55 y 73).

La transición democrática argentina: particularidades nacionales y contexto regional

Gabriela Águila¹

En diciembre de 1983, cuando asumió la presidencia de la Argentina el radical Raúl Alfonsín poniendo fin a la dictadura inaugurada con el golpe de Estado del 24 de marzo de 1976, el resto de los países del Cono Sur todavía estaban regidos por gobiernos militares. El recambio presidencial fue el corolario de un proceso complejo y ambivalente de crisis y desintegración del gobierno de las Fuerzas Armadas, que se remontaba al menos hasta mediados de 1982 cuando Argentina se enfrentó -y fue derrotada- en la guerra contra Gran Bretaña por las islas Malvinas.

La transición argentina dio inicio a los procesos de recuperación democrática en el área que, aún con características y temporalidades diversas, marcaron el tono de las décadas de 1980-1990 en el Cono Sur. Además de la cronología, el caso argentino tuvo algunos elementos que lo distinguieron de los países vecinos: de una parte, se trató de una transición “por colapso”, vinculada con el desenlace y el impacto interno de una guerra exterior que precipitó la crisis del régimen militar; por otra, por la centralidad política que ostentó la cuestión de las violaciones a los derechos humanos en aquel contexto y los años siguientes. Ambos elementos limitaron la capacidad de los militares argentinos de dirigir el proceso de transición y tener injerencia sobre el ordenamiento democrático posterior y, sobre todo, la posibilidad

de salir indemnes de los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la dictadura, a diferencia de lo sucedido en Uruguay, Brasil y Chile. Sin embargo, la transición a la democracia no puede ser explicada únicamente por la crisis interna del poder militar sino que, como se verificó también en los otros países conosureños, es necesario situar en ese escenario a los diversos actores políticos y movimientos sociales, que participaron del proceso en curso e influyeron en el rumbo y las características que asumió.

Con el objetivo de explicar la transición a la democracia en la Argentina, en este trabajo analizaremos aspectos tales como la dimensión temporal, los actores civiles y militares y sus dinámicas de acción y los temas que fueron centrales en dicho proceso, para finalizar con una reflexión sobre la inscripción del caso argentino en el contexto del Cono Sur.

La cronología de la transición

La dictadura militar de 1976-1983 tuvo distintas fases o períodos, a pesar de su corta duración, mostrando variaciones en sus dinámicas político-institucionales, sociales, económicas y represivas (Águila, 2023). Esto se reflejó en la integración de las juntas militares que dirigieron el país,² una señal de las discrepancias e incluso de proyectos diversos que dividieron a las Fuerzas Armadas a lo largo de esos años (Canelo, 2016). Asimismo, exhibió cambios tanto en el empleo de la represión como en las relaciones establecidas con distintos actores políticos, sociales y corporativos, diferenciándose al menos dos etapas antes del inicio de la transición. La primera, que corresponde al primer quinquenio y al período encabezado por el general Videla (1976-1981), estuvo caracterizada por un amplio y sistemático accionar represivo concentrándose la mayor cantidad de detenciones, desapariciones y asesinatos. Al mismo tiempo fue el momento de mayor aceptación social hacia el régimen, mientras que las expresiones de resistencia activa y organizada fueron exiguas y corrieron a cargo de grupos minoritarios, en particular en torno a la denuncia por las violaciones a los derechos humanos.

A partir de 1981, en un contexto de cambios en el poder militar y de deterioro de la economía, se abrió paso a una nueva fase. Para ese momento,

la crisis económica y las crecientes protestas que suscitaba la aplicación del plan ultra liberal fueron el marco en el cual se produjo la asunción de un nuevo presidente (el general Viola) y el inicio de una etapa ecléctica, que expresaba signos de agotamiento del proyecto original de las Fuerzas Armadas. Así, la salida de los militares del poder fue precedida por un período relativamente extenso de deslegitimación y de crisis político-institucional que se volvió terminal hacia 1982. La guerra contra Gran Bretaña por las islas Malvinas entre abril y junio de ese año y la derrota inapelable de las tropas argentinas sumieron al régimen en una debacle, marcando el punto de no retorno que condujo a la salida de las Fuerzas Armadas de los mandos del Estado.

Por ello, la imagen de un derrumbe abrupto de la dictadura en la posguerra de Malvinas debe ser relativizada en tanto el poder militar venía siendo socavado por las tensiones y fracturas internas del bloque gobernante –mostrando los síntomas de la crisis o, incluso, del fracaso del proyecto autoritario–, por el descalabro de la economía, la creciente movilización social y las demandas democráticas de casi todo el espectro político-partidario al menos desde 1980-1981. Sin embargo, los militares se mantuvieron en el gobierno casi un año y medio más y tuvieron margen para definir o incidir en los tiempos y modalidades de su salida del poder.

El proceso transicional ha sido datado de modos diversos, evidenciando la ausencia de consensos tanto en lo que refiere al punto de inicio como a su final. Aunque usualmente se alude como fecha emblemática el día de la asunción del presidente civil -el 10 de diciembre de 1983-, no hay posiciones unánimes respecto del momento de colapso de la dictadura (Mazzei, 2011; Ansaldi y Giordano, 2012; Águila y Alonso, 2020; Franco, 2023): ¿fue en 1982 con la derrota en la guerra de Malvinas o es necesario retrotraerse al año 1981, cuando se hicieron evidentes los síntomas de la crisis del proyecto militar y también de su estrategia económica o, incluso, a un momento más temprano como 1979?

Por su parte, mientras que para algunos ensayistas y politólogos la transición habría finalizado con las nuevas elecciones democráticas de 1989 y el traspaso del gobierno a otro presidente civil (Carlos Menem, del

Partido Justicialista, 1989-1999), iniciándose el proceso de consolidación de la democracia (O'Donnell, 1997; Suriano y Álvarez, 2003; Ansaldi y Giordano, 2012, p.525); otros analistas, menos atentos a las dimensiones institucionales del proceso y más preocupados por las dinámicas socio-políticas y los actores, han postulado que el período de transición finaliza un poco antes, en 1987, cuando muchos elementos que habían caracterizado la primavera democrática y la cultura política de la transición se desvanecieron por la conjunción de varios factores: el avance de las Fuerzas Armadas y el retroceso en las políticas de derechos humanos, así como por los efectos devastadores de la crisis económica, dando paso a un clima de derechización creciente que se consolidó hacia 1989-1990 y atravesó la década siguiente (Manzano, 2018).

En síntesis, y más allá de los debates en el campo de las ciencias sociales y políticas en torno a la transición como concepto y como proceso histórico (Lesgart, 2003; Franco, 2017), sobre sus contenidos y resultados, hay un amplio acuerdo en situar el proceso transicional en la década de 1980, un tiempo histórico que incluye la etapa final de la dictadura militar y el primer gobierno que le siguió (dirigido por Raúl Alfonsín, de la Unión Cívica Radical, 1983-1989). Lejos de mostrar uniformidad, se trató de una década denotada por la heterogeneidad y jalonada por distintos momentos que expresaban configuraciones político-sociales diversas y también procesos de cambio de corto, mediano o largo plazo; un momento bisagra entre dictadura y democracia, en la que se identifican fácilmente unos primeros ochenta todavía dictatoriales y unos ochenta democráticos divididos por la fecha emblemática del 10 de diciembre de 1983. Pero, más aún, ni la última etapa de la dictadura militar ni los años del gobierno presidido por Raúl Alfonsín se muestran homogéneos en sus dinámicas políticas, sociales, económicas o culturales, aunque se trate de lapsos de tiempo no demasiado extensos.

Asimismo, la transición exhibe una temporalidad diversificada que responde a los ritmos y dinámicas de acción de los distintos actores civiles y militares, movimientos y organizaciones que intervinieron en aquel proceso. Como han planteado Acuña y Smulovitz (1995), la transición democrática no puede ser analizada desde una perspectiva lineal, que estableciera el paso

continuo de un régimen a otro, sino que más bien debería ser estudiada como una alternancia de pequeñas transiciones con dinámicas propias que acontecen dentro de un proceso “macro”.

En esta temporalidad diversa y de contornos difusos debe analizarse, para empezar, lo sucedido con las Fuerzas Armadas, que en pocos años pasaron de ser un actor fundamental en la vida política argentina y conducir los mandos del Estado a un proceso de crisis y desprestigio que derivó en su subordinación al poder civil en los años siguientes y, sobre todo, las condujo a ser investigadas, juzgadas y condenadas por la comisión de crímenes de lesa humanidad. O las trayectorias de los partidos políticos, profundamente afectados por lo sucedido en la dictadura tanto por los efectos de la represión o las restricciones a la actividad política, como por los procesos de reconfiguración de las direcciones partidarias, las prácticas y discursos o el reclutamiento de cuadros que se inició en esos años y se amplificó luego de 1983 cuando la política y los partidos se reposicionaron en el centro de la escena y recuperaron la centralidad al calor de las disputas electorales y políticas. Lo mismo podría plantearse acerca del movimiento obrero y sindical, de sus estrategias y modalidades de acción entre la dictadura y la democracia; respecto de la actuación de nuevos movimientos sociales, como el de derechos humanos, que se constituyeron, consolidaron y reestructuraron a lo largo del período; o sobre las dinámicas del campo cultural como espacio de conflictos y disidencias tempranas en el proceso de transición a la democracia, en los que resulta difícil identificar cortes absolutos.

Este señalamiento se vincula con un tema recurrentemente planteado en los estudios sobre la transición argentina y muy discutido en los abordajes más recientes, cual es la distinción tajante entre dictadura y democracia y la atención privilegiada a las rupturas en el pasaje de un régimen a otro, sin atender a las continuidades propias de un proceso de transición, tanto como a sus indeterminaciones e incertidumbres (Alonso, 2019; Franco, 2023). Por el contrario, incluso en un caso como el argentino donde se verificó el “colapso” o “derrumbe” del poder militar, el proceso de recuperación democrática fue gradual, complejo, ambivalente y, aun sin minimizar la

profundidad del cambio político-institucional, el contexto posdictatorial no sólo se caracterizó por los aspectos novedosos, sino por la persistencia de elementos propios del período dictatorial y de su legado autoritario.

Los actores de la transición

Uno de los tópicos más señalados en los análisis sobre la transición argentina es su carácter “único”, vinculado con la imposibilidad de las Fuerzas Armadas de negociar una salida política a su medida y de imponer una amnistía a los crímenes cometidos, como sucedió en el resto de los países del Cono Sur (Mazzei, 2011, p.14; Burkart y Giletta, 2013).

La centralidad que tuvo la crisis militar en el final de la dictadura y, de otra parte, el rol jugado por los partidos políticos mayoritarios podría explicar por qué los análisis sobre la transición a la democracia en la Argentina atendieron en particular a los actores militares y civiles, los conflictos y las negociaciones entre estas fuerzas y los tiempos y modalidades del recambio institucional. Por otra parte, la preeminencia de análisis e interpretaciones provenientes del campo de la ciencia política y, en particular, de la transitología o transicionología, también contribuyen a explicar la preeminencia de los aspectos institucionales y políticos -el “reduccionismo politicista” (Ansaldi, 2007, p.32) que caracterizó a los estudios sobre aquel proceso histórico.

De este modo, sea por las modalidades que asumió la transición en la Argentina como por el sesgo de las interpretaciones hegemónicas sobre dicho proceso, se privilegió el estudio de actores -las Fuerzas Armadas, los partidos políticos mayoritarios-, a la vez que pasaron a segundo plano o, incluso, se invisibilizaron otros como la movilización social o la protesta popular, el movimiento obrero y sindical, la izquierda (Iuliano, Pinedo & Viguera, 2007; Pereyra, 2013; Águila, 2019).

La fase final del gobierno militar -la que corresponde a los años de la transición- fue un período en el cual la represión menguó y dejó de ser el componente fundamental del régimen³ y en el que las fisuras y disputas al interior del gobierno militar se desplegaron con mayor amplitud. Junto con la crisis del poder militar y el impacto social de una economía en caída, el

período estuvo atravesado por una creciente movilización de diversos actores políticos y sociales que expresaron, en particular a partir de la segunda mitad de 1982, críticas abiertas hacia la dictadura y sus políticas.

Los partidos políticos fueron actores fundamentales de la transición. Al respecto, interesa señalar que las Fuerzas Armadas suspendieron pero no prohibieron la actividad política luego del golpe de Estado. También disolvieron o declararon ilegales a agrupaciones políticas, sindicales y estudiantiles, casi todas ellas ligadas a la izquierda peronista y marxista, pero permitieron la existencia legal de los partidos considerados parlamentarios con fuertes restricciones que condicionaron su actuación. Esto no obstaculizó que los partidos que permanecieron siendo legales aceptaran el orden impuesto por la dictadura, otorgando un “compás de espera” que operó como un elemento de legitimación del nuevo régimen. Sin embargo, el consenso que había generado el golpe de Estado fue debilitándose gradualmente y para 1978-1979 comenzaron a aparecer los cuestionamientos y críticas de algunos dirigentes y organizaciones políticas, particularmente hacia las violaciones a los derechos humanos y el “problema” de los desaparecidos -vinculado con el impacto internacional de las denuncias de organizaciones humanitarias y de exiliados en el exterior- y, más acentuadamente, hacia la política económica de sesgo liberal y sus perniciosos efectos sobre la actividad productiva, los salarios y el nivel de vida de la población.

A partir de 1980 las organizaciones partidarias experimentaron un proceso de reactivación, en parte vinculado con las iniciativas del régimen militar -la convocatoria al “diálogo político” y la incorporación de civiles en cargos políticos, que fueron bien recibidas por partidos de la derecha- y el intento de tibia liberalización encarada por el general Viola en 1981; en parte por el aumento del descontento y los cuestionamientos que aceitaron los contactos entre los sectores más críticos y, finalmente, condujeron a la formación de la Multipartidaria. Se trataba de una organización constituida en julio de 1981 por varios partidos de actuación legal (la Unión Cívica Radical, el Partido Justicialista, el Movimiento de Integración y Desarrollo, la Democracia Cristiana, el Partido Intransigente, a la que luego se sumaron otras organizaciones), que funcionó como una instancia de acción política

conjunta presionando al gobierno militar para la convocatoria a elecciones y acelerar el recambio institucional (Velázquez Ramírez, 2015).

La presencia y visibilidad de las organizaciones político-partidarias y sus demandas se amplificaron durante el año 1982. Luego de la guerra de Malvinas, y en medio de una profunda crisis del poder militar derivada de la derrota bélica, se decretó el fin de las restricciones a la actividad política y se fijó la fecha de las elecciones para el último trimestre de 1983. Los actos públicos de la Multipartidaria y las fuerzas que la integraban se multiplicaron, alcanzando un amplio poder de convocatoria, como lo mostró la “Marcha por la Democracia y la Reconstrucción Nacional” organizada en diciembre de 1982 en Buenos Aires, que convocó entre ochenta y cien mil personas.

A diferencia de la etapa inicial de la dictadura, cuando los cuestionamientos fueron limitados, en este período las actitudes y acciones críticas y desafiantes se extendieron. Se trató de una conflictividad multiforme y con actores diversos, que respondió a motivaciones heterogéneas y que se politizó rápidamente. Ello no implica plantear que la movilización popular “derrotó” a la dictadura, sino que la creciente protesta social contribuyó a erosionar las bases del régimen (y quizás a condicionar los ritmos la transición), en tanto ponía en cuestión los intentos de regimentación y ordenamiento político, social, económico y cultural que la dictadura pretendió imponer sobre el conjunto de la sociedad.

Ya ha sido ampliamente documentado que durante los años de la dictadura se verificaron conflictos laborales en distintos sectores de la producción y los servicios. La represión física sobre los cuadros más combativos del movimiento obrero, las prohibiciones, las amenazas, la intervención de algunas organizaciones y la parálisis de las centrales sindicales, así como la ofensiva empresaria en los lugares de trabajo, no eliminaron la conflictividad sindical pero sí imposibilitaron que adquiriera algún tipo de coordinación, al menos en los primeros años (Dicósimo, 2013). Hacia 1981 se evidenciaron síntomas de recomposición del movimiento obrero organizado⁴ y para los primeros meses de 1982, arreciaron las críticas a las medidas económicas que incluían congelamiento de salarios y privatización de recursos del Estado. Entidades políticas, sindicales y

empresarias emitieron declaraciones que cuestionaban las nuevas medidas económicas y realizaron actos y movilizaciones, la más importante de las cuales se produjo el 30 de marzo de ese año cuando los sectores sindicales opositores organizaron la más masiva protesta desde 1976 en la Plaza de Mayo de Buenos Aires, que se repitió en otras ciudades del país, y fue clausurada por una durísima represión policial. Dos días después tropas argentinas ocuparon las islas Malvinas.

La guerra de Malvinas (abril-junio de 1982) modificó el curso de los acontecimientos y durante un período relativamente breve, los conflictos que habían atravesado la escena social y política a lo largo de los últimos meses parecieron diluirse. La acción bélica representó un efímero intento de legitimación del régimen militar a través de la apelación al sentimiento nacionalista y significó, sin dudas, el punto más alto del consenso conseguido por la dictadura luego del golpe de Estado. Los explícitos apoyos a la ocupación militar de las islas se expresaron en movilizaciones masivas y pronunciamientos públicos de todo el espectro partidario, la dirigencia sindical, los medios de comunicación, la Iglesia y diversos sectores sociales y políticos. Las críticas o resistencias al conflicto en el Atlántico Sur, aunque existieron, no fueron públicas o abiertas, ni siquiera en el caso de la izquierda.

La situación política y el clima social se modificaron sustancialmente con la rápida derrota de las Fuerzas Armadas argentinas a manos de Gran Bretaña. La abierta y generalizada expresión de resistencias y cuestionamientos a la dictadura que se desencadenó mostraban a una sociedad “en ebullición” (Novaro y Palermo, 2003, p.511-512). El aumento del descontento social se expresó a través de una espiral de protestas que incluyó conflictos laborales, ocupación de establecimientos fabriles y una huelga general en diciembre de 1982, convocada por la reformulación de la política económica y la inmediata normalización institucional, que tuvo altos niveles de acatamiento en todo el país. La conflictividad laboral se intensificó hacia 1983, al punto que los conflictos obreros se verificaron casi a diario en distintas ramas de la producción y los servicios, a los que se sumaron los gremios de “clase media” (maestros, bancarios, empleados estatales provinciales y nacionales) que estuvieron entre los más activos,

encabezando huelgas y movilizaciones. El fortalecimiento de la posición sindical –favorecido por la normalización de los sindicatos y el relajamiento de las restricciones que pesaban sobre su actuación- pudo medirse en la convocatoria a la cuarta huelga general en marzo de 1983, que alcanzó cotas aún mayores de observancia que los paros anteriores, una clara expresión de repudio a la política económica y al orden político que representaba el régimen militar.

Todo el año 1983 estuvo cruzado por las protestas provenientes del mundo del trabajo y el profundo descontento social incidió sobre la situación política nacional. En el marco de la campaña electoral, y frente a la ausencia de respuestas del gobierno militar a las reivindicaciones formuladas por los sindicatos, a principios de octubre de 1983 se produjo el quinto y último paro general convocado por las dos centrales sindicales, cuyos alcances fueron masivos en todo el país. Por su parte, la adhesión que recibieron los partidos políticos en el curso del último año de la dictadura, expresados en afiliaciones masivas y, en particular, la multitudinaria asistencia a los actos públicos realizados durante la campaña electoral, reflejaban el clima de contestación social y política generalizada.

Pero las movilizaciones y protestas no se limitaron al mundo del trabajo, sino que tuvieron otros escenarios y actores, entre los que se cuentan los “nuevos” movimientos sociales que se conformaron en los años de la transición, entre el final de la dictadura y los inicios de la democracia (Pereyra, 2013, p.237-240). El arquetipo de esos movimientos sociales fue, sin dudas, el organizado en torno a la defensa de los derechos humanos, que venía actuando casi desde el momento del golpe de Estado denunciando los crímenes cometidos por las Fuerzas Armadas y de seguridad, aunque solo hacia 1982-1983 logró concitar un amplio apoyo y acompañamiento social y político a sus demandas. Pero también deben incluirse los movimientos barriales, como los de 1981 en el sur del conurbano bonaerense, que derivaron en la ocupación masiva y organizada de tierras o vecinales (los llamados “vecinazos”), los movimientos de mujeres (entre ellas, de amas de casa, movilizadas por el aumento desmedido de los precios a fines de 1982), el feminismo y las disidencias sexuales, así como las y los jóvenes (en particular

en las universidades, que se convirtieron en un espacio de fuerte activación política), actores novedosos que expresaban a las distintas “víctimas” de las políticas y estrategias impuestas por la dictadura (Jelin, 1985).

Los temas de la transición

El principal tema de la transición fue la vuelta a la “normalidad institucional” a través de la realización de elecciones. Reclamada por los partidos políticos y otros actores (sindicales, eclesiásticos, empresarios) a partir de 1979-1980 y el eje de los pronunciamientos y acciones de la Multipartidaria desde 1981, requería como premisa que las autoridades militares relajaran los controles y restricciones que pesaban sobre la actividad partidaria desde el golpe de Estado. A medida que la legitimidad de la dictadura se erosionaba de la mano de la crisis económica, la demanda creció y se multiplicó en discursos, documentos y acciones diversas, aunque no sería hasta el final de la guerra de Malvinas cuando la Junta militar derogó la ley que suspendía y restringía la actividad de los partidos políticos y anunció el traspaso del poder a un gobierno civil para 1984. Luego de ello, las negociaciones entre las organizaciones políticas y el gobierno nacional culminaron en un Estatuto de los Partidos Políticos que estableció las pautas de la transición. Sin embargo, aunque los partidos venían actuando y reclamando la normalización constitucional y tuvieron injerencia en la salida de los militares del gobierno, es importante señalar que la definición de los tiempos y modalidades (el calendario electoral, los requisitos para los partidos políticos, la ley electoral, el sistema de representación) correspondió a las autoridades militares y no a los actores civiles.

Las elecciones se realizaron en octubre de 1983 y el traspaso del poder a un presidente civil el 10 de diciembre, representando un hito fundamental que marcó no sólo el fin de la dictadura sino también de una época histórica de alternancia entre gobiernos civiles y militares que recorrió gran parte del siglo XX. A partir de allí se impusieron las reglas del juego democrático, se reconstituyeron las instituciones y los espacios de representación parlamentaria, y los partidos políticos se reposicionaron en el centro de la escena, atravesando con más o menos dificultades procesos

de reorganización y reacomodamientos internos –que tuvieron expresiones diferenciadas a escala nacional, provincial y local (Ferrari y Gordillo, 2015)-, a la par que la intervención en el escenario electoral y las disputas entre los partidos mayoritarios marcaron el pulso de la recuperación democrática.

Desde ese momento y con continuidad durante los siguientes cuarenta años, se alternaron gobiernos democráticos y constitucionales de signo diverso, sin que mediara la intervención de las Fuerzas Armadas. La consolidación de la democracia y la continuidad institucional se configuraron como elementos novedosos en la historia argentina contemporánea, aun cuando el período posdictatorial estuvo connotado, entre otros elementos, por la profundización de la crisis económica (y por sus efectos sociales) y por el tema de las violaciones a los derechos humanos.

Es conocido que los años ochenta fueron el momento en que la crisis del capitalismo mundial impactó con contundencia en América Latina y la Argentina. La crisis económica que se había manifestado en los países centrales a mediados de los años setenta con la denominada crisis del petróleo, dejó sentir sus efectos en la región hacia 1982 cuando el gobierno mexicano declaró que no podía pagar la deuda externa, abriendo un ciclo recesivo que afectó por entero al subcontinente y definió a los ochenta como la “década perdida”. Así, el complejo contexto internacional no hizo sino agravar los desequilibrios que ya mostraba la economía argentina por efectos de las políticas implementadas por la dictadura.

El deterioro de la economía marcó los últimos años del régimen militar a la vez que profundizó las protestas antidictatoriales y tuvo una honda incidencia en el rumbo del nuevo gobierno democrático, que heredó una grave situación económica y financiera. Los altos índices inflacionarios, la caída de la producción industrial, la inversión y la demanda y el aumento notable de la deuda con los organismos financieros internacionales, en un contexto donde las políticas económicas ensayadas no variaron sustancialmente respecto de las dictatoriales, contribuyeron al fracaso de los sucesivos planes de los elencos económicos del alfonsinismo (Aspiazu y Schorr, 2010). Los efectos sociales de tales procesos que atravesaron la economía nacional e internacional en esos años no fueron menos agobiantes.

La caída del nivel de empleo y de la capacidad adquisitiva del salario acicateó las demandas obreras hacia el final de la dictadura y los conflictos laborales fueron una constante durante toda la década, articulados al proceso de normalización de las direcciones sindicales que se verificó en los primeros años del gobierno de Alfonsín (Gordillo, 2013). La profundización de la crisis económica fue de la mano del aumento del desempleo y el subempleo y de los índices de pobreza y marginalidad, todo lo que generó nuevas formas de protesta social -como los saqueos a comercios y supermercados que se produjeron en algunas grandes ciudades hacia el final de la década del ochenta-.

De otra parte, las violaciones a los derechos humanos y el “problema” de los desaparecidos -es decir, los efectos de la violencia estatal desplegada por las Fuerzas Armadas y de seguridad durante la dictadura- alcanzaron en los años de la transición un impacto social muy significativo. Las acciones de los organismos de derechos humanos (que incluyeron la presentación de habeas corpus, pedidos por la derogación del estado de sitio y la aparición con vida de los desaparecidos, así como marchas y concentraciones, denuncias, etc.) tuvieron una amplia difusión y una mayor convocatoria y el tema fue incluido en las declaraciones públicas y documentos de los partidos políticos, sectores eclesiásticos, entidades empresarias y sindicales, produciéndose una visible articulación de aquellas demandas con las de otros sectores sociales y políticos movilizados (Jelin, 1995; Alonso, 2022).

En septiembre de 1983 la Junta Militar sancionó la “Ley de Pacificación”, una autoamnistía con la que se pretendía cerrar el capítulo de la represión para militares y policías acusados o sospechados de haber violado los derechos humanos, que excluía cualquier posibilidad de penalización. Esto desencadenó una ola de pronunciamientos críticos de organismos de derechos humanos y entidades políticas, así como marchas y concentraciones, aunque no todos los sectores políticos rechazaban una amnistía que clausurara el tema de las violaciones a los derechos humanos y esas distintas posiciones se expresaron en la campaña electoral: Ítalo Luder, candidato por el peronismo, parecía estar de acuerdo con mantener la autoamnistía con el argumento de que sus efectos serían probablemente

irreversibles, en tanto que el candidato radical Raúl Alfonsín -que había sido uno de los fundadores de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)- construyó su campaña incorporando en la agenda política la necesidad de investigar y enjuiciar los delitos de lesa humanidad cometidos durante la dictadura (Franco, 2014).

La cuestión de las violaciones a los derechos humanos se convirtió en un problema central para el gobierno democrático instalado en diciembre de 1983 y para los que le sucedieron. Tanto por las renovadas demandas del movimiento de derechos humanos -que siguió exigiendo al Estado por la aparición con vida de las personas desaparecidas, la liberación de los presos políticos, conocer el destino de los menores apropiados y castigar a los responsables de tales delitos- como por los efectos que generaron en las Fuerzas Armadas las políticas de derechos humanos del gobierno de Alfonsín.

Entre 1983 y 1985, Argentina se convirtió en un caso modelo y pionero en el contexto latinoamericano y global con sus políticas de derechos humanos. El presidente electo derogó en la primera semana de gobierno la ley de autoamnistía sancionada por las Fuerzas Armadas y anunció el enjuiciamiento de las tres primeras Juntas Militares, a quienes atribuía la principal responsabilidad de las violaciones a los derechos humanos, junto a los líderes de las principales organizaciones político-militares que habían actuado hasta mediados de los años setenta, recurriendo a la “teoría de los dos demonios”.⁵ Además, reformó el Código de Justicia Militar -planteando la posibilidad de que el personal militar involucrado en la represión fuese juzgado por tribunales civiles-, la creación de la Secretaría de Derechos Humanos y de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP).

El objetivo de la CONADEP fue investigar y recabar información respecto de distintos hechos de violaciones a los derechos humanos cometidos por las Fuerzas Armadas entre 1976 y 1983. Recibió miles de testimonios y denuncias de víctimas, familiares y entidades defensoras, que constituyeron la base principal del Informe *Nunca Más* que recopiló datos respecto de casi 9000 detenidos desaparecidos, centros clandestinos de detención y represores, y fue presentado en septiembre de 1984. El informe

constituyó el primer documento oficial en el cual se aceptaba la existencia de violaciones a los derechos humanos durante la dictadura y tuvo un rol central en la introducción del tema en la agenda pública, tanto como en la conformación de un amplio consenso para llevar adelante la penalización a los responsables de delitos de lesa humanidad (Crenzel, 2008). Además, tanto la CONADEP como el Informe *Nunca Más* se configuraron como modelo y ejemplo inaugural de las comisiones de verdad que se establecieron en varios países latinoamericanos y extra americanos.

La política de derechos humanos del gobierno de Alfonsín culminó con la realización del Juicio a las Juntas Militares, entre abril y diciembre de 1985. Se trataron 281 casos y declararon más de 800 personas en un proceso oral y público, y culminó con la condena de varios de los ex comandantes (Galante, 2019). El Juicio tuvo un impacto social y político muy significativo, desplazando la versión militar de la “guerra antisubversiva” y los “excesos” por la evidencia de las masivas y sistemáticas violaciones a los derechos humanos perpetradas por los militares. Por otro lado, aunque el gobierno de Alfonsín se había propuesto clausurar las responsabilidades de los crímenes con el juzgamiento de los miembros de las Juntas sin que aquello afectase a las Fuerzas Armadas como institución, el proceso judicial generó tensiones, conflictos y fracturas entre el gobierno civil y los militares. La ampliación de las responsabilidades a los cuadros medios desencadenó rebeliones y levantamientos de los denominados militares “carapintadas” entre 1987 y 1991.

Como sostiene Canelo (2013), la pregunta fundamental de la transición argentina fue ¿qué hacer con las Fuerzas Armadas? La pretensión del nuevo gobierno era subordinarlas al poder civil y, aunque se encontraban debilitadas por el impacto de la derrota en la guerra de Malvinas y asociadas a gravísimas violaciones a los derechos humanos, esto se reveló muy dificultoso. Los militares se replegaron a sus funciones profesionales, pero no desaparecieron de la escena política y si bien no impusieron una autoamnistía como en los países vecinos, lograron limitar los alcances de la política de derechos humanos con la sanción de las leyes de Punto Final (1986) y Obediencia Debida (1987) y tuvieron capacidad para condicionar

la estabilidad democrática. El ciclo de impunidad se completó en 1990, durante el gobierno del justicialista Carlos Menem, con el indulto a los ex comandantes que habían sido condenados en el Juicio a las Juntas, postergando hasta los años 2000 el avance de los procesos judiciales por delitos de lesa humanidad.

Una breve reflexión sobre la transición argentina y el contexto regional

Si el golpe de Estado de marzo de 1976 fue el último del ciclo de dictaduras militares del Cono Sur -iniciado por el golpe de 1964 en Brasil y seguido por los golpes en Chile y Uruguay en 1973-, por contraste la dictadura argentina fue la primera en dejar el poder e inaugurar una etapa de democratización en la región, continuada por Uruguay y Brasil (1985) y Chile (1990). Pero, aunque está consistentemente probado que las dictaduras de los países vecinos tuvieron una considerable influencia sobre la situación argentina, las Fuerzas Armadas que dieron el golpe y sobre sus modalidades represivas (Slatman, 2016; Joffly y Águila, 2025), no resulta tan clara la posibilidad de homologar ese proceso de transición con los del resto de los países del Cono Sur. No solo por la cronología, sino por algunos elementos que la distinguen: la centralidad de la crisis (el “colapso”) del poder militar, el modo en el que se procesaron las violaciones a los derechos humanos y las tempranas políticas de memoria, verdad y justicia implementadas por el Estado argentino, que no se verificaron en los años de la transición en Brasil, Uruguay o Chile.

Al respecto, conviene mencionar que los estudios pioneros sobre las transiciones a la democracia en el Cono Sur, provenientes de la denominada transitología o transicionología, inscribieron estos procesos como parte de un ciclo histórico regional de pasaje desde gobiernos autoritarios a regímenes democráticos que tuvo lugar entre las décadas de 1980 y 1990, sucediendo al ciclo de golpes de estado y dictaduras militares de los años 1960 y 1970 (Garretón, 1995; O'Donnell, 1997). Estos trabajos analizaron el proceso de cambios político-institucionales en la fase final de las dictaduras y los actores intervinientes, el surgimiento de “nuevas democracias” y

las herencias del autoritarismo, entre otros elementos, y construyeron modelos de interpretación ampliamente influyentes, registrando tanto la contemporaneidad de esos procesos como sus rasgos comunes.

Esta perspectiva que ponía el foco en las transiciones a la democracia perdió centralidad en las dos últimas décadas, a la vez que se ampliaron los estudios históricos sobre los distintos casos nacionales centrados en particular en las dictaduras militares, resultando en una importante acumulación de conocimiento sobre estos regímenes que contrastó, en general, con la menor atención otorgada a las posdictaduras. Al respecto, aunque las historiografías del pasado reciente de la región presentan algunas características similares, se advierten ritmos diferenciados en la atención y las indagaciones sobre estos procesos entre los distintos países (por ejemplo, una mayor densidad de estudios sobre la posdictadura en el caso chileno en relación con el argentino), así como en la relevancia que ostentan algunos temas y problemas del período (entre ellos, el impacto de las violaciones a los derechos humanos; el papel jugado por distintos actores sociales y políticos o por los viejos y nuevos movimientos sociales; lo sucedido con las Fuerzas Armadas y los enclaves autoritarios).⁶

Por añadidura, y a diferencia de los estudios más tempranos, las investigaciones y reflexiones centradas en las transiciones a la democracia en perspectiva comparada o a escala regional conosureña han perdido importancia y, a la vez, disponemos de muy pocos trabajos más o menos recientes que se centren en las conexiones e influencias entre los distintos procesos posdictatoriales,⁷ con la excepción de aquellos que se han ocupado de los procesos de memoria o la justicia transicional.

En lo que hace al caso argentino, en los últimos años se ha producido una expansión de los estudios sobre la década del ochenta, reflejada en un conjunto de investigaciones, construidas sobre un riguroso trabajo de archivo, que hicieron foco en el proceso transicional y en algunas de sus dimensiones políticas, económicas, sociales y culturales. Este creciente interés por la posdictadura en parte fue impulsado por las propias agendas de la historiografía del pasado reciente pero también por las coyunturas de conmemoración de la transición democrática entre 2013 y 2023, en tanto la

mayor parte de los resultados y publicaciones se realizaron entre el 30 y 40° aniversario de las elecciones de 1983.⁸ Es posible suponer que, tal como ha sucedido en nuestro país, en estos próximos años se amplifique la producción historiográfica, las reflexiones y debates sobre estas temáticas en el Cono Sur, habida cuenta de que en 2025 se cumplen cuarenta años de las primeras elecciones democráticas en Uruguay y Brasil.

Esto se revela como una condición necesaria, no sólo para profundizar en el conocimiento disponible sobre dimensiones, actores y temas poco analizados en nuestros países, sino también para posibilitar la realización de estudios comparados, identificar conexiones y vínculos entre estos procesos que vayan más allá de los marcos nacionales y exploren otras escalas –a nivel regional, transnacional o global-. Adicionalmente, esto podría permitir contactos más fluidos entre nuestras historiografías y acrecentar los diálogos e intercambios en un espacio de producción y reflexión académica de alcance regional.

Referencias bibliográficas

ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. “Militares en la transición argentina. Del gobierno a la subordinación constitucional”, en AA.VV. *Juicio, castigos y memorias*. Derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

ÁGUILA, Gabriela. “Izquierdas y transición a la democracia en Argentina”, en MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere (eds.). *Transiciones*. Estudios sobre Europa del Sur y América Latina. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2019, p.60-81.

ÁGUILA, Gabriela. *Historia de la última dictadura militar argentina 1976-1983*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

ÁGUILA, Gabriela (coord.). *Los 80 en Rosario*. Historia social, política y cultural de una ciudad en transición. Rosario: Homo Sapiens eds., 2023b.

ÁGUILA, Gabriela y ALONSO, Luciano. “Procesos, actores y dinámicas sociopolíticas en la transición a la democracia en Argentina”, en MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere (eds.). *De dictaduras a democracias*. Portugal, España, Argentina, Chile. Granada: Comares, 2020, p.111-145.

ALONSO, Luciano. “La cultura y sus proyecciones políticas durante la transición a la democracia en la Argentina”, en MOLINERO, Carme y YSÀS, Pere (eds.). *Transiciones*. Estudios sobre Europa del Sur y América Latina. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2019, p.82-103.

ALONSO, Luciano. *Que digan dónde están*. Una historia de los derechos humanos en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2022.

ANSALDI, Waldo. *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: F.C.E., 2007.

ANSALDI, Waldo y GIORDANO, Verónica. *América Latina. La construcción del orden* (Tomo II), Buenos Aires: Ariel, 2012.

ASPIAZU, Daniel y SCHORR, Martín. *Hecho en Argentina*. Industria y economía, 1976-2007. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BAUER, Caroline Silveira. “O perigo da «argentinização» da transição política brasileira: uma visão sobre a Argentina no Brasil de 1984 e 1985”, *Aletheia*, 7(13), Año 2016, p.1-22.

BURKART, Mara y GILETTA, Matías. “Introducción”, en BURKART, Mara y GILETTA, Matías (coords.). *Argentina: 30 años de democracia*, Observatorio Latinoamericano N° 12, IEALC-UBA, 2013.

CANELO, Paula. “¿Qué hacer con las Fuerzas Armadas? Treinta años de «cuestión militar» en la Argentina”, en BURKART, Mara y GILETTA, Matías (coords.). *Argentina: 30 años de democracia*, Observatorio Latinoamericano N° 12, IEALC-UBA, 2013.

CANELO, Paula. *La política secreta de la última dictadura argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más*. La memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DICÓSIMO, Daniel. “Represión estatal, violencia y relaciones laborales durante la última dictadura militar en la Argentina”, *Contenciosa. Revista sobre violencia política, represiones y resistencias en la historia iberoamericana*, 1(1), Año 2013, p.1-16.

FELD, Claudia y FRANCO, Marina (eds.) *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: F.C.E., 2015.

FERRARI, Marcela y GORDILLO, Mónica (comps.). *La reconstrucción democrática en clave provincial*. Rosario: Prohistoria, 2015.

FERRARI, Marcela y FABRIS, Mariano (coords.). *El año que recuperamos la democracia*. 1983: una coyuntura de disputas. Mar del Plata: EUDEM, 2023.

FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula y QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Dictadura e democracia na América Latina*. Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FRANCO, Marina. “El complejo escenario de la disolución del poder militar en la Argentina: la autoamnistía de 1983”, en *Contenciosa. Revista sobre violencia política, represiones y resistencias en la historia iberoamericana*, 1(2), 2014, p.1-17.

FRANCO, Marina. “La «transición» argentina como objeto historiográfico y como problema histórico”, *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, 107, Año 2017, p.125-152.

FRANCO, Marina. *El final del silencio*. Dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición (Argentina, 1979-1983). Buenos Aires: F.C.E., 2018.

FRANCO, Marina. 1983. *Transición, democracia e incertidumbre*. Los Polvorines: UNGS, 2023.

GALANTE, Diego. *El Juicio a las Juntas*. Discursos entre política y justicia en la transición argentina. La Plata, Posadas, Los Polvorines: UNLP, UNaM, UNGS, 2019.

GARRETÓN, Manuel. *Hacia una nueva era de la política*. Estudio sobre las democratizaciones. Santiago de Chile: F.C.E., 1995.

GORDILLO, Mónica. “Normalización y democratización sindical: repensando los ‘80”, *Desarrollo Económico*, 53(209-210), Año 2013, p.143-167.

IULIANO, Rodolfo, PINEDO, Jerónimo y VIGUERA, Aníbal. “Expectativas políticas, teorías y coyunturas en la conformación de un campo de estudios sobre la protesta social en la nueva etapa democrática”, en CAMOU, Antonio, TORTTI, Cristina y VIGUERA, Aníbal (eds.). *La Argentina democrática: los años y los libros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

JELIN, Elizabeth (comp.). *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: CEAL, 1985.

JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el Movimiento de Derechos Humanos y la construcción democrática en la Argentina”, en AA.VV. *Juicio*,

castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

JOFFILY, Mariana y ÁGUILA, Gabriela. “Dictaduras militares y represión en el Cono Sur: una perspectiva sincrónica y regional”, en ÁGUILA, Gabriela, GARAÑO, Santiago y SCATIZZA, Pablo (coords.). *Cartografías de la represión en América Latina.* Historias comparadas y conectadas de la violencia estatal (1960-1990). Buenos Aires: Imago Mundi, 2025.

LESGART, Cecilia. *Los usos de la transición.* Rosario: Homo Sapiens eds., 2003.

MANZANO, Valeria. “El psicobolche: juventud, cultura y política en la Argentina de la década de 1980”, *Izquierdas*, 41, Año 2018, p.250-275.

MARCHESI, Aldo, MARKARIAN, Vania, RICO, Álvaro y JAFFÉ, Jaime. *El presente de la dictadura.* A 30 años del golpe de estado en Uruguay. Montevideo: Trilce, 2003.

MIRA DELLI-ZOTTI, Guillermo. “Transiciones a la democracia y democratización en américa latina un análisis desde la historia del presente”, *XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles*, Santiago de Compostela, 2010.

MAZZEI, Daniel. “Reflexiones sobre la transición democrática argentina”, *Polhis*, 7, Año 2011, p.8-15.

NOVARO, Marcos y PALERMO, Vicente. *La dictadura militar, 1976/1983.* Del golpe de Estado a la restauración democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. “Transiciones, continuidades y algunas paradojas”, en *Contrapuntos.* Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Buenos Aires: Paidós, 1997.

PEREYRA, Sebastián. “Procesos de movilización y movimientos sociales desde la transición a la democracia”, en BURKART, Mara y GILETTA, Matías (coords.). *Argentina: 30 años de democracia*, Observatorio Latinoamericano N° 12, IEALC-UBA, 2013.

QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi tempo perdido.* Os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. “Uma nova rota democrática: o término das ditaduras na América Latina e os primeiros anos democráticos”, en ARAUJO, Maria Paula, PIMENTEL, Izabel y ARAUJO, Rafael (orgs.). *História Política*

da América do Sul nos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro, FAPERJ-Autografia, 2024, p.227-249.

SLATMAN, Melisa. “El Cono Sur de las dictaduras, los eslabonamientos nacionales en el interior de la Operación Cóndor y las particularidades del caso argentino”, en ÁGUILA, Gabriela, GARAÑO, Santiago y SCATIZZA, Pablo (coords.). *Represión estatal y violencia paraestatal*. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Eds. FAHCE, 2016, p.451-474.

SURIANO, Juan y ÁLVAREZ, Eliseo. *505 días. La primera transición a la democracia*. De la rendición de Malvinas al triunfo de Alfonsín. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

VALIM MANSAN, Jaime, JAFFÉ, Jaime y GORDIM DA SILVEIRA, Helder (orgs.). *Transições a democracia*. Europa e América Latina no século XX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

VELÁZQUEZ RAMÍREZ, Adrián. “De la concertación a la Multipartidaria: el espacio político partidario en los albores de la transición a la democracia en Argentina (1980-1981)”, *Contemporánea*, 5(7), Año 2015, p.1-28.

Notas

1. Universidad Nacional de Rosario – Investigaciones Socio Históricas Regionales (ISHIR) / CONICET – UNR. E-mail: gbaguila@gmail.com
2. A diferencia de lo que estaba sucediendo en Chile, donde el poder se personalizó en la figura de Pinochet, en la Argentina las Fuerzas Armadas ejercieron un poder “colegiado” con representación de las tres armas en las distintas Juntas militares, si bien el Ejército tuvo primacía. La primera Junta Militar, conducida por el General Jorge Rafael Videla, gobernó el país desde marzo de 1976 a principios de 1981. Entre 1981 y 1983 se sucedieron otras tres Juntas también encabezadas por generales del Ejército: Roberto Eduardo Viola (entre abril y diciembre de 1981), Leopoldo Fortunato Galtieri (desde diciembre de 1981 a junio de 1982) y Reynaldo Bignone (de junio de 1982 hasta diciembre de 1983).
3. Sin embargo, la legislación “antisubversiva” siguió vigente, había presos políticos en las cárceles de todo el país así como miles de exiliados, algunos centros clandestinos de detención aún estaban en funcionamiento e, incluso,

se produjeron casos de desaparición de personas. Las restricciones sobre la actividad político-partidaria, la prohibición de realizar manifestaciones o concentraciones públicas, las limitaciones a la libertad de expresión, siguieron vigentes durante toda la dictadura, lo mismo que el uso de la represión directa sobre conflictos y protestas sociales. Pero quien actuaba centralmente era la policía. Una vez que se consideró cumplido el objetivo de “erradicar a la subversión”, las Fuerzas Armadas dejaron de participar activamente en el ejercicio de la represión.

4. Un indicador de los cambios que se estaban produciendo fueron las distintas huelgas nacionales que se convocaron entre 1979 y 1982. En abril de 1979, un sector sindical convocó a la primera huelga contra la dictadura que tuvo repercusiones mínimas. En contraste, la “jornada de protesta” realizada en julio de 1981 tuvo un importante acatamiento, que se multiplicó en la tercera huelga nacional, en diciembre de 1982. En este marco, la reanimación del sindicalismo movilizado por la crítica situación social y económica por la que atravesaban los trabajadores, incorporó como ingrediente una explícita politización de sus objetivos, incluyendo entre sus demandas la salida constitucional.

5. A la par del reconocimiento del terror de Estado, la “teoría de los dos demonios” postulaba que la dictadura había sido el producto de un enfrentamiento entre dos bandos con iguales responsabilidades, donde los “excesos” y los castigos debían repartirse en forma equitativa, mientras que una sociedad víctima y ajena había asistido pasivamente al enfrentamiento entre los grupos en pugna. Esta visión devino hegemónica durante los años ochenta, sustentando tanto el Juicio a las Juntas como las leyes alfonsinistas de Punto Final y de Obediencia Debida y persistió durante la década siguiente.

6. Véanse, entre otros, MARCHESI, MARKARIAN, RICO Y JAFFÉ, 2003; FICO, FERREIRA, ARAUJO y QUADRAT, 2008; QUADRAT, 2014; VALIM MANSAN, JAFFÉ Y GORDIM DA SILVEIRA, 2017. También véanse los dosieres “Historizar los ochenta en la Argentina” (FRANCO, Marina y MANZANO, Valeria coords., *Programa Interuniversitario de Historia Política*, 2017); “Transiciones a la democracia: nuevos enfoques y perspectivas” (en revista *Historia social y de las mentalidades*, 22(2), 2018)

y “Los años ochenta y las transiciones del Cono Sur” (MANZANO, Valeria y SEMPOL, Diego coords. *Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX*, 10(1), 2020).

7. Entre otros, véase MIRA DELLI-ZOTTI, 2010; BAUER, 2016; QUADRAT, 2024.

8. Al respecto véase FELD y FRANCO, 2015; FERRARI y GORDILLO, 2015; FRANCO, 2018 y 2023; FERRARI y FABRIS, 2023; ÁGUILA, 2023b.

Cruzadas morales y pornografía durante la dictadura y la transición democrática uruguaya

Diego Sempol¹

En Uruguay el proceso de recuperación democrática cumplió en marzo de 2025 cuarenta años. Muchos relatos anudan allí el restablecimiento de las tradiciones y libertades perdidas durante el período dictatorial (1973-1985) y refuerzan así el imaginario de que este país (salvo algunos paréntesis) es laico, liberal y que existe una fuerte tradición de libertades y respeto a la intimidad de sus ciudadanos. Este tipo de narrativas políticas y sociales invisibiliza - si bien es cierto que durante la dictadura la reacción conservadora avasalló como nunca la intimidad- una realidad mucho más matizada marcada por la persistente existencia de discursos y políticas durante el período previo y posterior al régimen dictatorial que confirman que hubo ensayos de regular desde el Estado la sexualidad y la moral de la sociedad.

La lucha política, la construcción de consensos y hegemonía durante el ascenso del autoritarismo, la dictadura y la salida democrática, no solo apelaron a ideas y proyectos políticos, sino que también a universos morales que articulaban nociones de normalidad, dignidad, seguridad y crecimiento que tuvieron relación estrecha con la sexualidad, con los sentidos ligados a lo pornográfico y con el lugar que debía dársele a las libertades en el espacio público.²

Este capítulo busca a través del rastreo sobre la discusión en torno a la pornografía (y en menor medida sobre lo que se consideró inmoral en el terreno de la sexualidad y el género) entre 1965 y 1989 detectar como este fenómeno fue pensando y construido como punta de lanza, primero en del campo conservador y más tarde en casi todo el sistema político, para forjar un Otro peligroso. Debido a las restricciones de espacio, se resolvió seleccionar algunos asuntos claves para cada período a efectos de poder cubrir el arco temporal propuesto. El texto inicia con una revisión de los debates en torno a lo pornográfico y lo inmoral a fines de los años sesenta, para luego abordar las medidas que el régimen dictatorial aplicó sobre este asunto y en defensa de la moral pública, para luego analizar el impacto limitado del “destape” en Uruguay y la censura de la exposición del artista plástico Óscar Larroca. Finalmente, el capítulo se cierra con una serie de reflexiones finales.

La tímida revuelta de las costumbres

En Montevideo, luego del triunfo del proyecto disciplinante en las primeras décadas del siglo XX, analizado en profundidad por José Pedro Barrán (1996), el cuerpo de sus habitantes ganó gravedad y pudor y no hubo casi disputa en voz alta que confrontara estas estrictas regulaciones. Pero la modernización económica, social y cultural de los largos sesenta impactó en esa cultura aletargada y pacata. La llegada de la píldora anticonceptiva permitió una “revolución sexual discreta” (Cosse 2010) y parte de la juventud uruguaya ensayó nuevos estilos de vestimenta y peinados construyendo códigos alternativos que desafiaban visiones tradicionales sobre los géneros y su relación. El cambio fue relativo y localizado, pero despertó reacciones potentes. Más de uno alzó la voz cuando en los sesenta en las playas montevidéanas el cuerpo empezó a dejarse ver y se empezó a usar zungas y bikinis: la revista *Al Rojo Vivo* (30/11/1965:4-5) acusó en tapa a estos pioneros de “cretinos impúdicos” y “morbosos exhibicionistas”. La nota articulaba ideales regulatorios patriarcales, sexistas y edadistas señalando que, si bien algunas mujeres que “provocaban” eran “bonitas y jóvenes” otras eran “viejas, con carnes fofas y colgantes.... ¿Qué pasa con la mujer

uruguaya, antes tan digna y cuidadosa?”. Pero lo peor, recalca el cronista, eran algunos “tarzanes” que “se pavonean ante la multitud tapándose casi con un taparrabos”.

Las coberturas periodísticas echan la culpa de estos cambios en los estilos y políticas corporales al afuera. Era la circulación de objetos culturales extranjeros, se afirmaba, la que permitía el contacto con ideas y estilos en torno al cuerpo, a los géneros y a la sexualidad globales considerados peligrosos. Se responsabilizaba así la “desmedida” influencia de las “películas suecas”: “¡Allá ellos! Pero nuestro pueblo siempre ha sido sano, limpio, en esto sin falsas pudibundeces, pero sin caer en costumbres inmorales” (Al Rojo Vivo 20/6/1967: 15). La nación, el nosotros imaginado, era así construido en oposición a esos cuerpos y películas extranjeros, considerados sucios y pornográficos.

El consumo de material pornográfico y/o erótico siempre estuvo restringido a un reducido circuito de salas en la capital: el cine Hindú (1946-1970) fue el más conocido y el pionero en este sector y en muchas ocasiones exhibió films de procedencia sueca debido a su desprejuiciado abordaje de temas sexuales. Pero con el tiempo el centro de la ciudad se pobló de microcines, que por problemas económicos apostaron a nutrir este nicho especializado. Salas como el Luxor, el Atlas y el Nuevo Cines Andes son ejemplos de esto.

A esto se sumaron otras salas “respetadas” que intermitentemente incluían funciones más picantes, a efectos de incrementar sus ingresos y capturar diferentes públicos. Por ejemplo, el film *El Matrimonio Perfecto*, de Franz Josef Gottlieb de 1968, un “material educativo” y que hoy catalogaríamos como softporn, logro convocar a casi cien mil espectadores ese año en una de las salas serias del centro de la ciudad.

Esta expansión generó preocupación en la prensa conservadora. En una nota de *El Diario* (15/10/1971: 7) se señalaba el incremento de la exhibición de films considerados pornográficos, asimilándose el fenómeno a la expansión de una “nueva droga”: “Es más barata que el opio, más fácil de obtener que el LSD o la marihuana y se absorbe con más sencillez que la morfina, pues no requiere jeringas: entra, simplemente, por los ojos”. La mayor presencia

de films eróticos y pornográficos era evaluada como un indicador de que “algo hay que está podrido y no precisamente en Dinamarca, como afirmaba Hamlet”, ya que es un pasatiempo “obsceno cargado de un erotismo triste, retorcido, malsano, destinado a la módica satisfacción de voyeuristas sin otra inquietud que ejercitar más que el onanismo mental” (El Diario, 15/10/1971: 7).

En la primera mitad de los años sesenta la censura fue casi inexistente en el ámbito teatral y en los espectáculos públicos, algo que comenzó a cambiar luego de la asunción de Jorge Pacheco Areco en 1968. El gobierno conservador y crecientemente autoritario buscó, antes que nada, disciplinar el carnaval, una de las expresiones más importantes de la cultura popular. Para ello el gobierno se amparó en la nueva normativa municipal aprobada en 1967 (Decreto 13980) que significó de todas formas un paso adelante en eliminar la arbitrariedad, ya que antes del decreto la decisión de prohibir un espectáculo estaba radicada en los inspectores, los que sin consultar ni responder ante nadie, podían dar de baja una propuesta. En cambio, la nueva norma obligaba a crear una Comisión Asesora Honoraria (integrada por miembros municipales y del Consejo del Niño) que establecían si una obra era apta para todo público, si se aplicaban alguna restricción o directamente se consideraba que el espectáculo era pornográfico. En caso de que la comisión concluyera esto último, debía hacer la denuncia judicial previo aviso al empresario y a partir de ahí la justicia era la que tenía que resolver si se prohibía la obra y si era necesario aplicar sanciones por promover la indecencia. En definitiva, la nueva norma, si bien codificó una cantidad de aspectos morales y judicializó el proceso, lo que en un sentido fue un avance disciplinario y moralizante importante, en otro, al volver la decisión de prohibir el espectáculo algo que tenía que resolver primero una comisión y luego la justicia, lo volvió un proceso menos unilateral y con mayores garantías para los implicados.

A su vez el digesto, retomaba en su artículo 4 la idea de clasificar a los espectáculos públicos (obras teatrales, películas, etc.) no aptos para menores de 18 años como “franja verde” cuando “los valores culturales del espectáculo predomine un marcado contenido erótico, sexual o expresiones verbales y/o mímicas con intención o significados obscenos” o “franja roja”

cuando prevalezcan los valores culturales del espectáculo sobre los contenidos y las expresiones eróticas, sexuales u obscenas. Fue obligatorio, a efectos de prevenir al espectador inadvertido, la sobreimpresión en todos los programas y anuncios de la exhibición, dentro y fuera de las salas correspondientes, según el caso, con una franja color verde o roja bien visible, y la leyenda “no apta para menores de 18 años e inconveniente para señoras y señoritas”. Por último, existía una tercera posibilidad: la sobreimpresión de un recuadro escrito en caracteres bien visibles, con el texto que indicara la autoridad a efectos de advertir que el film contiene “pasajes cuya violencia, brutalidad, grosería, repugnancia, expresiones verbales o cualquier otro exceso pueda afectar al espectador” (Decreto 13980).

Este sistema de clasificación buscó contener los espectáculos y películas eróticas y pornográficas en un circuito puntual y preciso. Pero cuando se buscaba difundir productos culturales fronterizos por fuera de ese cerco, el debate se instalaba. Lo que estaba en discusión en el fondo era cuáles eran los límites de lo mostrable por fuera de la ignominiosa rotulación de “franja verde”, en definitiva, que productos o contenidos se consideraban peligrosos, pornográfico o en conflicto con la moral de la nación. Un ejemplo de ello fue la censura del conocido musical Hair sobre la vida de un grupo de jóvenes contraculturales estadounidenses que abordaba asuntos como la liberación sexual, las drogas y la protesta contra la Guerra de Vietnam, que incluía una escena de desnudo completo. Luego de su inauguración el 10 de enero de 1971 el intendente del departamento de Maldonado Gilberto Acosta Arteta resolvió prohibir el espectáculo debido a su supuesto contenido pornográfico y en defensa de las “buenas costumbres”. Fue el único lugar en mundo en donde Hair fue prohibida y la primera vez en la historia que se censuró una obra en Maldonado. La obra, luego de un intenso debate, finalmente se estrenó el 24 de enero de 1973 en el Teatro Victoria de Montevideo siendo clasificada como “franja verde” por la Comisión Asesora de Espectáculos Públicos. La censura, apoyándose en el argumento de que era una obra pornográfica, buscaba impedir la difusión de los valores de la contracultura y la crítica al imperialismo estadounidense que encarnaba Hair, así como evitar su influencia sobre la juventud uruguaya.³ Similar polvareda levantó

el estreno de la obra Jesucristo Superstar que también tuvo que enfrentar acusaciones de pornografía y promoción del sacrilegio.

Lo pornográfico preocupó durante estos años cada vez que estuvo potencialmente asociado a la juventud y casi siempre se lo presentó como un elemento clave de la categoría “vicio” o “vicios sociales”. Fue a partir de este concepto paraguas que el campo conservador logró reunir y homologar en sus discursos la pornografía, la homosexualidad, el consumo de drogas y la “promiscuidad” sexual. Los discursos hacían hincapié en la juventud, en la necesidad de mantenerla a salvo de la corrupción y la rebeldía, de los “happening” y sus desnudos que los “avivados” transformaban en algo sexual. La obsesión por vigilar y disciplinar el cuerpo se volvió cada vez muy fuerte y adquirió un tono inquisitorial.

Todo estos discursos sociales dispersos y medidas municipales comenzaron a confluir, algunos meses antes del golpe de estado, primero en acciones y más tarde durante el régimen dictatorial en políticas públicas cuyo propósito era enfrentar los “vicios sociales” y defender la moral de la sociedad. El objetivo último era salvar a la nación y proteger a la familia cisheteronormativa patriarcal tradicional. En ese sentido el presidente golpista Juan María Bordaberry señaló como el Estado debía procurar “el perfeccionamiento físico, moral y social de todas las habitantes del país” así como velar por “la estabilidad moral y material de la familia, para la mejor formación de los hijos dentro de la sociedad”, por lo que iba a combatir “en forma radical y efectiva” la pornografía e iba a pasar todas las denuncias existentes al Fiscal de Corte y Procurador General de la Nación a los efectos de iniciar las acciones legales correspondientes (El Diario 1/3/1973: 4).

El período autoritario

La dictadura cívico militar (1973-1985) claramente buscó llevar esta obsesión a un nuevo nivel: imponer un sistema moral y de valores único para enfrentar los cambios que se estaban produciendo a nivel global y local en el terreno del cuerpo y las sexualidades. El “nuevo Uruguay” apostó a un discurso familista, cisheteronormativo binarista anclado en ideas de orden tradicional y telúrico. La educación física a la que fue sometida la

juventud buscaba generar cuerpos sanos para la patria, y reforzar los roles de género tradicionales y las “costumbres uruguayas”. No sorprende, entonces, que el teniente coronel Buenaventura Caviglia⁴ precisó que la guerra que enfrentaba el régimen dictatorial era “integral” y que debía incluir todos los frentes, incluso el moral y el psicológico. El enemigo había fomentado el “alcoholismo, la disolución y disgregación de la familia por obra del divorcio y los vicios, la prostitución, la pornografía, el amor libre, han ido destruyendo la moralidad y el carácter de un pueblo que antaño era duro e indomeñable” (Caviglia, 1974: 231). Así, la meta era “perturbar los instintos sexuales” entre la generación nueva para estimular “actitudes de pereza y envilecimiento que dialécticamente abrirán la puerta al comunismo”.

A pocos meses del golpe el régimen aprobó dos resoluciones: la primera, impedía a las agencias de noticias extranjeras divulgar noticia sobre Uruguay sin que antes fueron tamizadas por el filtro gubernamental, y la segunda, prohibía toda forma de propaganda de espectáculos públicos no autorizados para menores de 18 años, permitiendo a partir de ese momento solo el anuncio de su título. La limitación buscaba defender “los principios morales y el decoro público” los que constituyen “preocupación fundamental” del Poder Ejecutivo (El Diario 15/10/1973:4). A estas restricciones se sumaron a fines de ese año requisas masivas de revistas y láminas consideradas pornográficas, que fueron retiradas de quioscos y negocios del centro de la ciudad, en donde aparecían exhibidas a la venta del público.

Al año siguiente, se prohibió informar en la prensa local la existencia de delitos contra las buenas costumbres y la familia ya que “dichas noticias afectan la moral y el decoro público” (El Diario 5/4/1974:10). Dejaron así de poder cubrirse noticiosamente delitos como la bigamia, los abortos, el rapto de una mujer, la violación o los atentados violento al pudor y la corrupción de menores. Además, a partir de ese año el gobierno, junto a las autoridades municipales de Montevideo, crearon las llamadas “Brigadas nocturnas”, una serie de operativos administrativo-policiales que buscaban controlar y disciplinar la movida de la zona cercana al puerto de la ciudad, en donde existían numerosas café-concert, whiskerías, cabarets y prostíbulos.

La escalada se mantuvo en el Consejo de Estado hasta 1975, en donde se discutieron dos proyectos claves que indican la orientación y las estrategias del gobierno cívico-militar. El primero buscó crear una Comisión Honoraria de Defensa de la Moral y de Represión de los Vicios Sociales y el segundo buscó incluir en el Código Penal delitos sexuales como la sodomía, la incitación a la sodomía y medias que permitieran tener más eficacia la lucha contra la pornografía. Si bien las normas propuestas finalmente no fueron aprobadas (salvo el artículo sobre pornografía), diferentes instituciones llevaron adelante acciones represivas fuertemente orientadas a cumplir con estos objetivos y que encarnaban la lucha contra el “vicio” y cada uno de sus componentes.⁵ Tanto la educación como la policía de Montevideo compartieron esa preocupación por sanear la moral de la sociedad uruguaya y fortalecer la familia tradicional, al considerarla la base de un nuevo orden. De hecho, la policía, amparándose en la necesidad de garantizar la seguridad y la moral pública, desplegó una represión sin precedentes sobre la disidencia sexo-genérica y las trabajadoras sexuales (Sempol, 2013).

De todas formas, la avanzada moral tuvo contrapesos entre algunos cuadros políticos y técnicos del régimen. En los hechos existió una pugna entre grupos de poder de cómo llevar adelante la restauración de un orden social y sobre si el Estado debía entrometerse en la moral y la vida íntima de las personas. Lo que estaba en discusión era si se debía alterar o no la matriz cultural que se instaló a principios del siglo XX, la que tendió a estatizar la noción de lo “público” y a secundarizar los asuntos propios del espacio “privado”, generando una fuerte legitimación social de que estos aspectos no debían ser abordados por el Estado ni desde la legislación (Barrán, Caetano y Porzecanski, 1996). De esta forma, no se esperaba que los líderes políticos y sociales volvieran pública su intimidad y debían separar ambos espacios en forma marcada.

Esta disputa entre formas de entender la reconstrucción del orden fue visible en la educación en donde finalmente primó mayoritariamente la visión moral y conservadora y en el campo jurídico, en donde hubo mayores resistencias gracias a la presencia de colaboradores del régimen que se mantuvieron fieles a una matriz liberal conservadora que no ligó

anticomunistas y moral. El nuevo orden debía combatir la corrupción y los vicios sociales, pero esto, a su juicio, era compatible con el hecho de que el Estado no debía intentar regular sobre, ni invadir, asuntos que no tenían impacto en la sociedad y que eran estrictamente personales.

La redemocratización y el destape a la uruguaya

Luego de la derrota en el plebiscito de 1980 de la reforma constitucional propuesta por los militares que buscó garantizar su perpetuación en el poder se inició el camino hacia la democracia. El fracaso del proyecto militar (el 42 % votó a favor, el 57,9 %, en contra) sorprendió al gobierno y a la oposición, y dio paso a un nuevo plan centrado en obtener el consenso de la sociedad civil a través de la mediación de los partidos políticos. El proceso de diálogo se concretó con la firma del llamado pacto del Club Naval (firmado por las Fuerzas Armadas y los Partido Colorado, Unión Cívica y Frente Amplio) en 1984, que confirmó el retiro ordenado de los militares y el 25 de noviembre como fecha de las elecciones nacionales. En el acto electoral (con personas y partidos proscritos), triunfó el candidato del Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, con el 41 % de los votos, bajo la consigna «cambio en paz». Con el nuevo gobierno se produjo la reinstalación del sistema «partidocrático» (Caetano, Rilla y Pérez, 1987) y se abordaron temas como la amnistía para los presos políticos, la restitución o la compensación de los funcionarios públicos destituidos y la regularización del aparato estatal. Entre 1985 y 1989 la subordinación del poder militar a la autoridad civil fue un proceso complejo que interpeló, en algunas ocasiones, la estabilidad del régimen democrático.

En la medida que el período autoritario estuvo marcado por la persecución política, la violación de los derechos humanos y la censura en la prensa y la cultura, la reapertura despertó fuertes expectativas sobre la nueva etapa que se abría y sobre los contenidos y alcances de la nueva democracia (Manzano y Sempol, 2019). Pero el gobierno de Sanguinetti (1985-1989) logró reducir rápidamente la democracia a sus mecanismos procedimentales construyendo como amenaza cualquier crítica o visión que cuestionara sus límites y alcances. Encorsetamiento que fue percibido por los actores de la época. Por ejemplo, el periodista Jorge Barreiro señalaba en

esos años como la derecha política en Uruguay había obtenido un “triunfo inestimable”, ya que logró “satanizar” toda oposición al “statu quo burgués”, confundiendo las críticas al capitalismo con las que se podían hacer a la democracia. Una lógica que volvió una “panacea” la unidad nacional y condenó culturalmente el derecho a la disidencia (*Cuadernos de Marcha* N11, setiembre 1986:37). Tampoco algo muy distinto subrayaba el politólogo Juan Rial, cunado explicaba como la apelación al “fantasma del golpe” y la actualización del miedo que generaba esa amenaza a nivel social, fijaban límites y definían los estrechos contornos de lo que se pensó como el “buen orden” democrático (*Cuadernos de Marcha*, N8, junio 1986:36).

El debate sobre hasta donde era peligroso “profundizar la democracia”, hasta donde no avanzar más era fragilizarla y minar sus apoyos sociales ocupó los primeros años del nuevo régimen democrático. Y esta discusión por supuesto también involucró la actualización de la cultura sexual uruguaya durante la apertura democrática y sus eventuales consecuencias. El contexto en el que tuvo lugar el “destape a la uruguaya” fue muy complejo: una transición política pactada, que contó por un lado con la emergencia de una movida cultural juvenil “contracultural”, movimientos feministas y de diversidad sexual, y por otro la proliferación de un discurso social y político restauracionista, moralmente conservador, integracionista y autoritario. El período entre 1985-89 fue de apertura relativa y de represión policial en que la precariedad de la democracia alcanzada y el intento de restauración política y cultural a partir de 1985 fueron aspectos centrales para comprender las restricciones que debieron enfrentar los intentos de transformación social y cultural.

Ya en los últimos años de la dictadura los medios locales comenzaron a publicar noticias de corresponsales en Buenos Aires y España que relataban en el terreno de la cultura (cine, teatro) y la sociabilidad el impacto del “destape”.⁶ De a poco el fenómeno comenzó a asociarse en los medios más importantes del momento con algo negativo, al ligárselo a la falta de límites, a la pornografía y su búsqueda comercial, y a un fenómeno que promovía la confusión, desafiaba el orden heterosexual, y la normalidad al difuminar la diferencia entre los sexos y los roles de género.

Mirada que convivió con otras, que se relacionaban con el fenómeno en forma más ambigua, que retrataban la escena europea y su “desenfado” buscando visualizarla como una señal cosmopolita, de refinado erotismo y de normalización de otras culturas sexuales. Para muy pocos el destape podía traer cosas positivas. El escritor Uruguay Cortazzo argumentaba que en la medida que no se había producido una revolución sexual en los sesenta uruguayos, el destape podía, “más allá de ser un fenómeno puramente comercial (sexo explícito en cines y revistas)”, tener “repercusiones positivas en la cultura” al permitir avanzar a los estudios y a la literatura sobre la sexualidad a nivel universitario (Jaque, 5/11/1986:23).

Los muchos exiliados que volvieron al país, a su vez, en diferentes entrevistas o columnas, difundieron sus visiones y valoraciones sobre los destapes españoles y argentinos, promoviendo análisis menos locales sobre lo que sucedía en el país. Por ejemplo, el actor, director teatral y dramaturgo Antonio “Taco” Larreta fue entrevistado por Stella Santos para las páginas del semanario Jaque ni bien regreso de su exilio español. Larreta se lamentaba como la promesa de que el teatro español iba a explotar con el fin de la dictadura terminó dejando lugar a una “involución, prácticamente se dejó de hacer teatro”, salvo el teatro de destape en donde “las obras eran más o menos pornográficas. Los actores serios dejaron de actuar” (Jaque, 19/7/1985:9). También en ocasiones las evaluaciones implicaban comparaciones entre las experiencias locales y las producidas en otros países, que dejaban entrever lo limitado que fue el fenómeno en el contexto uruguayo. En ese sentido el director de teatro César Campodónico, señaló durante una entrevista, como a su regreso del exilio se topó con “una especie de destape a la manera uruguaya. El uruguayo es muy sobrio como ser. En teatro no aparecieron los desnudos, pero si las ganas de reír” (Jaque, 10/5/1985: 12).

De esta forma, el “destape” fue en Uruguay un fenómeno muy tenue, ninguno de los emprendimientos locales que apostaron a este nicho prosperaron, y estuvo antes que nada ligado al consumo de publicaciones extranjeras (argentinas, brasileñas, españolas y estadounidenses) de contenido erótico y/o pornográfico que se ofrecían en los quioscos locales que tenían la obligación de ser exhibidas con un sobre de nailon negro señalando así su contenido explícito. El otro elemento central fue el desembarco de

gran cantidad de films pornográficos en los cines locales, un segmento de mercado que volvió a ser rentable y estimuló la especialización de varios cines en la capital, unas 10 de 39 salas que existían en ese momento en la capital (Cotidiano Mujer, N 1, Setiembre 1985:2). Las pocas cuantificaciones sobre números de espectadores existentes confirman su relevancia, por ejemplo, en noviembre de 1985, la octava película más vista en la capital era “El imperio del sexo explícito” en Radio City (Jaque, 21/11/1985:6), y un año más tarde las coberturas periodísticas continuaban señalando la abultada presencia de este tipo de films en la cartelera cinematográfica local. “El tema que nos ocupa surge de la comprobación de la superabundancia de títulos porno en las carteleras cinematográficas de Montevideo” (...) “Parece ser nuestro turno para un fenómeno llamado insistentemente destape” (Jaque 18/6/1986:24). El boom de este tipo de producciones llevó incluso a que la célebre Cinemateca uruguaya realizara un ciclo sobre cine pornográfico en donde se ofrecieron algunos clásicos del género como Garganta profunda.

El “destape” se produjo así en Uruguay en forma disociada: más que una liberalización de las costumbres en el espacio público lo que sucedió fue el incremento del consumo de productos pornográficos extranjeros dentro de un estrecho circuito. El cambio implicó, antes que nada, que ahora parecía estar más garantizado a nivel institucional el derecho a acceder a su consumo, siempre y cuando se pagara, y mientras circularan bajo fuertes controles. Restricciones que no impidieron que políticos de derecha, católicos, y militantes feministas denunciaran de todas formas su presencia excesiva en la sociedad (más allá que evaluaban de formas distinta sus efectos). El clima cultural no fue por ello de apertura lo que implicó la consolidación de un clima opresivo y asfixiante, en donde se negó el cuerpo, la sexualidad y la existencia de otro tipo de racionalidades.

Estos debates nos ayudan a comprender el contexto histórico en el que se produjo la cancelación de la exposición plástica de Larroca⁷, y las apelaciones de que su obra era pornográfico. Su trabajo comenzó a mediados de los años ochenta a centrarse en el desnudo, la sexualidad y el erotismo. Realizó una primera exposición de ese material en la galería de Cinemateca obteniendo buenas críticas, pero no mucha repercusión en el medio local y regional. En julio de 1986 fue invitado junto al dibujante Diego Legrand

a presentar parte de ese mismo material en el Centro de Exposiciones del Palacio Comunal pero unas horas antes de que se inaugurara la muestra el intendente Jorge Elizalde resolvió cancelar el evento hasta que se retiraran de la exhibición tres piezas consideradas “obscenas”.⁸ Los directores del Departamento de Cultura municipal Thomas Lowy y Alejandro Bluth, buscaron sin éxito mediar por lo que finalmente la exposición se levantó. La resolución municipal señalaba que si bien no se quería “coartar” (...) la “libertad creadora” era su “deber proteger los legítimos derechos de aquellos que pudieran eventualmente sentirse lesionados ante lo que podrían considerar un desborde en el uso de la libertad” (Ultimas Noticias, 12/8/1986:2). Para el intendente Elizalde “si quiere exponer, que utilice una sala privada” ya que a la comuna le competía promover un “sentido común ciudadano” (...) “no en base a criterios elitistas o de exquisitos” (Ultimas Noticias, 12/8/1986: 2). La lógica era demonizar su trabajo, rotularlo como pornográfico y recluirlo al circuito privado, pago y regulado en donde se autorizó circular a este tipo de material en la nueva democracia.

La resolución llegó rápidamente a la prensa, generando un fuerte impacto, y un gran debate a nivel local. Una y otra vez las diferentes coberturas mediáticas continuaron abonando de formas muy diferentes la idea de “desborde de libertad”. Por ejemplo, matutinos como El País presentaron el debate bajo títulos como “Pornografía Oficializada (El País, 11/8/1986:2) o “Intendente: Obras van hasta las perversiones sexuales” (El País, 13/8/1986:7). La ministra de cultura, Adela Reta, buscó mediar en la discusión, en la que incluso llegó a participar Enrique Tarigo (que se encontraba ejerciendo el cargo de presidente interino) a efectos de llegar a un acuerdo, pero ante la negativa de Elizalde, la ministra finalmente autorizó que la exposición se realizara en una de las salas que tiene el edificio de la Biblioteca Nacional, que dependía del ministerio y no de la gestión municipal.

Este debate formó parte de una discusión más amplia y compleja sobre diferentes proyectos político-culturales y sobre lo que era posible mostrar y decir en la nueva democracia. Esta explicación no solo permite comprender la cancelación de la muestra a nivel municipal, sino también la reacción

unánime de condena de los políticos de todo el arco ideológico y su impacto en la cultura. Las declaraciones de Elizalde también fueron respaldadas en la Junta Departamental y en el parlamento nacional (Búsqueda, 14/8/1986: 15). Por ejemplo, el diputado Julio Daverde, de la Unión Cívica, expresaba claramente la “estructura de sentimiento” (Williams, 1998) del momento, cuando apoyando la censura de la obra de Larroca señaló en la media hora previa de la sesión de su cámara, que la “pornografía se ha convertido desde hace un tiempo en un problema muy serio, que si preocupa a padres, docentes y a la población en general, también debe preocupar a quienes ocupamos cargos de gobierno” (El País, 13/8/1986: 5). Montevideo, agregó, se había convertido en un “verdadero lodazal” al exhibir películas de franja verde, en numerosas salas, lo que promueve “un verdadero desenfreno”, algo extremadamente peligroso ya que “cuando caen las defensas morales sucumben todas las demás valores y en definitiva, la propia nación” (El País, 13/8/1986: 5).

La repuesta de la subcultura juvenil a este fuerte intento de disciplinar la cultura desde el campo político no se hizo esperar. El 14 de agosto la estatua del David, ubicada en la explanada del palacio municipal, amaneció cubierta con una tela blanca que tapaba sus genitales, y el cartel “Defendamos la moral. Brigada “Amigos de J. Elizalde”. La “intervención performática” (Delgado, 2018:28) llevada adelante por un grupo de estudiantes de ciencias de la comunicación ligados a la subcultura juvenil (por ejemplo Irene Pepi Goncalvez) intentaron instalar en clave humorística el absurdo de la censura, así como denunciar tanto el carácter netamente político de la categoría pornografía como los estrechos márgenes de la nueva democracia

Reflexiones finales

El hilo conductor de la pornografía - y las censuras y debates generados- nos permitieron construir una sintética genealogía de como estos asuntos fueron vistos y pensados desde fines de los años sesenta hasta la recuperación democrática. Lo primero que surge con claridad con la aplicación de una perspectiva de largo aliente es un escenario de fuertes continuidades en este tema.

De esta forma, las narrativas políticas y sociales que quieren construir 1985 como un momento de quiebre y de conquista de una democracia plena naturalizan los estrechos márgenes que se definieron sobre lo mostrable en el nuevo contexto de redemocratización, criterios que conservaron continuidades importantes (y para muchos inaceptables) con el periodo previo. Estos criterios restrictivos naturalizados buscaron limitar la renovación de la cultura sexual uruguaya y las formas de pensar y entender la pornografía, como antes intentaron frenar durante los años sesenta el impacto de los cambios globales que se estaban produciendo en la relación entre los géneros y en la sexualidad. Toda una serie de restricciones que siempre se presentaron, por parte de los diferentes actores implicados, como urgentes, necesarias e incuestionables.

Es claro que la Guerra Fría cultural marcó a fuego los fines de los años sesenta y la siguiente década y alentó la confrontación con cualquier idea o práctica relativamente liberal o progresista. Las cruzadas morales fueron un elemento importante para la configuración de una idea de orden y para la construcción de formas de consenso y legitimidad entre la población. Además, esta apuesta difundió ideas tradicionales del mundo rural y los roles de género que buscaron confrontar con la cultura batllista, más urbana y respetuosa de la idea de que el Estado no debía intervenir en la intimidad de las personas, y que debía aplicar un modelo tolerante que privatizaba todas las diferencias.

De todas formas, en este escenario de permanencias es posible encontrar algunos cambios. Las lógicas disciplinarias realizaron a partir de los años ochenta una deriva al momento de realizar la justificación de sus cruzadas morales. Si a fines de los años sesenta y durante buena parte de la dictadura la lucha contra lo que se entendió como pornográfico, contra las drogas, la desnudez y el erotismo y las disidencias sexuales fueron una forma de salvar la patria, la familia y su moral, a partir de 1985 el eje discursivo de estas tecnologías disciplinarias se refugió en la necesidad de preservar la democracia de sus excesos, y respetar los acuerdos, so riesgo de retroceder en el tiempo e instalar nuevamente formas de desestabilización que desembocaron el proceso autoritario.

A su vez, el rastreo de las discusiones en torno a la pornografía entre 1965 y 1989 permite detectar como este fenómeno fue pensando y construido siempre como un Otro peligroso y corrosivo que debía ser combatido o controlado. Pero este fenómeno primero tuvo lugar, en forma central y explícita, dentro del campo conservador. La pornografía, junto a las drogas y la liberalización de la sexualidad formaron parte, para el campo conservador, de una decadencia de la moral y las tradiciones de la patria, alentadas por el comunismo y su estrategia de guerra total.

Pero a partir de la transición democrática y su resignificación de la pornografía como una amenaza para la democracia, esta construcción de un Otro radical traspasó las fronteras del campo conservador y se volvió prácticamente un sentido común de casi todo el arco político del momento. Los líderes de la izquierda partidaria en 1986 condenaron unánimemente la exposición de Larroca y apoyaron la censura, así como el desarrollo de un posible destape, alertando de los peligros desestabilizadores que este tipo de productos pornográficos podían generar. La democracia, una categoría en disputa en los años ochenta, se terminó así construyendo en oposición a la liberalización de las costumbres, la sexualidad y la pornografía. El proceso de instalación de una perspectiva moralmente conservadora promovido por el autoritarismo fue exitoso, y sus lógicas y morales se volvieron sentido común democrático a partir de los años ochenta.

La fobia al cuerpo desnudo y a la sexualidad (fuera del tipo que fuera) durante los años ochenta fue explotada como un mecanismo para deslegitimar propuestas y marcar límites precisos de lo que iba a ser tolerado y lo que no en la nueva democracia. De esta forma, Larroca se volvió de alguna forma en un caso ejemplificante, que marcó a fuego la cultura local, ya de por sí exigua y con grandes dificultades para sacarse de encima el peso de la solemnidad y desarrollar políticas corporales de otro tipo.

Recién en los años noventa, y de la mano del neoliberalismo, tuvo lugar en Uruguay cierta liberalización de las costumbres en la cultura sexual, que incluyó desde la lucha por la visibilidad de los movimientos de la diversidad sexual hasta la difuminación sobre lo que se consideró pornográfico, lo que implicó una fuerte expansión de lo pensando como simplemente erótico. Pero todo este proceso se produjo bajo una lógica

neoliberal que si bien reconocía las diferencias existentes las ligaba a patrones de consumo, abordaje que despolitizaba esas marcas y las volvía parte de un reconocimiento que celebraba las diferencias mientras naturalizaba al mismo tiempo las desigualdades e invisibilizaba las relaciones de poder existentes. Una lógica que fue completamente compatible con un Estado que dejó de moralizar, se retiró del espacio social y simplemente abandonó a su suerte a los grupos que desafiaban las normas y los estrechos límites de lo posible.

Referencias bibliográficas

ARACAND, Bernard. *Antropología de la Pornografía. El jaguar y el oso hormiguero*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión. 1993.

BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECASNKI, Teresa. "Construcción y fronteras de lo privado. Teoría e Historia". En: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECASNKI, Teresa (Dirs.). *Historias de la vida privada en el Uruguay*, Vol. 1. Montevideo: Taurus, 1997. pp. 9-72.

CAETANO, Gerardo.; RILLA, José. y PÉREZ, Romero. (1987). «La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos». Partidos Políticos y sociedad. *Cuadernos del Claeh. Revista Uruguay de Ciencias Sociales*, n.º 44, 2.ª serie, año 12, abril. 37-62. 1987

CAVIGLIA, Buenaventura *Psico-Política. Verdadera Dimensión de la Guerra Subversiva*, Montevideo: Ediciones Azules, 1974

DELGADO, Leandro. "El David en pañales: censura e intervención urbana en la postdictadura". *Cuadernos del CLAEH*, (108), Año 2018. 9-30

MANZANO, Valeria, & SEMPOL, Diego. "Volver a los ochenta. Los procesos de (re) democratización en debate". *Contemporánea*, 10(1), Año 2019. 11-18. <http://revistacontemporanea.fhuce.edu.uy/index.php/Contemporanea/article/view/101>.

PELÁEZ, Fernando *De la cueva al Solís. Cronología del rock en el Uruguay. Primera parte: La década de los 60*, Montevideo: Perro Andaluz Ediciones, 2010.

PRECIADO, Paul. *Testo yonqui*. España: Editorial Espasa Calpe. 2008

SEMPOL, Diego *De los baños a la calle. Historia del movimiento lésbico gay trans uruguayo 1984-2013*. Montevideo: Debate. 2013

Notas

1. Diego Sempol es investigador del Departamento de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales y coordinador del Archivo Sociedades en Movimiento, Universidad de la República (Uruguay). Mail de contacto: diego.sempol@cienciassociales.edu.uy
2. En este trabajo se evita utilizar una noción prescripta sobre pornografía en la medida que se parte de la perspectiva teórica de que esta es una construcción social y por ello cada grupo de pertenencia comparte una noción sobre que implica. A esta diversidad debe agregársele lo que el estado define como tal oficialmente. Definiciones todas que nos permiten observar un sistema de jerarquías valorativas, así como precisar los límites entre lo que genera en una sociedad la oposición contundente, lo que continúa siendo discutible y aquello que es aún impensable para la misma. Algunos estudios tienden a confundir la historia de la pornografía con la de la censura, camino problemático ya que en algunas culturas más tolerantes se ha producido la legalización de su comercialización pese a que se sigue considerándola como pornografía. Arcand (1993) plantea qué para entender el fenómeno, el objeto tiene menos importancia que las circunstancias que lo rodean. La pornografía no es una materia identificable, sino la relación entre un contenido y su contexto (histórico-social con sus representaciones de lo sexual). Nada es pornográfico en sí y la etiqueta es atribuible tras la evaluación del contexto social. A su vez, a partir de mediados del siglo XX, como señala Preciado (2008), emergió un nuevo régimen alternativo al disciplinario, que el autor llama “farmacopornográfico”, caracterizado por una nueva era del capitalismo basada en la gestión política y técnica del cuerpo, el sexo y la sexualidad por medio de mecanismos biomoleculares (fármacos) y la pornografía. La expansión de la industria pornográfica permitió volverla un dispositivo de producción y regulación de la subjetividad sexual.
3. La contracultura tuvo presencia en Uruguay de la mano del surgimiento del rock nacional a partir de 1970, el teatro experimental, la danza, algunos grupos intelectuales y la movida artesanal. Dentro de estos marcos, y muchas veces en forma difuminada y confusa se visualizaron prácticas y estilos de vestimenta que fueron identificados en su momento como formas de habitar o

ser hippie, así como prácticas no tradicionales en el terreno de la sexualidad. Los grupos musicales juveniles comenzaron a cantar en castellano canciones propias, sustituyendo el clásico traje y corbata por una estética “subterránea” y “hippie”, comenzando a usar pelo largo, bigotes y barba. A su vez, como señala Peláez (2010:138) el nuevo perfil del rock progresivamente se ligó a la protesta y a teñirse de elementos ideológicos y reclamos.

4. Buenaventura Caviglia fue teniente coronel de reserva del ejército uruguayo, abogado y asesor del Estado Mayor Conjunto (Esmaco).

5. En la educación el primer mojón normativo que habilitó en forma clara la persecución por *motivos morales* fueron la Ley n.º 14.101 de 1973 y las Ordenanzas 17 y 28 del Consejo Nacional de Educación, que definieron como causal de destitución la «posesión de antecedentes negativos que inhiban para la formación moral y cívica de los educandos» (Ordenanza n.º 28)

6. El término originariamente acuñado en España se usó para referirse a la brusca liberación de censura y represión que trajo aparejado el retorno a la democracia luego de décadas de dictadura franquista, cambio que implicó la liberación de las costumbres y la cultura sexual, y el desarrollo de un mercado de consumo ligado a la pornografía y a las fotografías eróticas con desnudos femeninos.

7. Larroca es un artista visual, docente y ensayista uruguayo nacido en Montevideo en 1962. Se considera discípulo de Manuel Domínguez Nieto y Manuel Espínola Gómez, ha realizado numerosas exposiciones individuales y colectivas en instituciones públicas y privadas dentro y fuera del Uruguay (Estados Unidos, España, Inglaterra, Francia, Italia, Polonia, Eslovenia, Portugal, Austria, Colombia, Brasil y Bolivia) y obtenido numerosos premios y reconocimientos por su trabajo.

8. Las tres piezas vetadas fueron “Autodestrucción II”, “La cena” y “Uno de esos días”. Es posible ver estas obras y muchas más en el sitio oficial del artista www.larrocaoscar.com

A ficção sobre a ditadura na América Latina: narrar o horror e o trauma

Fabício Lucas Sampaio Moreira Almeida¹

Luiz Felipe Martos de Oliveira²

Quando começa a história do nosso presente? Se, de fato, “toda história contemporânea começa com a ‘última catástrofe em data’, e em todo caso a última que parece a mais loquaz, senão a mais próxima cronologicamente” (Rousso, 2016:24), qual é a posição em que a escrita e a narrativa se encontram na representação da realidade catastrófica? É possível narrar em um mundo marcado por uma aceleração que aniquila as condições de transmissão de histórias?

O impulso da escrita como forma de desvelamento de uma realidade traumática não se inaugura no período do pós-guerra, mas definitivamente toma novos contornos a partir dele. A barbárie nazifascista e seus desdobramentos, as ditaduras militares latino-americanas e a agudização dos problemas sociais no mundo pós-Guerra Fria são alguns dos processos que engendram estas novas concepções estéticas na literatura. A literatura aqui assume um caráter de reação: é necessário representar, ainda que de forma fragmentada e incompleta, aquele passado que insiste em permanecer sob o signo do trauma. De acordo com Márcio Seligmann-Silva, não se deve relativizar as categorias utilizadas para representar o passado traumático, pois “(...) esse prefixo ‘pós’ não deve levar a crer, de jeito nenhum, em

algo próximo do conceito de ‘superação’, ou de ‘passado, que passou’. Estar no tempo ‘pós-catástrofe’ significa habitar essas catástrofes” (Seligmann-Silva, 2018:63).

Dentre as várias linhas que se proliferam na literatura contemporânea, cabe ressaltar a consolidação da *literatura do testemunho*. Tendo como ponto de partida o período posterior às Grandes Guerras, duas tendências podem ser identificadas nos estudos da crítica literária: o discurso acerca do testemunho (*Zeugnis*) na Alemanha e o gênero *testimonio* na América Latina. Ambas compartilham do valor testemunhal como força motriz para o desenvolvimento das suas narrativas, mas partem de contextos distintos. Enquanto a *Zeugnis* se enquadra sobretudo nos enredos que retratam os horrores da Shoah, o que implica em uma recuperação do passado traumático levado a cabo pelos carrascos nazistas, o *testimonio* se constitui a partir das experiências autoritárias oriundas das ditaduras militares latino-americanas. Há, ainda, uma particularidade que distingue tais discursos sobre o testemunho. Enquanto a tendência germânica é calcada em teorias da psicanálise, teoria e história da memória, grande parte da tradição latino-americana representa o testemunho a partir da “tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão no seu sentido de apresentação de vidas exemplares, da tradição da crônica e da reportagem” (Seligmann-Silva, 2018:82).

Em um balanço crítico acerca dos discursos que emergem no período de transição democrática argentina, Beatriz Sarlo (2007) compreende a importância do testemunho enquanto um recurso que traz à luz as memórias subterrâneas, uma espécie de dispositivo que evocava o dever de memória e justiça diante das experiências de exceção nos países que ainda se encontravam num sinuoso caminho rumo à democracia. Eis a guinada subjetiva, o momento de ascensão de narrativas alternativas sobre o passado em função das querelas do tempo presente.

Pode-se compreender o *boom* da literatura testemunhal como um sintoma desse novo momento político, o que por sua vez também se revela em novos protocolos de escrita literária. As referências aos horrores da ditadura evocavam a necessidade urgente de os escritores ancorarem a sua produção a um dever ético, o que invariavelmente levava a uma borragem

das fronteiras entre ficção e realidade. O abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético, o registro em primeira pessoa e a presença de um trauma coletivo são alguns dos elementos que caracterizam tais textos e que desvelam essa demanda por uma memória frente ao esquecimento (Salgueiro, 2014).

Contudo, como bem pontua a autora argentina em interlocução com Susan Sontag, se a memória é uma peça chave para a construção de novas perspectivas políticas, ela não deve ser pensada como seu único alicerce: mais importante que lembrar é entender, “embora para entender também seja preciso lembrar” (Sarlo, 2007:22). Seguindo essa aposta, dois autores latino-americanos se destacam por suas produções ficcionais que dialogam com as novas tendências, mas que em algum sentido ainda resgatam a tradição literária com vistas à produção de novos horizontes de escrita: Milton Hatoum e Roberto Bolaño. Em seus romances, é possível observar alguns dos traços que caracterizam a literatura testemunhal, mas esses elementos são mobilizados em função da crença de que o discurso ficcional também apresenta possibilidades de confrontação crítica do passado autoritário, sem que com isso haja um comprometimento da dimensão estética de suas obras.

Em Hatoum, por exemplo, observa-se o testemunho como estratégia de composição narrativa de suas obras, a partir de seus personagens e enredos, enquanto em Bolaño a mobilização de uma certa desorientação temporal revela uma forma de sensibilidade do tempo característica de períodos autoritários, em que o fechamento das perspectivas de futuro parece apontar para uma espécie de estancamento temporal, algo também bastante sintomático das narrativas sobre o trauma.

A metáfora dos dois brasis: Manaus e a ditadura militar brasileira em Dois irmãos, de Milton Hatoum

Milton Hatoum, autor e estudioso das estratégias de composição das narrativas modernas, pode ser considerado um dos representantes brasileiros desta virada artística que, sob a égide da representação do passado traumático, se utiliza do testemunho como possibilidade narrativa em um mundo corroído pelas experiências históricas autoritárias. Amazonense,

descendente de árabes muçulmanos e cristãos e oriundo de uma família multiétnica, desde tenra idade Hatoum foi apresentado às diferentes narrativas sobre o passado, criando um arcabouço de representações sociais definido pela alteridade. O Outro, objeto de privilégio desde os relatos de viagem do século XVI, também foi assunto patente nas histórias transmitidas durante a sua infância e, nesse sentido, as difusas origens do autor têm como efeito uma representação multicultural em seus escritos, em que as influências ameríndias, orientais e europeias se mesclam em personagens e enredos.

Em um ensaio que reflete sobre as relações entre a literatura e a memória na produção de sua primeira prosa, Hatoum narra um episódio emblemático dos anos de chumbo:

Gostaria de começar esta leitura evocando uma noite que passei na PUC. Uma noite inesquecível, mas sem nenhuma graça, como foram muitas noites dos anos brutescos da década de 1970.

Um ato contra o regime militar reunia mais de mil estudantes na PUC. Por coincidência, era uma quinta-feira: 22 de setembro de 1977. Por volta das 22 horas, enquanto a polícia invadia o campus, eu e alguns amigos corríamos em busca de um abrigo, de um porto seguro numa época e num país em que reinavam a insegurança e o medo. Nossa estação terminal foi uma sala subterrânea, onde o coral da PUC cantava uma música, cujo nome eu não me lembro. O regente do coral, ao perceber a expressão aflitiva daqueles cantores intrusos, entendeu tudo. Bem ou mal, começamos a interpretar um bolero muito popular. Lembro-me sem nostalgia dessa cena, porque aquela noite foi para mim o epílogo simbólico dos anos 70 no Brasil. De fato, dois anos depois eu já era um bolsista na Espanha e, de bolsa em bolsa, acabei aportando em Paris. (Hatoum, 1996:7)

Dois irmãos narra a história da família de origem árabe que habita a Manaus do século XX. Os personagens centrais que surgem ao longo do romance se envolvem num imbróglio de relações que, enredadas sob a narração de Nael – o filho da empregada –, demonstram a própria

decadência familiar, acompanhada do processo de destruição da Cidade Flutuante. A obra dá continuidade a temas já suscitados em seu romance de estreia, *Relato de um certo Oriente*, tais como a passagem do tempo, a reconstrução da história a partir das ruínas e o oriente-amazônico. Além disso, *Dois irmãos* ainda reverbera uma série de questões inerentes à história republicana brasileira que atingem seu ápice durante o período da ditadura militar. Tratam-se dos projetos de Brasil, da ideia de um dualismo brasileiro proposta pelos intelectuais do pensamento social do século XX e, ainda, da inserção de Manaus na modernidade. Hatoum ressalta que suas obras não são romances históricos; ainda assim, os processos políticos engendrados no território tupiniquim servem como um pano de fundo que, se, por um lado, não determina as personagens de forma irreversível, por outro, serve como espaço de reflexão dessas.

A ascensão do regime republicano no Brasil trouxe consigo diferentes projetos de soberania. Sob a égide do lema “ordem e progresso”, o país emergia como nação republicana após uma longa experiência monárquica que ainda encontrava ressonâncias em distintos espaços do Brasil. Nesse sentido, era fundamental a construção de um discurso que não só perenizasse os novos fundamentos políticos, como também criasse símbolos desse sistema de poder. O terreno era fértil para a inserção do Brasil no concerto das nações modernas. O processo de integração nacional – ainda que incompleto e irregular – se fez presente nos primeiros fôlegos da República, sobretudo na Amazônia, antessala dos projetos modernizantes do Estado desde a expansão da borracha em fins do século XIX (Schwarcz, 2012:77).

O período compreendido como Terceira República (1945-1964) deu novos contornos ao discurso da modernidade. Após a experiência do Estado Novo e os anos iniciais da redemocratização, reforçou-se, no horizonte brasileiro, a ideia de um futuro pautado no progresso. A vida política e social dos anos 1940 e 1950 foi marcada por uma potente esperança, calcada nos projetos desenvolvimentistas e nas propostas dos diferentes partidos políticos, sufocados desde a ditadura varguista. Não era uma esperança ingênua, mas que se construía em torno da experiência democrática (Neves, 2013:171).

Parece sintomática a escolha do autor em situar o romance justamente na segunda metade do século XX. Em seu ensaio *Literatura e Memória* (1996), Hatoum afirma o desejo de escrever um romance político durante seu primeiro ano como estudante bolsista na Europa, já na década de 1970. Para isso, deu vazão às muitas vozes que escutara em Manaus nas duas décadas anteriores. Apesar de a obra só ter sido concebida nos anos 2000, é indubitável que o novo “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006) brasileiro em torno da Terceira República havia chegado ao Amazonas, ainda que de forma difusa.

A construção da dualidade dos gêmeos Yaqub e Omar na trama reforçam, pois, os diferentes paradigmas que orientavam a terra manauara do século passado: de um lado, Yaqub e a crença na modernidade e no progresso; do outro, Omar e os impulsos ainda provincianos das terras amazônicas, que continuavam à margem da filosofia da história progressista. A trajetória de Yaqub, de “montanhês bárbaro” a “futuro doutor em frente do Teatro Municipal [paulista]” (Hatoum, 2000:61), contrasta decisivamente com o percurso de Omar, que “não terminou nada, jamais frequentaria uma faculdade, desprezava um diploma universitário, ignorava tudo o que não lhe desse um prazer intenso, fortíssimo, de caçador de aventuras sem fim” (Hatoum, 2000:108).

A dualidade dos irmãos se estabelece de maneira gradual ao longo das páginas, apesar de já estar presente desde o início do livro pelo ordenamento não-linear dos capítulos. Pode-se dizer que o foco narrativo do dualismo se intensifica, chegando ao seu ápice em um dos períodos mais violentos da história política brasileira: a ditadura militar. Yaqub, o irmão que migra para São Paulo e vê com otimismo os projetos de modernização conservadora do regime autoritário apoia o empreendimento militar na terra natal, afinal, “Manaus está pronta para crescer” (Hatoum, 2000:195). Omar, por sua vez, torna-se um resistente à ditadura, escrevendo um manifesto contra os golpistas, se mobilizando principalmente após a morte de seu professor e amigo Antenor Laval, violentamente perseguido pelas forças policiais. Na medida em que se destruíam quaisquer possibilidades de conciliação entre os irmãos, a destruição da cidade manauara acompanhava o processo no mesmo ritmo.

São Paulo e Manaus representam aqui um debate muito significativo no pensamento social brasileiro do século XX: as teses sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento no país, acompanhadas do processo de transformação das relações de produção. Durante os últimos momentos da dita República Oligárquica uma tradição industriosa e estatista pôde ser levada a cabo, desenvolvendo-se em longa duração e evidenciando, a despeito das mudanças de regime político e de governo, certas continuidades macroestruturais. A política de substituição de importações, articulada ao processo de industrialização, cria condições específicas para a integração de algumas regiões brasileiras às dinâmicas do capitalismo nacional (Seráfico; Seráfico, 2005), embora acentue desigualdades latentes.

Cabe compreender que o processo de integração ou, nesse caso, sua ausência, não é o motivo gerador das ecoantes disparidades regionais, senão seu epifenômeno. Isso pode ser atestado à medida que diferentes regiões do Brasil se articulam às diretrizes desenvolvimentistas, consolidando o processo de expansão das fronteiras capitalistas. Uma série de disposições que ficariam conhecidas como Operação Amazônia visavam à integração do território para além do eixo Centro-Sul, inaugurando o processo de regionalização do capitalismo. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966 e, no ano seguinte, da Zona Franca de Manaus recoloca as contradições do desenvolvimentismo conservador da ditadura acoplado às movimentações do capitalismo internacional (Seráfico; Seráfico, 2005). Por meio de políticas de incentivo fiscal a uma burguesia incipiente, a Zona Franca manauara evidencia uma agenda econômica estruturada em pressupostos que não somente revelam uma relação desigual entre centro e periferia, mas a alimentam. O discurso do progresso tinha limites de amplitude; a “euforia, que vinha de um Brasil tão distante, chegava a Manaus como um sopro amornado. E o futuro, ou a ideia de um futuro promissor, dissolvía-se no mormaço amazônico” (Hatoum, 2000:128).

Pode-se afirmar que o dualismo aqui opera em duas camadas: em um primeiro plano, uma dualidade interna que dá forma à ideia de “dois brasis”, representados por regiões arcaicas e modernas; num segundo vislumbre, mais amplo, a percepção do Brasil enquanto uma nação periférica, inviabilizando a sua completa integração às condições de países centrais

desenvolvidos. O que é interessante acentuar aqui, em linhas gerais, são os limites dos projetos desenvolvimentistas no Brasil e os seus diversos desdobramentos dissonantes.

Progresso *versus* atraso ou civilização *versus* barbárie, geralmente encaradas como antinomias, são coexistentes. Não há dúvidas de que a modernização conservadora da ditadura militar promoveu novas práticas de exploração do Norte brasileiro, mas as relações de poder entre as forças políticas e o dito Brasil profundo já se configuram de maneira assimétrica desde seus primeiros contatos. No tocante aos povos originários, como Rubens Valente demonstra por meio de ampla pesquisa documental, a “história da relação dos militares brasileiros com os indígenas na Amazônia foi, desde o começo, marcada por grandes incompreensões, tensões e violência” (Valente, 2017:25). Missões religiosas indesejadas pelos ameríndios, remoções das sociedades de seus territórios originários e conflitos fundiários sanguinolentos fazem parte da história de resistência indígena, fruto da relação simbiótica entre desenvolvimento e destruição. O “papel do índio”³ no teatro da modernidade já estava definido entre a possibilidade de integração ou o aniquilamento das condições de sua própria existência.

É interessante notar que o duplo aparece como um recurso estético da obra que logra representar a complexa existência humana, dando profundidade às personagens, o que impossibilita uma representação maniqueísta delas: a ambiguidade das ações dos gêmeos demonstram que a violência é um espectro que os mobiliza, e os ímpetus selvagens de Omar foram tão danosos quanto os planos de Yaqub empreendidos durante a ditadura em Manaus. À violência do regime militar, acrescenta-se ainda a violência colonial engendrada contra Domingas, mãe de Nael. Indígena, fora marcada desde a sua infância pela violência, presenciando o assassinato de seu pai às margens do Rio Negro, tendo sido levada a um orfanato cristão enquanto vivenciava uma série de agressões físicas e psicológicas. Domingas está neste interstício de projetos de Brasil até mesmo em sua língua materna, o nheengatu. Originário das propostas de uma língua-geral que permitisse o contato entre povos indígenas e colonos, o tupi moderno já é uma expressão simbólica da integração cultural tumultuosa e bastante acidentada.

Domingas, “não muito diferente das outras empregadas da vizinhança, alfabetizadas, educadas pelas religiosas das missões” (Hatoum, 2000:67), também é definida por múltiplas dualidades: dividida entre a identidade indígena e o papel de empregada católica, entre a liberdade e a servidão, entre o nheengatu e o português, entre Omar e Yaqub, restava a ela rememorar, seja pelas canções de ninar entoadas a Nael em sua língua materna, seja por meio dos pássaros que esculpia, que a lembravam da sua infância bruscamente interrompida. Seria possível evocar as experiências de Domingas em um mundo em que as palavras parecem esmorecer com os mortos na mesma proporção em que a modernidade se espalha como uma força esmagadora?⁴

Milton Hatoum escancara as dificuldades de escrever uma narrativa que tivesse como pano de fundo a violência orquestrada durante o regime militar pela relação ainda pulsante daquele período com o tempo de sua escrita. Nesse caso, o distanciamento temporal tornou-se uma condição de possibilidade para que o autor conseguisse resgatar a voz da experiência. A respeito disso, a escrita em *Dois irmãos* assume um papel central no desenvolvimento do enredo: não é apenas a escrita de Hatoum, autor, que torna inteligível o desenrolar dos conflitos das personagens, mas a escrita de Nael, narrador, que, nos fundos do quintal da casa, passa a limpo as memórias compartilhadas nas conversas com sua mãe Domingas e seu avô Halim, seus principais interlocutores, construindo um espelho de si e da sociedade manauara na inserção da modernidade.

Cabe ressaltar a posição de narrador-personagem que o filho de Domingas, a empregada da família, assume no enredo. Apesar de estar intimamente envolvido no desenrolar da história, o afastamento do narrador é realizado de maneira proposital, de forma a captar não somente a história da família a partir dos seus escombros, mas também a sua própria identidade, que se constrói em torno de múltiplas experiências. Nael é apenas o rastro da empregada para sua tia Rânia, para o gêmeo Omar e para Zana; é o confidente e griô da família para Halim, o patriarca; é o resquício de identidade que Yaqub mantém com os laços familiares e é a iminência dos destinos turbulentos da família para Domingas. Nael, ao se distanciar, consegue enxergar melhor os projetos de Brasil engendrados em Manaus, os

dilemas morais que perpassam a família e a sociedade manauara ao longo do século XX, além da violência orquestrada pelos processos políticos na região amazônica⁵.

O poder das palavras e a sua relação com o tempo são duas faces da mesma moeda: é a passagem do tempo que torna possível o desvelamento daquela realidade violenta que não poderia ser enunciada de forma tão potente enquanto não houvesse o distanciamento temporal que revela a experiência nos termos benjaminianos. Nael expressa a possibilidade da literatura como correia de transmissão de um passado que insiste em permanecer, mas que não torna o futuro uma condenação inexorável; a partir da exploração do passado como matéria literária se abrem portas para o futuro (Pinto; Iegelski; Chiarelli, 2016:9).

Ao se descobrir o destino do narrador como professor de literatura do Galinheiro dos Vândalos, escola onde se formou e outrora teve aulas com Antenor Laval, um *dândi*-professor resistente à ditadura militar, há uma espécie de ode às figuras à margem da história, ao passo que se projetam diferentes horizontes ao personagem. A despeito do temor de sua mãe de que seu destino “confluísse para o de Omar, como dois rios indômitos e turbulentos” (Hatoum, 2000: 80) ou de suas próprias projeções quanto à herança da suposta paternidade de Yaqub, Nael contorna tais perspectivas, articulando passado e presente como forma de transformação de seu destino.

Entre o jogo de lembranças e esquecimentos, o narrador representa trajetórias que extrapolam a dimensão individual de sua existência através da escrita. Voz da aldeia, Nael é uma metáfora dos inúmeros curumins que vivem as mazelas da pobreza, mas também é uma metáfora do Brasil, carregando consigo diferentes estigmas, culturas, etnias, relações sociais e projetos em disputa. Como Walter Benjamin afirma, “onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo” (Benjamin, 1994:107) e Nael logra resgatar a experiência da sociedade manauara.

Em uma Manaus que se torna “um carnaval de quinquilharias importadas de Miami e do Panamá” (Hatoum, 2000:255), Nael é a voz que torna possível comunicar aquilo que permanece como rugosidade, sendo

um porta-voz daqueles que já foram, mas que à luz da escrita não se perdem com o tempo. Milton Hatoum duplica a função e a importância da escritura em sua obra com seu narrador-personagem. Num mundo de pobreza de experiência, o autor constrói personagens e sentidos que colocam em xeque o potencial destrutivo da modernidade, procurando romper o invólucro da solidão que permeia os indivíduos imersos no mundo moderno através das vozes dos marginalizados.

Quem eu sou, precisamente porque o mundo onde nasci desmoronou. Tais palavras se adequam perfeitamente aos questionamentos de Nael. Detentor das memórias da família e, ao mesmo tempo, “filho de ninguém” (Hatoum, 2000: 250), é a ambivalência de sua existência que o possibilita ter um certo controle de seu futuro. Sendo o representante da última geração da família, Nael realiza os desejos de sua mãe pela via da literatura: ao passo que a escrita torna possível representar sua existência sofrida, não a tornando mais uma das empregadas domésticas invisibilizadas pela ordem temporal da modernidade, também possibilita um confronto da experiência individual e coletiva em que ela se insere.

“Louca para ser livre.” Palavras mortas. Ninguém se liberta só com palavras. Ela [Domingas] ficou aqui na casa, sonhando com uma liberdade sempre adiada. Um dia, eu lhe disse: Ao diabo com os sonhos: ou a gente age, ou a morte de repente nos cutuca, e não há sonho na morte. Todos os sonhos estão aqui, eu dizia, e ela me olhava, cheia de palavras guardadas, ansiosa por falar. (Hatoum, 2000: 67)

A história da família manauara é uma história de ruínas. Por outro lado, possibilidade de redenção se consolida em Nael. Se “Alguns dos nossos desejos só se cumprem no outro, os pesadelos pertencem a nós mesmos” (Hatoum, 2000: 264), o filho da empregada assume um papel central na história do núcleo familiar, não como um propulsor de suas ruínas, mas como um indivíduo que faz delas a condição de sua própria liberdade. Nael materializa as palavras ao vento que sua mãe proferira e sonhara algum dia concretizá-las.

O trauma como fragmentação temporal: os efeitos da violência latino-americana em Os detetives selvagens (1998) e Amuleto (1999)⁶

As obras de Roberto Bolaño indicam uma dada experiência sobre o tempo e a história da América Latina, em especial aquelas atravessadas pela violência decorrente dos regimes ditatoriais que assolaram a região nas décadas de 1960 e 1970. Há, em suas obras, alguns dispositivos narrativos que exploram a violência e o Mal, o que se reflete na construção do mundo literário do autor, em que é possível observar uma tentativa de se aproximar e ficcionalizar a experiência não só individual mas coletiva.

Roberto Bolaño Avalos nasceu no Chile em 1953. Ainda na adolescência, mudou-se para a Cidade do México, junto à sua família (Maristain, 2012:25-31). Nesse ambiente, o autor iniciou sua formação literária, demonstrando uma verdadeira obsessão pelas letras a ponto de abandonar a escola para dedicar-se exclusivamente à leitura e à escrita (Herralde, 2005:33). Em 1973, aos 20 anos de idade, retornou para o Chile - em uma viagem caótica, por terra e mar - com o claro objetivo de apoiar o governo de Salvador Allende. Entretanto, apenas alguns meses após sua chegada, Augusto Pinochet, comandante-chefe do Exército, instaura uma ditadura militar que só teria fim em 1990. Com isso, Bolaño participa de uma breve resistência ao regime recém-instaurado e é preso por oito dias, sendo solto graças à ajuda de um guarda que fora seu colega nos tempos de colégio. Com efeito, Bolaño é expatriado de volta ao México.

Entre finais da década de 1970 e início de 1980, o autor migra para a Europa e passa a residir em Barcelona (Herralde, 2005:88), instalando-se no município de Blanes, um pequeno povoado no litoral ao norte da cidade em que escreveu suas principais obras. Apesar disso, Bolaño ganhou notoriedade somente no final dos anos noventa. Entre 1996 e 1997 publicou três livros consecutivos: *La literatura nazi en América* (1996), *Estrella Distante* (1996) e *Llamadas telefónicas* (1997). É no ano de 1998, contudo, que Bolaño recebe a consagração literária com *Os detetives selvagens*, obra internacionalmente reconhecida e que o permitiu viver com alguma tranquilidade financeira até a sua morte precoce aos 50 anos, em 2003, decorrente de complicações hepáticas (Fernández; Tamoro, 2004).

Os detetives selvagens é uma obra seccionada em três partes, sendo a primeira o diário de um jovem poeta, o personagem García Madero. Intitulada *Mexicanos perdidos no México* (1975), a narrativa é em sua grande parte voltada para o registro de um círculo de jovens da Cidade do México no ano de 1975, a maioria integrantes de um grupo poético nomeado *realvisceralismo*, como é o caso do próprio Madero. O grupo é liderado por seus fundadores, o chileno Arturo Belano e o mexicano Ulises Lima, os quais aparentam ser o núcleo narrativo da obra.

Nesse momento, já se insinua uma certa fixação em torno de uma misteriosa poeta chamada Cesárea Tinajero, tida como fundadora de um movimento homônimo na década de 1920 e idealizada como uma espécie de musa, fonte de inspiração para o bando. Essa parte da narrativa permite que, por meio do olhar de Madero, o leitor se depare com uma série de personagens como Joaquín Font e suas filhas Angélica e María, sendo que com esta última o narrador inicia um caso; Lupe, uma prostituta, e muito amiga de Maria; Pancho Rodriguez, amante de Angélica; outros poetas do grupo como Piel Divina; Filipe Muller; Jacinto Requena; os irmãos Rodriguez. O diário termina de maneira abrupta no ano novo de 1975 com a fuga de Madero, Arturo, Ulises e Lupe, esta última sendo perseguida por uma espécie de gigolô. Desta forma, a bordo de um Opala o grupo foge em direção ao norte do México.

A segunda e mais extensa parte da obra, *Os detetives selvagens* (1976-1996) transcorre, como deixa claro o próprio título, ao longo de exatos 20 anos e corresponde à maior parte da narrativa. Tal seção se passa por quase todo o globo, atravessando lugares como México, Estados Unidos, Espanha, França, Inglaterra, Israel, Libéria e Luanda. O trecho é estruturado a partir de 96 depoimentos⁷ que de alguma maneira tangenciam Arturo Belano e Ulises Lima. Assim, não demora para o leitor compreender que se trata de entrevistas em forma de testemunhos, na tentativa de repassar a vida dos fundadores do real visceralismo, como também uma investida, sempre falha, em localizar o paradeiro da dupla. Graças a uma escrita proliferativa, que conta com mais de 50 personagens, configura-se uma polifonia de relatos que, ao seu modo, narram suas experiências com Arturo ou Ulises. Por fim, na terceira parte, denominada *Os desertos de Sonora* (1976), a narrativa

retoma o diário de Garcia Madero, no qual relata os acontecimentos do grupo pelo Norte mexicano. Nesse momento, a trama é voltada para a busca e investigação do paradeiro físico de Cesárea Tinajero.

Em se tratando de *Os detetives selvagens*, é necessário rememorar o famoso discurso de Caracas, proferido na ocasião em que Bolaño recebeu o prêmio Rómulo Gallegos em 1999. Nele, o autor classificou sua escrita como uma “*una carta de amor o de despedida a mi propia generación, los que nacimos en la década del cincuenta*” (Bolaño, 2004:37) em especial, para aqueles que entregaram “*lo poco teníamos, lo mucho que teníamos, que era nuestra juventud, a una causa que creímos la más generosa de las causas del mundo y que en cierta forma lo era, pero que en realidad no lo era*” (Bolaño, 2004:37). Bolaño escreve sob a lente da derrota dessa mesma geração que nasceu em um mundo recheado de idealismos, mas que não foi capaz de mantê-los.

Ignacio Echevarría, crítico literário, aponta na obra para o que chama de *extraterritorialidad*. Essa categoria faz referência à presença massiva de personagens errantes, deslocando-se incessantemente em uma desesperada tentativa de sobreviver. Boa parte deles vem de um continente em que o exílio foi por muito tempo uma prática corrente, convertendo-o numa “*figura épica de la desolación y de la vastedad*” (Echevarría, 2006:194). Assim, se o Chile funciona mais como uma cicatriz do que como um cenário propriamente dito, é na cidade do México em que as derrotas de uma juventude, poetas em sua maioria, são encenadas. Desse modo, o continente latino-americano é tido por Bolaño enquanto uma metáfora do abismo, um território em fuga, no qual toda uma geração - a sua própria - foi não somente derrotada, mas também esquecida.

Bolaño, nesse sentido, tensiona os limites do conto por meio da inserção de atributos próprios do poema narrativo, isto é, o lirismo e a intensidade. Tais componentes são incorporados em uma urdidura mais ampla, a qual extrapola os limites da própria história. Assim, há uma expansão do alcance literário, em que mais de uma história se encontra como em uma “*marcha, incessante y abarcadora*” (Echevarría, 2006:194). A partir de *Os detetives selvagens*, o chileno promove um arquivo em que é possível ler uma espécie de épica da tristeza, ou seja, um amplo inventário constituído das mais

diferentes histórias, tramas, biografias, monólogos, em que o tema da tristeza se destaca, em especial aquela decorrente do passar do tempo, do agir do tempo sob nossas vidas, nossos sonhos e nossa juventude.

As possíveis conexões entre as obras do chileno são uma movimentação que se presentifica na produção do autor para muito além do romance em análise. Isso porque muitos dos personagens, temas e territórios que estão presentes em *Os detetives selvagens* também figuram em outros dos seus livros, fazendo com que estes estejam interligados dentro de um mesmo conjunto narrativo. Esse é o caso de *Amuleto*, novela publicada em 1999, em que a trama narrada pela personagem uruguaia Auxilio Lacouture se trata de uma expansão de um depoimento apresentado em *Os detetives*. Assim, se na obra vencedora do prêmio Rómulo Gallegos em 1999, Auxílio é mais uma dentre tantas vozes, em *Amuleto* a poeta aparece enquanto a única voz narrativa da novela. Como defende Celina Manzoni, a operação de feitura de *Amuleto* é uma operação de reescrita:

de Los detectives salvajes el traslado, en la operación de reescritura a que se lo somete, se constituye en otro texto, una operación que comienza cuando Bolaño retoma y saca de contexto el fragmento titulado 'Auxilio Lacouture, Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, México DF, diciembre de 1976' que no ocupa más de diez páginas en el texto original, y luego, mediante un complejo proceso de transformación, lo constituye en otro texto: Amuleto, una novela en catorce capítulos (Manzoni, 2003:33)

Tanto em *Os detetives* quanto em *Amuleto* é evidente uma literatura fortemente marcada pela violência social, bem como signos de uma realidade traumática. No primeiro romance, o depoimento de Auxilio Lacouture, poeta uruguaia, tem como grande referência a invasão do exército chileno na Universidade do México, em 2 de outubro de 1968, mesmo dia do massacre de Tlatelolco, em que dezenas de estudantes foram mortos pelas forças do presidente Gustavo Díaz Ordaz. No evento em questão, Auxílio passa toda a invasão escondida por 13 dias em um banheiro do departamento de Filosofia e Letras da universidade. Entretanto, o leitor logo percebe que o enredo não ambiciona dar conta do próprio acontecimento, utilizando-o apenas como ferramenta para a construção de uma outra narrativa. Ainda assim,

no decorrer da leitura, é legível que os eventos se mostram traumáticos para Auxílio, de modo a ocupar uma parte significativa na memória e na constituição da identidade da personagem.

Algo parecido ocorre em *Amuleto*, em que o evento da invasão à universidade recebe mais atenção. Assim, há uma tentativa fragmentada de rememorar os dias em que esteve presa num dos banheiros da UNAM. A presença do trauma na personagem fica clara ao leitor com a irrupção de memórias da experiência em diversos momentos, o que permite a elaboração de visões sobre o acontecido. Não raro, Auxílio se transmuta para o local onde fora deflagrado o acontecimento do trauma. Assim, algumas vezes, o leitor se depara com menções do tipo: “Estava outra vez no banheiro das mulheres do quarto andar da Faculdade de Filosofia e Letras, era setembro de 1968 e eu pensava nas aventuras e em Remedios Varo” (Bolaño, 2008:76). Um trecho do final do livro é emblemático para a compreensão da manutenção do trauma no presente da narradora. Desta maneira, Auxílio nos diz: “Estou no banheiro das mulheres da faculdade e posso ver o futuro” (Bolaño, 2008:113). Importante notar como o contato com um passado traumático resulta, para a personagem, em um desmembramento das fronteiras do tempo.

A teoria psicanalítica formulada por Sigmund Freud em *Para além do princípio do prazer* explica o trauma como uma consequência de um evento violento processado cognitivamente na forma de fixação psíquica, análogo aos casos de neurose espontânea ou histeria (Seligmann-Silva, 2018:66). Sem a pretensão de esgotar o debate aqui, cabe apontar que os estudos sobre o inconsciente a partir das experiências da Primeira Guerra Mundial geraram uma preocupação ainda mais profunda com a dimensão das catástrofes e seus impactos na psique humana, o que levou à consolidação dos estudos de teoria do trauma. Em síntese elaborada por Werner Bohleber sobre os principais estudos, é interessante citar dois aspectos fundamentais para a reflexão sobre trauma e representação: a perda da capacidade de falar e agir por metáforas e a desorientação em relação aos diferentes estratos de tempo (Bohleber, 2000 *apud* Seligmann-Silva, 2018:69). A sensação de estancamento temporal, em que passado, presente e futuro se imiscuem é fruto desse completo desamparo do indivíduo quanto aos choques. A

perda da capacidade de organização dos traços mnemônicos também leva à impossibilidade de evocar palavras que consigam dar conta do sofrimento e da angústia.

Ainda nesta senda, essa concepção de um estilhaçamento do tempo é fomentada por meio de uma prosa imprecisa, marcada por incontáveis “isso” ou “aquilo” como: “Cheguei à Cidade do México, Distrito Federal, em 1967, ou talvez em 1965 ou 1962” (Bolaño, 2008:10). De acordo com Francielly Baliana, “A ruptura da linearidade e da temporalidade demonstram-se, nessa medida, como desencantos históricos diante da materialidade e da violência endêmica no México e em toda a América Latina” (Baliana, 2021:36) em que, “a loucura (...) torna-se a estética da obra e também o único compromisso possível em relação ao estado de coisas ao redor” (Baliana, 2021:36).

Sobre o aspecto da falta de linearidade em *Amuleto*, o crítico chileno Jaime Concha argumenta que

La conjunción disyuntiva que, como su nombre lo indica, es conyuntiva y disyuntiva a la vez, crea una cadena de alternativas, que son a la vez alternancias, oscilaciones entre dos o más posibilidades, unificando, bifurcando, a menudo trifurcando las líneas narrativas.
(Concha, 2012:352)

Em outros termos, isso se dá sobretudo a partir de uma linguagem capaz de comunicar de que é pela senda da multiplicidade a maneira mais complexa e eficaz de narrar o tempo e dar sentido às experiências, especialmente em um cenário marcado pelo trauma e por um vertiginoso aumento da violência em todos os espaços sociais. Isso também justifica a presença de personagens que manifestam a loucura como parte do destino da América Latina, como é o caso de Auxílio.

Em *Os detetives selvagens*, é possível rastrear uma relação com o trauma diferente da de Auxílio, ainda que com alguma proximidade. Arturo Belano, líder do grupo realvisceralista, já estava no México no ano de 1968, mas não participou dos eventos sucedidos na praça das Três Culturas. A partir do depoimento da uruguaia, compreende-se como ela e Belano se conheceram, bem como a relação deste com mais um marco histórico latino-americano: a experiência do socialismo democrático de Salvador Allende no Chile.

A poeta aponta que o conheceu “quando ele tinha dezesseis ou dezessete anos, em 1970, (...) um garoto que não sabia nem beber, mas que se sentia orgulhoso de que, em seu distante Chile, Salvador Allende tivesse ganhado as eleições” (Bolaño, 2006:198). A personagem revela, então, que o jovem poeta embarca rumo ao Chile em 1973, com vistas a “fazer a revolução” (Bolaño, 2006:199). Entretanto, o jovem logo retorna e pouco consegue fazer no seu país natal, seja para o êxito do seu propósito, seja para encabeçar alguma resistência frente ao golpe de Estado que se instalava no país.

Apesar de algumas considerações sobre as atividades exercidas por Belano durante sua estadia no Chile, pouco se fala sobre o evento político propriamente dito. Por outro lado, em certos momentos, a narrativa nos mostra alguns dos efeitos decorrentes desta experiência. Assim, diz Auxílio, “Quando Arturo voltou, em 1974, já era outro. Allende tinha caído, e ele havia cumprido com seu dever (...) Começou a sair com outros(...) conheceu Ulises Lima” (Bolaño, 2006:200). Deste modo, a experiência mostra-se como um grande divisor de águas na trajetória do personagem chileno: ele está munido de suas experiências em território mexicano e em sua terra natal, claras derrotas políticas “que põem em xeque seu horizonte utópico” (Souza, 2018:57), mas que também lhe conferem “autoridade moral para levar a cabo a organização de seu próprio movimento político/poético” (Souza, 2018: 56).

Nesse sentido, é revelador o modo como os heróis da obra lidam com o movimento poético por eles fundados, de modo que “a poesia passa a ocupar esse horizonte utópico” (Souza, 2018: 57). Assim, ainda que não fique claro o verdadeiro objetivo do grupo, é perceptível uma relação com esse passado violento que se estende até o presente e que procura alterar de alguma forma a relação com essa realidade estagnante. Afinal, como defende García Madero, “Precisamente uma das premissas preconizadas pelo realismo visceral para escrever poesia, se bem me lembro (a verdade é que eu não poria a mão no fogo), era a desconexão transitória com certo tipo de realidade” (Bolaño, 2006:22).

Outra fala reveladora é a de um diálogo entre Ulises Lima e García Madero: “Segundo ele, os atuais real-visceralistas andavam para trás. Como para trás?, perguntei. — Andam de costas, olhando para um ponto mas se afastando dele, em linha reta, rumo ao desconhecido” (Bolaño, 2006:09).

Com isso, entende-se que há uma relação com a poesia, na qual essa se apresenta como um abrigo emocional a partir das frustrações de sua geração, mas que encontra nela uma saída salvadora de fundar uma nova relação com esse tempo histórico marcado pelo fim das utopias e da ausência de projetos de transformação radical da América Latina e do mundo. Uma leitura crítica da obra evidencia os efeitos decorrentes de um universo carente “de um discurso aurático, que transforme os episódios e incidentes mais ou menos sórdidos da vida cotidiana em situações vivíveis” (Ravetti, 2016:81) e como a região reagiu a essa ausência.

Em um cenário em que as fronteiras do tempo não possuem um sentido próprio, suas tentativas de representação requerem novas abordagens. Assim, a literatura já esboça as suas primeiras tentativas.

Hatoum e Bolão em diálogo: a experiência poética na América Latina

O ímpeto de lançar luz a dois romancistas latino-americanos tem a ver com a compreensão de que a ficção é uma importante enunciatriz de uma experiência histórica, sobretudo no que se refere às reflexões sobre o tempo. Os projetos de modernização conservadora das ditaduras militares na América Latina também podem ser vistos como desdobramentos de uma política do tempo, isto é, ações que organizam, hierarquizam e subordinam temporalidades e modos de existência com vistas à manutenção de uma percepção universal e linear da história (Mudrovic, 2019). A imposição das demandas do capital estrangeiro e a criação de estratégias de vigilância às sociedades foram todos mecanismos implementados pelos Estados latino-americanos que, mesmo que de formas sutis, são encenadas e dramatizadas nas narrativas literárias, seja pela sua tematização direta nos romances, seja pela construção formal em que a violência é um aspecto que atravessa os destinos das personagens.

Em certo sentido, o que torna possível aproximar dois romances tão diferentes é justamente a segunda alternativa. Em seus textos, é possível experimentar uma espécie de suspense característica de contextos de violência, em que a imprevisibilidade do futuro é a única certeza possível.

Há uma reflexão retrospectiva dos dois autores que também é digna de nota, na medida em que as duas obras são publicadas praticamente duas décadas depois de findadas as experiências ditatoriais em seus respectivos países. A ausência de um sentido da história ou, em outros termos, a compreensão do declínio das metanarrativas históricas são reproduzidas esteticamente nos dois textos, ainda que de formas distintas.

Os detetives selvagens, nesse contexto, seria uma obra em que se dramatiza um ambiente traumático e violento, o que se expressa sobretudo em sua instabilidade nas formas, em que uma profusão de vozes, gêneros literários, enredos e personagens traduzem a complexidade do passado e do presente latino-americano. *Dois irmãos*, embora não recorra às mesmas inovações do ponto de vista das formas literárias, também coloca sob os holofotes a dimensão polifônica da verdade, compreendendo os diferentes discursos que engendraram visões sobre o futuro da região amazônica. A escolha de construir um romance cujo referencial histórico é o da ditadura militar também é uma reflexão sobre o presente de Manaus, sobre o que ela se tornou desde a implementação dos projetos militares.

Vale pontuar também que o movimento da história nos dois romances segue os fluxos da memória, o que produz uma narrativa fragmentada e instável, sobretudo em se tratando de personagens que vivenciaram alguma experiência traumática que produz uma sensação de retorno a esse passado violento, como observado com Auxílio Lacouture em *Amuleto* e *Os detetives selvagens*. Para Nael, em *Dois irmãos*, a memória é o impulso que torna possível conhecer a sua identidade e a história da sua família, permeada por uma série de violências que atravessavam o cotidiano familiar, mas também as relações de exploração desenvolvidas na cidade.

Em uma primeira leitura, talvez fosse viável compreender por essas linhas narrativas uma confirmação de alguns prognósticos sobre o tempo realizados por François Hartog, que identifica uma nova configuração temporal denominada presentismo, composta por uma “relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável” (Hartog, 2014:38). Contudo, as respostas que os dois autores

encontram parecem apontar para uma abertura de horizontes que coloca em xeque as afirmações do historiador francês. A aposta na dimensão poética como forma de transformação da realidade pode ser observada tanto no destino de Nael, escritor e professor de Literatura, quanto na criação do movimento poético fundado pelas personagens de *Os detetives selvagens*. Isso se traduz tematicamente nas obras, mas também em suas escolhas narrativas: em vez de se ancorarem demasiadamente na realidade extralinguística das obras, o que levaria à escrita de romances autobiográficos com um tom pessimista, Hatoum e Bolaño se ancoram na ficção como uma ferramenta de reflexão sobre o passado e transformação do presente.

Mesmo que com uma aura deprimente, comumente em decorrência da “triste e irremediável condição de sul-americanos perdidos na Europa, perdidos no mundo” (Bolaño, 2006:239), como descreve com precisão o personagem Roberto Rosas de *Os detetives selvagens*, a poética de Bolaño não parece ser do tipo derrotista. Como Amadeo Salvatierra também relata, “Que é como dizer, rapazes, eu disse a eles, que via os esforços e os sonhos, todos confundidos num mesmo fracasso, e que esse fracasso se chamava alegria” (Bolaño, 2006:370). Esse é um gesto de resistência, de criação ou busca pelo sentido apesar de tudo. É uma afirmação que aponta para a ideia de que “na lembrança, resiste algo da juventude, algo como o sentimento de uma antiga alegria de sonhar, e um sinal de que nessa fagulha de sonho fracassado não deixa de faiscar uma centelha de esperança” (Simões, 2013:75). Esta questão é ratificada pela atitude dos personagens, como é o caso da dupla protagonista do romance. Sempre dispostos a novas aventuras, a novas experiências.⁸

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. “Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLAÑO, Roberto. *Amuleto*. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOLAÑO, Roberto. *Entre parêntesis: Ensayos, artículos y discursos* (1998-2003). Barcelona: Anagrama, 2004.

BOLAÑO, Roberto. *Os detetives selvagens*. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONCHA, Jaime. “Geometrias de Bolaño. Observações sobre Amuleto”. In: CONCHA, Jaime. *Leer a contraluz: Estudios de la narrativa chilena*. De Blest Gana a Varas y Bolaño. Santiago, Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2012.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMORO, Elena. Biografia de Roberto Bolaño. In: *Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea*. Barcelona, Espanha, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bolano.htm>. Data de acesso: 12 jul. 2024.

HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HATOUM, Milton. *Literatura e Memória: Notas sobre Relato de um Certo Oriente*. São Paulo: PUC, 1996.

HERRALDE, Jorge. *Para Roberto Bolaño*. Barcelona: Editorial Sexto Piso, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.

MANZONI, Celina. “Recorridos urbanos, fantasmagoria y espejismo en *Amuleto*”. In: MANZONI, Celina. *La fugitiva contemporaneidad*. Buenos Aires: Corregidor, [2003].

MARISTAIN, Mónica. *El hijo de míster playa: una semblanza biográfica de Roberto Bolaño*. Santiago, Chile: Editorial Alquimia, 2012.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. “O último refúgio da língua geral no Brasil”, *Estudos Avançados* [online], v. 26, n. 76, p. 245-254, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000300024>.

NEVES, Lucília de A. “Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

PINTO, Julio Pimentel; IEGELSKI, F.; CHIARELLI, S. “Entrevista com Milton Hatoum”, *Intelligere*, São Paulo, v. 2, n. 2 (3), 2016.

RAVETTI, Graciela. “Roberto Bolaño: O segredo do mundo é óbvio”. In: PEREIRA, Antonio; RIBEIRO, Gustavo. *Toda a orfandade do mundo: escritos sobre Roberto Bolaño*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SALGUEIRO, Wilberth. “O que é literatura de testemunho (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap)”. *Matraga, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação – Vol. 3: A abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro/Madri: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. “A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil”, *Estudos Avançados* [online]. v. 19, n. 54, p. 99-113, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200006>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SIMÕES, Clarisse Lyra. *Voz, sentido e experiência em “Los detectives salvajes”, de Roberto Bolaño*. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD), São Paulo, 2013.

SOUZA, Jäder Vanderlei Muniz de. *Roberto Bolaño e a utopia de Arturo Belano*. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-01082019-164843. Acesso em: 15 ago. 2024.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Notas

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense com apoio de bolsa CAPES. Professor efetivo de História do município de São Gonçalo - RJ.
2. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense com apoio de bolsa CAPES. Graduado em História pela Universidade de Brasília (UnB).
3. Termo bastante utilizado nas propostas integracionistas do Estado republicano. Não à toa a nomenclatura original do Sistema de Proteção aos Índios, criado em 1910, era Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN). Os indígenas, vistos como mão de obra, poderiam contribuir para a superação do subdesenvolvimento brasileiro, como analisa Rubens Valente.
4. Eduardo Navarro, professor de Tupi Antigo e Língua Geral da Universidade de São Paulo (USP), identifica que o projeto de modernização conservadora na década de 1970 acelerou o processo de enfraquecimento do *nheengatu* nas sociedades ribeirinhas manauaras.
5. A etimologia do nome Nael também é interessante para a análise do enredo. Derivado do nome hebraico Natanael, figura bíblica do Antigo Testamento, há algumas referências ao personagem no Novo Testamento como o apóstolo Bartolomeu, consagrado pela Igreja Católica como padroeiro dos padeiros, sapateiros e alfaiates, como atesta a *História Eclesiástica* de Eusebio de Cesareia. Considerando a escolha de Hatoum em representar Nael como a memória da tribo, a voz dos marginalizados, parece sintomática a escolha do santo, padroeiro dos homens comuns, para a inspiração da personagem.
6. Neste texto, optou-se por utilizar as edições brasileiras de *Los detectives salvajes* (título original), intitulada *Os detetives selvagens*, e *Amuleto*, ambas traduzidas por Eduardo Brandão e publicadas pela Companhia das Letras, respectivamente, em 2006 e 2008.
7. Cabe lembrar que esse número se refere ao total de “entregas”. O número total de depoentes contabiliza 53, enquanto os testemunhos totalizam 93. Isso porque certos personagens apresentam seus testemunhos de forma

fragmentada. Esse é o caso de Amadeo Salvatierra, Perla Avilés, Luis Sebastián Rosado e Laura Jáuregui.

8. Fabrício Lucas Sampaio Moreira Almeida é Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Contato: fabriciosampaio@id.uff.br. Luiz Felipe Martos também é Mestrando em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: lmartos@id.uff.br